

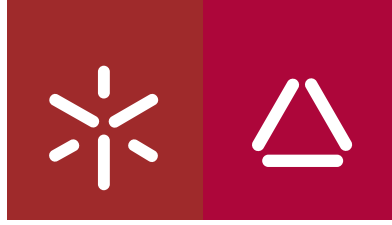


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Tatiana Lopes de Vargas

**Ócio e ambiente: subjetividades e práticas
na iniciativa comunitária Aveiro em Transição**

Tatiana Lopes de Vargas **Ócio e ambiente: subjetividades e práticas
na iniciativa comunitária Aveiro em Transição**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Tatiana Lopes de Vargas

**Ócio e ambiente: subjetividades e práticas
na iniciativa comunitária Aveiro em Transição**

Tese de Doutoramento
Doutoramento em Estudos Culturais

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Anabela Simões de Carvalho
e do
Professor Doutor José Clerton de Oliveira Martins

junho de 2018

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente tese. Confirmando que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho, junho de 2018

Nome completo: Tatiana Lopes de Vargas

Assinatura: 

Com amor, para Luís e Benjamin

Agradecimentos

À minha família pelo suporte amoroso em todos os momentos. Agradeço com todo o meu coração ao meu marido Luís, pelo amor, companheirismo e pela partilha de vida e experiência na realização de um doutoramento. Ao meu filho Benjamin pelo amor puro e pela compreensão natural ao meu cansaço diário. Ao meu pai Alírio e meus irmãos Lúcio e Patrícia pelo apoio emocional permanente e por serem meus maiores exemplos para a vida. À minha mãe (*in memoriam*) e seu legado de amor e resistência às adversidades. A todos das famílias Lopes e Vargas, Teixeira e Bittencourt.

Aos amigos, agradeço especialmente Alice Balbé, Clarissa Foletto, Gilvano Dalagna, Elen Biguelini, Rafaela Norogrande, Liziane Venes, Samuel Peruzzolo, Patrícia Paula Lima, Ricardina Magalhães, Marta Correia, Marcos e Luana Araújo. Um agradecimento muito especial às amigas que me inspiram e apoiam incondicionalmente, em especial, Laura Wottrich, Shana Wottrich, Carol Breda, Débora Santos, Evangeliny Rossi, Maria Angélica Dias, Geana Leschko, Débora Bobsin e Daniela Bobsin.

Sou grata pela oportunidade de ter participado do Programa Doutoral em Estudos Culturais em seu período de colaboração entre as Universidades de Aveiro (UA) e Minho (UM). Agradeço ao Departamento de Línguas e Culturas – UA, Instituto de Ciências Sociais – UM e Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade - CECS, a todos os professores, colegas e funcionários. Um agradecimento muito especial à minha Orientadora Anabela Carvalho por partilhar sua experiência e seus conhecimentos de forma tão generosa e consistente. Ao Co-orientador José Clerton de Oliveira Martins pelo seu olhar sensível sob o processo de investigação e, sobretudo, por ter sido a primeira pessoa a despertar em mim o interesse pelos Estudos de Ócio. Um agradecimento muito especial também à Professora Maria Manuel Baptista, pela sua partilha generosa e por emanar sua paixão pelos Estudos Culturais. Por todos os ensinamentos que tive a oportunidade de apreender através do trabalho junto ao Núcleo de Estudos em Cultura e Ócio – NECO e à Rede Otium. Agradeço a todos os colegas do NECO, especialmente Joana Alves Pereira. Agradeço pelo acolhimento da iniciativa Aveiro em Transição, especialmente aos que foram entrevistados para esta investigação. Por fim, agradeço à Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior – Capes/Brasil pelo financiamento desta investigação.

Financiamento



Resumo

Nesta investigação propomos-nos a discutir a posição central ocupada pelo trabalho na vida cotidiana (Baptista, 2016; Gorz, 2013; Lafargue, 2011) e trazer à luz a ideia do ócio como um direito humano e prática cultural (Cuenca Cabeza, 1999, 2000) a ser também valorizada no contexto dos desafios e das crises contemporâneas. Tendo como principal base epistemológica os Estudos Culturais, assumimos o posicionamento de que o ócio pode ser uma prática de resistência aos padrões sugeridos pelos discursos hegemônicos e pelas estruturas sociais, no âmbito do sistema capitalista. Nesse sentido, Gorz (2013) propõe pensar a conciliação entre as atividades remuneradas e as atividades não remuneradas, entre o consumo e a autonomia, entre outros aspectos que venham contribuir com uma vida mais livre e ambientalmente equilibrada. A subjetividade, base em que acreditamos estar sustentada a experiência de ócio, é entendida como o cerne da experiência e da produção de conhecimento e do autoconhecimento (Amatuzzi, 2006; Larossa, 2002). Observando o contexto português sob o prisma das instabilidades sociais e culturais trazidas pela crise socioeconômica que se iniciou na década passada foram feitas anotações exploratórias em torno de iniciativas sociais voltadas para as questões ambientais, sociais e culturais, com o objetivo de perceber as suas aspirações a um modo de vida mais sustentável e solidário. Por essa via, chegou-se à iniciativa local Aveiro em Transição (AeT). O Movimento de Transição (MT) surge como reação às questões ambientais, nomeadamente o pico do petróleo e as consequências das alterações climáticas (Hopkins & Lipman, 2009; Mason & Whitehead, 2011), mas está ligado também a questões sociais, econômicas e culturais. Propõe o desenvolvimento de comunidades mais resilientes, no sentido de serem resistentes e mais autônomas em relação ao uso de combustíveis fósseis (Hopkins, 2011). Nessa linha, a AeT foca-se na construção de comunidades mais resilientes, solidárias, sustentáveis e felizes. Esta investigação tem o objetivo de analisar o ócio enquanto prática de resistência e oportunidade de performance social e política através da participação na iniciativa comunitária Aveiro em Transição. Mais especificamente, procuramos: i) discutir a relação entre sistema capitalista, trabalho, ócio e ambiente a partir do quadro de transformações culturais contemporâneas; ii) contribuir para a discussão teórica sobre uma concepção contemporânea de ócio que aborde a relação entre ócio, ambiente e subjetividade; iii) examinar as principais práticas desenvolvidas pela iniciativa Aveiro em Transição e o modo como incorporam relações entre ócio e ambiente; iv) identificar aspectos fundamentais para o desenvolvimento da performance social e política através da participação na Aveiro em Transição; e v) perceber o

ócio enquanto prática de resistência a partir da subjetividade implicada nos relatos sobre as experiências dos dinamizadores da Aveiro em Transição.

Desse modo, configurámos uma investigação qualitativa, em que o campo de estudo invocou um viés fenomenológico. Realizámos uma abordagem etnográfica que combinou observação, observação participante e entrevistas semi-estruturadas como técnicas de recolha de dados. No âmbito do estudo empírico, realizámos uma análise temática a partir do discurso do MT, uma análise interpretativa sobre a experiência etnográfica e, por fim, analisámos as entrevistas com os principais dinamizadores da AeT com base na análise interpretativa fenomenológica (Sanders, 1982; Smith, 2007; Smith & Osborn, 1999).

A partir desta investigação, é possível perceber que o cenário de transformações culturais contemporâneas referentes ao trabalho, tempo, lazer e ócio propicia o desenvolvimento de práticas de resistência. Discussões públicas em torno de práticas cotidianas que contrariam modos de vida acelerados e carentes de reflexão e produção de experiências e conhecimentos, constituem as formas atuais de resistências que se aproximam do ócio enquanto prática cultural. O exercício de reflexão, desenvolvido a partir da tensão entre o modo de vida pretendido pelos dinamizadores da AeT e o contexto socioambiental atual, pode constituir um exemplo de como o processo de subjetivação situa o sujeito num lugar de desenvolvimento de saberes e de vivência livre do tempo. É neste ponto que se acredita que o sujeito possa viver as suas experiências de ócio.

Palavras-chave: Ócio; ambiente; subjetividade; práticas de resistência; performance social e política; Aveiro em Transição

Abstract

This thesis discusses the central position occupied by work in daily life (Baptista, 2016; Gorz, 2013; Lafargue, 2011) and looks at the leisure experience as a human right and a cultural practice (Cuenca Cabeza, 1999, 2000) to be valued in the context of contemporary crises and challenges. Having Cultural Studies as its prime epistemological foundation, the thesis argues that leisure experiences may be a practice of resistance to patterns promoted by hegemonic discourses and social structures within capitalism. In this regard, Gorz (2013) proposes to explore the reconciliation of remunerated and unpaid activities, of consumption and autonomy, among other aspects that can contribute to a freer and more environmentally balanced life. We view subjectivity as the basis of the experience of leisure and as key to the production of (self-)knowledge (Amatuzzi, 2006; Larossa, 2002). Observing the Portuguese context through the lens of the social and cultural instabilities brought about by the social and economic crises that began in the last decade, an exploratory analysis of social initiatives regarding environmental, social and cultural issues was carried out with the goal of understanding aspirations to a more sustainable and solidary mode of life. In doing so, we have arrived at the international Transition Movement and the local initiative Aveiro em Transição (AeT or Aveiro in Transition). The Transition Movement emerged as a reaction to environmental issues, namely peak oil and the consequences of climate change (Hopkins & Lipman, 2009; Mason & Whitehead, 2011), but is also concerned with social, economic and cultural issues. It aims for the development of resilient communities, in the sense of resistance and autonomy in relation to the use of fossil fuels (Hopkins, 2011). In this line, AeT focuses on the construction of more resilient, solidary, sustainable and happier communities.

This research seeks to understand the leisure experience as a practice of resistance and as an opportunity of social and political performance through participation in the initiative Aveiro em Transição. More specifically, we aim to: i) discuss the relation between capitalism, work, leisure experience and environment against the background of contemporary social change; ii) contribute to theoretical discussions about the contemporary conception of leisure experience; iii) examine the main practices carried out by AeT and how they embody relations between leisure experience and environment; iv) identify the principal aspects for the development of social and political performance through AeT participation; v) understand the leisure experience as a practice of resistance based on the subjectivity implied in personal reports about the experiences of AeT facilitators.

To fulfill these goals, we have designed a qualitative research programme inspired by a phenomenological outlook. Ethnographic fieldwork was combined with observation, participant observation and semi-structured interviews as means of data collection. We then conducted a thematical analysis of the discourse of the Transition Movement, an interpretive analysis of ethnographic field notes and a phenomenological interpretative analysis of interviews with AeT facilitators (Sanders, 1982; Smith, 2007; Smith & Osborn, 1999).

The thesis suggests that the context of contemporary cultural change pertaining to work, time, leisure and leisure experience allow for the development of practices of resistance. Public debates on day-to-day practices that go against accelerated ways of life lacking reflection, the production of knowledge and insightful experiences are current forms of resistance that approximate the leisure experience to a form of cultural practice. The exercise of reflection based on the tension between the way of life aspired by the AeT facilitators and the contemporary social and economic context is an example of how the process of subjectification places the subject in a location conducive to the development of knowledge and time-free living. It is from that place that the subject may live her/his leisure experience.

Keywords: Leisure experience, environment, subjectivity, practices of resistance, social and political performance, Aveiro em Transição

Índice

Introdução.....	1
Contextualização e enquadramento teórico	21
Capítulo 1 – Contextualização: o Movimento de Transição e os movimentos sociais contemporâneos.....	23
1.1 No que consiste e como se caracteriza o Movimento de Transição?	23
1.2 Os movimentos sociais contemporâneos e o Movimento de Transição	35
1.3 Nota conclusiva.....	46
Capítulo 2 – A incidência do capitalismo nas subjetividades e na formação das identidades culturais	49
2.1 A valorização do trabalho <i>versus</i> lazer, tempo de fruição e ócio.....	49
2.2 A consciência do sujeito e a identidade num contexto de transformações culturais.....	56
2.3 A relação entre ociosidade e ócio	61
2.4 Nota conclusiva.....	64
Capítulo 3 – As transformações culturais e as consequências socioambientais	65
3.1 A sustentabilidade como base para uma visão integradora ou holística	65
3.2 O desenvolvimento comunitário como estímulo para a reflexão, o empoderamento e a consciência ambiental.....	74
3.3 Nota conclusiva.....	81
Capítulo 4 – O conceito de ócio e a perspectiva da experiência	83
4.1 <i>Leisure Studies</i>	83
4.2 Estudos de Ócio	88
4.3 Aspectos fundamentais para uma discussão contemporânea sobre ócio	94
4.4 Nota conclusiva.....	101
Capítulo 5 – Por onde começamos e como desenhamos a investigação: metodologia, métodos e bases epistemológicas	103
5.1 As bases epistemológicas da investigação	107
5.1.1 Os Estudos Culturais	108
5.1.2 A fenomenologia	110
5.1.3 O construtivismo social.....	111
5.2 A etnografia e o carácter social desta investigação qualitativa	113
5.3 Fases da abordagem etnográfica	119
5.3.1 Fase 1 – mapeamento exploratório (fevereiro a julho de 2013)	119
5.3.2 Fase 2 – acesso e abertura ao campo (fevereiro a dezembro de 2014) ..	120
5.3.3 Fase 3 – consolidação (janeiro de 2015 a maio de 2016).....	122
5.4 Métodos de análise	124
5.5 Questões éticas.....	127
Estudo empírico	129
Capítulo 6 – O discurso do Movimento de Transição: posicionamento político, transição interna e transição externa	131

6.1 Tema 1: posicionamento político	132
6.1.1 Discussão	135
6.2 Tema 2: transição interna	145
6.2.1 Discussão	150
6.3 Tema 3: transição externa	155
6.3.1 Discussão	159
6.4 Síntese e nota conclusiva	162
Capítulo 7 – Aveiro em Transição: relatos de campo	165
7.1 Famílias em Transição Aveiro	169
7.2 Educação Livre Aveiro	185
7.3 Oficinas de Partilha de Saberes	190
7.4 Mobilidade: Ciclaveiro	194
7.5 Grupo Economia (AeT – Economia)	199
7.6 Alimentação e Ambiente.....	203
7.7 Síntese e nota conclusiva	210
Capítulo 8 – Dinamizadores da Aveiro em Transição: experiências e reflexões	215
8.1 Categorias e conexões	215
8.2 Motivações, liberdade e empoderamento através da AeT: a ligação ao ambiente	218
8.3 Sobre as descobertas pessoais a partir da AeT: implicações para o tempo e a transição interior	240
8.4 Síntese e nota conclusiva	244
Considerações finais.....	247
A relação entre sistema capitalista, trabalho, ócio e ambiente a partir do quadro de transformações culturais contemporâneas	247
a) Trabalho.....	248
b) Tempo	251
c) Lazer e ócio.....	253
Relações entre ócio e ambiente pela perspectiva da Aveiro em Transição	256
Uma discussão contemporânea sobre ócio	263
Reflexões e autoreflexões.....	265
Referências bibliográficas.....	271
Anexo 1 – Diário de Campo	289
Anexo 2 – Guião da entrevista.....	291

Índice de tabelas

Tabela 1: Princípios do Movimento de Transição	27
Tabela 2: Classificação dos tempos sociais de Munné (1980)	59
Tabela 3: Conhecimentos, habilidades e valores para um processo de educação para um processo de educação para o ócio	92
Tabela 4: Quatro passos da análise interpretativa fenomenológica	127
Tabela 5: Núcleo de trabalho, objetivos e exemplos de atividades – Aveiro em Transição	168
Tabela 6: Temas “Piqueniques Ternura” Famílias em Transição Aveiro	171
Tabela 7: Oficinas partilha de saberes já realizadas	191
Tabela 8: Práticas da AeT	211
Tabela 9: Categorias gerais	216
Tabela 10: Categorias específicas de cada dinamizador	217
Tabela 11: Questões comuns entre os dinamizadores	217

Índice de figuras

Figura 1: Mapa das iniciativas locais e centros nacionais de Transição	27
Figura 2: Cartaz do evento organizado e divulgado por Aveiro em Transição	186
Figura 3: Evento “Liberdade para Aprender”	187
Figura 4: Primeira reunião do grupo comunidade de aprendizagem Vagos	188
Figura 5: Ideias sobre criação de uma comunidade de aprendizagem	188
Figura 6: Porque pedalamos?	198
Figura 7: Agenda Ciclaveiro	199
Figura 8: Balanço do evento de 12 de novembro de 2016	201
Figura 9: Excertos do livro A Cultura na vida de todos os dias	202
Figura 10: Cartaz de divulgação da tertúlia Transição Alimentar	204
Figura 11: Cartaz de divulgação “Ciclo: 4 Estações, 4 Filmes”	205
Figura 12: Cartaz de divulgação 4 Estações, 4 filmes – Primavera	206
Figura 13: Ajudadas de Aveiro	207
Figura 14: Cartaz da visita guiada “Conhecer o Cabeço Santo”	209
Figura 15: Registro de ação no projeto Cabeço Santo	209

Lista de siglas

Designação	Sigla
Associação/Rede Ibero-Americana dos Estudos de Ócio	OTIUM
Associação pela Manutenção da Economia de Proximidade	AMEP
Aveiro em Transição	AeT
Educação Livre Aveiro	ELA
Estudos Culturais	EC
Grupo de Estudos sobre Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra	ECOSOL-CES-UC
Interpretative Phenomenological Analysis	IPA
Movimento de Educação Livre	MEL
Movimento de Transição	MT
Movimentos sociais contemporâneos	MSC
Núcleo de Estudos em Cultura e Ócio da Universidade de Aveiro	NECO
Transition Network	TN
Transição Portugal	TP

Introdução

Este trabalho de investigação tem origem em reflexões sobre os modos de vida predominantes nas sociedades ocidentais capitalistas contemporâneas. Notamos a configuração de um cenário de supervalorização do trabalho e do consumo que pode produzir a sensação de tempo acelerado e a frustração pela ideia de não se conseguir alcançar objetivos, como se a vida fosse um espaço disperso e aberto (Byung-Chu, 2015, p. 74). Diante disso, procuramos pensar sobre modos alternativos de vida que valorizem a reflexão, o autoconhecimento, o conhecimento e a liberdade para criar ou escolher um modo particular de vida. A minha formação de base em Comunicação Social, especificamente na área das Relações Públicas, contribuiu para esta investigação através de um olhar integrador perante os agentes sociais, as iniciativas das comunidades e os contextos através dos quais as práticas culturais se podem desenvolver. De um modo específico, senti-me motivada pela discussão sobre as práticas culturais que dão mais valor ao desenvolvimento da subjetividade e que deslocam a atividade laboral da posição central na vida cotidiana. Esta centralidade está subjacente ao trabalho, como ocupação profissional, pelo menos desde o século XVIII (Baptista, 2016; Gorz, 2013; Lafargue, 1983/2011). A análise histórica do trabalho aponta para que o sujeito só desenvolve uma consciência de si próprio e da sua condição social em função da atividade profissional que exerce (Hegel, 1941/1992). Nas sociedades capitalistas da Europa do século XVIII, por exemplo, o trabalho era associado ao progresso e à felicidade, enquanto o não-trabalho era vergonhoso e sinónimo de preguiça (Lafargue, 1983/2011). O escritor e ativista político franco-cubano, Paul Lafargue, realizou fortes críticas à centralidade que o trabalho ocupa na vida do ser humano, especialmente na Europa, ao afirmar que poderia causar misérias individuais e sociais e a degeneração intelectual, impedindo o desenvolvimento orgânico do ser humano (Lafargue, 1983/2011, pp. 6-8).

Num entendimento sobre as sociedades capitalistas contemporâneas, Gorz (2013) defende que uma sociedade deve equilibrar o trabalho remunerado com atividades sem remuneração de maneira que se possa também contribuir com o equilíbrio ambiental.

Restringindo a esfera da economia de mercado, seria possível uma conciliação permanente entre o trabalho remunerado e atividades sem fins monetários, entre nível de consumo e grau de autonomia, entre ter e ser. Deste equilíbrio poderia nascer o que os autores de *A Revolução do Tempo Escolhido* designaram por abundância frugal. Ou seja, uma civilização que, continuando a garantir a todos uma autonomia e uma segurança existencial crescentes, elimina progressivamente os consumos pletóricos, que estão na origem da falta de tempo, poluição, desperdício e de frustrações em prol de uma vida mais distendida, convivial e livre.

Seria uma vida necessária do ponto de vista da ecologia e da transformação das relações Norte-Sul, podendo também, tornar-se normativamente desejável. (Gorz, 2013, p. 75).

O termo ecologia, trazido por Gorz, diz respeito aos princípios ambientais e à consciência das consequências que os modos de produção capitalista trazem para o meio ambiente (Gorz, 2011). No que refere o conceito de ambiente, devido ao caráter multirelacional do conjunto de transformações culturais que intervêm na vida humana contemporânea (Hall, 1980), consideramos necessária uma definição ampla que possibilite uma visão integradora entre ambiente, sociedade e cultura. Assim, Freitas (2008, p. 26) pontua que o ambiente está ligado tanto à natureza, aos ambientes humanos e não humanos, quanto às dimensões social, cultural, política e econômica. O conceito de meio ambiente também é relativo ao diálogo entre os gestores públicos, atores da sociedade civil, do setor privado e acadêmico sobre temas como a gestão ambiental, o desenvolvimento sustentável e a criação de uma cultura de responsabilidade sustentável¹. A noção do ambiente físico parece estar tão presente neste conceito quanto a preocupação com o bem-estar da sociedade, no sentido da sustentabilidade e da participação e colaboração social e política, o que configura uma visão multidimensional do conceito de ambiente, assim como acontece com a definição de sustentabilidade, conforme Jacobi (2003). No entanto, as definições de ambiente, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável carecem de reflexão crítica, no sentido de evitar uma neutralidade no discurso que se desvia das tensões nos contextos socioambientais e se restringe a reproduzir discursos políticos e institucionais, conforme destaca Krieg-Planque (2010). Dentro desta linha mais crítica, ressalta-se a importância dos fatores como a qualidade e a justiça ambiental (Nascimento, 2012) nem sempre contemplados pelas abordagens multidimensionais do conceito de ambiente e sustentabilidade. No capítulo 3, tratamos deste tema de forma mais específica.

Sobre as consequências da supervalorização do trabalho, em detrimento do lazer, do ócio e do desfrute, Lafargue (1983/2011) explica que o sistema econômico capitalista, baseado na mecanização, na industrialização crescente e na exploração intensiva da mão-de-obra, gera desemprego para milhares de pessoas que não conseguem ser absorvidas pelo sistema. Ademais, os trabalhadores laboram quase sem descanso, sendo que o pouco tempo dedicado ao descanso é desvalorizado e considerado como improdutivo e indigno. O autor faz a sua análise a partir do contexto da revolução industrial, acreditamos, no entanto, que a sua leitura

¹ Informação retirada do *website* da Organização das Nações Unidas – ONU, disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/onumeioambiente/>

pode ser recontextualizada em períodos posteriores. A média de 12 a 15 horas diárias de trabalho praticados no período da revolução industrial, na Inglaterra, como refere Lafargue, apesar de parecer uma prática ilegal atualmente, pode ocorrer de forma velada, através do excesso de solicitações por parte de alguns empregadores, pelas inúmeras possibilidades de acesso ao trabalho, seja em casa, seja nos diversos dispositivos tecnológicos de comunicação que utilizamos, ou mesmo através de trabalho escravo na contemporaneidade. Tomando como exemplo o contexto da Inglaterra do século XVIII, podendo também ser pensado como uma referência atual, Bertrand Russel, no seu renomado livro *Praise of idleness and others essays*. (1932) [Elogio ao Ócio], diz que o caminho para a felicidade e a prosperidade está na diminuição do trabalho, ao contrariar uma moral de escravidão e ao valorizar os tempos ociosos e de lazer, sem deixar de cumprir com as necessidades de sobrevivência.

Para além de Russel (1932) e Lafargue (1983/2011), textos clássicos sobre a importância do ócio e do lazer, Gorz (2013) e Baptista (2016), referências que contextualizam a relação entre ambiente e ócio, existem obras que contribuem com o entendimento das razões históricas e culturais da supervalorização do trabalho. Os autores refletem sobre as consequências desse cenário para os sujeitos sociais, as suas práticas culturais e a formação das suas identidades (ver por exemplo Dahlgren, 2013; Hall, 1997a; Kellner, 2001; Touraine, 2005). Este posicionamento em relação ao trabalho faz parte do percurso trilhado pelas sociedades durante o século XVIII, com mais ênfase desde a revolução industrial. Falaremos sobre algumas das razões e sobre o caminho de valorização do trabalho especialmente no capítulo 2 desta investigação. No entanto, consideramos que em todo o enquadramento teórico, apresentado nos próximos capítulos, reforçam-se essas razões e, além de questionar o caminho percorrido, apresenta-se o ócio como uma possibilidade de prática cultural a ser também valorizada. Valorizar, no sentido que desejamos refletir, significa trazer à luz diálogos sobre novos modos de vida e visões sustentáveis em relação aos modelos propostos pelas estruturas sociais e pelo sistema capitalista, especialmente no que concerne às tendências trazidas pelos média e instituições voltadas à educação, entre outras referências que podem moldar a formação das subjetividades humanas e das identidades culturais. Nesse sentido, é importante ter em mente, de acordo com Hall (1997a), que

os seres humanos são seres interpretativos, instituidores de sentido. A ação social é significativa tanto para aqueles que a praticam quanto para os que a observam: não em si mesma mas em razão dos muitos e variados sistemas de significado que os seres humanos utilizam para definir o que significam as coisas e para codificar, organizar e regular sua

conduta uns em relação aos outros. Estes sistemas ou códigos de significado dão sentido às nossas ações. Eles nos permitem interpretar significativamente as ações alheias. Tomados em seu conjunto, eles constituem nossas "culturas". Contribuem para assegurar que toda ação social é "cultural", que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação. (Hall, 1997a, p. 2)

A partir daqui, seria possível desenvolver diferentes caminhos teóricos que ajudariam a compreender a relação entre capitalismo, estrutura, subjetividade e cultura. Seria possível ainda, por exemplo, trabalhar especificamente com os conceitos de discurso e ideologia, o que não constituiu a escolha desta investigação. Entendemos que a definição e relação destes termos faz parte de uma teia complexa que, apesar de já ter sido bastante discutida academicamente, é sempre passível de novos desenvolvimentos e contribuições. No que respeita aos objetivos desta investigação, consideramos pertinente concentrar-nos na relação entre capitalismo, estrutura, subjetividade e cultura com o intuito de estudar o ócio enquanto experiência e prática de resistência aos modos de vida predominantes nas sociedades capitalistas.

Convém esclarecermos também que, ao falarmos sobre as implicações trazidas pelo capitalismo, para as escolhas e práticas culturais, não estamos restritos ao posicionamento do marxismo ortodoxo “em que as forças e as relações de produção do capitalismo são pensadas especificamente para ocasionar distorções ideológicas” (Henriques, Hollway, Urwin, Venn & Walkerdine, 1998, p. 95). Depreende-se que existe uma tendência opressiva nos modos de produção, no trabalho e noutras práticas culturais e sociais (Henriques et al., 1998), mas também se compreende que os próprios padrões sugeridos pelas estruturas, apesar de uma determinada consistência, estão sujeitos a transformações ao longo do tempo (Sewell Jr., 1992). A consistência e a influência da estrutura não são suficientes para invalidar a autonomia do sujeito na vida social, assim como o desenvolvimento da agência ou performance social e política (Sewell Jr., 1992).

Nesta investigação, procuramos pensar a performance social e política no âmbito de uma iniciativa comunitária, no sentido da construção de um modo de vida com equilíbrio ambiental (Gorz, 2013) e que prima pela valorização do carácter reflexivo a partir das práticas e experiências. Optamos por olhar essas práticas e experiências pelo viés dos Estudos de Ócio, especificamente, pelo conceito de ócio direcionado à experiência (Cuenca Cabeza, 1999, 2000, 2006; Júnior, 2012; Rouanet, 2012) e que se constitui também enquanto prática cultural (Cuenca Cabeza, 1999). Segundo Novaes (2012), o ócio tem lugar num contexto reflexivo,

denominado por ele como trabalho meditativo, em que se podem ouvir desejos e, ao mesmo tempo, construir soluções para os problemas e desafios contemporâneos.

O caráter subjetivo, ou a subjetividade, base a partir da qual acreditamos estar sustentada a experiência de ócio, é aqui entendido como o cerne da experiência e da produção de conhecimento e autoconhecimento (Amatuzzi, 2006; Larossa, 2002). Nesse sentido, é relevante considerar que a subjetividade, segundo Blackman, Crombi, Hook, Papadopoulos e Walkerdine (2008), Foucault (2002a), Hall (1997b), Henriques et al. (1998), pode resultar da relação entre o conhecimento e o poder, produzida a partir dos discursos sociais, sendo que as formações discursivas, assim como as identidades culturais, são também resultantes das construções sociais (C. Barker, 2003; Hall, 1980, 1997a, 1997b, 2004). Numa perspectiva mais primária, entende-se também que a subjetividade nasce na dimensão da consciência do sujeito (Maheirie, 2002) e, portanto, pode ser explorada como um lugar de mudança social (Blackman et al., 2008).

A definição e discussão sobre a subjetividade ramifica-se conjuntamente com outros temas e conceitos. Abarca, por exemplo, todo um processo de compreensão e teorização do sujeito, do poder e da ideologia, numa tentativa de compreender como este assume determinadas posições, como forma a sua consciência e as suas visões do mundo. Essa discussão tem fortes referências em três importantes autores da filosofia e das ciências sociais: Althusser, Marx e Gramsci (ver por exemplo, Althusser, 1985; Gallo, 1998; Henriques et al., 1998; J. B. Thompson, 1993). Michel Foucault enfatiza que o poder afeta a subjetividade não só pela disciplina que impõe em relação aos padrões das estruturas sociais, mas também pela visão dominante que sugere em relação ao que o sujeito percebe como agência social (Tucker, 2014, p. 382). Ou seja, o poder trabalha também através das práticas de resistência e conhecimento (Tucker, 2014) e pode assim interferir nos posicionamentos e escolhas dos sujeitos². Tendo isso em consideração, propomos pensar o ócio como uma forma de resistência às estruturas e ao sistema capitalista, sobretudo porque entendemos de acordo com Giddens (1991) e Sewell Jr. (1992): as estruturas tanto podem moldar as práticas das pessoas, como as práticas das pessoas podem moldar as estruturas. De acordo com Giddens (1991), as estruturas configuram

² Sobre o posicionamento dos sujeitos, ver Badiou (1988) e obras de Foucault que, numa visão global, percebem “a fusão do sujeito com uma ontologia geral do discurso, do poder e dos eventos históricos, de modo que não há mais nada autodefinido ou distintivo sobre o sujeito em si. Ele é sempre um componente subsidiário de uma categoria diferente de especulação filosófica, o subproduto que parece totalmente determinado por essas forças. Ou, para adotar um *ethos* amplamente construtivo: o que mais é o sujeito além de uma forma produzida, o resultado de uma constelação complexa de fatores textuais, materiais, institucionais e históricos?” (Blackman et al., 2008, p. 8). Poderá ver também Feltham e Clemens (2003).

a formação de agentes humanos experientes que fazem uso de um conhecimento organizado. Por isso, as estruturas não devem ser conceitualizadas como barreiras à agência humana, mas como possibilidade de habilitação e formação de conhecimento para o próprio exercício da agência (Giddens, 1991, p. 161). Este conhecimento em particular pode favorecer a performance do sujeito na construção de um modo de vida com equilíbrio ambiental e com mais protagonismo, visto que ele se permite ser mais reflexivo e mais ativo na busca pelo bem-estar pessoal, o que, por consequência, pode trazer implicações ao coletivo. Assim, forma-se um contexto reflexivo, em que o ócio ganha abertura para se desenvolver (Novaes, 2012) como prática cultural propulsora de experiências gratificantes e criativas (Cuenca Cabeza, 2000, 2006).

No que concerne ao recorte específico desta investigação, consideramos importante esclarecer as perspectivas teóricas através das quais entendemos o conceito de cultura e práticas culturais. Quando pensámos numa definição de cultura que sustentasse a nossa abordagem, optámos pela orientação do campo dos Estudos Culturais, que juntamente com o construtivismo e a fenomenologia, formam as nossas bases teóricas e epistemológicas fundadoras, das quais falaremos no capítulo 5.

Percebemos a complexidade envolvida em torno da definição de cultura, bem como a existência de segmentações e de categorias que ajudam a explicar, e tentam especificar alguns aspectos sobre o conceito. Sendo assim, propomos, neste espaço introdutório, uma breve reflexão em torno de alguns dos aspectos fundamentais para uma definição de cultura adequada para esta investigação. Assim sendo, consideramos que são duas as questões são primordiais: os sentidos construídos a partir da experiência, especialmente através de um investimento de reflexão e aprendizagem, e o destaque da agência ou performance política dos sujeitos sociais. A primeira questão remete para o trabalho reflexivo ou intelectual perante a prática cultural. O que se torna particularmente interessante se for pensado sob o ponto de vista da experiência de ócio como possibilidade de desenvolvimento humano em âmbitos variados (Csikszentmihalyi & Csikszentmihalyi, 1998; Cuenca Cabeza, 2006). O que pode ocorrer, por exemplo, através da criatividade que se constitui após o trabalho reflexivo (Maheirie, 2002). A questão da agência é uma referência direta às características do objeto de estudo desta investigação: o Movimento de Transição através da iniciativa local Aveiro em Transição. Portanto, parece-nos pertinente uma definição de cultura que valorize a reflexão, a partir das práticas culturais e da experiência, e a performance social e política do sujeito.

Williams (1963) considera que o conceito de cultura é amplo porque acompanha naturalmente a evolução humana. O autor refere que a definição³ de cultura é parametrizada com base num processo geral de desenvolvimento humano que leva à descoberta de valores particulares dos indivíduos, ao mesmo tempo que produz um legado social inegável. Raymond Williams, Richard Hoggard e E. P. Thompson acreditavam que a cultura é uma dimensão sem a qual não se conseguiria pensar adequadamente as transformações históricas ocorridas no passado e presente (Hall, 1980). Estes três autores marcaram o nascimento dos Estudos Culturais a partir de 1950 e, em 1964, fundaram o Center for Contemporary Cultural Studies (CCCS), em Birmingham, na Inglaterra (C. Barker, 2003; Escosteguy, 2001; Hall, 1980). Foi neste centro que publicaram os estudos⁴ que distinguiram os Estudos Culturais pelo desenvolvimento de uma política de produção reflexiva e intelectual (Hall, 1980, p. 58). Stuart Hall é um outro nome importante para os Estudos Culturais, para quem o conceito de cultura levanta questões diretamente relacionadas com as grandes mudanças históricas que a indústria, a democracia e as classes sociais representam (Hall, 1980). Williams (1963) chega a uma noção geral sobre cultura através da conciliação de três definições: i) cultura como um estado ideal sobre a vida humana, em que se pretende descrever e analisar valores universais e permanentemente referenciados na vida e trabalho dos sujeitos sociais; ii) cultura como uma narrativa, em que o trabalho intelectual e imaginativo só é valorizado pelos registros escritos e imagéticos; e, por fim, iii) cultura através de uma definição social que trata do processo geral da arte e da aprendizagem como um subproduto dos reais interesses da sociedade. Williams argumenta que existem méritos e equívocos nessas três definições, portanto, é importante conjugar aspectos de cada uma delas. Para ele, numa forma mais ampla, uma definição de cultura deve contemplar, não só a produção intelectual, formativa e artística, mas também as práticas das instituições e as formas de comportamento humano. Para isso, é necessário olhar para os sentidos e valores sociais e para todo o registro da atividade criativa humana (Williams, 1963, pp. 59-60). Assim, através de Williams (1963), podemos entender as práticas culturais como sendo as marcas dessa atividade criativa, de modo que isso inclui a dimensão individual e coletiva do âmbito social.

³ A dificuldade de elaboração de uma definição específica de cultura não precisa ser vista como uma desvantagem, pode sim ser contemplada como uma complexidade genuína correspondente a elementos reais da experiência humana (Williams, 1963, p. 59).

⁴ *Uses of Literacy* (Hoggard, 1957); *Culture and Society* (Williams, 1958) e *Making of the English working class* (E. P. Thompson, 1963).

É importante lembrarmos que “toda ação social é cultural, que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são também práticas de significação” (Hall, 1997b, p. 2). Kellner e Durham (2006, p. 94) destacam a contribuição de Williams para uma concepção alargada de cultura que não se restringe às questões literárias dominantes da academia britânica, visto que define cultura como um meio de vida, incluindo produtos culturais, modos de sensibilidades, valores e práticas (ver também Williams, 1963).

C. Barker (2003) resume e generaliza a linha de definição de cultura, comumente defendida pelos investigadores ligados aos Estudos Culturais, como um conjunto de práticas de significação diante das representações (como o mundo é socialmente construído e representado para e através de formas significativas). Nesse sentido, gera-se uma demanda de conhecimento em torno da produção de significados em diferentes contextos (C. Barker, 2003, p. 8). Sobre esta conceitualização da cultura, baseada numa esfera institucional dedicada à construção do significado. Sewell Jr. (2005) alerta para o problema de se reduzir a cultura ao pressuposto de que as formações sociais são constituídas por grupos de instituições dedicadas a atividades especializadas, que são, no geral, convencionadas pelas esferas da política, da economia, da sociedade e da cultura. No caso da esfera cultural, geralmente, realizam-se análises voltadas para as artes visuais, a música, o teatro, a moda, a literatura, a religião, os média e a educação. O estudo da cultura, se é que a cultura pode ser definida dessa maneira, é o estudo das atividades que se realizam dentro dessas esferas institucionalmente definidas e dos significados produzidos nelas. Esta concepção pode passar a ideia de que esses significados específicos têm uma importância reduzida em outras esferas, ou que a esfera cultural pode ser restritiva e elitista (Sewell Jr., 2005, pp. 41-42). Desse modo, entendemos a necessidade de abertura e abrangência da definição de cultura, o que pode, em nosso entendimento, contribuir para democratizar e ampliar o escopo das práticas culturais e dos sujeitos sociais envolvidos.

Williams (1963), C. Barker (2003) e Sewell Jr. (2005) concordam que não há uma definição específica de cultura que seja consistente e que contemple todos os tipos de análises. Argumentam, por isso, que o caminho mais coerente será o de generalizar, de forma a atingir os contextos mais diversos possíveis, ou moldar um conceito, conforme as especificações do que se pretende analisar.

Sendo assim, o conceito de cultura surge como um modo de vida, em que coexistem diferentes produtos da criatividade humana, valores, práticas, modos de sensibilidades e um conjunto de práticas de significação, conforme podemos perceber através de C. Barker (2003),

Kellner e Durham (2006) e Williams (1963, 2012). A estes autores associamos a definição de Sewell Jr. (2005) que vê a cultura como um processo performativo do agente social. O autor explica que, como forma de reação ao entendimento de cultura da antropologia cultural – como sistema de símbolos e sentidos que opera como uma estrutura determinada de comportamento humano –, no final do século XX, passou-se a abordar a cultura como uma esfera de atividade prática que se referia às relações de poder, lutas, contradições e mudanças. A partir dessa perspectiva, a cultura era entendida menos como uma estrutura autônoma de sentido e, em vez disso, surgia como uma reformulação do termo performativo, como um domínio de sentido constantemente produzido e reproduzido pelos agentes sociais, numa performance de sentido não sistematizada e linear (Sewell Jr., 2005, pp. 76-78). Entendemos, por isso, que as práticas culturais recebem tanto a influência das estruturas sociais, quanto têm a oportunidade de serem desenvolvidas pela autonomia e produção de sentidos dos sujeitos, em seus processos de agência e performance social. A cultura mantém um caráter estrutural⁵, porém está sempre em diálogo e em transformação com outras dimensões do social/cultural.

Após definirmos esses parâmetros conceituais e destacarmos o nosso interesse no entendimento do ócio como uma prática cultural alicerçada na subjetividade, no despertar de uma performance social e política e na construção de um modo de vida com mais reflexão e equilíbrio ambiental, é importante apresentarmos o contexto português que despertou o desenvolvimento desta investigação.

O período coincidente com o início desta investigação, entre 2012 e 2013, foi propício à observação dos fatos sobre as consequências da crise socioeconômica na Europa e, no caso particular em que temos interesse, sobre as consequências sociais e culturais em Portugal. Através dos média, notamos a intensificação de notícias sobre a situação política, econômica e social portuguesa que chamavam a atenção para os acordos financeiros com a União Europeia, os relatos de pessoas desempregadas, a situação de pobreza e falta de condições de sobrevivência, tanto de jovens quanto de idosos. Eram abundantes as notícias sobre o aumento da emigração de portugueses que partiam com o objetivo de buscar melhores oportunidades profissionais e melhores condições de vida. Com a visualização deste panorama social, percebemos que os discursos dos portugueses nos média tinham um teor de insegurança em

⁵ A cultura continua a ser estrutura mas é modificada nos seus efeitos através da contradição, contestação e formas constantes de mudanças através das quais ela é implementada na prática. Se prática implica sistema, sistemas existem somente na continuidade que lhe é conferida pela série de práticas que a exemplificam. O problema para o historiador torna-se como conceitualizar a articulação ou a interação do sistema e da prática. Cultura não é um tipo particular de prática, nem práticas que ocorrem em uma locação social particular (Sewell Jr., 2005, pp. 38-41).

relação ao futuro e uma falta de perspectiva e motivação perante a vida. Identificamos que, em alguns casos, a insatisfação gerava reações, como os jovens que tentavam sair do país ou as pessoas que participavam de projetos e iniciativas sociais. A partir desta percepção, questionamos a existência de reações, a este contexto social, que tivessem um enfoque construtivo, que instigassem o exercício da performance social e política e, por consequência, do empoderamento dos sujeitos sociais.

Mais do que notar as evidências do desgaste emocional trazido pela instabilidade do contexto social e econômico, a perspectiva de crise fez-nos refletir sobre a importância de valorizar as subjetividades nesse contexto, especialmente em relação à oportunidade de crescimento e ação sobre o que pode ser criado, transformado e valorizado. Outro pensamento recorrente era de que a crise seria um contexto favorável para pensar no que é primordial, no que faz sentido para o sujeito em particular, mas não deixando de pensar no coletivo, no comunitário e no contexto ambiental.

A partir do contato com o conceito de ócio, especialmente na sua perspectiva humanista (Cuenca Cabeza, 2000), vislumbrou-se a possibilidade de construção ou reconstrução de um modo de vida mais sustentável e equilibrado no que se refere à relação entre ambiente, trabalho e ócio. A cidade de Bilbao, em Espanha, é um exemplo de reconstrução a partir de uma crise, através da criação de contextos e espaços para o lazer e para experiências de ócio. Há 30 anos, a cidade passou por um processo de falência da sua atividade industrial. A Universidade de Deusto, apoiada pelas instituições locais, teve a visão de pensar e valorizar, por exemplo, o tempo das pessoas desempregadas⁶ (Um sistema sustentável precisa do ócio, 2015). Atualmente, Bilbao apresenta-se como uma cidade preocupada com a relação entre os cidadãos e o espaço urbano e, conseqüentemente, com o tipo de experiências que possam vir a ter no que toca ao cenário social e ambiental. Bilbao pode ser reconhecida também pelos projetos de desenvolvimento econômico que ligam o urbanismo à arte, reforçando a possibilidade de unir experiências culturais com o desenvolvimento da economia, da sustentabilidade ambiental e do bem-estar social.

A partir de um cenário de crise e da ideia de reconstrução através da prática do ócio, passamos a observar projetos e iniciativas portuguesas que pudessem responder a esta tensão gerada pelos efeitos da crise, mas não só. Era interessante conhecer iniciativas que tivessem uma visão integradora, de maneira que colocassem em diálogo questões derivadas de diversos contextos e

⁶ Declarações de Maria Manuel Baptista à revista *Visão*, em entrevista no dia 28 de setembro de 2015. A entrevista pode ser consultada em <http://visao.sapo.pt/um-sistema-sustentavel-precisa-do-ocio=f831559>

que, nesse sentido, fossem ao encontro da ideia de um modo de vida com mais reflexão e equilíbrio ambiental. No âmbito desta investigação, o cenário de crise socioeconômica foi um ponto de partida para se pensar noutros tipos de crises e de instabilidades, em práticas de resistência e de construção de um modo alternativo de vida que possam levar a experiências gratificantes.

Ao realizar um breve estudo exploratório, através de observação em redes sociais e *websites*, encontrámos iniciativas relacionadas com a expressão da criatividade, da solidariedade e destinadas a pensar em soluções para desafios sociais, económicos e ambientais através da participação comunitária. As iniciativas encontradas propunham um modo de vida mais sustentável, no que se refere ao ambiente e ao bem-estar pessoal e coletivo, e uma visão integradora ou holística da vida social (como algumas dessas iniciativas costumam denominar). Nesse âmbito, identificamos a existência de iniciativas como: Amo Portugal, Re-food, Amigos das Bicicletas, Casa do Rio e HortUA⁷. No capítulo 5 voltaremos a falar de cada uma dessas iniciativas, explicitando o papel deste trabalho de observação e análise exploratória para a definição dos objetos de estudo desta investigação.

Após realizar um mapeamento exploratório, chegamos à Aveiro em Transição, uma iniciativa derivada do projeto HortUA fundada por professores e alunos da Universidade de Aveiro, assim como por pessoas da comunidade. O projeto passou por transformações e alguns de seus participantes decidiram criar a Aveiro em Transição – que está ligada aos princípios e objetivos do movimento internacional de Transição. A partir daqui, vimos uma oportunidade de estudar e problematizar em torno de um objeto amplo e que dialoga com vários âmbitos, entre eles o ambiente, a economia, a vida comunitária, a participação política e o desenvolvimento pessoal. Para esta investigação, o Movimento de Transição (MT) tanto é objeto de estudo, quanto uma base teórica para o estudo aprofundado da iniciativa local Aveiro em Transição (AeT). O movimento internacional de Transição ou *Transition Towns* como ficou conhecido inicialmente na Inglaterra, de onde é originário, é um movimento global que agrega iniciativas em mais de 43 países e atua preponderantemente nas vertentes ambiental, social e económica. A ligação do movimento a essas três vertentes destaca-se pelo apoio às reações e soluções, vindas de pessoas e de comunidades, respeitantes à diminuição das fontes de combustíveis fósseis e às consequências das mudanças climáticas (Hopkins & Lipman, 2009; Mason & Whitehead, 2012).

⁷ Essas iniciativas foram estudadas através de uma análise exploratória realizada para o artigo “Os jovens e as reações construtivas à crise em Portugal: a relação com a experiência de ócio” publicado no livro de atas do “Ociogune 2013”, realizado pelo Instituto de Estudios de Ocio da Universidade de Deusto, Bilbao/ES.

Contudo, esta definição torna-se restrita, já que, pelo discurso do MT se vê uma série de possibilidades e maneiras de atuar, tais como: a busca pela resiliência diante dos desafios ambientais, a busca pela localização da economia, a reflexão perante as tomadas de decisões refletidas no desenvolvimento de práticas sustentáveis e na construção de comunidades mais resilientes e felizes em decorrência desses aspectos e da transformação subjetiva, denominada pelo movimento como transição interior (Hopkins & Lipman, 2009)⁸. O MT tem sido considerado um objeto de estudo favorável à associação com diferentes linhas teóricas (Scott-Cato & Hillier, 2010) e, nesse sentido, podemos destacar algumas dessas abordagens com o intuito de perceber os direcionamentos já construídos e as possibilidades em aberto.

Existem estudos dedicados à compreensão e questionamento da crise ambiental, principalmente o pico do petróleo e as consequências das alterações climáticas, que utilizam o MT e outros movimentos semelhantes como objeto principal de análise. Alguns desses estudos falam sobre o localismo do movimento, nomeadamente a busca por soluções locais para os desafios ambientais globais, a sua capacidade de alcance e articulação política e os seus posicionamentos frente às problemáticas ambientais, e ao seu próprio desempenho como movimento. Por um lado, a abordagem do MT foi entendida, algumas vezes, como precipitada em relação ao pico do petróleo, excessivamente focada no localismo e pouco conectada a questões como gênero, etnia e direitos humanos. O MT foi visto também como pouco democrático, composto primordialmente por pessoas de alta formação e da classe média (ver por exemplo, Alexander & Aloun, 2014; Bettini & Karaliotas, 2013; Felicetti, 2014; Kirwan, Ilbery, Maye & Carey, 2013). Nos capítulos 1 e 6, estas questões serão desenvolvidas e discutidas. Por outro lado, há estudos que abordam a questão do engajamento da comunidade sob outras perspectivas, problematizando o MT como um modelo de governança, desenvolvimento sustentável ou modelo econômico, cívico e democrático (ver por exemplo, Aiken, 2015; Bhattacharya, 2012; Connors & McDonald, 2010; Ganesh & Zoller, 2014). A relação do MT com a inclusão e a diversidade continua a ser um tema a ser estudado e questionado, no sentido da relação com as questões de poder e engajamento comunitário (Fernandes-Jesus, Carvalho, Fernandes & Bento, 2017) ou no sentido de como estes dois aspectos se refletem na construção de comunidades resilientes (Cohen, 2010), conforme destaca o discurso do movimento.

⁸ Informação retirada do *website* do Transition Network, disponível em <https://www.transitionnetwork.org/>

As motivações e as consequências da agência do sujeito em relação às questões ambientais são aspectos que já foram também estudados através do MT. Em De Vargas Ortiz (2011), as experiências dos sujeitos ou agentes aparecem como uma base empírica que permite a compreensão das tensões existentes entre o ambiente e o contexto sociopolítico. Neste estudo procuramos compreender as motivações para o desenvolvimento da agência ambiental, assim como as ações realizadas, os valores, as limitações e as perspectivas futuras para um processo de participação política.

Num contexto mais amplo sobre sustentabilidade, Coenen, Benneworth e Truffer (2012) falam sobre um conceito de transição relativo à necessidade de adaptar as sociedades para aderirem a um modelo sustentável de produção e de consumo. Este estudo apresenta uma contribuição interessante no sentido de reconhecer a diversidade dos processos de transição relacionada com a desigualdade territorial e com a multiplicidade de redes locais e globais, instituições e competências e tecnologias sociotécnicas específicas.

Relativamente às abordagens variadas sobre o MT ou sobre temáticas relacionadas, Matos (2012) aponta que fazem falta estudos a medir o impacto socioeconômico das ações realizadas pelos grupos de Transição nas comunidades, assim como estudos que caracterizem o movimento global através do conhecimento sobre as iniciativas locais e os seus agentes. “É importante também aferir fatores de sucesso e insucesso das iniciativas locais e relacioná-los com níveis de apropriação e adaptação deste modelo de transição à cultura portuguesa, incluindo apropriações individuais, coletivas e institucionais” (Matos, 2012, p. 99). É pois necessário ampliar a discussão sobre os contextos locais em que as iniciativas de Transição se desenvolvem, principalmente para além do contexto anglo-saxônico (Feola & Nunes, 2013; Mason & Whitehead 2012). Em Portugal, encontramos poucos estudos sobre a Transição ao nível nacional e local. No entanto, destacamos o estudo “Community engagement in the Transition movement: views and practices in Portuguese initiatives” (Fernandes-Jesus et al., 2017) que se propõe a desenvolver a análise da Transição em Portugal, especialmente ao nível da reflexão sobre as iniciativas locais. Este estudo é direcionado para as questões que envolvem a participação comunitária e o engajamento comunitário, a nível local, bem como poder e diversidade. Os resultados deste estudo sugerem reflexões em torno de temas que foram considerados importantes para o desenvolvimento do engajamento das comunidades, tais como a diversidade e inclusão; agência, poder e estruturas sociopolíticas; as mensagens produzidas pelo discurso do MT; os modos de engajamento; e as barreiras para o envolvimento no

movimento. Assim como a maioria dos estudos mais críticos sobre o tipo de abordagem e a eficácia do MT, este estudo questiona os níveis de participação (engajamento comunitário) e as práticas que visam os objetivos propostos, tanto em nível global quanto local.

Pensando nas perspectivas através das quais o MT já foi estudado e nas possibilidades de articulações com diferentes linhas teóricas, esta investigação pretende contribuir com o desenvolvimento de estudos voltados aos processos locais do MT, especificamente a ênfase no sujeito e suas experiências como agentes ou dinamizadores ambientados no contexto português. Enquanto movimento local, consideramos que Aveiro em Transição se enquadra neste diagnóstico de necessidade de expansão, consolidação de práticas e de desenvolvimento de um discurso mais crítico sobre o próprio movimento. No entanto, fomos motivados pela ideia de estudar uma iniciativa local de Transição e compreender questões relativas aos modos de vida dos seus dinamizadores, às práticas de reflexão e de fomento ao equilíbrio ambiental a partir deste contexto. O viés teórico escolhido foi a articulação dos Estudos Culturais com os Estudos de Ócio, com o desenvolvimento de uma abordagem teórica que possibilita destacar a subjetividade do agente dinamizador do MT.

Em relação aos Estudos de Ócio, o despertar para a realização desta investigação foi motivado, num primeiro momento, no seminário “Ócio, Lazer e Tempo Livre nas Culturas Contemporâneas” ministrado pelo Professor da Universidade de Fortaleza/Brasil, José Clerton de Oliveira Martins, em 2012, no âmbito do Programa Doutoral em Estudos Culturais – uma parceria entre as Universidades de Aveiro e Minho.

O contato com os Estudos de Ócio, instigou-nos a pensar no desenvolvimento pessoal e comunitário, e nas consequências das transformações culturais para a vida cotidiana dos sujeitos sociais e para as suas experiências, através do ambiente físico, social e cultural. Hall (1997a) escreve sobre as transformações culturais, ao mesmo tempo que assinala a importância e a centralidade da cultura nas práticas sociais a partir da revolução industrial. O autor mostra-nos que há um redimensionamento do valor e do lugar do trabalho, e das diferentes ocupações e intervenções que os sujeitos podem desenvolver, bem como do lazer e dos modos de fruição e expressão criativa, que são reveladores das subjetividades e propulsores do processo de formação das identidades culturais. O conjunto das circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências vividas contribuem para a formação da nossa identidade, de uma forma muito peculiar e mediada pela cultura (Hall, 1997a, pp. 21-22).

No que se refere ao ócio como uma forma de reação construtiva a crises ou tensões sociais e culturais, apesar de considerarmos relevante pensar sobre a perspectiva de superação a partir de momentos de instabilidades, devemos destacar que as experiências de ócio não pressupõem necessariamente que os sujeitos sociais estejam a viver momentos de crise ou de tensão. De acordo com Csikszentmihalyi & Csikszentmihalyi (1998) e Cuenca Cabeza (2000, 2006), as experiências de ócio podem promover o desenvolvimento humano em vários contextos da vida.

Ao entrarmos em contato com os referenciais teóricos, nas diferentes vertentes do conceito de ócio e a sua elaboração enquanto experiência humana, identificamos dois enfoques principais: os Estudos de Ócio ibero-americanos e os *Leisure Studies* de origem anglo-saxônica. Os estudos ibero-americanos englobam uma visão do ócio e do lazer, principalmente a partir da Psicologia, das Ciências Sociais e dos estudos na área da Educação Física. Essas abordagens são realizadas em países da América Latina como Brasil, Chile, Colômbia e da Europa, nomeadamente Espanha e Portugal, entre outros países pertencentes a Rede Ibero-Americana de Estudos de Ócio – OTIUM. Nesse sentido, são desenvolvidos estudos, principalmente em língua portuguesa e espanhola, que englobam também uma perspectiva do ócio a partir dos Estudos Culturais, no caso específico de Portugal. O representante europeu e membro fundador da Rede Otium, Espanha, através do Instituto de Estudios de Ocio, da Universidade de Deusto, trabalha a vertente do ócio como um fator de desenvolvimento humano e considera a implementação de um processo de educação para o ócio. Os desdobramentos do ócio enquanto experiência são estudados pelo instituto espanhol e por alguns investigadores do Núcleo de Estudos em Cultura e Ócio - NECO, do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro/Portugal, e pelo Laboratório Otium de estudos de ócio, trabalho e tempo livre da Universidade de Fortaleza/Brasil.

No lado dos *Leisure Studies*, as abordagens contemplam os conceitos relativos ao lazer, numa lógica de produto para consumo, como são por exemplo o turismo, o entretenimento e as indústrias culturais. Contemplam também uma noção de lazer elaborada pelos aspectos da imaginação, aprendizagem, sensação de liberdade e autotelismo, que são aspectos mais próximos ao conceito de ócio. Na vertente anglo-saxônica, o conceito de ócio só é elucidado pela comparação entre lazer e trabalho, e pela compreensão da intensidade semântica do verbo *to play* e as suas especificações de sentido que vão ao encontro de aspectos relativos ao ócio, pois recobrem atividades lúdicas, de lazer e de cultura (Baptista, 2016 e Rojek, 1995). A explicitação

sobre o conceito de ócio, em que recai o entendimento da experiência no âmbito da cultura ibero-americana e anglo-saxônica, será aprofundada no capítulo 4.

O entendimento teórico-empírico sobre a experiência de ócio, que se pretende desenvolver nesta investigação, envolve aspectos que podem influenciar a experiência dos sujeitos sociais em iniciativas comunitárias como a autonomia, o empoderamento, a consciência sobre si e sobre o contexto em que se vive, a noção de tempo e de sustentabilidade, num sentido que se refere ao ambiente e à solidariedade. Entendemos que o conjunto formado por estes aspectos pode implicar um potencial transformador das ações sociais e, subseqüentemente, das práticas culturais. Isto porque, de acordo com Hall (1997a), o domínio constituído pelas atividades, instituições e práticas culturais expandiu-se de modo que a cultura tem assumido uma função primordial no que diz respeito à estrutura e organização da sociedade pós-moderna, aos processos de desenvolvimento do meio ambiente global e à disposição de seus recursos econômicos e materiais. Estas transformações ao nível social e cultural configuram novos modos de resistência ou revoluções culturais. O autor explica ainda que é nesta teia de sociedades com histórias distintas, diferentes modos de vida, em diferentes estágios de desenvolvimento, que se formam as revoluções culturais a nível global, causadoras de impacto sobre os modos de viver, sobre o sentido que as pessoas dão à vida, sobre suas aspirações de futuro e, portanto, sobre a cultura num sentido mais local (Hall, 1997a, pp. 2-4). É sob este prisma que vemos o ócio, um direito capaz de possibilitar o desenvolvimento humano e constituir uma forma de resistência aos padrões sugeridos pelas culturas contemporâneas.

Deste modo, acreditamos que a participação em iniciativas de Transição constitui uma maneira de conjugar questões ambientais, sociais, econômicas com uma oportunidade de subjetivação e desenvolvimento da subjetividade. Ou seja, subjetivação no sentido da formação do sujeito consciente de si (Touraine, 2005), do outro e do entorno em que vive (Hegel, 1941/1992), o que ocorre, segundo Blackman et al. (2008), através de construções discursivas e do desenvolvimento da subjetividade, no sentido do conhecimento e autoconhecimento produzido a partir das experiências (Larossa, 2002; Amatuzzi, 2006).

A partir deste cenário teórico-empírico, a questão de investigação que orientou esta tese foi: de que modo o ócio pode ser uma prática de resistência que possibilita a performance social e política através de uma iniciativa social voltada para as questões socioambientais?

O objetivo geral desta investigação alinhou-se no sentido de analisar o ócio enquanto prática de resistência e oportunidade de performance política e social através da participação na iniciativa comunitária Aveiro em Transição.

Especificamente, desejamos:

- a) discutir a relação entre sistema capitalista, trabalho, ócio e ambiente a partir do quadro de transformações culturais contemporâneas;
- b) contribuir para a discussão teórica sobre uma concepção contemporânea de ócio que aborde a relação entre ócio, ambiente e subjetividade;
- c) examinar as principais práticas desenvolvidas pela iniciativa Aveiro em Transição e o modo como incorporam relações entre ócio e ambiente;
- d) identificar aspectos relevantes para o desenvolvimento da performance social e política através da participação na Aveiro em Transição;
- e) perceber o ócio enquanto prática de resistência a partir da subjetividade implicada nos relatos sobre as experiências dos dinamizadores da Aveiro em Transição

No âmbito desta investigação, o MT possibilitou a elaboração de uma contextualização teórica que incluiu os diversos estudos sobre o movimento (incluindo os estudos publicados pelo movimento, especialmente através do seu principal fundador Rob Hopkins) e alguns tópicos da literatura sobre os novos movimentos sociais ou movimentos sociais contemporâneos. Para além desta instância teórica, o Movimento de Transição compõe o objeto de estudo da investigação, na medida em que para estudar a iniciativa local Aveiro em Transição, foi fundamental compreender os princípios e as formas de atuação do movimento ao nível internacional.

Optamos por desenvolver uma abordagem etnográfica na iniciativa local Aveiro em Transição, da cidade de Aveiro/Portugal, com base no pressuposto de que esta iniciativa poderia ser estudada ao nível de suas práticas e sentidos sobre as experiências dos seus agentes dinamizadores, e pelo potencial de compreensão da subjetividade a partir destes sujeitos. Poderíamos observar e analisar melhor este fenómeno, através da imersão numa iniciativa local devido às experiências a que o investigador estaria exposto, à construção da interpretação sobre as experiências relatadas pelos sujeitos estudados, e pelo fato de que o localismo é uma característica marcante para o desenvolvimento do movimento que, assumidamente quer “buscar soluções locais para desafios globais”⁹ (Hopkins, 2008). Outro pressuposto era que este potencial de percepção da

⁹ Informação retirada do *website* do Transition Network, disponível em <https://www.transitionnetwork.org/>

subjetividade, nesta iniciativa local, indicava um caminho viável para a compreensão da relação entre ócio e ambiente e das práticas e experiências que levam à construção de um modo de vida com mais reflexão e equilíbrio ambiental. Estava aqui o potencial deste objeto de estudo para a compreensão das nossas questões de investigação e para o alcance dos nossos objetivos.

A fenomenologia foi uma base epistemológica que orientou preponderantemente todo o percurso metodológico, especialmente no destaque dado às vozes dos sujeitos estudados e pelo processo de interpretação do investigador durante a abordagem etnográfica. A abordagem etnográfica incluiu observação, observação participante e entrevistas. As técnicas de observação participante nas atividades realizadas pela iniciativa resultaram na criação de diários de campo. A observação foi efetuada nas páginas oficiais dos grupos de trabalho da Aveiro em Transição, no Facebook ou páginas específicas da internet, e as entrevistas foram feitas junto aos seus principais dinamizadores. Fez ainda parte do processo etnográfico a observação e análise sobre informações e textos publicados pelo Movimento de Transição internacional.

Esta investigação é composta por um capítulo de contextualização teórica sobre o Movimento de Transição e os movimentos sociais contemporâneos, três capítulos de enquadramento teórico, um capítulo sobre metodologia, métodos e bases epistemológicas e três capítulos referentes ao estudo empírico.

No capítulo 1 contextualizamos o MT com base nas principais características do movimento, seus princípios fundadores e uma descrição sobre a sua principal plataforma de comunicação, a Transition Network. Dentro desta contextualização, a rede de comunicação da Transição em Portugal foi um exemplo utilizado para ilustrar os níveis de descentralização do movimento. Ainda neste capítulo, consideramos importante contextualizar teoricamente o MT, refletindo sobre como os movimentos sociais contemporâneos são geralmente orientados pelas questões que envolvem as identidades, as políticas culturais e o estado atual das ações políticas, o que resulta na abordagem a temas como as problemáticas ambientais, direitos humanos, paz, feminismo, questões éticas, anti raciais e outras denominadas minorias organizadas (Weir, 1993).

No capítulo 2 propomos uma reflexão sobre as consequências trazidas pelo sistema econômico capitalista para os sujeitos sociais, especificamente para suas práticas culturais relacionadas com o trabalho, tempo para lazer e fruição do ócio, e para o processo de formação das suas identidades. Procuramos conhecer o contexto através do qual a ideia de ociosidade se formou e

como esta tem influenciado a ideia de ócio, a partir de uma visão geral, desde a revolução industrial até à contemporaneidade.

No capítulo 3, o nosso objetivo é o de identificar os aspectos marcantes para o entendimento da interação entre o ambiente e a sociedade e, ao mesmo tempo, perceber as possíveis tensões que podem dar origem às motivações para participar de um movimento como o MT ou de uma iniciativa como AeT. Em termos teóricos, identificamos a sustentabilidade e o desenvolvimento comunitário como conceitos pertinentes para o desenvolvimento de discussões sobre a relação entre ócio e ambiente.

No capítulo 4 revisitamos o conceito de ócio através da identificação das suas vertentes nos *Leisure Studies* – âmbito da cultura anglo-saxônica e nos Estudos de Ócio – âmbito ibero-americano. No final, propomos pensar sobre uma concepção contemporânea de ócio através da clarificação da relação entre ócio, ambiente e experiência.

O propósito do capítulo 5 foi o de apresentar as bases teórico-metodológicas e epistemológicas que orientaram a investigação, assim como descrever o caminho percorrido em termos de métodos e técnicas de recolha de dados.

No capítulo 6 analisamos e discutimos a atuação do Movimento de Transição, através de três temas centrais: o posicionamento político, a transição interna e a transição externa. Realizamos uma análise temática a partir de algumas publicações do MT e de conteúdos publicados na sua plataforma de comunicação Transition Network.

No capítulo 7 apresentamos a iniciativa comunitária Aveiro em Transição através das observações e experiências vividas por meio da abordagem etnográfica. Realizou-se um exercício de identificação das principais práticas desenvolvidas pelos seis grupos de trabalho da iniciativa.

No capítulo 8 analisamos 10 entrevistas feitas aos principais dinamizadores da Aveiro em Transição com base no método da análise interpretativa fenomenológica (Larson & Holmstrom, 2007; Smith, Jarman & Osborn, 1999). Através de um guião semiestruturado, procuramos saber, através das questões, qual a visão dos entrevistados sobre as suas experiências na AeT, bem como os seus posicionamentos em relação a temas centrais para o MT.

Consideramos fundamental destacar que a elaboração subjetiva envolvendo a experiência de ócio não produz necessariamente efeitos positivos para os indivíduos. Os efeitos do autoconhecimento são de âmbito pessoal e, portanto, dependem de particularidades que não podem, como é claro, ser generalizadas e localizadas dentro de padrões de sentidos e comportamentos. A forma como cada um lida com os efeitos do ócio, como transforma o seu

mundo interior em relação ao mundo exterior, pode ter influências variáveis das estruturas sociais e práticas culturais predominantes. No entanto, esta investigação defende o exercício da performance social e política ou agência (Sewell Jr., 1992, 2005) do sujeito social como resultado da produção de cultura e como uma forma de resistência aos modelos propostos pelas estruturas. Acreditamos que, neste contexto, o conceito de ócio pode ser discutido e a experiência de ócio pode ser construída.

A importância desta investigação reside na identificação de novos contextos em que a experiência de ócio pode ser vivida e na clarificação da relação entre ócio, ambiente e experiência para uma concepção contemporânea de ócio. Para além das perspectivas teóricas trazidas pelos estudos de ócio ibero-americanos e anglo-saxónicos, acreditamos ser pertinente formalizar uma concepção contemporânea do ócio embasada pelo campo dos Estudos Culturais. Esta concepção abarcaria a dimensão política e filosófica da experiência de ócio, defendida por Baptista (2016) e Baptista e Latif (2017), e a contraposição aos efeitos nocivos do capitalismo, principalmente, o excesso de consumo, a padronização dos estilos de vida e o desequilíbrio ambiental. É o ócio enquanto forma de resistência e oportunidade de exercício da agência ou performance social e política que constitui o viés escolhido por esta investigação¹⁰.

¹⁰ Esta investigação foi escrita em português, com base no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, e segue a grafia brasileira. As citações em língua estrangeira, tanto em espanhol quanto em inglês, foram traduzidas pela investigadora, com exceção das citações de Gorz (2013) - *Bâtir la civilisation du temps libéré* – que foram traduzidas durante sessão de estudos do Núcleo de Estudos em Cultura e Ócio (NECO), Universidade de Aveiro, por um professor especializado em literatura francesa.

Contextualização e enquadramento teórico

Capítulo 1 – Contextualização: o Movimento de Transição e os movimentos sociais contemporâneos

Neste capítulo, apresentamos uma contextualização teórica sobre o Movimento de Transição com base no seu próprio discurso e em fontes secundárias, bem como da reflexão sobre alguns aspectos que caracterizam os novos movimentos sociais ou movimentos sociais contemporâneos.

O Movimento de Transição é tratado nesta investigação como uma instância teórico-empírica. Num primeiro momento, possibilitou a formação de uma base teórica que nos permitiu conhecê-lo e percebê-lo através das suas particularidades, e também da relação com o referencial teórico que engloba os estudos sobre o próprio movimento, bem como os movimentos sociais contemporâneos (MSC), as mobilizações sociais e algumas das implicações sobre estas diferentes formas de ação coletivas. Num segundo momento constituiu a base empírica que nos preparou para iniciar a pesquisa de campo na iniciativa local Aveiro em Transição. Neste capítulo de contextualização, detemos o foco na primeira função.

1.1 No que consiste e como se caracteriza o Movimento de Transição?

De forma geral e resumida, o Movimento de Transição (MT) resulta de preocupações ao nível ambiental, económico e social. O conceito específico de Transição surgiu na Irlanda, em 2005, através do ambientalista, permacultor e professor no Kinsale Further Education College, Rob Hopkins, que orientava um grupo de alunos universitários. Hopkins e seus alunos criaram um Energy Descent Action Plan – um plano de redução do consumo energético para a cidade de Kinsale – que foi oficialmente adotado pela autarquia local (Felicetti, 2014; Mason & Whitehead, 2012). Em 2006, um grupo comunitário lançou a iniciativa Transition Town Totnes, na cidade de Totnes, no Sudoeste do Reino Unido. A iniciativa beneficiou da proximidade ao Schumacher College, um instituto de estudos em Transformative Learning for Sustainable Living, ou seja, em aprendizagem transformadora para uma vida sustentável. Com base nas características particulares de Totnes, a iniciativa rapidamente ganhou reconhecimento e apoiantes locais, incentivando a apropriação do conceito *transition towns* (cidades em transição) e o início da formação de iniciativas de transição por outras comunidades e cidades vizinhas (Mason & Whitehead, 2012).

Uma das definições mais facilmente encontradas sobre o MT é de que este atua para apoiar as reações das comunidades face à diminuição das fontes de petróleo e às mudanças climáticas (Bhattacharya, 2012; Heinberg, 2008; Hopkins & Lipman, 2009; Mason & Whitehead, 2012). Na visão de Heinberg (2008), é bastante plausível que no século XXI, presenciemos a escassez do petróleo a custos mais baixos e também alguns eventos climáticos catastróficos. O autor refere também que a dependência do petróleo torna a sociedade vulnerável devido à exaustão das fontes de combustíveis fósseis e aos efeitos ambientais provocados pela sua busca e consumo incessantes. No entanto, o próprio Heinberg assume a existência de opiniões divergentes que questionem o período exato de ocorrência deste pico do petróleo, argumentando que poderia não ser durante o século XXI e condenando a disseminação de um discurso apocalíptico sobre esses fatores ambientais.

Existem também definições e caracterizações mais abrangentes sobre o MT. Segundo Haxeltine e Seyfang (2009), o movimento é empiricamente interessante porque se engaja em sistemas de provisão, no sentido dos modos de produção e consumo, tendo sempre como base a resiliência e o baixo uso de carbono. Assim, difere dos instrumentos de política mais individualistas que procuram a mudança através de comportamentos de defesa ambiental (Haxeltine & Seyfang, 2009, pp. 4-5). De acordo com Hopkins (2008), a resiliência é entendida como a capacidade de reação de um sistema quando sofre alguma perturbação e de se reorganizar, enquanto está a passar por uma mudança, para que permaneça com a mesma função, estrutura, identidade e reações. Relativamente à Transição, verifica-se que o conceito é aplicado às comunidades e à sua capacidade de serem resistentes a conflitos, desafios e problemáticas locais e globais (Hopkins, 2008, p. 55). O fundador do movimento também considera que a Transição realiza uma abordagem emergente para promover a evolução da sustentabilidade comunitária, sendo que o conceito de Transição está ligado ao período atual situado entre a falência do modelo socioeconômico e a passagem para um novo modelo voltado para a sustentabilidade ambiental, a solidariedade e para o desenvolvimento comunitário (Hopkins, 2008, p. 8). Mason e Whitehead (2012) acrescentam que o movimento se inspira em práticas de permacultura, geração de energia alternativa, produção de alimentos orgânicos e uso de tecnologias de comunicação de uma forma aberta para facilitar a participação (ver também Owen, 1997). A permacultura é uma área de conhecimento e de práticas abrangentes. Bill Mollison e David Holmgren são fundadores do conceito de permacultura. Mollison descreve a permacultura como uma ciência de *design* integrado, o que a integra dentro da cultura da ciência (Holmgren, 2011, p. 2). Holmgren (2011)

caracteriza-a como uma ciência aplicada, na medida em que se preocupa essencialmente com a melhoria do bem-estar humano e da conservação dos bens materiais ao longo do tempo. Ao elaborar estratégias e técnicas das culturas modernas e tradicionais, dentro de uma perspectiva ecológica, procura-se a integração de valores utilitários (Holmgren, 2011). Por um viés mais integrador, pode-se dizer que, com a perspectiva de Hill (2011), percebemos que a permacultura se refere a valores e visões, projetos e sistemas de gestão baseados numa compreensão holística, especialmente no conhecimento bioquímico e psicossocial. Particularmente, preocupa-se com a interação das pessoas com o sistema de gestão de recursos naturais, ao *design* e ao redesenho desses recursos para que possam apoiar a saúde e o bem-estar de todas as gerações presentes e futuras (Hill, 2011, p. v). Apesar de ser permacultor e professor de permacultura, e portanto perceber a importância dos princípios desta ciência e movimento global, Rob Hopkins mostra-se consciente de que a permacultura pode ser criticada por tentar colocar em prática seus princípios sem se preocupar em manter a articulação com a sociedade, estimulando um isolamento em termos de estilo de vida (Brangwyn, 2006, p. 19). Da mesma forma, Hopkins critica os que defendem a ideia de escassez de petróleo barato (pico do petróleo) sem apresentar novas perspectivas para além do colapso social e tecnológico (Brangwyn, 2006, p.19). Estas críticas de Hopkins contribuíram para criar um movimento com base na ideia de transição (Brangwyn, 2006), no sentido da passagem para um novo modelo voltado à sustentabilidade ambiental, à solidariedade e ao desenvolvimento comunitário (Hopkins, 2008). O MT integra diferentes perspectivas na tentativa de superar desafios ambientais e sociais. Aiken (2015) considera que o MT foca-se explicitamente na resiliência e na organização da comunidade. O termo comunidade é usado de forma polissêmica, se não polivalente, e carrega também significados específicos como a visão futura da comunidade e a comunidade na sua possibilidade de resiliência e realocização. Isto é percebido como uma nova adequação da comunidade aos desafios sociais e ambientais mais urgentes e abordados atualmente (Aiken, 2015).

Haxeltine e Seyfang (2009) mostram-nos que o MT pode ser considerado como um movimento experimental situado dentro de um nicho específico de valores de alternativa e de defesa verde, em que cabem as problemáticas ambientais. Neste sentido, é considerado como uma inovação de base ou um nicho sociotécnico. O MT procura superar os desafios deste nicho através da criação de redes, processos de institucionalização e aprendizagem, de maneira que parece pensar cuidadosamente sobre as suas consequências para o conjunto do nicho em que atua

(Haxeltine & Seyfang, 2009, p. 9). A criação de redes e a aprendizagem vão ao encontro do princípio do MT de ativar a partilha e a formação de redes, de modo a contribuir com a construção de uma experiência coletiva que visa o bem-estar das comunidades (Hopkins, 2011). Na Tabela 1 é possível conhecer os sete princípios básicos que sustentam o modelo de Transição (Hopkins, 2011, pp. 77-78):

1. Visão positiva	As iniciativas têm base em visões práticas e tangíveis e procuram criar competências e soluções para a dependência dos combustíveis fósseis ao invés de reagir através de campanhas ou manifestações.
2. Ajudar as pessoas a terem boa informação para as suas tomadas de decisões	Ajudar as pessoas a terem acesso a boa informação e estarem confiantes em suas decisões. As iniciativas dedicam-se a promover a sensibilização em relação às problemáticas ambientais, especialmente, à escassez do petróleo e às mudanças climáticas, através da crítica à insustentabilidade do crescimento econômico. Há o compromisso de apresentar as informações de forma descontraída, envolvente, acessível e articulada.
3. Inclusão e Abertura	As iniciativas devem alcançar a comunidade em sua totalidade. Necessidade de envolver a comunidade empresarial local, os diferentes grupos comunitários e autoridades locais.
4. Ativar a partilha e a formação de redes	As iniciativas partilham os seus sucessos, fracassos, ideias e conexões para as várias escalas em toda a rede de Transição, de modo a construir uma experiência coletiva.
5. Construir resiliência	Capacitar grupos, empresas e comunidades para lidar o melhor possível com a mudança e o conflito. A construção desta resistência atua em setores diversos da sociedade, como a economia, alimentação e energia, atuando de forma local e nacional, através de uma perspectiva global/internacional.
6. Transição interna e externa	Os desafios contemporâneos não são necessariamente causados pelo desenvolvimento da tecnologia, mas, também resultam das nossas crenças e visões de mundo. O impacto da informação sobre o estado do planeta pode gerar barreiras ao empoderamento devido ao sentimento de medo e preocupação, podendo causar a negação diante desses desafios. Alguns modelos psicológicos podem ajudar a entender o que acontece e evitar um processo inconsciente de sabotagem da mudança. Exemplos desses modelos incluem processos de mudança de comportamento, o que, pelo discurso do MT, reflete-se a partir

	do fato de que o modelo de transição prospera porque as pessoas agem conforme o que sentem e acreditam.
7. Subsidiar a auto-organização e a tomada de decisão à escala adequada	A intenção do Modelo de Transição não é centralizar ou controlar a tomada de decisão, mas sim trabalhar em conjunto de forma mais adequada, prática e capacitada, aproveitando, assim, os sistemas espontâneos de auto-organização.

Tabela 1: Princípios do Movimento de Transição

Fonte: Tabela criada com base em Hopkins (2011)

Atualmente existem grupos de Transição em mais de 43 países que dão origem a mais de 1000 iniciativas¹¹. Esses números referem-se aos grupos registrados na plataforma *online* Transition Network¹², no entanto, existem algumas iniciativas não registradas, como é o caso da Aveiro em Transição, em Portugal. Na Figura 1 vê-se, no próprio mapa, a localização tanto das iniciativas locais quanto dos centros nacionais de Transição.

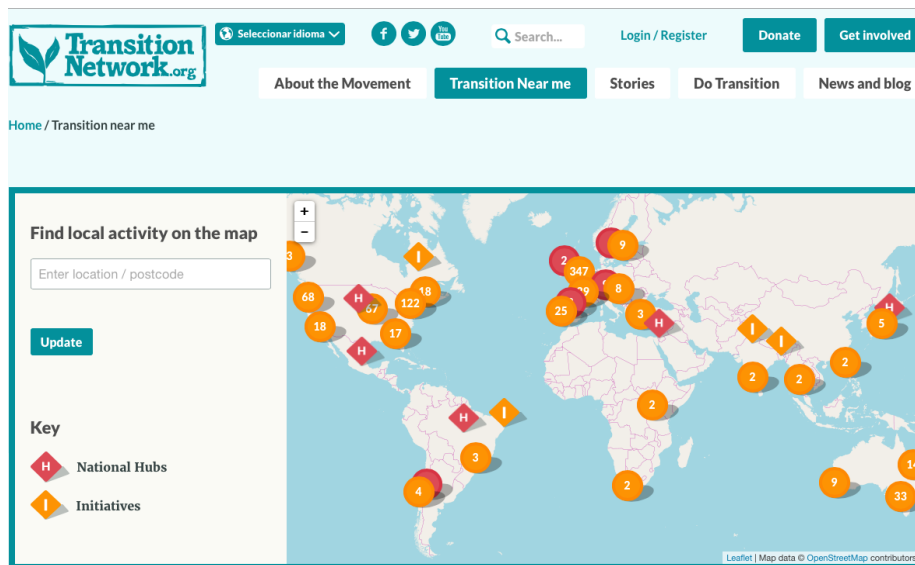


Figura 1: Mapa das iniciativas locais e centros nacionais de Transição

Fonte: <https://www.transitionnetwork.org/>

Para além das inúmeras iniciativas locais de Transição, sinalizadas na cor laranja, a Figura 1 mostra-nos, a vermelho, os *national hubs* ou centros nacionais. Estes centros têm como função apoiar iniciativas de Transição através de formações, promoção de encontros para a partilha de experiências, divulgação de oportunidades de financiamento, entre outras possibilidades de

¹¹ Informação retirada do *website* do Transition Network, disponível em <https://www.transitionnetwork.org/>

¹² Disponível em <https://www.transitionnetwork.org/>

apoio. Os centros nacionais também têm a função de denunciar situações que colidam com os princípios básicos da Transição¹³ como, por exemplo, a exploração de petróleo na região do Algarve/PT, que chegou a ser paralisada em 2016, porque não respeitava na totalidade as regras ambientais e de transparência em relação ao patrimônio ambiental português. Em 2017, os contratos de exploração de petróleo no Algarve ainda estavam a vigorar, o que deu origem a reações de protesto por parte de iniciativas que procuram apresentar fontes energéticas alternativas e defendem a sustentabilidade ecológica (Cerqueira, 2017; Lusa, 2017; Revez, 2017). Ou seja, são nestes espaços de conscientização e de divulgação de formas sustentáveis de vida em sociedade, que atuam os centros nacionais de Transição.

A Transition Network (TN) é um espaço com inúmeras informações e possibilidades de exploração teórica e prática sobre o processo de transição e o movimento em particular. Para além dos aspectos relacionados com a utilização de combustíveis fósseis e as consequências geradas pelas alterações climáticas, o conteúdo da TN destaca a importância dos posicionamentos pessoais diante do ambiente e do lugar/comunidade em que se vive e interage. Nos textos publicados no *site*¹⁴, nota-se o objetivo de demonstrar o quanto o processo de transição é livre, pessoal e pode ser desenvolvido de diversas maneiras. A Transition Network declara, na sua plataforma, ter como objetivo inspirar as pessoas a viver um processo de transição interior e também um processo de transição exterior que agrega e sensibiliza pessoas, comunidades, empresas e instituições, em escala crescente, para as questões ambientais e para uma forma mais feliz e sustentável de viver¹⁵. O movimento considera que fazer transição com sucesso é encontrar equilíbrio entre cabeça, coração e mãos. Através desta metáfora, o discurso apresentado pelo MT procura estimular, por exemplo, que as pessoas possam agir com base em informações confiáveis, em conhecimentos e evidências disponíveis formadas a partir da inteligência coletiva. Esta seria uma ação orientada pela cabeça¹⁶.

Segundo estudo realizado por Feola e Nunes (2013) sobre o efeito de fatores internos e contextuais de sucesso em relação às iniciativas de transição, a maioria das iniciativas considera-se bem-sucedida. Os parâmetros para o sucesso são definidos em função dos aspectos ligados à capacidade de criar conexões sociais, à capacitação e ao impacto ambiental externo. As iniciativas de transição menos bem-sucedidas podem estar subestimando a

¹³ Informação retirada do *website* do Transition Network, disponível em <https://www.transitionnetwork.org/>

¹⁴ Disponível em <https://www.transitionnetwork.org/>

¹⁵ Informação retirada do *website* do Transition Network, disponível em <https://www.transitionnetwork.org/>

¹⁶ Informação retirada do *website* do Transition Network, disponível em <https://www.transitionnetwork.org/>

importância dos fatores contextuais e dos recursos materiais que influenciam o sucesso (Feola & Nunes, 2013, pp. 1-2). Entre as várias formas de pensar sobre o sucesso do MT e de justificar a sua rápida disseminação mundial (Felicetti, 2014; Feola & Nunes, 2013; Smith, 2011), há estudos que valorizam conquistas como a implantação do plano de descida energética em Totnes, a criação de três moedas locais na Inglaterra (em Totnes, Lewes e Brixton) e a concepção, pela Assembleia Escocesa, de uma subvenção do Fundo das Comunidades de Baixo Carbono para permitir o estabelecimento de um centro nacional de transição, o Transition Support Scotland (Smith, 2011). No entanto, as análises críticas em relação ao desempenho do MT ocorrem tanto no meio acadêmico, como junto de pessoas que tiveram experiências dentro de alguma iniciativa (Smith, 2011). Feola e Nunes (2013) consideram que a expansão do movimento deve-se também aos efeitos dos processos de aprendizagem local-globais. Assim sendo, as iniciativas parecem ter a habilidade para se adaptar aos princípios de organização utilizados localmente, e muitas vezes derivados de experiências específicas, em contextos diferentes (Brown, Krafti, Pickerill & Upton, 2012). Pensar nas características específicas desses ambientes locais, parece ser fundamental para entender a origem das iniciativas e a extensão do seu sucesso (Feola & Nunes, 2013). Os resultados trazidos pelo estudo destes autores apontam para duas questões importantes de percepção sobre a atuação do MT: a urgência em agir em função de um futuro de risco, em relação às questões ambientais, e a ideia de pertença ou ligação ao lugar por parte dos participantes do movimento. O estudo sugere ainda que as iniciativas de transição permanecem determinadas em grande parte por processos situados localmente, apesar da sua interdependência com uma rede de ação global como é o Movimento de Transição internacional. Há aqui implicações diferentes referidas pelo estudo. A ligação ao lugar pode incentivar o desenvolvimento de um comportamento pró-ambiental contudo, os fatores contextuais locais determinam, na maioria dos casos, o sucesso ou o fracasso das iniciativas comunitárias. Enquanto a Rede de Transição parece conseguir generalizar princípios organizacionais locais, adaptando-os em boas práticas nos contextos globais, os níveis de ligação ao lugar ou pertença das iniciativas de transição urbana são fracos, de modo que não superam os vínculos de interdependência com as redes globais de ação (Feola & Nunes, 2013, p. 248). Portanto, a característica de localismo é um ponto crucial para a sua caracterização e para o entendimento da sua atuação e relevância como movimento social.

Esta noção de localismo pode ser pensada também em relação à importância da participação e engajamento das pessoas nas comunidades. O conteúdo publicado na plataforma Transition

Network procura dar destaque às vozes dos participantes da transição através das suas experiências e da constatação de que há diversas formas de participar e de construir o processo de transição interior e exterior. Entendemos que o processo de transição exterior está ligado aos fatores de sucesso ou de fracasso do movimento, especialmente as preocupações com as questões ambientais, que também se refletem em questões sociais e culturais. Portanto, a transição exterior é construída pelas pessoas com o foco para o coletivo, o comunitário, o global e o entorno ambiental.

Na TN há um espaço dedicado a caracterizar as pessoas que participam da Transição. Cria-se a ideia de uma rede global de pessoas que podem partilhar suas experiências de vida e formas pessoais de viver o processo de transição. Através dessas pessoas formam-se as iniciativas locais de Transição e os *national hubs* – grupos que dão suporte à transição em diferentes localizações geográficas do mundo, podendo atuar em âmbito nacional. Esses grupos têm origens e características diversas. Podem derivar tanto de instituições locais, que desejam apoiar a Transição, quanto de participantes de iniciativas locais que decidem se dedicar também à ação ao nível global/internacional ou regional. Podem ser financiados ou voluntários, mas devem manter o propósito principal de desenvolver a auto-organização, de maneira a construir estrutura, foco e resiliência em diferentes partes do mundo¹⁷.

Podemos pensar em como pode se organizar o MT, em âmbito nacional, através do caso português. O Movimento de Transição, em Portugal, iniciou em 2009, com a criação da rede social *online* Transição e Permacultura em Portugal. Esta plataforma de comunicação funcionou como um primeiro agregador de interessados no movimento, reunindo simultaneamente interessados no movimento de permacultura. Em 2010, aconteceu o primeiro evento oficial da Transição, o “1º Colóquio Nacional”, em Pombal, e também duas primeiras iniciativas portuguesas fizeram os seus registos na “Transition Network: Paredes e Pombal”. Em outubro do mesmo ano, realizou-se o “1º Curso de Iniciativas de Transição”, em Pombal, com a presença de 25 participantes. O curso teve o papel de catalisar o surgimento de outras iniciativas e estimular a criação de uma rede informal das iniciativas portuguesas de Transição. Desde então, a Transição Portugal desenvolve o seu trabalho ao nível local e organiza, anualmente, encontros nacionais¹⁸.

Existem 20 iniciativas locais, além de pessoas voluntárias, participantes específicos dos centros nacionais de Transição ou apoiantes que desempenham funções pontuais. A rede procura

¹⁷ Informação retirada do *website* do Transition Network, disponível em <https://www.transitionnetwork.org/>

¹⁸ Informação retirada do *website* do Transição Portugal, disponível em <http://transicaoportugal.net>

comunicar pela plataforma *online* Transição Portugal (TP)¹⁹ e pela Rede Convergir²⁰. A plataforma Transição Portugal disponibiliza informações e possibilidades de formação com base nos conteúdos e nos moldes apresentados pela TN. Divulga também as ações das iniciativas locais portuguesas e os eventos nacionais e internacionais de Transição através de notícias, relatos e partilha de experiências. De uma forma geral, tem como objetivo possibilitar o conhecimento e a capacitação para pessoas e grupos que queiram criar ou integrar uma iniciativa local de Transição ou um centro nacional (*national hubs*)²¹. Ao explorar o *site* da TP, notamos a finalidade de promover a interação com pessoas e iniciativas portuguesas, a partilha de conhecimentos e de experiências, inclusive com outras redes e outros tipos de iniciativas sociais. É o caso da Rede Convergir que se propõe a mapear iniciativas sustentáveis, ampliar a atuação em rede e estimular a cooperação, coordenação e potencialização das sinergias coletivas, esperando contribuir para uma sociedade equilibrada e sustentável e para uma vida humana em harmonia com o meio envolvente²².

Durante o encontro “Convergência de Permacultura – Portugal em Transição”, que decorreu na cidade de Fundão, em 2014, através de observação participante, pudemos perceber o quanto o MT pode estimular a criação de iniciativas comunitárias bastante diferentes no âmbito de um mesmo país. As iniciativas locais portuguesas apresentam uma variação de características e formas de atuar em grupo que não são necessariamente definidas como iniciativas de Transição. Algumas das iniciativas presentes neste encontro podem ser consideradas como manifestações livres que procuram o desenvolvimento da autonomia comunitária, a sustentabilidade do ambiente e um modo de vida mais equilibrado em termos de consumo, tempo de trabalho, e tempo para atividades de interesse pessoal e afetivo.

A associação Viver Telheiras²³ e a Aldeia das Amoreiras Sustentável são dois exemplos de iniciativas portuguesas que atuam de forma integrada a diferentes associações, projetos e outras redes, tais como o Centro de Convergência²⁴, o projeto Catálise²⁵ e parcerias locais como

¹⁹ Disponível em <http://transicaoportugal.net>

²⁰ Disponível em www.redeconvergir.net

²¹ Informação retirada do *website* do Transição Portugal, disponível em <http://transicaoportugal.net>

²² Informação retirada do *website* da Rede Convergir, disponível em www.redeconvergir.net

²³ Para conhecer melhor a iniciativa de Telheiras, consultar <http://vivertelheiras.pt>

²⁴ O Centro de Convergência é a proposta de uma estratégia inédita no sentido da dinamização e do desenvolvimento de meios rurais, um projeto-piloto que agrega diferentes disciplinas que se complementam e que interagem entre as ciências sociais e o ambiente, a cultura e a arte. Ver mais informações em <https://centrodeconvergencia.wordpress.com>

²⁵ “Catálise – Capacitação para a Transição Local e Inovação Social” foi criado e coordenado pelo CICS.NOVA (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) e pelo CCIAM-cE3c (grupo de investigação Climate Change Adaptation, Impacts and Modelling, do Centre for Ecology, Evolution and Environmental Change, sediado na Faculdade de Ciências, da Universidade de Lisboa) e financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian através do Programa Gulbenkian Desenvolvimento Humano (Fundação Calouste Gulbenkian).

associações voltadas à educação, criatividade e assuntos da família, entre outras. O Viver Telheiras é uma organização sem fins lucrativos, fundada em janeiro de 2013, que pretende facilitar as dinâmicas comunitárias do bairro de Telheiras (região de Lisboa), através da confluência entre atividades, interesses e necessidades das instituições locais, das atividades econômicas locais e da população²⁶. Já o projeto Aldeia das Amoreiras²⁷ Sustentável, desenvolvido na freguesia de São Martinho das Amoreiras, conselho de Odemira, coloca-se como um projeto holístico de desenvolvimento local, destinado a criar uma vila sustentável através da participação e capacitação da comunidade²⁸.

As iniciativas portuguesas costumam partilhar suas experiências através de encontros nacionais ou mesmo através de visitas informais entre iniciativas locais. Para além de apoiar a atuação das iniciativas locais e conectar pessoas, associações e projetos, a TP acompanha a movimentação da Transição internacional e de projetos de relevância nos âmbitos de interesse da Transição. A nível nacional, destacam-se os cursos de iniciação à Transição ocorridos anualmente. A nível internacional, mas sempre com conexão a níveis nacionais, além dos cursos de formação sobre Transição, são relevantes, principalmente entre 2016 a 2017: o encontro destinado aos representantes dos centros nacionais [national hubs], ocorrido em maio de 2017, em Santorso, no norte da Itália; o encontro, ao nível português, “Meio Ano em Transição”, ocorrido em 2016, que é uma adaptação portuguesa do projeto internacional Um Ano em Transição²⁹; o encontro da Colmeia Ligar – um grupo de trabalho que surge da necessidade de ligar a Transição Portugal, ao nível local e nacional, à Transição internacional³⁰. Como exemplo do interesse e da partilha de informações sobre outros projetos e causas específicas convergentes à Transição, está o encontro “Olhares da Ciência” sobre o acordo³¹ União Europeia/Canadá, ocorrido em março de 2017. O evento pretendia “envolver cientistas, deputados, empresários e cidadãos na análise das implicações deste polémico acordo de comércio e investimento que já foi ratificado no Parlamento Europeu, aguardando agora a aprovação dos estados membros³².

Esses são alguns exemplos dos modos de organização, participação e ação do Movimento de Transição que ilustram alguns aspectos do processo de transição externa do caso português.

²⁶ Informação retirada do *website* do Transição Portugal, disponível em <http://transicaoportugal.net>

²⁷ Para conhecer melhor a iniciativa Aldeia das Amoreiras Sustentável, consultar <https://www.facebook.com/Aldeia-das-Amoreiras-194752563909736/>

²⁸ Informação retirada do *website* do Transition Network, disponível em <https://www.transitionnetwork.org/>

²⁹ Disponível em <http://www.oneyearintransition.org>

³⁰ Informação retirada do *website* Transição Portugal, disponível em: <http://www.transicaoportugal.net/colmeia-ligar/>

³¹ Ver informações sobre este acordo nas notícias abaixo, disponíveis em <https://tinyurl.com/ybpf718> e <https://tinyurl.com/y8vnbqlr>

³² Informação retirada do *website* do Transição Portugal, disponível em <http://transicaoportugal.net>

Consideramos importante referir sobre como o discurso do MT se refere ao processo de transição interior.

O modo de consciência e desenvolvimento, próprio para viver ou fazer a transição, bem como o modo pelo qual as pessoas iniciam processos pessoais de transição, é denominado de transição interior³³. Este é um conceito que aparece associado à necessidade de equilibrar coração e mente, pensamento subjetivo e racional. Uma das formas praticadas para atingir esse equilíbrio é cultivar a reflexão e a celebração em todos os processos vividos³⁴. A transição que se almeja, ou seja, a mudança que se espera acontecer, refere-se a uma ação que tem origem no mundo interior das pessoas. O discurso do movimento defende a necessidade de uma transição para um mundo mais carinhoso, igualitário, sustentável, resiliente e, nesse sentido, mais feliz e coerente com o que possam desejar e sentir as pessoas³⁵.

A iniciativa de transição de Totnes é uma referência, um lugar onde os conceitos e princípios da transição foram desenvolvidos e experienciados pela primeira vez. Segundo Hodgson e Hopkins (2010), o grupo de trabalho Heart and Soul Totnes preocupa-se com as questões do coração e da alma e defende a ideia de que o sistema externo, relativo ao meio e à forma com que se vive, está diretamente relacionado com a visão interior de mundo e o sistema de crenças das pessoas. Do mesmo modo, o mundo interior é afetado pelo mundo exterior, o que influencia as experiências e os relacionamentos pessoais. Então, surge como desafio à percepção sobre a necessidade de mudanças nos sistemas externos, tais como a produção de alimentos, as tecnologias de construção, o aquecimento, o transporte, entre outros aspectos, de modo que isso esteja ligado com a transição interna (Hodgson & Hopkins, 2010, p. 244). A comunidade é o entorno ambiental em que esses processos de transição interna e externa estão situados. Barr e Devine-Wright (2012) argumentam que, pelos discursos dos praticantes do modelo da transição e do MT, a transição interna está relacionada com uma reconexão das pessoas com a natureza, já que, segundo Macy e Brown (1998), ocorreu uma ruptura devido à visão mecanicista da sociedade. A transição interna refere-se também a uma visão positiva para enfrentar os problemas ambientais, principalmente o pico do petróleo e as alterações climáticas, através da participação individual na comunidade, o que pode gerar grandes mudanças sociais (Barr & Devine-Wright, 2012). Referem ainda que

³³ Informação retirada do *website* do Transition Network, disponível em <https://www.transitionnetwork.org/>

³⁴ Informação retirada do *website* do Transition Network, disponível em <https://www.transitionnetwork.org/>

³⁵ Informação retirada do *website* do Transition Network, disponível em <https://www.transitionnetwork.org/>

tais transições internas são também sobre a mudança para uma forma mais resiliente de governança e tomada de decisões. Desta forma, o trabalho de transição é eliminar a hierarquia e encorajar a participação através de decisões de consenso e proporcionar espaços abertos para ideias e colaborações. Consequentemente, a transição também depende da inclusão e do senso coletivo diante dos objetivos e valores que impulsionam a ação. (Barr & Devine-Wright, 2012, p. 529)

Em relação ao processo de transição interior no âmbito da comunidade, o MT procura fazer o que é possível para ajudar a criar uma transição interna saudável para um mundo estável e agradável, ao mesmo tempo, procura estimular a realocização da produção de alimentos com o intuito de ajudar o mundo físico a tornar-se mais sustentável (Hodgson & Hopkins, 2010). Felicetti (2014) refere que, para o MT, o mundo interior do sujeito possui um foco paralelo em relação ao vínculo entre indivíduo e o entorno ambiental. “A ênfase no interior do sujeito dada pelo MT está relacionada com aspectos que envolvem a interação e a ação ao nível comunitário” (Felicetti, 2014, p. 4).

De Vargas Ortiz (2011) escreve sobre a importância dos movimentos que se preocupam com a necessidade de diminuir o consumo de combustíveis fósseis, a exemplo do MT, como possíveis objetos de investigações. A autora acredita que essas iniciativas merecem um olhar íntimo porque podem ajudar na identificação de caminhos para diminuir o choque entre ambiente e desenvolvimento, além de revelar elementos importantes para promover um envolvimento maior dentro da agência ambiental. Através da perspectiva de De Vargas Ortiz (2011), entendemos que é preciso pensar sobre a eficácia da sensibilização dos decisores políticos sobre o tema do desenvolvimento sustentável alternativo e do processo de transição. Em contrapartida, as iniciativas comunitárias estão a construir um caminho propício ao desenvolvimento de modelos mais harmônicos de vida no planeta, potencializando as conquistas de pessoas e comunidades em termos de formas holísticas de bem-estar, para além do que envolve o poder aquisitivo e o consumo (De Vargas Ortiz, 2011).

O MT tem sido visto como um lugar para testar diferentes teorias, filosofias e escolas de pensamento (Aiken, 2015; Scott-Cato & Hillier, 2010). Sendo assim, e apesar de existirem definições sobre o MT que o colocam num plano de discussão focado na procura por soluções para as problemáticas ambientais e energéticas, é notório que o movimento tem múltiplas características, como podemos verificar nas diversas abordagens realizadas pelos estudos existentes. O foco desta investigação centrou-se na expansão do conhecimento sobre as

iniciativas locais, em especial sobre as práticas da iniciativa Aveiro em Transição e sobre os discursos dos seus dinamizadores sobre as suas experiências no âmbito do movimento. Um olhar particular, através dos Estudos de Ócio e dos Estudos Culturais, orientou a nossa reflexão sobre o MT, o processo de transição interior e a subjetividade no âmbito das iniciativas de Transição. Acreditamos que este enfoque poderá ser útil para o início de reflexões sobre aspectos que podem estar ligados ao processo de transição interior, ainda pouco discutido nas literaturas sobre a transição e especificamente sobre o MT.

1.2 Os movimentos sociais contemporâneos e o Movimento de Transição

O conceito sobre os novos movimentos sociais ou movimentos sociais contemporâneos (MSC) surgiu no âmbito da teoria social, em 1980, através da ideia de que estes novos movimentos, ocorridos no contexto contemporâneo, podem diferir dos movimentos sociais mais tradicionais³⁶ (Weir, 1993). O autor define estes movimentos contemporâneos como sendo geralmente orientados pelas questões que envolvem a identidade, as políticas culturais e o estado atual das ações políticas, sendo, muitas vezes, relativos aos temas das problemáticas ambientais, direitos humanos, paz, feminismo, questões éticas, anti raciais e outras denominadas minorias organizadas. Leher (2000, p. 3) menciona a origem dos MSC e explica que esta denominação é reflexo do fenómeno da globalização em que antigas formas de organização social, como sindicatos e os partidos de orientação marxista, por exemplo, estariam a ser recolocados por meio das novas esferas que ocupam a extinta sociedade de classes.

Touraine (2006) questiona a nomenclatura “movimentos sociais”, no âmbito das análises sociológicas, e apresenta dois pontos fundamentais no desenvolvimento da sua argumentação. Primeiro, esta categoria está ligada a um tipo de sociedade já deixada para trás, as sociedades industriais; segundo, os fenómenos de globalização deslocaram os espaços e mecanismos de conflitos, de modo que os movimentos que podem ser analisados são aqueles que questionam esses próprios mecanismos e são caracterizados por não ter um conjunto político e territorial bem determinado (Touraine, 2006, p. 18). Entretanto, Touraine explica que podem haver casos em que as análises em torno dos movimentos sociais são recomendadas.

É aceitável aplicar análises ligadas à noção de mobilização de recursos a todas as formas de ação coletiva e de conflito. Aliás, é mais aceitável que as ações coletivas possam ser

³⁶ Os estudos sobre os movimentos sociais tradicionais geralmente envolvem análises históricas sobre movimentos focados nas reivindicações trabalhistas e nas políticas sociais, socialistas e democráticas evidenciadas durante os séculos XIX e XX. Esta literatura possui referências representativas através do trabalho do cientista político argentino Ernesto Laclau, do sociólogo italiano Alberto Melucci e do filósofo alemão Jürgen Habermas.

analisadas mais em termos de busca de participação no sistema político, mas não há dificuldade de princípio em aplicar essa categoria a todos os tipos de ação coletiva. Em compensação, a sabedoria estaria em reservar o emprego da categoria “movimentos sociais” ao conjunto dos fenômenos que, de fato, receberam esse nome no decorrer de uma longa tradição histórica. O essencial, aqui, é reservar a ideia de movimento social a uma ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social generalizada. Entendo que uma relação social de dominação só pode suscitar uma ação que mereça o nome de movimento social se atuar sobre o conjunto dos principais aspectos da vida social, ultrapassando as condições de produção em um setor, de comércio ou de troca ou, ainda, a influência exercida sobre os sistemas de informação e de educação. (Touraine, 2006, pp. 18-19)

Touraine acrescenta também que falar sobre movimentos sociais pressupõe ver sob o ponto de vista dos sujeitos agentes, o que convoca o âmbito da subjetividade (Touraine, 2006). Sobre as características dos MSC, neste novo âmbito social e cultural no qual a subjetividade tem lugar, Alexander (1998) propõe pensarmos nos agentes sociais através da discussão sobre as identidades psicológicas e significados culturais.

A necessidade de introduzir uma correção, ao mesmo tempo histórica e teórica, no enfoque clássico para incluir os significados culturais, as identidades psicológicas e uma teorização dos fatores institucionais, parece levar diretamente ao estudo dos novos movimentos sociais. Essa importante linha da Sociologia recente, que se originou da Europa mas que hoje é muito difundida nos Estados Unidos, estuda os movimentos sociais partir de uma perspectiva que leva em conta a contingência e a subjetividade dos atores e revela uma forte sensibilidade para os aspectos históricos e institucionais. Ao reconhecer a centralidade da subjetividade nos movimentos sociais contemporâneos, essa perspectiva exige que os analistas ultrapassem os limites de um modelo teórico enraizado no materialismo ontológico e no realismo epistemológico. Ao mesmo tempo, vincula o crescimento da subjetividade às mudanças empíricas ocorridas no plano da macroestrutura, à passagem de uma sociedade industrial para uma sociedade pós-industrial. (Alexander, 1998, p. 8)

Ao tentar diferenciar os MSC dos movimentos antigos ou tradicionais, Leher (2000) pontua que, no seio deste novo tipo de manifestação social, surge uma sociedade civil renovada que privilegia a autonomia e a participação através de novas relações de interação na esfera pública. O discurso dos MSC caracteriza-se tipicamente por definir que estes movimentos se diferenciam pela sua capacidade de construção de novas formas de oposição, construção de identidade

peçoal e coletiva, e pela sua visão pragmática sobre a formação e atuação de uma nova sociedade civil, que não é centrada no poder do Estado. De modo contrário, as identidades culturais construídas a partir dos movimentos sociais tradicionais são frutos das reivindicações de direitos políticos e reações contra um determinado adversário ou posições políticas (Leher, 2000) geralmente associadas ao poder do Estado. Weir (1993) argumenta que a diferenciação entre os movimentos mais antigos e os MSC pode ser feita através da contextualização histórica e teórica. Se o período histórico é novo, então, há uma nova lógica em termos de historicidade e formas de organização social também por parte dos movimentos sociais. Apesar de a evidência histórica indicar algumas continuidades nas formas simbólicas e de organização dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX, o que é realmente novo para o período contemporâneo é o fato de que o movimento de trabalhadores não é mais o tema dominante. O discurso dos MSC reflete a reticência perante esta constatação e, portanto, ainda sente necessidade de recorrer ao marxismo ortodoxo como argumentação crítica, o que demonstra as limitações de alguns teóricos em compreender as especificidades da mudança de paradigma (Weir, 1993). O que se entende a partir daqui é que, a partir do momento em que se percebe a abertura das relações sociais, especialmente a queda do par conceitual luta social/reivindicação trabalhista, os teóricos dos MSC podem estar descrentes que as novas dinâmicas do capitalismo podem garantir o exercício da performance social e política, mesmo diante da influência das estruturas, conforme refere Sewell Jr. (1992, 2005).

Se pensarmos no caso do MT, alguns indícios desta abertura das relações sociais, ou do início de um processo de abertura e mudança, incluem o enfraquecimento da oposição entre o Estado e a esfera pública, e o redimensionamento do conceito de público. Nesse sentido, o MT propõe novas configurações para as relações sociais baseadas na participação política através do protagonismo do sujeito nas questões comunitárias, de modo que o engajamento comunitário desempenha uma função na conjuntura global das questões ambientais, sociais e econômicas. Entendemos que este protagonismo do sujeito, para além de demonstrar a marca da subjetividade nos MSC, como referiram Alexander (1998) e Touraine (2006), pode gerar empoderamento e o desenvolvimento de uma performance política e social não necessariamente baseada na oposição entre Estado e cidadãos, e sim baseada no diálogo em torno das questões que são públicas, ou seja, de responsabilidade de ambas as partes. Esta nova forma de performance e diálogo dos sujeitos sociais pode ser um dos motivos da dificuldade de compreensão dos investigadores em relação ao novo enquadramento teórico proposto pelos

MSC, conforme referido por Weir (1993). Segundo a autora, esta dificuldade parece revelar um distanciamento entre análises teóricas e empíricas, de modo que a discussão se prende com os paradigmas teóricos tradicionais e a lógica de relação social predominante no período em que as sociedades estavam em processo de industrialização.

O enfraquecimento da oposição entre o Estado e a esfera pública pode ser percebido pelo posicionamento não confrontativo do MT, já que “o modo de ação da transição é propositadamente moldado para distinguir o movimento do ambientalismo convencional mais conflituoso” (Hopkins, 2008, p. 135). No entanto, pode haver casos em que os participantes de algumas iniciativas mantêm um discurso de oposição ao Estado e ao poder político local. Há ainda casos em que a questão da iniciativa de Transição estar ou não alinhada com instituições políticas causa discordâncias entre os participantes do mesmo grupo, como podemos verificar pelo estudo de Felicetti (2014).

Neste sentido, autores como Laclau e Melucci apresentam argumentações críticas que promovem uma interpretação profunda da subjetividade social e do posicionamento dos sujeitos no âmbito da comparação entre os MSC e os movimentos sociais tradicionais (Weir, 1993). Laclau (1983) sublinha que os MSC têm sido caracterizados pela politização da vida social e menciona o *slogan* “o fator pessoal é fator político”, oriundo do movimento feminista, como um exemplo desse processo. O autor refere que foi exatamente nesse ponto que a visão do político deixou de ser um espaço fechado e homogêneo. Ao invés de ser uma representação de interesses percebida como um nível do social, a dimensão política passa a estar presente ao longo de toda a prática social, podendo exercer um fator ativo na construção das identidades dos sujeitos sociais (Laclau, 1983). Se pensarmos através do parâmetro de Touraine (2006) para analisar movimentos sociais, esses fatores pessoais e os fatores subjetivos, destacados por Alexander (1998), devem ser considerados como parte de interesses e causas amplas, como são por exemplo as questões ambientais associadas ao desenvolvimento pessoal e comunitário, mas que vislumbram uma perspectiva global.

Leher (2000) refere que Melucci e Kaufmann observaram uma mudança de foco na relação entre esfera pública e a mudança promovida pelo Estado e, a partir daí, notaram uma relação de interação entre mudanças ao nível pessoal e social. Podemos entender melhor como essas mudanças se formaram através da identificação dos contextos em que atuaram as lutas sociais dos últimos séculos. Sobre as lutas sociais do século XIX, Laclau (1983) afirma o seguinte:

no século XIX, as lutas sociais não conduziram tanto a uma proliferação de espaços políticos e a uma politização de cada antagonismo social, mas, ao invés disso, levaram à construção de formas que permitem o acesso destes antagonismos a um espaço político relativamente unificado. Neste sentido, houve sempre uma distância entre as áreas de emergência de antagonismos e a área de construção do político. Como resultado, a presença dessas áreas de emergência tinha de assumir a forma de uma relação de representação. Os momentos de crise no sistema político foram momentos em que os novos antagonismos sociais entraram em choque direto com os espaços políticos tradicionais (1830, 1848, 1871); mas, em qualquer caso, estas crises sempre foram crises de um modelo total de sociedade — o que denominamos de imaginário político unificado. (Laclau, 1983, s.p.)

Este imaginário político unificado, referido por Laclau no contexto do século XIX, pode ser um sintoma da dificuldade de o poder político, vigente na altura, permitir a emergência de discursos que mudavam o foco das tensões sociais. Sobre as lutas sociais do século XX, Laclau (1983) esclarece que houve uma multiplicação de tensões sociais estimuladas pela burocratização das sociedades industriais avançadas, produzindo antagonismos e representações no âmbito das relações sociais próprias do contexto de onde se originaram os MSC. Como exemplos desses conflitos temos as lutas feministas, ambientais ou ecológicas, as lutas contra instituições sociais, as reivindicações pelos direitos humanos de classes marginalizadas. A principal crítica de Laclau sobre a forma de reprodução das lutas sociais, no contexto contemporâneo, é a falta de uma politização própria e condizente à especificidade das novas relações propostas pelo cenário social. Em resumo, podemos compreender que a crítica de Laclau (1983) menciona que as reivindicações dos MSC tendem a ser apresentadas sem um enfoque no contexto, que pouco exercitam o imaginário político e, por consequência, seus discursos podem ter pouca base de apoio teórico ou parecerem pouco claros. Mesmo com essas especificidades, pela perspectiva de Touraine (2006), os MSC podem ainda ser analisados como movimentos sociais, já que

não há necessidade que um conflito social ou que uma ação coletiva se apresente armada de uma ideologia muito elaborada para que possamos concluir a presença de um movimento social. Inversamente, ideologias apelando a conflitos fundamentais na sociedade não são obrigatoriamente manifestações de um movimento social ou de antagonismos sociais. Afinal, a história está repleta de “pequenos” conflitos – com uma ação extremamente limitada na prática histórica –, fundados mais em significados do que em ideologias gerais. Qualquer que seja a flexibilidade com a qual nos empenharmos em referenciar a existência dos movimentos sociais – mediante conflitos ou iniciativas aparentemente mais limitadas –, é necessário

considerarmos a definição que apresentei, por corresponder, durante longo período, ao pensamento social, especialmente no período central da sociedade industrial. (Touraine, 2006, p. 20)

Se por um lado, o sociólogo Alain Touraine contribuiu significativamente para a construção de uma perspectiva histórica sobre os movimentos sociais, de maneira que é possível questionar a própria denominação dos movimentos e pensar em novas adequações, por outro lado, foi Alberto Melucci quem realizou análises mais determinantes para o papel da subjetividade no âmbito dos MSC (Alexander, 1998).

Os MSC agregam um novo modelo de ação coletiva. Essa nova forma de ação tem base na busca pela autonomia e em algumas dimensões cruciais da vida diária como tempo, espaço, relações interpessoais, identidade individual e de grupo e nas necessidades de auto-realização e solidariedade (Melucci, 1989, 1995).

Nunca antes as culturas humanas foram expostas a um enorme confronto recíproco e nunca a dimensão cultural da ação humana foi diretamente tratada como o núcleo dos recursos para produção e consumo. Não é surpreendente, portanto, que as ciências sociais estão redescobrimo a cultura, que uma nova leitura está ocorrendo através da lente deste conceito-chave e que uma onda de interesse na análise cultural traz uma nova vitalidade aos debates teóricos na sociologia. Os movimentos sociais também parecem mudar seu foco de classe, raça e outros questões políticas mais tradicionais em direção ao terreno cultural. Nos últimos vinte anos, os conflitos sociais emergentes nas sociedades avançadas não se expressaram através de uma ação política, mas sim criaram desafios culturais para a língua dominante, para os códigos que organizam informações e moldam práticas sociais. As dimensões cruciais da vida diária (tempo, espaço, interpessoal relações, identidade individual e de grupo) estiveram envolvidas nesses conflitos e novos atores reivindicaram a autonomia da maneira que mais fez sentido às suas vidas. (Melucci, 1995, p. 41)

Johnston e Klandermans (1995) referem que, ao termos como base uma concepção performativa da cultura (ver também Sewell Jr., 1992, 2005), podemos pensar que os movimentos sociais não são apenas moldados pela cultura. Também eles moldam e remodelam. Símbolos, valores, significados, ícones e crenças são adaptados e moldados de acordo com os objetivos do movimento e, muitas vezes, são injetados na cultura mais ampla através da institucionalização e rotina. A abordagem performativa da cultura permite processos de

crescimento e criatividade que são adaptados no contexto dos MSC (Johnston & Klandermans, 1995, p. 13).

Dentro deste contexto de construção de uma nova abordagem para os movimentos sociais, é possível criar nomenclaturas como o protesto ativo, as organizações de protesto, as ações coletivas ou as ações políticas. Segundo Melucci (1989), estas denominações podem ter diferentes formas de organização e características específicas em termos da participação dos sujeitos sociais. Uma ação coletiva, por exemplo, não pode ser explicada sem ter em consideração que tipos de recursos são mobilizados para a concretização das práticas e quais são as formas de organização, de liderança e de ação. O autor apresenta uma nova definição de movimento social que tem como base a solidariedade e o desenvolvimento de uma tensão responsável por contrariar o tipo de ação vigente (Melucci, 1989). Este conceito demonstra um modo de ruptura ao sistema tradicional de lutas sociais, baseado no conflito de forças e de relações de poder desencadeadas pela emergência da indústria (Alexander, 1998). Melucci (1989) destaca que a produção e distribuição de recursos, no contexto dos movimentos contemporâneos, atuam em parte na individualização das necessidades, autorrealização e na construção autônoma das identidades pessoais e coletivas.

Sobre o tipo de luta característica do MT, Felicetti (2014) refere que a Transição tem uma visão de mundo mais ou menos coerente. Em vez de lutar contra problemas determinados, a Transição envolve um esforço deliberado para imaginar um futuro resiliente e localizado (Felicetti, 2014, p. 8). Segundo os resultados do estudo de Felicetti (2014), percebemos que o MT tem objetivos radicais, mas age de forma a evitar o confronto direto, não priorizando necessariamente a articulação política com instituições locais, o que poderia ocorrer através da observação mais minuciosa às possibilidades de sinergias no contexto local. Nesse sentido, Della Porta (2009a) demonstra que as investigações empíricas e teóricas evidenciam que os movimentos sociais podem também ser locais para a construção de consenso. Pelos estudos realizados pela investigadora, não é confirmada a imagem dos movimentos sociais contemporâneos como despolitizados, pois há uma realidade feita de movimentos que se engajam criticamente e seletivamente com instituições (Della Porta, 2009b, pp. 122-124). Há uma nova abordagem política no sentido de uma repolitização das organizações da sociedade civil e de criação de novas maneiras de governança, inclusive pela ótica dos agentes sociais (Della Porta, 2009b).

Desta forma, continuamos a pensar também sobre as diversas possibilidades de ações coletivas e formas de politização. Vemos a mobilização social, tal como Deutsch (1961), como um processo global de mudança que tem vindo a transformar as formas de organização tradicionais das populações de vários países. Estas transformações atingem grupos, comunidades ou cidades e ocorrem geralmente ao nível dos processos que envolvem a ocupação social, a configuração social de instituições, o desempenho de papéis e as formas de ação na sociedade, vivências, experiências, expectativas, memórias pessoais, hábitos e necessidades. As necessidades refletem o desejo por novos padrões de associações em grupos e novas imagens de identidades pessoais e coletivas (Deutsch, 1961).

Toro e Werneck (1997), na obra *Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação* fazem uso de uma abordagem ampla do tema e referem que um processo de mobilização social inclui: i) desenvolvimento da consciência sobre o problema através da construção de um imaginário; ii) ativação da participação em comunidade; iii) promoção de ações que envolvem, incluem e estimulam a participação através de um sentimento de coletivização; e, por fim, iv) a constatação dos objetivos traçados e dos resultados alcançados. Percebemos ainda que o conceito de mobilização social está ligado ao exercício da democracia e da produção e expressão culturais. Ao refletir sobre a abordagem de Deutsch (1961), tendo como referência o MT, é possível pensar que o tipo de impacto que um conjunto de práticas e mudanças nos hábitos cotidianos pode ter, no decorrer do tempo, produz um efeito de reflexão, conscientização e continuidade. Podemos relacionar este efeito com a ideia de desenvolvimento de uma cultura comum de sustentabilidade (Freitas, 2008). A concepção da cultura de sustentabilidade explicada pelo autor diz respeito a uma teia complexa de sentidos referentes ao entendimento da relação entre seres humanos e natureza, que implica o desenvolvimento de saberes e o reconhecimento cultural. Refere-se também a uma ética de responsabilidade comum através da qual podem ser entendidas novas formas de partilha, participação, governança, distribuição equilibrada de riqueza e acesso igualitário ao processo de criação de cultura no sentido referido por Williams (1958) e Freitas (2008). Acrescenta ainda que existe um futuro em aberto através da exploração e construção permanente de uma cultura para a sustentabilidade que, mais do que gerar um produto, deverá promover conflitos, recuos e avanços que redefinam as práticas coletivas. Por último, esta cultura de sustentabilidade fala sobre a interligação de macro e micro medidas que permitem o desenvolvimento de soluções criativas por parte das comunidades, regiões ou países de maneira a gerar um efeito de contra

globalização. Ou seja, as diferenças e as especificidades não são subalternizadas e sim representam responsabilidades sérias e comuns em prol de um sentido global de humanidade (Freitas, 2008, pp. 32-34). Esta visão ampla de uma cultura de sustentabilidade³⁷ parece ter a capacidade de suportar as diversas formas de ações coletivas no âmbito dos movimentos ou mobilizações sociais contemporâneas.

Pensar sobre o conceito de mobilização social pode ser útil para entendermos a relação entre participação e democracia através do conceito de público (aquilo que convém a todos e não necessariamente depende de uma ação do Estado) (Toro & Werneck, 1997). A noção de público comumente aceita é um ponto que interfere nas formas de mobilização social porque pode carregar o enraizamento de uma sociedade civil sem bases populares, que privilegia apenas o consenso, que legitima apenas as elites e que acredita na ideia de que só é possível manter a ordem através do paternalismo político (Toro & Werneck, 1997, p. 17). Quando o conceito de público é construído a partir da sociedade civil, há o desenvolvimento da cidadania, no sentido de uma ordem social auto fundada, e a existência de consensos coletivos que facilitam a participação ativa dos setores populares (Toro & Werneck, 1997). Assim, é possível perceber a existência de um amplo universo de ações coletivas e formas de participação social, para além do protesto e da reivindicação ao Estado, que podem atuar nas problemáticas públicas, o que, na nossa visão, pode incluir também a ideia de que os movimentos sociais podem objetivar a construção do consenso (Della Porta, 2009a). Consideramos, por isso, que o distanciamento entre o Estado e a esfera pública pode fragilizar o exercício da cidadania e a manutenção da democracia.

O contexto europeu de crise pode ser um exemplo que nos permite reconhecer processos de mudanças sociais e culturais, e refletir sobre cidadania e democracia nos tempos de instabilidades econômicas, sociais e ambientais. Especialmente a partir de 2008, falou-se em crise nos mais variados âmbitos e contextos do mundo. A Europa foi bastante visada pelos média nesse sentido. No discurso de abertura da conferência “Communication and Citizenship: rethinking crisis and change”, em 2010, em Braga/PT, realizado pela presidente da International Association for Media and Communication Research, Annabelle Sreberny (2011), é possível perceber um enfoque nos novos paradigmas críticos, nos novos formatos de decisões éticas por parte dos governantes e instituições políticas, e também nas diferentes formas de participação dos cidadãos e de soluções criativas para os tipos de crises mundiais. Na mesma publicação

³⁷ Sobre o conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, ver o capítulo 3.

gerada pela conferência, percebemos, através de Dunn (2011), que as novas tecnologias podem desempenhar um papel conciliador entre os cidadãos, o poder do Estado e as práticas de iniciativas sociais voltadas aos contextos de crise. A interação entre essas instâncias é promovida pela capacidade de comunicação em rede, tanto através do uso de ferramentas tecnológicas, quanto da capacidade da mobilização por meio da partilha de suas visões de mundo, experiências, métodos de trabalho, conhecimentos e aptidões (Dunn, 2011, p. 28). Dunn (2011) demonstra ainda que o foco das reflexões da conferência se deteve na função que os meios de comunicação desempenham no desenvolvimento da cidadania e da coesão entre os diferentes atores sociais. A ação das cidades, no processo de organização e de comunicação das práticas e da criação de soluções para as crises, foi vislumbrada a partir do envolvimento pessoal e do engajamento comunitário. Portanto, o uso positivo e produtivo das tecnologias de comunicação é um fator que influencia o conceito de cidadania. Devemos enfatizar que as novas tecnologias de comunicação não constituem necessariamente espaços totalmente democráticos e de livre expressão da cidadania e de participação política. É necessário analisar os ganhos e as perdas no processo de uso dessas tecnologias de comunicação e nos possíveis contextos em que essas ferramentas foram desenvolvidas.

Rudiger (2012) mostra que as pessoas adquiriram uma falsa consciência sobre o processo de utilização e os efeitos causados pelas novas tecnologias de informação e comunicação, já que

a circunstância não implica, nem de longe, que esse processo seja todo ele manipulado com objetivos propagandísticos ou mercadológicos pelas agências do poder político e econômico dominante. O triunfo do imaginário tecnológico que assistimos hoje não é um apêndice ou suplemento do processo de imposição desse poder em que tantas tecnologias colaboram: trata-se de algo, que embora não possa ser comentado aqui no tocante a sua gênese e forma de atuação, pode produzir efeitos tangíveis na maneira como pensamos, produzimos socialmente, mediamos tecnicamente e experimentamos visceralmente nossos corpos e nosso mundo. (Rudiger, 2012, p. 10)

Tais efeitos podem ser positivos, pelas possibilidades de partilha e organização em rede, como referiu Dunn (2011), das novas condições de tempo e distância proporcionados pela internet, que dinamizam as relações humanas (Castells, 2001). Mas estes efeitos podem também ser negativos, pela utilização excessiva da tecnologia de comunicação ao serviço de um desejo de controle, de vigilância e de interferência na privacidade, o que foi já analisado, por exemplo, no âmbito da política institucional (ver Castells, 2001). Em relação à interação individual em redes

sociais, Bauman (2006) analisou as consequências para a ideia de comunidade e rede, no sentido da efemeridade das relações afetivas e da falsa sensação de livre interação nessas redes. Rudiger (2012) sublinha que, junto à consciência fantasiosa sobre as novas tecnologias da comunicação, gerou-se a ideia de realidade virtual ou uma cultura tecnológica generalizada. Sobre estas e outras dinâmicas do chamado ciberespaço, ver por exemplo, Baudrillard (2017), Castells (2001, 2010) e Lévy (1999).

Entendemos que há dois aspectos que são cruciais para o entendimento das transformações culturais trazidas pelas novas tecnologias de comunicação para a vida humana, inclusive no sentido da performance social e política: a não generalização cultural e, portanto, a análise constantes das necessidades, e condições de cada contexto.

Tendo em conta o exposto acima, podemos pensar, através de Dunn que, no contexto contemporâneo, os cidadãos são convocados a ter um papel de ativismo e de protagonismo nas mudanças ao nível micro e macro (2011, pp. 27-28). Para tanto, as novas tecnologias de informação e comunicação podem ter um papel importante. É possível que a cidadania tenha espaço para se desenvolver por meio de ambientes físicos e tecnológicos interdependentes e amplos, o que permite a visão diante das necessidades dos entornos locais e globais.

As questões sobre o exercício da cidadania, no sentido da possibilidade de construção de uma ordem criada socialmente (Toro & Werneck, 1997), e sobre a importância das novas tecnologias de comunicação para os processos de organização e ação diante das crises ambientais sociais e econômicas (Dunn, 2011), podem ser relevantes para o engajamento comunitário no âmbito de iniciativas como o MT. Fernandes-Jesus et al. (2017) referem que o processo de engajamento comunitário, no caso das iniciativas portuguesas de Transição, pode ter sido especialmente desafiador devido a fatores específicos da cultura portuguesa como: os níveis relativamente baixos de envolvimento cívico e de mobilização para o meio ambiente, as fortes diferenças socioeconômicas e educacionais entre a população e a coincidência com o período da crise econômica. As práticas de comunicação das iniciativas também influenciam o processo de engajamento, o que no caso do MT em Portugal, pode estar associado ao discurso hesitante e restritivamente positivo sobre as alterações climáticas, à falta de esforço suficiente para conceber modos inclusivos e participativos dos membros da comunidade e à homogeneização das estratégias de envolvimento da comunidade através de um nivelamento global ao invés de uma adaptação aos contextos sociais locais (Fernandes-Jesus et al., 2017, p. 1558). Ao nível global do movimento podemos refletir, por exemplo, sobre os aspectos que poderiam influenciar

o engajamento das comunidades, o desenvolvimento do empoderamento e do exercício da cidadania através da discussão sobre o posicionamento não confrontativo do MT. No capítulo 6 desta investigação, poderá ler mais sobre estas questões.

1.3 Nota conclusiva

Neste capítulo de contextualização, propusemo-nos a conhecer os princípios do MT, bem como suas dinâmicas de organização para desenvolver a transição externa, no sentido da busca de soluções locais para os desafios ambientais globais e comunitários, e para estimular a transição interna, no sentido da criação de consciência diante da relação de interdependência entre as pessoas e o ambiente (Hopkins, 2011)³⁸. A conciliação entre as necessidades do mundo interno e do mundo externo representa o modelo geral de ação do MT (Hopkins, 2011).

Foi possível identificarmos também as marcas da subjetividade e da criatividade no âmbito dos MSC. Vimos que os MSC agregam um novo modelo de ação coletiva. Propõem uma forma de ação que afeta dimensões cruciais da vida diária como tempo, espaço, relações interpessoais, identidade individual e de grupo e necessidades de auto-realização e solidariedade (Melucci, 1989, 1995).

Através de Johnston e Klandermans (1995), entendemos que os símbolos, valores, significados, ícones e crenças são adaptados e moldados de acordo com os objetivos do movimento e, muitas vezes, são injetados na cultura mais ampla através da institucionalização e rotina. Uma abordagem performativa da cultura, no sentido da atuação do sujeito nas questões políticas e sociais, conforme Sewell Jr. (2005), permite processos de crescimento e criatividade que são adaptados no contexto dos MSC (Johnston & Klandermans, 1995, p. 13).

A abertura a novos modelos de ação coletiva e de governança pode ser percebida através do MT, especialmente pelo início do processo de mudança que incluem o enfraquecimento da oposição entre o Estado e a esfera pública e o redimensionamento do conceito de público. Nesse sentido, o MT propõe novas configurações para as relações sociais baseadas na participação política através do protagonismo do sujeito nas questões comunitárias, de modo que o engajamento comunitário desempenha uma função na conjuntura global das questões ambientais, sociais e econômicas. Por fim, Della Porta demonstrou que as investigações empíricas e teóricas evidenciam que os movimentos sociais podem também ser locais para a construção de consenso (Della Porta, 2009a). Há uma nova abordagem política no sentido de uma

³⁸ Informação retirada do *website* do Transition Network, disponível em <https://www.transitionnetwork.org/>

repolitização das organizações da sociedade civil e de criação de novas maneiras de governança, inclusive pela ótica dos agentes sociais (Della Porta, 2009b).

Perceber a subjetividade e criatividade como marcas dos MSC, e pensar nessas características em relação ao MT, foi importante para que pudéssemos vislumbrar os caminhos através dos quais o ócio pode se constituir como uma prática a partir das experiências vividas através do MT. Nesse sentido, se os fatores pessoais e as subjetividades marcam os projetos políticos de mobilização social e/ou ações coletivas dos MSC, numa estrutura que passa do foco estritamente capitalista para um entendimento cultural da ação social (Laclau, 1983; Melucci, 1989) então, consideramos importante pensar nos fatores influenciadores e nos contextos através dos quais as subjetividades se desenvolvem.

Capítulo 2 – A incidência do capitalismo nas subjetividades e na formação das identidades culturais

Neste capítulo propomo-nos a fazer uma reflexão sobre as consequências trazidas pelo sistema econômico capitalista para os sujeitos sociais, e suas práticas culturais derivadas das suas subjetividades, e para o processo de formação das suas identidades. Através de Hall (1997a), verificamos que existe uma relação intrínseca entre as práticas sociais e as práticas culturais, especialmente em relação às transformações da vida cotidiana e às chamadas revoluções culturais. Neste sentido, a visão sobre trabalho, lazer, tempo de fruição e ócio é reveladora dos modos de sentir e de viver dos sujeitos sociais, bem como do tipo de projeto político ou de mobilização social com os quais decidem se envolver.

2.1 A valorização do trabalho *versus* lazer, tempo de fruição e ócio

O trabalho como o suprasumo da vida cotidiana marca a Inglaterra do século XIX e o início do processo de industrialização. Neste período, instituiu-se a ideia de supervalorização do trabalho em detrimento do desfrute, lazer e ócio (Lafargue, 1880/2011). Para Baptista,

o trabalho foi sempre objecto de uma maior atenção do que o lazer, este considerado como o tempo que resta quando a actividade produtiva cessa. Assim, e retirando como excepção a cultura Grega, para quem o ócio estava destinado à aristocracia, fazendo parte da cidadania, a cultura ocidental dedicou-se a promover o trabalho como um valor indiscutível, desvalorizando o outro tempo que se lhe opõe: o tempo do lazer. O próprio conceito de identidade foi invadido pelo modo como o tempo de cada um é usado em trabalho produtivo e não pelo modo como descansa, se diverte ou ocupa os seus momentos de não-trabalho. (2016, p. 2)

A valorização do trabalho pode ser contextualizada e entendida pelo ponto de vista do direcionamento que tomaram os estudos sociológicos, de acordo com Touraine (2005), e pela ideia de que a revolução industrial e o capitalismo se libertaram do poder político. O paradigma político foi substituído por um paradigma econômico e social em que as classes sociais, burguesia e proletariado, sindicatos e greves, estratificação e mobilidade social, desigualdades e redistribuição, passaram a ser as categorias usuais de estudo (Touraine, 2005, p. 9). As desigualdades sociais e econômicas e os projetos de mobilização social, em diferentes níveis e aplicações, passaram a ser alvos de análises sociológicas. Passados dois séculos desde o início da revolução industrial, o paradigma econômico e social sofreu influências transformadoras da

dimensão cultural, o que se pode perceber através de uma orientação cultural do pensamento social. A sociedade passa a ser definida pela observação das práticas culturais, nos seus diferentes contextos, e pelas experiências dos sujeitos e comunidades. “É neste novo paradigma que nos devemos colocar para nomearmos os novos actores e os novos conflitos, as representações do eu e das coletividades descobertas por um novo olhar e uma nova paisagem” (Touraine, 2005, pp. 9-10). Em função da influência deste paradigma cultural, o autor destaca a importância da contextualização das tensões sociais e das representações dos sujeitos sociais em função de um olhar cultural. Para Touraine (2005), a perda da centralidade das categorias sociais pode dificultar o nosso entendimento sobre os sentidos da realidade, pois faz-nos restringir as análises sociológicas e criar uma análise não social da realidade social, tanto do sujeito em si, como do coletivo das coletividades. Esta mudança de paradigma, do social para o cultural, não representa simplesmente uma ordem de discurso dominante, mesmo que isso possa ser verificado. Um paradigma não é apenas o alvo do discurso das instituições e das relações de poder, mas representa também uma oportunidade de construção de defesas, críticas e movimentos de libertação. Este novo cenário faz emergir a noção de sujeito como um ser humano que se cria e se transforma individual e coletivamente (Touraine, 2005, pp. 10-13). Sendo assim, percebemos que o ser humano participa de um processo de subjetivação explicado por Touraine como a criação do sujeito, não se podendo confundir com a sujeição do indivíduo. Neste sentido, o sujeito nunca está fechado, pois entrelaçado à ideia de paradigma, pode tanto evidenciar a liberdade quanto a alienação, tanto os direitos humanos quanto a obsessão pelo dinheiro, poder e busca incessante por uma identidade (Touraine, 2005, p. 13). As duas noções centrais do paradigma contemporâneo passam a ser o sujeito e os direitos culturais. Para Touraine (2005, p. 26), “o sujeito não é um suplemento de alma nem um instrumento nas mãos dos fundadores de aparelhos de gestão públicos ou privados”. E acrescenta que uma definição apropriada para o surgimento do sujeito, no contexto deste novo paradigma, não se compreende como uma etapa do progresso, nem como uma ideologia ou como uma representação do mundo, mas sim uma abertura às transformações culturais. Deste modo, podemos ter o rompimento com pré-conceitos institucionalizados. Entendemos que essa abertura às transformações, somada ao rompimento a alguns pré-conceitos de que fala Touraine, contudo, não significam que não se criem e disseminem novos valores institucionalizados, ou seja, ligados às estruturas sociais. Diante deste novo paradigma, podem criar-se novos desafios, como o risco da tentativa de padronização dos comportamentos com

base nas transformações ocorridas, podendo assim, transformar, por exemplo, a liberdade, o lazer e o ócio em produtos de consumo. Este risco acaba por existir em consequência do ciclo de funcionamento do sistema capitalista. Ou seja, a sobrevalorização do trabalho, na tentativa de corresponder à necessidade de capital e de consumo, de modo a satisfazer os desejos individuais, que se transformam em objetivos de vida. Esses objetivos são, muitas vezes, alimentados pelos produtos da moda, pelos hábitos e pelas crenças que se constroem a partir da cultura mediática, conforme refere Kellner:

há uma cultura veiculada pelos media cujas imagens, sons e espetáculos ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais e fornecendo o material com o qual as pessoas forjam sua identidade. O rádio, a televisão, o cinema e os outros produtos da indústria cultural fornecem os modelos daquilo que significam ser homem ou mulher, bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente. (2001, p. 9)

Adorno e Horkheimer embasam as considerações de Kellner (2001). Os autores tentaram responder criticamente ao otimismo de Walter Benjamin que, depois de questionar os efeitos das tecnologias para a reprodução cultural e de perceber a impossibilidade de concretizar políticas culturais alternativas (de oposição), considerou que as mudanças nas novas técnicas mediáticas eram um processo de transformação democrática da tecnologia e das instituições dos média (Kellner & Durham, 2006). A interpretação de Adorno e Horkheimer sobre a maneira com que as indústrias culturais seguem imperativos econômicos, imprime a ideia de que os sujeitos sociais podem viver em um modo de subserviência em relação ao capitalismo (Kellner & Durham, 2006). No entanto, como podemos perceber através de Rudiger (2012), isso não significa que todo o processo de interação com as novas tecnologias de comunicação seja manipulado pelos efeitos de publicidade e *marketing*, por exemplo. No entanto, é fundamental ter cuidado com a falsa consciência em relação ao potencial de influência das novas tecnologias de comunicação. Francisco Rudiger³⁹ esclarece aspectos ligados à formação das indústrias culturais, bem como à noção de cultura através da qual Theodor Adorno percebe esse processo.

A Escola de Frankfurt concebeu a reflexão crítica sobre o processo de indústria cultural, salientando que, contrariamente ao que acabou por se tornar usual, o termo, em essência, não se aplica às comunicações em massa, às empresas que confeccionam bens culturais e os

³⁹ Investigador brasileiro com décadas dedicadas ao estudo dos processos das tecnologias de comunicação, da crítica à indústria cultural e dos efeitos do ciberespaço.

distribuem entre a sociedade. A expressão refere-se antes ao processo de conversão da cultura em mercadoria, do espírito em bem de consumo, mas também de conversão do marketing em princípio ordenador da subjetividade e de criação da cultura. Segundo Adorno, principal responsável por esse entendimento, cultura é a dimensão propriamente humana de nosso modo de ser, sempre que não é alienada, sempre que não é reificada. Para ele, vendo bem, cultura é o que remete à dimensão propriamente humana da fantasia criadora, vincula-se ao processo de emancipação em relação aos poderes sociais hipostasiados (que se coisificaram). A cultura está de acordo com sua ideia apenas onde o homem se liberta em imaginação, onde a consciência se distancia, ao menos parcialmente, dos esquemas cognitivos e comportamentais impostos pela ordem social dominante. A cultura é, noutros termos, o espaço onde sua espontaneidade corporal não reprimida envereda pelo caminho produtivo da experimentação com novos modos de vida, da criação de novas formas de pensar, mas também aquele onde o homem simplesmente se entrega às formas mais elementares e imediatas de gratificação existencial. (Rudiger, 2008, p. 25)

O tecido da vida cotidiana formada a partir da cultura mediática, mencionado por Kellner (2001), é determinante para o que Hall (1997b) define como tendências ou direções contraditórias provenientes das transformações culturais vividas pelos sujeitos sociais. Segundo Hall, essas transformações ocorrem na vida cotidiana, no processo de formação das identidades e das subjetividades, o que, especialmente desde o final do século XX, pode ser observado de forma panorâmica. Ter uma visão ampliada sobre estas transformações ajuda a acompanharmos a consolidação e a importância do contexto cultural para a vida social. Para isso, é importante compreendermos que

os seres humanos são seres interpretativos, instituidores de sentido. A ação social é significativa tanto para aqueles que a praticam quanto para os que a observam: não em si mesma mas em razão dos muitos e variados sistemas de significado que os seres humanos utilizam para definir o que significam as coisas e para codificar, organizar e regular sua conduta uns em relação aos outros. Estes sistemas ou códigos de significado dão sentido às nossas ações. Eles nos permitem interpretar significativamente as ações alheias. Tomados em seu conjunto, eles constituem nossas "culturas". Contribuem para assegurar que toda ação social é "cultural", que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação. (Hall, 1997a, p. 2)

As transformações culturais combinadas com os modos de vida dizem muito sobre o lugar ocupado pelo trabalho, e outras ocupações diversas, pelo lazer e outros aspectos estruturantes da vida cotidiana. Richard Rogers, arquiteto responsável por alguns dos mais conhecidos edifícios da Inglaterra, em depoimento para o jornal *The Guardian*, em 1997 (citado por Hall, 1997a), consegue sintetizar detalhes importantes da vida social para o entendimento de como a cultura está presente em cada pormenor da vida contemporânea. Sobre a predominância do trabalho na vida cotidiana, desde a revolução industrial, Rogers refletiu que

o primeiro emprego acontecia aos 15 ou 16 anos, numa jornada de 60 horas semanais, tendo-se um domingo livre para ir à igreja. A aposentadoria ocorria quando já se estava exaurido, com uma expectativa de vida limitada. A estrutura da vida estava amplamente pré-determinada: um pouco de religião e muito trabalho. O lazer consistia nos breves momentos de descanso antes do dia seguinte. Hoje, a média de trabalho de uma pessoa é de 37 horas semanais. A maioria de nós pode esperar ser um sub-empregado ou desempregado, visto que o número de empregos na indústria foi reduzido à metade desde a guerra, e quanto àqueles que têm a sorte de estar bem empregados, meros 50 por cento deles conseguem postos de tempo integral. Outras ocupações tradicionais têm diminuído em termos de sua importância cronológica – notadamente a criação dos filhos. Já houve tempo em que o cuidado com famílias numerosas ocupou os pais, especialmente as mães, por um longo período de sua vida de adultos. Hoje, as famílias diminuíram de tamanho e os casais sustentam-se sozinhos por mais uns 30, 40 ou 50 anos após seus filhos terem saído de casa. (Rogers citado em Hall, 1997a, p. 21)

Pelo depoimento de Richard Rogers, podemos confirmar que, pelo menos desde a revolução industrial, o trabalho conduz as práticas culturais, sendo sobrevalorizado em detrimento das horas de descanso, de lazer ou de fruição pessoal do tempo. Se fizermos um breve exercício de observação e reflexão, podemos notar que o nível de importância dada aos aspectos da vida ainda hoje segue uma escala em que o trabalho está no topo da pirâmide de prioridades e de cultivo de valores. Podemos pensar que os motivos para a sobrevalorização do trabalho podem variar, pois não apenas a associação entre trabalho, desenvolvimento, progresso e autorrealização são importantes, mas também a necessidade de consumo, a manutenção do *status* social, o medo do tédio pela falta de trabalho, ou o medo das consequências que a subjetivação pode gerar. Ainda hoje, dedicar tempo e espaço na vida para cuidar e conviver com os filhos, por exemplo, é muitas vezes considerada ocupação de segundo plano, visto que se pode delegar essa função e assim dar a prioridade ao trabalho, meio através do qual o sustento

familiar é garantido. Outra prática realizada como segunda opção é o descanso e a vivência de momentos livres para a realização de atividades extra trabalho e de abertura a novas experiências. Se pensarmos na dialética senhor/escravo descrita por Hegel (1941/1992), entendemos que a sobrevalorização do trabalho, nos contextos através dos quais relatou Rogers, em 1997, era decorrente da necessidade de prover o sustento e da ideia de que agir para isso tornava os sujeitos mais dignos, produtivos, logo mais felizes.

Essa herança proveniente dos séculos passados é descrita por Hegel (1941/1992), na *Fenomenologia do espírito*, através de um sentido libertador proporcionado pelo trabalho. O que se entende desde o início da narrativa de Hegel é que o senhor (dono da propriedade) tinha a vida mediada pelo mundo material e pelo trabalho do escravo. Hegel tinha uma visão racional, tanto em relação ao trabalho quanto em relação ao lazer e ao ócio. Em seu modo de ver o mundo, o único meio de subjetivação estava no trabalho do escravo. Portanto, o senhor não tinha a oportunidade de se subjetivar (tornar-se sujeito e consciente de si), pois vivia num contexto de ócio, o que era visto como algo indigno e aborrecido (Hegel, 1941/1992, pp. 119-129). Segundo Baptista e Latif (2017), se na *Fenomenologia do espírito* o trabalho é o meio pelo qual o escravo age sobre o objeto, instaurando a subjetividade do senhor, na primeira fase dialética e na fase posterior, Hegel problematiza, no contexto das relações entre o estado e a sociedade civil, o trabalho e o acesso ao trabalho no centro da ética das sociedades industriais. Ganhar a subsistência por meio do próprio trabalho aparece como um princípio inviolável da sociedade civil e contradizê-lo poria em risco a autoestima e o respeito próprio dos seus membros (Baptista & Latif, 2017, pp. 352-354).

A dialética senhor/escravo apresentada por Hegel é uma narrativa importante para entendermos como se construiu a representação do trabalho, visualizada até o presente momento, e, por consequência, para refletirmos sobre as transformações culturais no sentido dos hábitos, das crenças, dos valores e das práticas culturais do cotidiano, entre elas o lugar em que se situa o lazer e o ócio. É possível ver que a supremacia do trabalho, enaltecida durante a modernidade, conduziu muito os modos de viver e as visões de mundo formadas a partir deste período.

Do século XXI ao desenvolvimento das culturas pós-modernas ou contemporâneas, o trabalho pode ser observado, no contexto das práticas culturais, como o meio pelo qual as pessoas adquirem *status* social, especialmente através do consumo de produtos e experiências. A partir dos novos ciclos da economia e do consumo, Lipovetsky (2007) refere que, no contexto pós-moderno, após as respectivas fases de democratização e massificação do consumo, a

contemporaneidade vive a fase do hiperconsumo, caracterizada por uma tendência individualista e marcada pelo consumo da experiência ou consumo emocional. A partir daí, as estratégias de *marketing* tentam influenciar a dimensão interior do indivíduo, tendo como foco as sensações e o bem-estar subjetivo (Lipovetsky, 2007, pp. 28-39).

De certo modo, a proposta do consumo da experiência é a sistematização dos desejos, ditos individuais, no formato de objetos de consumo tangíveis. Para ter acesso a estes objetos, a via capitalista sugere que as pessoas trabalhem para produzir em escala crescente e para manter um ritmo de vida acelerado, capaz de gerar poder de compra compatível, o mais rápido possível, em relação ao objeto de desejo. Como consequência direta dessas tendências econômicas, que segundo Hall (1980) geram distorções culturais, podemos notar com Dahlgren que nas culturas contemporâneas, o sujeito aparece como uma criatura atormentada e vulnerável, correndo desesperadamente para criar uma vida e uma identidade estáveis através do consumismo e de outras práticas predestinadas a reforçar problemas (Dahlgren, 2013, p. 10). O autor afirma ainda que os média se tornam cúmplices de um padrão geral de comportamento em que nem mesmo os novos média, mais dotados de espaço e flexibilidade para o cultivo e disseminação de novos valores, oferecem uma alternativa genuína. A potencialidade da internet para a diversidade cultural é justificada, segundo Castells, pelo fato de que é “uma tecnologia particularmente maleável, susceptível de ser profundamente modificada pela sua prática social, levando a uma gama de resultados sociais potenciais para serem descobertos pela experiência e, portanto, não por uma narrativa prévia” (Castells, 2001, p. 5). Sendo assim, mesmo podendo promover a diversidade cultural e a democratização na comunicação, a internet é um espaço em que

o poder é principalmente exercido em torno da produção e difusão de códigos culturais e conteúdo de informações. O controle das redes de comunicação torna-se a alavanca pela qual os interesses e valores são transformados em normas orientadoras do comportamento humano. A Internet não é um instrumento de liberdade, nem é a arma de dominação unilateral. Na verdade, a liberdade nunca é um dado. É uma luta constante pela capacidade de redefinir a autonomia e promulgar a democracia em cada contexto social e tecnológico. (Castells, 2001, p. 165)

Neste sentido, podemos refletir que à semelhança do que acontece com as indústrias culturais, no âmbito da interação em redes sociais, a cultura só representa efetivamente a dimensão humana, quando não faz parte de um movimento de total dominação e reificação, o que já foi dito por Adorno em relação às influências exercidas pelas indústrias culturais (Rudiger, 2008).

Em termos práticos, sobre o uso das redes sociais, é possível perceber que pode haver um caráter restritivo ilustrado, por exemplo, pela não verificação das informações por parte dos usuários, pela quantidade de fontes não confiáveis e por um método de interação limitada, em que visualizamos, com mais frequência, os conteúdos de pessoas e *sites* com os quais normalmente costumamos interagir. Isto poderá ser o prenúncio da formação de intolerâncias em relação a opiniões diversificadas, a novos modos de vida e a diferentes características culturais, não esquecendo também de mencionar as formas de controle social e político e a falsa cultura da liberdade que configuram consequências perigosas para a democracia e a inclusão, questões já analisadas por Castells (2001).

2.2 A consciência do sujeito e a identidade num contexto de transformações culturais

Pelas diversas possibilidades de posicionamentos, papéis e experiências vividas pelos sujeitos através das práticas culturais, vemos que um conceito contemporâneo de identidade necessariamente deve passar pela ideia de um processo contínuo de reconhecimento de si e de si em relação aos outros. Na linha de Hall (1997a, 1997b, 2004), as transformações culturais, evidenciadas nos últimos séculos, e também o conjunto de transformações que incessantemente se formam, demonstram o caráter volátil das identidades contemporâneas. Ou seja, as identidades formam-se socialmente, permeadas pelas dinâmicas culturais. Do ponto de vista da Psicologia Social e de uma relação mais estreita entre Psicologia, Filosofia e Sociologia, o que configura um posicionamento comum das análises culturais, Maheirie (2002) recorre à ontologia *sartreana* como base para criar uma concepção de sujeito e sua identidade. Segundo essa concepção, o sujeito é formado por uma dimensão objetiva em que os objetos ou coisas são a própria objetividade, o que é denominado por “um ser em si”. Ou seja, está em si mesmo sem estar em relação a alguma coisa ou alguém. Por outro lado, existe a consciência, que é a dimensão subjetiva, é a própria subjetividade denominada por “o ser para si”. Ou seja, está em relação a algo ou alguém. Nesse sentido, o sujeito e a identidade não se restringem a uma dessas dimensões e sim são resultantes da relação entre elas (Maheirie, 2002, pp. 3-4). A autora explica-nos que

sendo corpo e consciência, ao mesmo tempo, o sujeito é objetividade (pois é corpo) e subjetividade (pois é consciência), não podendo ser reduzido a nenhuma destas duas dimensões. O eu, a identidade e a especificidade do sujeito, aparecem como produtos das

relações do corpo e da consciência com o mundo, consequência da relação dialética entre objetividade e subjetividade no contexto social. Fazendo-se na pluralidade do contexto, o sujeito, como singularidade humana, está tecido no mundo e caracterizado por uma situação específica. Nela, ele se movimenta, constrói e produz a história à luz de um projeto. (Maheirie, 2002, p. 6)

No plano da consciência, o sujeito vivencia suas relações no domínio do espontâneo, tendo como possibilidade o libertador ou o cerceador, pois tanto pode estar no domínio do afetivo, que é emancipador, como no domínio da alienação e, portanto, da visão restrita. Esta forma de consciência pode ser exemplificada pela situação de estarmos absorvidos completamente e espontaneamente em uma determinada atividade (Maheirie, 2002, p. 5). A autora refere ainda que o espontâneo carrega consigo três formas de consciência: a percepção (consciência de um objeto), imaginação (cria o objeto sem uma localização espaço-temporal) e reflexão (absorção total em relação ao objeto). A reflexão é a forma mais recorrente, podendo produzir emoções associadas à criatividade (emancipação) e emoções frutos da falta de questionamento aos modelos predominantes (cerceamento).

Deste modo, podemos pensar que este projeto inerente ao sujeito, de que fala Maheirie (2002), pode ser representado por aspectos emancipatórios como são, por exemplo, os empreendimentos de empoderamento e participação política relativos a causas como o desenvolvimento comunitário e a consciência sustentável. Portanto, o sujeito, na sua singularidade, pode cumprir com o papel de estimular a sua capacidade de apreensão do mundo, o que, segundo Giddens (1990), é uma possibilidade gerada pela emoção. Daí o motivo pelo qual a emoção não deve ocupar uma posição secundária ou subalterna na compreensão do sujeito, como propagou o racionalismo cartesiano. Se por um lado, entendemos, através de Maheirie (2002), que o sujeito é formado por objetividade/subjetividade e, sendo assim, sua singularidade só está completa quando o visualizamos integralmente, por outro lado, através de Giddens (1990), percebemos a importância da emoção e da consciência (subjetividade) para os processos de empatia (saber colocar-se na posição do outro), solidariedade (em um sentido de senso de coletividade e visão integradora e não de assistencialismo) e para o desenvolvimento de uma visão sustentável.

Mesmo assim, sabemos que o racional deve conviver lado a lado com o emocional, especialmente nas experiências de cidadania e participação política, conforme explica Dahlgren (2013), quando diz que ao não considerarmos as emoções, no âmbito da existência humana, estamos a ter uma visão desequilibrada do sujeito e de suas potencialidades como agente social.

Ao contrário do que afirmava a teoria política tradicional, não só o racionalismo é parte fundamental do sujeito ativo socialmente (ou sujeito cívico), mas também a sua componente emocional. Racionalidade e emoção são complementares e não opostos. Para que se possa exercer a cidadania, a emoção é chave principal para que a racionalidade se desenvolva (Dahlgren, 2013, pp. 5-7).

Percebemos que esta constante transformação, que ocorre num ritmo acelerado, além de dificultar a incidência da emoção e da capacidade de auto percepção, gera a chamada liquidez da pós-modernidade que, segundo Bauman (2006, 2007) provoca um estado permanente de incerteza e de profunda ambivalência para as identidades humanas. Sobre o carácter líquido na pós-modernidade, Dahlgren acrescenta que este surge porque vivemos num sistema capitalista globalizado e notoriamente instável que altera as realidades econômicas, as estruturas ocupacionais e as possibilidades de emprego. São mudanças de instituições e organizações transitórias, padrões culturais alterados, valores e normas que nos levam a sentir efeitos psíquicos como a desorientação, a ansiedade e a depressão (Dahlgren, 2013, p. 9; Byung-Chul, 2015), além de sensações associadas à aceleração do tempo e à incapacidade de conseguir atingir objetivos (Byung-Chul, 2015). Por consequência,

enquanto uma boa parte da população reclama a falta de tempo para si por excesso de trabalho, outra parte vive vidas entediadas e depressivas por não saber o que fazer com tanto tempo que afinal não é de liberdade nem de lazer, mas um escorrer da vida, monótono e sem sentido. (Baptista, 2016, p. 22)

Neste cenário de transformações culturais constantes, de consequências negativas para a saúde humana e de uma sensação de ritmo acelerado, ocorre a formação das nossas identidades. Esta noção de tempo parece escassa para os modos reflexivos, o que pode induzir à sensação de culpa diante das oportunidades ou da criação de possibilidades de lazer, fruição e ócio (Baptista, 2016). “Entre um e outro uso do tempo depende a qualidade das nossas vidas e até a nossa identidade individual e colectiva” (Baptista, 2016, p. 21).

Nesse sentido, o tempo é uma variável que passou de condição natural a produto social, tendo adquirido valor, características e classificações (Munné, 1980). A classificação dos tempos sociais, criada por Munné (1980), define quatro opções de tempo, de maneira que o associa conforme características e finalidades. Resumimos essa classificação na Tabela 2.

Tempo psicobiológico	Tempo socioeconômico	Tempo sociocultural	Tempo livre
Conduzido pelas necessidades psíquicas e biológicas como o tempo ocupado pelo sono, nutrição, atividade sexual, entre outras atividades. Este tempo é condicionado endogenamente. É um tempo individual.	É empregue para suprir as necessidades econômicas fundamentais como as atividades laborais, domésticas, os estudos. São demandas pessoais e coletivas, sendo que esse tipo de tempo está quase que inteiramente heterocondicionado, somente sendo autocondicionado nas circunstâncias que visam à realização pessoal.	Corresponde às ações que se referem à sociabilidade dos indivíduos. Refere-se aos compromissos resultantes dos sistemas de valores e pautas estabelecidas pela sociedade. É objeto de desejo social. Esta categoria de tempo pode ser hetero ou autocondicionada, podendo existir um equilíbrio entre os dois pólos.	Relacionado com as ações humanas realizadas sem que ocorra uma necessidade externa. Neste caso, o sujeito atua com percepção de fazer uso desse tempo com liberdade e de maneira criativa, dependendo de sua consciência de valor sobre seu tempo.

Tabela 2: Classificação dos tempos sociais de Munné (1980)

Fonte: Tabela criada com base em Munné (1980)

A partir da classificação de Munné (1980), podemos visualizar o tempo como um instrumento que nos permite dividir as necessidades e as atividades da vida cotidiana. Para cada tipo de tempo é associada a sensação de mais ou menos liberdade que revela respectivamente um tempo autocondicionado ou um tempo heterocondicionado. Aquino e Martins (2007) referem que a maior ou a menor variação desse tempo na vida dos indivíduos se organiza e se estrutura de acordo com padrões assimilados sobre como devemos dispor o tempo para as diversas atividades. Surge a questão de como o sujeito valora o sentido do tempo cotidiano para si (Aquino & Martins, 2007). Desta maneira, as diferentes formas de sentir, pensar, agir e estabelecer o tempo seguem padrões culturais que se refletem na ação do sujeito.

Apesar da classificação dos tempos sociais de Munné (1980) sugerir a adequação do tempo conforme necessidades e desejos dos indivíduos, em que ocorra uma variação da sensação de liberdade, entendemos que, desse modo, o tempo mantém-se reduzido a uma condição relativa ao tempo de trabalho e não trabalho. A liberdade atribuída ao tempo livre, por exemplo, pode ser condicionada pela produção de sentidos e valores construídos no contexto das transformações culturais e influências do sistema capitalista, principalmente o consumo, a aceleração, a padronização de estilos de vida e as relações de poder dirigidas pelas lógicas de mercado.

Numa perspectiva mais filosófica sobre a relação humana com o tempo, Dupuy (2012), ao situar a sua reflexão no âmbito do contexto cultural contemporâneo, questiona se esse tempo livre, do

qual se fala muito atualmente, é realmente liberado. Questiona também porque costumamos considerar menos constrangedor trabalhar uma boa parte do nosso tempo para pagar o meio de transporte através do qual conseguimos chegar ao trabalho.

Como é possível que não se perceba o absurdo de um modo de vida e de uma estruturação do espaço-tempo social que conduzem tantas pessoas a ter que dedicar tanto tempo aos seus deslocamentos para uma eficácia média tão ridiculamente pequena? A razão disso está em que o tempo de transporte foi substituído pelo tempo de trabalho. (Dupuy, 2012, p. 299)

Por consequência, podemos questionar: porque não considerar ser mais coerente trabalhar menos tempo e utilizar um meio de locomoção mais lento, mais barato e mais sustentável?

Estas são apenas algumas questões presentes nas reflexões deste filósofo francês. Através deste exemplo sobre a relação tempo de transporte/tempo de trabalho, o autor levanta questões importantes sobre o nosso entendimento do tempo na nossa vida cotidiana e o que realmente o tempo representa para as nossas práticas culturais diárias. A nosso ver, Dupuy (2012) faz uma contribuição importante no sentido de esclarecer que a visão que concebemos do tempo é o resultado das marcas que absorvemos das economias capitalistas, portanto é uma visão forjada. Através das críticas de Ivan Illich e Alex de Tocqueville (este último refletindo uma crítica aparentemente datada, mas não menos pertinente, de acordo inclusive com o próprio filósofo francês), Dupuy refere que se tornou

uma banalidade dizer que o tempo “se acelera” e acreditamos compreender o que estamos dizendo, dizendo-o, enquanto que, tomada ao pé da letra, essa expressão nada significa. O tempo poderia ir mais rápido do que eu? Evidentemente não, pois, como disse poeticamente Borges, o tempo é um rio que me arrasta, mas eu sou o rio. Onde quer que eu vá, não posso ir mais rápido que eu mesmo. Se tenho a impressão de perder pé nesse rio que é o tempo, é porque tenho mais e mais dificuldade em me agarrar a esse passado que se distancia e em me projetar num futuro cada vez mais incerto. Porque é exatamente a dupla capacidade de memória do passado e de projeção no futuro que dá ao tempo sua espessura humana. E é essa dupla capacidade que está hoje em crise. (2012, pp. 305-306)

Com isso, Dupuy não tenta solucionar a questão do tempo forjado, da crise da consciência sobre tempo e do modo de vida no sistema capitalista através do “elogio à preguiça” (expressão que dá título ao livro no qual Dupuy é autor de um capítulo e que trata de temas como ócio, tempo, trabalho, preguiça, ociosidade, entre outros). O autor defende essencialmente uma nova forma

de relação das pessoas com o tempo, independente de cultivarmos uma vida mais ou menos ativa. Ou seja, com mais ou menos atividades laborais e outras ocupações eleitas. Por fim, afirma que “a nossa relação com o tempo, quer dizer, conosco mesmo, pois nós somos o tempo, essa relação está doente” (Dupuy, 2012, p. 315).

Ao refletirmos sobre a relação humana com o tempo e sobre a forma como se encaixa na vida cotidiana, permeada por diferentes contextos, percebemos indícios de como a ideia de ociosidade alcançou o caráter negativo de que se reveste hoje. Por fim, as consequências provocadas pelo capitalismo, conforme acabamos de verificar nesta secção, influenciam a visão e valorização diante do trabalho, tempo, lazer, consciência sobre consumo, escolha de estilo de vida e outras práticas culturais, entre elas por exemplo, os diferentes projetos políticos, sociais e ambientais dos quais se decide participar. Na próxima secção, identificamos alguns sentidos atribuídos à ideia de ociosidade e ócio cultivadas até hoje pelo senso comum.

2.3 A relação entre ociosidade e ócio

Através da base teórica sobre as consequências do capitalismo para os sujeitos sociais, em que refletimos sobre as transformações culturais e o meio através do qual se formam as subjetividades e as identidades, foi possível perceber o quanto a supremacia do trabalho determinou as opções de lazer e a visão sobre o tempo dedicado à fruição e ócio. Isso possibilitou-nos conhecer o contexto através do qual a ideia de ociosidade se formou e tem vindo a influenciar a ideia sobre o ócio no decorrer dos últimos séculos, pelo menos desde o processo de revolução industrial.

O termo ociosidade carrega sentidos arraigados que dificultam a proposição de novas elaborações de sentidos em contextos diversificados da vida social. Em consequência disso, além de perdermos em riqueza de novas perspectivas e articulações semânticas, é possível perceber que a ociosidade adquiriu um sentido pejorativo na língua portuguesa, remetendo aos termos preguiça, inatividade, inutilidade e às expressões “não serve para nada” ou “vício da preguiça”, para citar apenas alguns exemplos. A quem vive o ócio, as expressões mais recorrentes nos dicionários da língua portuguesa⁴⁰ são: inativo, improdutivo, preguiçoso, indolente, “quem não gosta de trabalhar ou se empenhar” ou “indiferente a tudo que é elevado e nobre”. De acordo com esta perspectiva, o ócio é considerado um substantivo que se refere a

⁴⁰ Os termos associados à ociosidade, ocioso e ócio foram consultados nos dicionários *online* de língua portuguesa Aurélio, Michaelis, Houaiss e Priberam.

repouso, preguiça e improdutividade. Se formos traduzir os significados relativos a essas expressões em Inglês e Espanhol, por exemplo, também chegaremos a esses mesmos sentidos negativos e pejorativos. As traduções correspondentes em Inglês são *idle* e *idleness*. Em espanhol, ociosidade difere de *ocio*, já que a primeira se refere ao sentido de ociosidade em português e, a segunda tem o mesmo sentido de lazer.

Para o filósofo e escritor brasileiro Oswaldo Giacoia Júnior (2012), temos uma maneira moderna de sentir e de pensar herdada da cultura judaico-cristã em que a ociosidade é sinônimo de preguiça, vagabundagem, inércia, lassidão, indolência, negligência, entre outros, e, portanto, representa um conjunto de vícios. Em oposição, o trabalho é considerado virtude e potência ética e econômica que mantêm o desenvolvimento de uma sociedade. Se pensarmos que a partir dessa ideia de trabalho ocorre a produção e reprodução de materiais culturais, conforme refere Júnior (2012), fica mais clara a razão pela qual são atribuídos sentidos negativos à ociosidade. Através de Cuenca Cabeza (2000), entendemos que a ociosidade tem origem no latim *otium* e foi introduzida na língua espanhola no século XV, através de um sentido negativo ligado ao vício da preguiça e ao ato de não se querer trabalhar. De uma forma geral, a ideia de ociosidade na contemporaneidade foi definida como um dos pecados capitais justamente pela construção de um teor de oposição ao trabalho. Reside nesta construção, a constatação de uma intolerância social perante a desconstrução significativa em torno da ociosidade (Cuenca Cabeza, 2000).

Em termos de nomenclatura, por meio de uma classificação entre vida ativa e lazer, Rouanet (2012) define e posiciona os termos ócio e ociosidade no âmbito da vida social. O autor afirma que a vida ativa está ligada à política e ao trabalho e que o lazer possui duas articulações: ociosidade e ócio. E acrescenta:

a ociosidade é o mero reverso das estruturas da vida ativa. É um conceito negativo, puramente reflexo, uma privação, uma passividade, uma abstenção de agir, voluntária ou não, com relação à política e ao trabalho. Mais interessante é a segunda articulação do lazer, o ócio. O ócio não é o simples negativo da vida ativa, e sim um espaço próprio, positivo, de reflexão, de contemplação, de liberdade, de contestação, de criação artística e intelectual. Pelo ócio, o homem se liberta do mundo da necessidade para dedicar-se à busca do conhecimento e ao cultivo das artes. (Rouanet, 2012, p. 161)

Apesar desta diferenciação parecer determinista, até em função de ser uma classificação e de haver uma separação entre a vertente positiva e a negativa sem apresentar aqui uma explicação contextual, acredita-se que ajuda a perceber a existência de uma expectativa em torno da ação

das pessoas. O agir em função de projetos políticos ou laborais é considerado positivo porque produz algo, sendo isso objetivo ou subjetivo. Portanto, continuamos a pensar o ócio através de um parâmetro laboral.

Jaime Cuenca Amigo (2008) chama a atenção para o fato de que o valor social do ócio ter sido construído no período denominado por Zigmunt Bauman como “modernidade sólida”, correspondente ao tempo de recuperação do trabalhador após as suas atividades laborais. Com a crise do discurso de progresso, que colocava o trabalho e o desenvolvimento industrial como centrais na sociedade, inicia-se o período da modernidade líquida. Ou seja, a sociedade passa a ter um caráter provisório e de desregulação das estruturas sociais. Nesse sentido, e ao contrário da fase sólida, as experiências humanas não têm uma qualificação privada, de vivência de gozo, liberdade e desinteresse pelas finalidades. Na liquidez das sociedades, o consumo é o principal meio de orientação social. No âmbito das construções teóricas contemporâneas, o ócio converte-se em uma condição associada à experiência e, portanto, pode ser vivido por meio de diferentes condições e contextos (Cuenca Amigo, 2008, p. 86).

Junto à constatação sobre o teor negativo em relação ao termo ociosidade, que possivelmente tem vindo a contagiar a ideia sobre ócio, Júnior (2012) refere que há atualmente várias vozes dissonantes que desejam dialogar a respeito do tempo livre, do lazer e de uma transformação radical das formas de ligação pessoal com a ideia de ócio. A partir desses diálogos, predominantemente sobre ócio enquanto experiência, esta investigação procura refletir sobre a revalorização social do ócio apoiada por uma contextualização contemporânea.

Quando pensamos no ócio numa perspectiva gratificante e importante para as pessoas, referimo-nos a ideia de que o ocioso vive num tempo adequado ao pensamento e preenche o vazio existencial deixado pela vida mecânica do sistema acelerado e consumista, com experiências e conhecimentos que não se opõem ao trabalho e ao progresso (Novaes, 2012, p. 11). Portanto, falar de ócio é questionar a mobilização das pessoas na execução de uma atividade laboral obstruída e acelerada. Ou seja, falar de ócio é, em primeiro lugar, desmistificar o valor e sentido do trabalho. Assim, pode-se questionar até que ponto as pessoas não estão acostumadas a realizar uma atividade de trabalho sem ter a consciência de que os pensamentos, e até mesmo a própria experiência em determinado momento, podem ser tão produtivos quanto os produtos físicos resultantes (Novaes, 2012). Nota-se que, dentro do ciclo “trabalho, produtividade, lucro e consumo”, o trabalhador e a organização pouco refletem sobre a amplitude das consequências das ações que desenvolvem. O autor também alerta para o fato

de que há um enorme excedente relativo à produção de catástrofes através do trabalho, como a poluição do ambiente e os desastres ecológicos, que são reveladores de um descontrole do sistema de produção e, também, de um desencontro do trabalhador consigo mesmo, sobretudo, com aquilo que o realiza e faz sentido para si. Falar de ócio é então também admitir a possibilidade de viver uma experiência que envolve um tempo voltado ao pensamento e à contemplação, da natureza e da arte por exemplo, e também a um tempo voltado a um modo de livre expressão da criatividade (Rouanet, 2012), o que geralmente orienta os sujeitos a viverem num tempo de cunho psicológico e não cronológico. Portanto, vê-se o significado de ocioso qualificar-se como aquele que pode construir seu tempo e, portanto, descobrir, criar e recriar um mundo interior fértil de pensamento, reflexão e consciência. É neste contexto reflexivo, denominado por Novaes como trabalho meditativo, que se podem ouvir desejos e, ao mesmo tempo, construir soluções para os problemas e desafios contemporâneos (2012, pp. 16-18).

2.4 Nota conclusiva

Entende-se que as forças capitalistas interferem no processo de construção de sentidos dos sujeitos sobre a realidade social. Neste sentido, ter um padrão pronto a seguir torna-se mais acessível e menos exigente em termos de investimento emocional e intelectual. Torna-se um desafio encontrar contexto e tempo favoráveis ao pensamento e reflexão sobre as nossas necessidades e desejos mais intrínsecos e sobre uma consciência coletiva.

Se pensarmos numa perspectiva de subverter as consequências negativas do capitalismo, como já mencionamos anteriormente, o ócio pode ser uma forma de reação ou movimento alternativo à vida padronizada e generalizada pelas estruturas capitalistas. Neste sentido, educar para o ócio pode ser uma via alternativa, com menos excessos de consumo, mais liberdade e autonomia perante as necessidades pessoais e comunitárias (Cuenca Cabeza, 2000). Isso pressupõe certo equilíbrio entre trabalho, tempo, sustentabilidade e bem-estar pessoal. É preciso termos em conta que, desde o trabalho até ao lazer, é possível viver experiências de ócio. Entretanto, existem muitas variáveis a interferir na forma como apreendemos nosso tempo, na forma como consumimos e nos relacionamos com o ambiente. Ou seja, na forma como nos posicionamos perante os contextos ambiental, econômico, social e cultural, mesmo que de forma espontânea e informal.

Capítulo 3 – As transformações culturais e as consequências socioambientais

Para além de visualizarmos o posicionamento do sujeito face às transformações culturais estimuladas pelo capitalismo, temos um interesse específico em identificar aspectos marcantes para o entendimento da interação entre o ambiente e a sociedade. Temos como pressuposto de que uma visão não apoiada na relação de interdependência entre as pessoas e o ambiente pode estimular a formação das tensões que dão origem a movimentos e iniciativas comunitárias com foco nas problemáticas socioambientais, como é o Movimento de Transição e a iniciativa Aveiro em Transição. Essas tensões desencadeiam as motivações dos sujeitos, constituindo marcas das suas subjetividades e de um processo pessoal de consciência socioambiental. Em termos teóricos, identificamos a sustentabilidade e o desenvolvimento comunitário como conceitos pertinentes para as discussões sobre a relação entre ócio e ambiente.

3.1 A sustentabilidade como base para uma visão integradora ou holística

A sustentabilidade é um tema que pode ser pensado à luz de diversos contextos, embora a dimensão socioambiental, no sentido das graves consequências que a degradação do meio ambiente e a crise ambiental podem trazer à vida humana, venha sendo referida em discursos do senso comum e nos discursos de instituições globais, como é o caso dos eventos sobre ambiente promovidos pela ONU.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, colocou em destaque mundial a necessidade do posicionamento e ação de países, em especial os industrializados, diante do modelo de desenvolvimento vigente caracterizado por ações econômicas que consideravam os recursos naturais como fontes inesgotáveis de riqueza, o que poderia levar à degradação ambiental e humana. (Soares, Navarro & Ferreira, 2004, p. 43)

Gorz (2013) lembra-nos que o sistema capitalista é anti ecológico, pois, de forma geral, apresenta-nos apenas duas possibilidades: a superaceleração e consumo ou o desemprego e a pobreza. André Gorz é autor de várias obras sobre a relação capitalismo, trabalho e ambiente, sendo considerado um dos mais importantes pensadores da crítica social do século XX e da denominada ecologia política. É possível perceber a importância e a necessidade de, nos tempos atuais, questionar as consequências do capitalismo nas vidas individuais e coletivas. “O capitalismo alcançou um limite, tanto interno quanto externo, incapaz de ser superado,

sobretudo porque se alimenta através de um sistema que sobrevive, mediante subterfúgios, às crises de suas categorias fundamentais: o trabalho, o valor e o capital” (Gorz, 2011, p. 21). Para o autor, é impossível evitar uma catástrofe climática, por exemplo, sem o rompimento radical dos métodos e da lógica econômica vigente, pelo menos, desde os dois últimos séculos.

Segundo informe do conselho sobre o clima da Organização das Nações Unidas (ONU), as emissões de CO₂ deveriam diminuir em 85% de modo a não ultrapassarem 2 graus centígrados de aquecimento climático, caso contrário, as consequências poderão ser irreversíveis. Essa diminuição pressupõe uma notável transformação, uma inserção de outra economia, outro estilo de vida, outra civilização e outras relações sociais. (...) a saída do capitalismo para evitar esta catástrofe pode ser civilizada ou através de barbárie. A forma bárbara é familiar e prevê tráfico de pessoas e massacres humanos em numerosas regiões da África. Uma solução civilizada diante de uma catástrofe climática conduz geralmente a considerar a necessidade de uma mudança de mentalidade, o que seria um desafio para a imaginação. (Gorz, 2011, p. 24)

Esta solução civilizada estaria relacionada com a capacidade de distinguir as formas e as práticas sociais e culturais, através das quais se podem pensar as possibilidades de mudança. Dentro do sistema capitalista, naturalmente não ecológico e não sustentável, muitos aspectos se opõem à autonomia do indivíduo e à sua capacidade de se concentrar em formas de eliminar o desperdício de recursos e de elaborar coletivamente práticas sustentáveis que fazem dialogar produtores e consumidores. Evitar a tendência de produzir mais e consumir mais certamente exige uma redefinição de um modelo de vida (Gorz, 2011, pp. 24-29).

É possível ter uma visão cultural sobre a relação entre a sociedade e o ambiente através da observação sobre as transformações culturais contemporâneas mencionadas por Touraine (2005) e Hall (1997b) e descritas também por Bauman (2006) através do destaque a um contexto de vulnerabilidade, medo e falta de recursos para lidar com as questões sociais e ambientais importantes da atualidade. Bauman salienta uma série de aspectos negativos e problemáticos derivados do capitalismo e da vertente negativa da globalização, constatando a falta de conhecimento e noção de realidade por parte das pessoas, em geral, em relação aos efeitos produzidos por este contexto global. O desequilíbrio ambiental refletido, por exemplo, no acúmulo e depósito de lixo ou nos conflitos sociais por conquista de territórios e na produção em massa de refugiados são alguns dos problemas que dificilmente se resolvem localmente. Há, no entanto, a disseminação de discursos positivos e enganosos sobre as possíveis soluções desses

problemas por parte dos representantes de países mais ricos e dominantes politicamente (Bauman, 2006, pp. 88-90). Um tema bastante discutido, nestes discursos positivos, são as consequências que o capitalismo, ou como prefere citar Bauman, a vertente negativa da globalização, vem causando ao meio ambiente. A gravidade destas consequências vai desde os riscos referentes à diminuição da expectativa de vida e à qualidade de vida dos seres vivos, até a falta de consolidação de projetos comunitários de sustentabilidade (Bauman, 2006).

Gorz e Bauman apresentam uma visão pessimista e bastante focada nas consequências negativas do capitalismo para o ambiente e o sujeito social, o que é possível de compreender através de seus argumentos e pela observação do cenário cultural contemporâneo. No entanto, entendemos que a percepção sobre a tensão entre o sistema capitalista, o âmbito socioambiental e as possibilidades de experiências dos sujeitos sociais no entorno ambiental, pode servir como reflexão para uma proposta de performance social e política (Sewell Jr., 1992, 2005) que instiga a construção de um modo de vida com mais reflexão e equilíbrio ambiental. Se pensarmos pelo lado dos avanços tecnológicos possíveis de ser aplicados no contexto ambiental, como por exemplo as possibilidades de criar ferramentas menos poluentes no âmbito industrial, as alternativas sustentáveis de produção de energia, de tratamento de lixo e de produção na agricultura, podemos pensar que a tecnologia pode atuar em função das necessidades de preservação do meio ambiente. Portanto, o maior impedimento para a concretização dessas medidas sustentáveis que, na nossa visão, é o que causa o olhar pessimista de Bauman e Gorz, é a lógica de mercado, de lucro e poder econômico. Neste sentido, podemos pensar sobre a falta de percepção da relação intrínseca entre o bem-estar físico e subjetivo dos indivíduos, das coletividades e do ambiente. É necessário percebermos, nessa tendência, que as práticas capitalistas fomentam uma visão de separação entre as pessoas e o ambiente, como se o ambiente não fosse composto pelas pessoas e como se as pessoas não dependessem do ambiente para viver, o que contraria o argumento de Fien e Tilbury (2002) de que existe uma interdependência entre pessoas e natureza.

Entendemos que, nos países capitalistas, existe uma tensão entre os contextos econômico e político, e o contexto ambiental. Se avaliarmos o conteúdo de alguns documentários que exploram os temas da justiça ambiental, produção alimentar e alterações climáticas como *Cowspiracy*, *Forks over Knives* e *Mission Blue*, entre outros, vemos que todos eles referem fatos encobertos nas práticas políticas e econômicas sustentadas pelo sistema capitalista. Vemos que o desequilíbrio ambiental decorre de vários fatores, sendo que a produção de lixo, os modos de

produção e consumo de alimentos, a produção industrial e as consequências do desenvolvimento tecnológico, são alguns exemplos de aspectos já discutidos no âmbito do senso comum e na produção de conteúdos jornalísticos. Os movimentos sociais contemporâneos costumam trazer à discussão alguns desses temas, apesar de diferirem bastante nas suas abordagens. Especificamente, em termos de movimentos ambientais, o final do século XX e o século XXI mostraram a incidência de iniciativas ambientais que tentam combater a denominada crise ambiental⁴¹ (Bettini & Karaliotas, 2013). Dentro desse conjunto de iniciativas, podemos citar, além do Movimento de Transição (MT), o Degrowth Movement, originário dos anos 70, que se preocupa em promover transformações sustentáveis e medidas redutoras de alguns modos de produção e consumo (Bettini & Karaliotas, 2013); o movimento Carbon Conversations, com origem entre os anos 2005 e 2007, que à semelhança do Movimento de Transição, atua ao nível local na criação de soluções para problemáticas ambientais globais (Aiken, 2015); e as iniciativas relacionadas com as questões energéticas, como são alguns grupos comunitários, de diferentes cidades da Escócia, cujas ações são financiadas por agrupamentos de empresas, como por exemplo, a Castlemilk and Carmunnock Community Windpark Trust (CCCWT).

Pela ótica do senso comum, não é difícil pensar que um dos principais desafios dos movimentos ambientalistas, em relação à crise ambiental, deve passar pelas questões políticas e econômicas. Estas questões demonstram a contradição das ações dos países capitalistas, especialmente os mais desenvolvidos, em relação à implantação de políticas públicas sustentáveis e à capacidade de controlar e evitar acidentes ambientais, resolver desafios como a exploração de recursos naturais, a produção de lixo e outros efeitos nocivos dos processos de industrialização e consumo. Acordos internacionais que não foram cumpridos ou que não foram efetivos, a exemplo do Protocolo de Kyoto, mostram a dimensão política, carregada de efeitos decorrentes dos interesses econômicos, colidindo com a dimensão ambiental. O Protocolo de Kyoto foi um acordo proposto na convenção da ONU sobre as alterações climáticas, em 1997. O objetivo principal era propor, sobretudo aos países desenvolvidos, medidas de redução de emissão de gases, principalmente o dióxido de carbono, um dos principais responsáveis pelo agravamento do efeito estufa. O protocolo propôs também o uso eficiente de energia em setores

⁴¹ Termo com origem na década de 50, quando a humanidade percebe, pela primeira vez, a possibilidade de risco ambiental global causado pela poluição nuclear. “Esse indício alertou os seres humanos de que estamos em uma nave comum e que os riscos ambientais não estão restritos a territórios limitados” (Nascimento, 2012, p. 55). Na década posterior, a constatação sobre a crise ambiental coincide com os primórdios do movimento ambientalista e as discussões trazidas pelo Clube de Roma, em 1968, que tinha o objetivo de reunir pedagogos, economistas, cientistas, humanistas, industriais e funcionários públicos para a reflexão sobre a crise atual e futura da humanidade. Os relatórios do Clube de Roma causaram grande impacto na comunidade científica, pois apresentavam dados catastróficos a respeito da vida futura no planeta, caso persistisse o padrão de desenvolvimento vigente na época (Kruger, 2001, p. 39).

importantes da economia de cada país, a atenção aos acordos internacionais sobre meio ambiente, a promoção de práticas sustentáveis de gestão das florestas, a promoção de práticas agrícolas sustentáveis, a investigação e promoção do uso de novas fontes de energias renováveis e de tecnologias ecologicamente viáveis, a redução progressiva ou eliminação gradual das tributações que contrariam o objetivo do protocolo e a promoção de políticas e medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa, entre outros aspectos⁴². O que percebemos através das proposições do Protocolo de Kyoto é uma tentativa de cooperação internacional que, na prática, não só não resulta na concretização efetiva dos objetivos propostos, como ainda gera impasses e discordâncias políticas e econômicas que colocam em segundo plano a questão ambiental. Isto ocorre desde a negação ao cumprimento do acordo, como é o caso dos EUA, até a implantação de medidas pouco eficazes. O não cumprimento ou a não confirmação destes acordos ambientais faz-nos pensar sobre o caráter inflexível dos países capitalistas e sobre como as imposições políticas e econômicas comprometem as soluções para as problemáticas ambientais, tanto ao nível local quanto global. Sendo assim, as iniciativas comunitárias de articulação política sujeitam as suas práticas de desenvolvimento sustentável e de desenvolvimento comunitário, em muitos casos, a um nível micro, mais restrito, sendo muitas vezes criticadas pela obtenção de resultados insatisfatórios.

Numa ótica mais geral e consensual, a partir de 1972, na primeira conferência da ONU sobre meio ambiente, em Estocolmo/SE, a ideia de desenvolvimento sustentável aparece através da aproximação da relação entre ambiente e sociedade. Nascimento (2012, p. 1) menciona que a pobreza provoca agressões ambientais e, por esse motivo, a ideia de sustentabilidade deve considerar a equidade social e a qualidade de vida desta geração e das próximas. A solidariedade com as próximas gerações introduz, de forma transversal, uma dimensão ética.

Moldan, Janousková e Hák (2012) referem que atualmente a definição de sustentabilidade, de 1980 até ao momento, é predominantemente analisada de forma quantitativa e definida por três pilares: social, económico e ambiental. A recente crise económica e financeira ajudou a definir a sustentabilidade económica, colocando uma interrogação sobre o desenvolvimento sustentável baseado no progresso económico. Isto significa abordar integralmente as questões económicas pelos seus próprios méritos, sem qualquer ligação aparente com os aspectos ambientais. A sustentabilidade ambiental mantém-se concentrada nos aspectos biogeofísicos, o que significa manter ou melhorar a integridade dos sistemas de apoio à vida na Terra. Os autores consideram

⁴² Informação retirada do *website* da United Nations Framework Convention on Climate Change - UNFCCC, disponível em <http://unfccc.int/2860.php>

que o conceito de sustentabilidade, e os seus três pilares, tinham uma abordagem bastante vaga (considerada qualitativa) e com o passar do tempo, essa noção adquiriu um teor mais estratégico, considerando uma ampla gama de indicadores definidores de metas e de medições sobre as tendências ou estado atual desses três pilares. Essa é uma noção moderna do conceito que se volta à questão do desenvolvimento.

Segundo Kuhlman e Farrington (2010), a origem do conceito de sustentabilidade está nas produções de agricultura, em que se pregava nunca colher mais do que a floresta conseguisse produzir em cada ciclo de crescimento de uma planta. A primeira vez que a palavra foi usada, em 1713, foi com esse sentido. As crenças tradicionais impuseram ao conceito um teor mais administrativo e econômico. Os desafios a ser enfrentados diziam respeito à boa administração das formas de exploração dos recursos naturais e às estratégias que tentavam amenizar a situação de fome generalizada, vista como uma realidade provável (Kuhlman & Farrington, 2010). A partir daí, o objetivo foi o de captar a atenção das políticas públicas globais através do relatório do clube de Roma e do relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, mais conhecido como o Relatório Brundtland, que teve o papel de mostrar soluções para esse destino iminente. A questão que norteou as medidas levantadas pelo Relatório Brundtland foi: como reconciliar as aspirações das nações do mundo para uma vida melhor, com recursos naturais limitados e os perigos da degradação ambiental? Pelo relatório, a solução estaria no desenvolvimento sustentável (Kuhlman & Farrington, 2010, pp. 3436-3437). Através de Nascimento e Costa (2010), entendemos que o desenvolvimento sustentável se tornou um campo de disputa, no sentido que Bourdieu (2003, 2005) utiliza, com múltiplos discursos que ora se opõem, ora se complementam. O domínio da polissemia é a expressão maior desse campo de forças, passando a condicionar posições e medidas de governos, empresários, políticos, movimentos sociais e organismos multilaterais. Ao pensar nessa multiplicidade de sentidos e de possibilidades para os processos de desenvolvimento sustentável, percebemos que talvez exista uma certa dificuldade na criação de abordagens mais claras e inter-relacionais sobre os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, especificamente relacionados aos contextos social e cultural. Bramley, Dempsey, Power, Brown e Watkins (2009) apontam a falta de literatura que discuta o conceito de sustentabilidade social, sobretudo sob o enfoque do contexto urbano. Segundo os autores, a sustentabilidade social pode ser definida em duas dimensões: a equidade social e a sustentabilidade comunitária. Enquanto a equidade social é de caráter mais político, associada à noção distributiva da justiça social, a

sustentabilidade da comunidade é aparentemente mais nebulosa, mas fundamental para compor uma visão integradora e de senso de coletividade, de saúde e viabilidade da sociedade. O equilíbrio entre estas duas dimensões pode garantir que a sustentabilidade social não se desenvolva apenas a partir da sustentabilidade econômica e ambiental.

Os autores referem que a importância de pensar a sustentabilidade da comunidade pode estar na possibilidade de constatar a existência de aspectos positivos e negativos ao nível local. Por exemplo: desenvolver a sustentabilidade da comunidade em um ambiente considerado com baixa qualidade de vida (pouca vegetação, muita produção de lixo, violência urbana, presença e interferência de indústrias e artefatos tecnológicos nocivos) pode servir para promover iniciativas de coesão e mobilização social. Quando a comunidade apresenta aspectos positivos em relação à qualidade de vida, inclusive no entorno ambiental, mesmo assim, não se podem garantir a ocorrência de boa interação e coesão social, nem mesmo a inclusão social e a garantia dos direitos culturais (Bramley et al., 2009). Deste modo, a percepção e a análise da sustentabilidade social demonstra uma ligação ao contexto cultural, especificamente o contexto dos modos de vida em comunidade. Esta seria uma vertente de investigação que poderia receber abordagens diversificadas, sobretudo, pela importância dos processos sociais e culturais que se poderiam problematizar e compreender, o que englobaria as questões das subjetividades e experiências vividas a partir do envolvimento com iniciativas de cunho ambiental.

Existe uma outra linha de investigação em que se encaixam as questões relativas ao caráter fundamental das interações entre a natureza e a sociedade, encorajando essas interações ao longo de trajetórias mais sustentáveis. Fala-se na importância de haver discussões que reflitam sobre a ciência da sustentabilidade, com foco no desenvolvimento sustentável, mas que conecte agendas políticas e instituições locais. Aqui, conhecer as necessidades humanas está completamente ligado com a preservação dos sistemas de apoio à vida na Terra, o que exigirá uma transição acelerada para a sustentabilidade (ver por exemplo, Kates et al. (2001), artigos da *Revista Science*, edição "Sustainability Science"). Esta pode ser uma linha de investigação que procura ampliar a abordagem, mesmo assim, pode não abranger aspectos sobre as transformações contemporâneas nos contextos em que pode atuar a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, Krieg-Planque (2010) questiona a forma neutra e não conflituosa com que o desenvolvimento sustentável tem vindo a ser abordado. Entendemos que o não conflito e a neutralidade equivaleriam à perda da capacidade crítica como um atributo primordial diante dos contextos econômico e político através dos quais o desenvolvimento

sustentável é abordado. A autora refere que a abordagem prática de desenvolvimento sustentável remete para a ideia de fórmula, pressupondo um projeto que visa capturar os discursos políticos, mediáticos e institucionais através das várias formas de congestionamento que esses discursos formam e circulam. Na sua generalidade, são discursos heterogêneos, contraditórios e facilmente aplicáveis num contexto estratégico, quantificável e mensurável, especialmente no âmbito de políticas públicas. Portanto, os conceitos de ambiente, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável poderão perder o seu teor crítico se procurarem o consenso e uma adaptação em função do desenvolvimento económico e das estratégias de políticas públicas.

Jacobi (2003) sugere uma abordagem à sustentabilidade, ambiente e desenvolvimento sustentável inclusiva e democrática quando lembra que a realidade atual exige reflexões cada vez menos lineares. O autor pontua que isso se produz na inter-relação dos saberes e das práticas coletivas que criam identidades, valores comuns e ações solidárias diante da reapropriação da natureza, numa perspectiva potencializadora do diálogo entre saberes. Posto isto, o desenvolvimento sustentável representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades (Jacobi, 2003, pp. 190-191). Novamente aqui se corre o risco de produzir discursos heterogêneos e neutros sobre o ambiente, conforme problematizou Krieg-Planque (2010), em que se inclui tudo e, ao mesmo tempo, não se garante uma abordagem crítica e democrática sobre as questões ambientais, principalmente no que concerne uma discussão direta e confrontativa diante de instituições, empresas e Estado. No entanto, é possível perceber que a proposta de Jacobi (2003) se foca na compreensão dos múltiplos contextos e conhecimentos imbricados na elaboração de uma abordagem das questões ambientais, sem que isso signifique a priorização do desenvolvimento económico numa ótica estratégica de reprodução de discursos institucionais e políticos.

Fien e Tilbury (2002) consideram que os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável servem os interesses económicos particulares, portanto, quando estudados, necessitam de análises críticas. Regra geral, são categorizados no sentido do crescimento económico sustentável ou no sentido do desenvolvimento humano sustentável. Os autores defendem a ideia de uma terceira via que se refere ao desenvolvimento comunitário local sustentável. Na abordagem do crescimento económico, o ambiente natural é concebido de forma utilitária e a sua conservação é tratada como uma opção política. A ênfase é colocada no papel das

ferramentas econômicas e tecnológicas de mudanças individuais, coletivas e de atividades industriais diante de um caminho mais sustentável para o desenvolvimento econômico (Fien & Tilbury, 2002, p. 3). Em contraposição, a abordagem ao desenvolvimento humano exige mudanças radicais do sistema, na medida em que provoca um desafio fundamental para os interesses estabelecidos, principalmente porque se concentra em questões de equidade social e limites ecológicos e questiona visões de mundo baseadas em premissas de um crescimento econômico ilimitado (Fien & Tilbury, 2002, p. 3). A abordagem ao desenvolvimento sustentável comunitário está ligada a um conceito flexível de comunidade moldado mediante a interpretação das pessoas sobre princípios como, por exemplo, participação, direitos humanos, biodiversidade, equidade e interdependência entre pessoas e ambiente, de acordo com as circunstâncias locais. Isso não significa que uma visão holística, representada por esses princípios, não constitua uma perspectiva democrática para a sociedade global. Os autores entendem que há uma base democrática, proveniente da pedagogia crítica, aplicada na educação para a sustentabilidade que fornece parâmetros éticos para o ensino e responsabilidade em relação às pessoas, sociedades e à natureza (Fien & Tilbury, 2002, pp. 5-6).

Entendemos que a articulação do contexto cultural aos três pilares da sustentabilidade (Jacobi, 2003) pode aproximar a relação entre solidariedade, ambiente e sustentabilidade. Isto poderia incidir sobre questões relacionadas com a qualidade e a justiça ambiental, consideradas por Nascimento (2012) como fundamentais para a discussão sobre sustentabilidade. Freitas (2008) ressalva que a dimensão cultural, associada à ideia de sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, pode estruturar as interligações entre os vários domínios que inerentemente atuam neste âmbito.

A visão sobre ambiente compreendida através desta investigação, propõe-se a conciliar a visão de interdependência entre as pessoas e o ambiente (Fien & Tilbury, 2002) com a qualidade e justiça ambiental (Nascimento, 2012), o que nos parece fundamental para o desenvolvimento da sustentabilidade e de processos de educação ambiental. Entende-se também que a vigilância crítica em relação à reprodução de discursos institucionais e políticos, que têm o desenvolvimento econômico como principal objetivo, é sempre uma constante, seja no contexto ambiental seja no contexto cultural de construção dos modos de vida.

Percebemos que as linhas de investigações inclinadas para trabalhar com um conceito alargado, mas crítico, de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável, em que se considera uma determinada visão holística podem encontrar nos movimentos e nas iniciativas comunitárias

objetos de estudos favoráveis para o diálogo teórico-empírico sobre os modos alternativos e sustentáveis de vida em comunidade. Dentro desse diálogo, consideramos também um amplo conjunto de práticas culturais sustentadas pela definição de cultura no sentido da performance social e política (Sewell Jr., 2005) e do caráter subjetivo ligado, por exemplo, aos modos de resistência aos padrões sociais e discursos desenhados pelo sistema capitalista.

3.2 O desenvolvimento comunitário como estímulo para a reflexão, o empoderamento e a consciência ambiental

Nesta secção complementamos o entendimento sobre o contexto socioambiental, mostrando a centralidade do conceito de desenvolvimento comunitário para a construção do empoderamento, autonomia, autoconhecimento, solidariedade e consciência ambiental no âmbito da participação em iniciativas comunitárias voltadas para as questões ambientais e sociais. Consideramos que o desenvolvimento comunitário e o empoderamento são conceitos importantes para o entendimento das marcas da subjetividades no contexto dos movimentos sociais contemporâneos como o Movimento de Transição. Este entendimento reflete a relação entre cultura e subjetividade face às experiências (Amatuzzi, 2006; Larossa, 2002), aos processos de consciência (Maheirie, 2002), aos modos de sensibilidades, modos de vida, produção de conhecimento (C. Barker, 2003; Blackman et al., 2008; Henriques et al., 1998; Williams, 1958, 1963). Nesta investigação, a relação entre cultura e subjetividade é contextualizada pela capacidade de reflexão sobre os modos de vida e pela relação do sujeito com o entorno ambiental, desde o espaço físico comunitário e global até os contextos culturais e sociais.

A literatura referente ao desenvolvimento comunitário não é consensual (Bhattacharyya, 2004) e pode ser abordada por diferentes vieses, de maneira a ser estudada à luz de alguns conceitos complementares e por diferentes linhas de pensamento. Alguns desses conceitos referem-se aos modos de interação entre as pessoas e o ambiente e às características das suas práticas socioculturais, como podemos observar nos estudos que consideram a psicologia ambiental e a psicologia comunitária como referenciais teóricos. No âmbito da psicologia comunitária, notamos que é possível estudar o desenvolvimento comunitário por um direcionamento particular na saúde da comunidade, bem como “na criação de serviços adequados a populações socialmente marginalizadas, no desenvolvimento de técnicas inovadoras de prestação de serviços e

estratégias de empoderamento que facilitam a participação em iniciativas e movimentos sociais” (Ornelas, 1997, pp. 376-377)⁴³.

Por isso, optámos por fazer uma breve alusão à psicologia ambiental, pois consideramos que ela poderia ilustrar a abrangência da intersecção entre psicologia e sociologia, no que toca ao contexto ambiental, sem no entanto colocar ênfase em nenhuma dessas duas ciências, adequando-se ao que acreditamos propor as análises culturais. Este ponto de reflexão sobre a psicologia ambiental serviu como parâmetro para a compreensão dos conceitos de desenvolvimento comunitário e empoderamento, de modo a perceber, particularmente, as interseções entre ambiente e subjetividade no âmbito das iniciativas comunitárias.

A psicologia ambiental orienta-se pela relação ambiente e comportamento humano (Pinheiro, 1997). As suas duas principais tradições teóricas são a psicologia da percepção e a psicologia social (Carneiro & Bindé, 1997). A psicologia da percepção detém-se nos fatores físicos do ambiente e nas reações comportamentais que foram estudadas principalmente por James Gibson. Já a psicologia social, dentro de um recorte ambiental, interessa-se pela interação mútua entre pessoa e ambiente através de uma visão matemática e determinista. Foi estudada pioneiramente por Kurt Lewin e mais tarde por Roger Barker (Pinheiro, 1997). Segundo Carneiro e Bindé (1997), a psicologia ambiental é uma área de estudo multidisciplinar conhecida, na cultura germânica, como psicologia ecológica e, na cultura norte-americana, como psicologia ambiental. Um dos seus mais importantes precursores, o cientista social norte-americano Roger Garlock Barker, referia que ela tinha o objetivo de descrever a organização dos acontecimentos cotidianos através da relação entre os comportamentos humanos e o ambiente. A unidade ou o conjunto mais básico dessa organização dos acontecimentos foi denominada por Barker como *behavior setting* ou, traduzindo para português, unidade ou conjunto de comportamento (ver por exemplo, R. G. Barker, 1968; Barker & Wright, 1954; Schoggen, 1989). A teoria de *behavior setting*, conforme Carneiro e Bindé (1997), refere-se às atividades que podem ser descritas através de padrões estáveis de comportamento. Pelo entendimento de Pinheiro (1997), R. G. Barker defendia que o conceito de *behavior setting* significava uma mistura entre comportamento e ambiente, nem um nem outro separadamente. O trabalho de R. G. Barker concentrou-se na relação ambiente/comportamento através das atividades humanas de natureza pública como, por exemplo, praticar determinado esporte, utilizar transporte público ou frequentar uma sessão específica de estudos. Não constou da sua investigação observar os

⁴³ Sobre psicologia comunitária, além de Ornelas (1997), podem ver por exemplo: Orford (1992), Kelly (1966) e Heller e Monahan (1977).

comportamentos ao nível da vida pessoal dos indivíduos, o que originou críticas e estudos que vieram complementar sua teoria (Pinheiro, 1997). Nesse sentido, Bonnes e Nenci (2002) dividem o desenvolvimento da psicologia ambiental em fase pré 1940, que compreende os estudos exploratórios de Barker, e na fase pós 1940, que conta com estudos atuais e mais desenvolvidos em relação à abordagem de Barker. Os estudos mais atuais tendem a analisar psicologicamente os comportamentos humanos, incluindo as consequências dos comportamentos humanos para o meio ambiente.

Apesar de não ser o objetivo da nossa investigação analisar especificamente o comportamento dos sujeitos, a partir da sua relação com o meio ambiente, é interessante notar que o ambiente tanto é causa como consequência do comportamento humano. Acreditamos que o ambiente local tem um caráter influente na produção das subjetivações e das experiências dos sujeitos que participam de iniciativas sociais voltadas ao desenvolvimento comunitário e às questões ambientais. Desta forma, apesar de a psicologia ambiental ter uma natureza multidisciplinar e contextual, não se limitando ao estudo de estímulo-resposta da relação ambiente-pessoa (Gunther & Rozestraten, 2005), consideramos que situa o indivíduo como centro do problema ambiental a ser questionado e estudado. Já as abordagens centradas no desenvolvimento comunitário como prática social e cultural consideram o indivíduo no papel de sujeito social, sujeito cívico ou agente social. Ou seja, sujeito social, porque passou pelo processo de consciência de si e de si em relação aos outros e ao ambiente (Touraine, 2005), sujeito cívico ou agente social no sentido da performance social e política (Sewell Jr., 1992, 2005; Dahlgren, 2013). Este sujeito social tem a possibilidade de participar de uma iniciativa comunitária ou movimento social para mudar situações sociais, econômicas e ambientais (Bhattacharyya, 2004; ver também Denise & Harris, 1990). No âmbito da teoria do desenvolvimento comunitário, a ideia de desenvolvimento está ligada ao exercício da agência ou performance do sujeito e a ideia de comunidade está ligada à solidariedade (Bhattacharyya, 2004).

Bhattacharyya (2004) refere que o propósito do desenvolvimento comunitário é a busca da solidariedade e da organização através de princípios de autoajuda, identificação de necessidades e participação comunitária. O autor argumenta que a ideia de lugar como representação da comunidade se tornou um aspecto estritamente conceitual e um tanto quanto inadequado, já que o desenvolvimento comunitário efetivo depende da coordenação de variáveis contextuais ao nível micro e macro. Ou seja, depende da articulação entre o ambiente local e global, e dos efeitos individuais e contextuais produzidos pela participação. Entendemos que o

desenvolvimento comunitário não se restringe a uma delimitação espacial, contudo, influencia o posicionamento político dos cidadãos, a consciência sobre a sua participação no desenvolvimento do entorno em que vive, e o alcance das implicações sociais. Formam-se assim as redes, tanto locais quanto mediadas, e criam-se processos pessoais, e portanto subjetivos, de construção de modos de vida no entorno ambiental. Nota-se aqui um ponto de aproximação entre a psicologia ambiental, nos seus modos de interação entre as pessoas e o ambiente, e o desenvolvimento comunitário.

Chavis e Wandersman (1990) definem o conceito de desenvolvimento comunitário associando-o ao sinônimo dos termos organização comunitária e construção comunitária. Os autores destacam que o mecanismo comum entre esses termos é representado pelo processo de participação dos indivíduos em organizações voluntárias e pela produção de bens coletivos e individuais. A partir destas conceituações, percebemos a existência de um jogo relacional entre as necessidades pessoais e as necessidades coletivas dos sujeitos que participam do processo de desenvolvimento comunitário. As necessidades pessoais refletem a natureza das necessidades coletivas. Isto é, os participantes de determinada iniciativa costumam ter uma afinidade ideológica que os faz aderir ao processo de desenvolvimento comunitário e à iniciativa que representa essa ideologia. Da mesma forma, a busca pela satisfação das necessidades da coletividade está intimamente ligada aos anseios pessoais e, conseqüentemente, ao exercício de empoderamento e poder social (Chavis & Wandersman, 1990).

Alguns conceitos complementares ao desenvolvimento comunitário lembram-nos da sua ligação com o ambiente físico e social, com especial foco no desenvolvimento de ecologias (estudo das relações entre os seres vivos e o seu meio natural) e nas capacitações humanas de viver, compreender e desenvolver-se neste meio (Chavis & Wandersman, 1990, pp. 55-57). O conceito de senso de comunidade (McMillan & Chavis, 1986) é um desses conceitos complementares. Segundo os autores, trata-se de um processo, dentro do desenvolvimento comunitário, que estimula a coesão entre os participantes, a clareza perante as necessidades mútuas a serem satisfeitas e os laços emocionais partilhados no meio local. Quanto mais forte o senso de comunidade, mais influentes se sentem os seus participantes em relação ao seu entorno (McMillan & Chavis, 1986). Sobre isso, Chavis e Wandersman (1990) referem que, através deste processo, ocorre também um esforço coletivo potencializador da habilidade da comunidade em questionar a realidade e colocar as ações em prática. Segundo os autores, há três componentes que costumam influenciar a participação do indivíduo nas organizações voluntárias e

comunitárias: percepção do ambiente, a natureza das relações sociais e a ideia de controle e de empoderamento. O senso de comunidade desempenha um papel catalisador capaz de promover a coesão entre estes componentes. Esta é uma abordagem holística preocupada com o equilíbrio ambiental, em termos de manutenção de recursos naturais, e também especificamente com o equilíbrio das experiências humanas vividas pela participação nos processos comunitários. O senso de comunidade, que agrega o sentido de coletividade, age como um mecanismo para estimular o desenvolvimento saudável do meio ambiente e das pessoas que o habitam (Chavis & Wandersman, 1990, pp. 57-58).

Neste sentido, podemos refletir que o interesse e o envolvimento com as questões ambientais locais constituem atos de politização face à comunidade e representam também os desejos das pessoas de exercerem a autonomia diante das condições ambientais e sociais que precisam ser pensadas e transformadas. De acordo com Connors e MacDonald (2010), o desenvolvimento comunitário é um ato político na sua essência, já que está preocupado em mudar a situação atual e compromete-se com causas de justiça social e direitos humanos. Mesmo assim, os autores ainda questionam se as mobilizações em torno do desenvolvimento comunitário conseguem concretizar ações que afetam os discursos de poder, no âmbito das comunidades e sociedade em geral, através da sensibilização de instituições sociais e indivíduos.

Em relação à percepção sobre os efeitos dos atos políticos relativos ao desenvolvimento comunitário, Speer e Hughey (1995) destacam a importância de perceber a existência de uma relação recíproca entre o desenvolvimento de poder da organização comunitária e o empoderamento individual dos membros da comunidade. O *American Journal of Community Psychology*, na edição nº5 de 1995, exclusivamente sobre a teoria do empoderamento, mostrou que há diferentes maneiras de conceituar o empoderamento e, portanto, diferentes caminhos para a reflexão e análise. Entre as várias definições de empoderamento, Perkins e Zimmerman (1995) destacam três formas consistentes: i) empoderamento como processo contínuo e intencional, centrado na comunidade local e no respeito mútuo, na reflexão crítica, compaixão e no senso de participação em grupo (ver Cornell Empowerment Group, 1989); ii) empoderamento como processo através do qual as pessoas adquirem controle sobre suas vidas e têm participação democrática na vida da comunidade (ver Rappaport, 1987); e iii) empoderamento como compreensão crítica sobre o ambiente em que se vive (ver Zimmerman, Israel, Schulz & Checkoway, 1992). Percebemos que esta última definição demonstra uma capacidade de incluir as demais, já que a compreensão crítica do ambiente pode desenvolver a visão desde o entorno

local até ao contexto global, a reflexão sobre as potencialidades da comunidade, dos seus participantes e de si mesmo através do respeito mútuo, solidariedade, autonomia e autoconhecimento.

A literatura sobre empoderamento costuma restringir sua abordagem ao processo de reivindicação dos cidadãos junto ao poder político vigente (Horochovski & Meirelles, 2007). Isso pode ser uma derivação do posicionamento que divide tradicionalmente sociedade civil e Estado no âmbito dos movimentos sociais (Laclau, 1893; Melucci, 1989). A consequência desta abordagem resulta em uma discussão sobre cidadania que aparece na literatura de autores como o sociólogo norte-americano Charles Tilly e o cientista político brasileiro José Murilo de Carvalho. Segundo Tilly, por motivos de clareza histórica e teórica, o conceito de cidadania estaria ligado a uma série de interações entre os cidadãos e o Estado, como direitos e obrigações, sendo que a relação entre cidadão e Estado deve excluir o possível privilégio de autoridade que o Estado possa vir a ter (Tilly, 1995, p. 8). Esta definição de cidadania forma um tipo especial de contrato e possui um teor de idealização. Tilly reformula este conceito através da ideia de que a cidadania seria um jogo equilibrado, em termos de direitos e obrigações, sustentada por uma categoria⁴⁴ constituída pelos cidadãos e pela relação entre eles com o Estado. A cidadania pode variar de intensidade, podendo implicar poucas transações, direitos e obrigações ou ocupar uma parcela significativa de todas as transações, direitos e obrigações suportados pelo Estado e pelas pessoas que vivem sob sua jurisdição (Tilly, 1995, pp. 7-8). Na contribuição para o conceito de cidadania, Carvalho refere as possibilidades de direção do movimento que produz a cidadania: de baixo para cima ou de cima para baixo (1996, pp. 338). Faz a seguinte distinção: a cidadania construída de baixo para cima reflete as experiências históricas marcadas pela luta por direitos civis e políticos; já a cidadania construída de cima para baixo pode ser exemplificada por países em que o Estado manteve a iniciativa da mudança e foi, aos poucos, ampliando os direitos dos cidadãos. O autor refere ainda que a cidadania pode ser pensada sob o ponto de vista da dicotomia entre as ideias de público e privado, o que é uma perspectiva também discutida por Turner. A cidadania pode ser adquirida dentro do espaço público, mediante a conquista do Estado, ou dentro do espaço privado, mediante a afirmação dos direitos individuais, em parte sustentados por organizações voluntárias que constituem barreiras à ação do Estado (Carvalho, 1996). Turner explica que o debate sobre a cidadania diz respeito tanto ao acesso à saúde, à educação e ao bem-estar, quanto à discussão teórica sobre

⁴⁴ A categoria pode ser definida como um conjunto distinto de pessoas que pode ser classificado de acordo com critérios mais simples ou mais complexos, dependendo dos contextos em que se referem (Tilly, 1995, p. 7).

as condições de integração e solidariedade social. A cidadania como instituição é, portanto, constitutiva da comunidade social (Turner, 1990, p. 189). O autor afirma ainda que o conceito de cidadania pode tornar-se obsoleto, se não considerar que o mundo contemporâneo é estruturado através de duas contradições sociais: por um lado, existem fortes pressões para a autonomia regional e o localismo, por outro, existe uma forte noção de globalismo e responsabilidades políticas globais. Portanto, o conceito de cidadania deve incorporar os processos de mudança e desenvolvimento.

No âmbito da nossa investigação, a autonomia é uma variável relevante para a relação entre empoderamento, desenvolvimento comunitário e a construção de experiências pelos sujeitos sociais. Assim, consideramos pertinente refletir sobre as dimensões do empoderamento, mencionadas por Horochovski e Meirelles (2007), que identificam os níveis, os sujeitos, as motivações, os poderes e as modalidades do empoderamento. Concentramos o nosso olhar nos níveis do empoderamento individual e intrapessoal e no empoderamento comunitário.

O empoderamento individual e intrapessoal é uma capacitação psicológica que envolve a autoestima e o protagonismo nas experiências. Esta capacitação individual é também relacional, visto que há sempre a relação dialógica com o ambiente (Spreitzer, 1995). Zimmerman (1990) resume este tipo de empoderamento como uma variável mediadora, entre indivíduo e ambiente, orientada pelo contexto social a que pertence. O empoderamento comunitário é explicado por um processo participativo em que indivíduos e representações coletivas atuam de forma colaborativa e estratégica a fim de atingirem objetivos comumente traçados (Perkins & Zimmerman, 1995). Podemos observar que estes dois tipos de empoderamento mantêm uma comunicação circular e uma relação complementar, variando entre a dimensão individual e a coletiva. O empoderamento individual manifesta-se pela relação com o ambiente e o contexto social em que determinado sujeito atua, enquanto o empoderamento comunitário, apesar de defender um sentido estratégico para a realização dos objetivos propostos, possui uma estrutura interna também dependente das características individuais e da articulação entre indivíduo e ambiente. Entendemos que o sentimento de coletividade tende a buscar certo equilíbrio no meio em que se manifesta o empoderamento comunitário. Isso pode resultar da capacidade do sujeito social de olhar para a mesma direção que o restante da comunidade, num processo de identidade coletiva (Mead citado em Elliot, 2007). Entretanto, isso não significa ausência de divergências entre os sujeitos sociais, de modo que o reconhecimento de si, através do

posicionamento da comunidade, é também um meio em que a construção das identidades e das experiências podem ser formadas.

Neste campo de interações sociais, onde as identidades culturais são socialmente construídas e compartilhadas, criam-se singularidades que contribuem para o processo de desenvolvimento comunitário. Este mecanismo social composto pela formação das identidades e pelo desenvolvimento comunitário, de acordo com Stevenson (2011), reflete o papel das relações culturais no processo de composição das identidades dos sujeitos ativos politicamente. O autor afirma que cabe aos Estudos Culturais e à sociologia cultural a responsabilidade de promover uma crítica mais ampla sobre cultura e democracia. É preciso reconhecer em que medida há espaços democráticos promotores de diferentes visões sociais e em que medida certos posicionamentos são marginalizados pelas práticas dominantes e entendimentos do capitalismo neoliberal (Stevenson, 2011, p. 66).

Em resumo, compreendemos que o empoderamento comunitário se configura como o resultado do processo de organização comunitária e da reunião das identidades dos sujeitos sociais. O poder social, por sua vez, não constitui o processo, mas pode sim ser compreendido como a recolha dos resultados do empoderamento. Em termos de resultados, Perkins e Zimmerman (1995) preveem, para o empoderamento individual, a autopercepção sobre os recursos capazes de serem mobilizados durante diferentes situações do entorno ambiental. Para o empoderamento comunitário, espera-se a presença de pluralismo, coalizões internas e recursos comunitários acessíveis (Perkins & Zimmerman, 1995, p. 570).

3.3 Nota conclusiva

Podemos pensar que as consequências do empoderamento se refletem sobretudo na sensação de liberdade ou na autonomia dos indivíduos e no desenvolvimento de vertentes pessoais como: a autoestima, o reconhecimento das capacidades e limitações individuais e, portanto, a autocrítica, a gratificação em relação aos resultados alcançados ao nível pessoal e coletivo. A sensação de liberdade, a partir do empoderamento e participação comunitária, é um ponto importante na visão particular que se procura construir sobre a experiência de ócio no âmbito de iniciativas comunitárias. Contudo, é importante refletirmos que o fato dessas iniciativas estimularem o desenvolvimento de cidadãos dinamizadores e autônomos não significa que esses movimentos façam frente efetivamente à complexidade dos desafios locais e problemáticas

sociais, econômicas e ambientais que se encontram no escopo da proposta de alguns movimentos sociais.

Enfim, a discussão teórica que nos propusemos realizar neste capítulo passou pela identificação de conceitos e questões de natureza socioambiental e cultural, colocando a ênfase na discussão teórica sobre a sustentabilidade, o desenvolvimento comunitário e derivações a partir destes dois conceitos, o que nos ajuda na compreensão dos aspectos que configuram a relação entre o ócio e o ambiente.

Capítulo 4 – O conceito de ócio e a perspectiva da experiência

Neste capítulo, o nosso intuito é o de revisitar o conceito de ócio através da identificação das suas vertentes nos *Leisure Studies* – âmbito da cultura anglo-saxônica – e nos estudos de ócio – âmbito ibero-americano. Depois de termos identificado alguns usos e sentidos do termo ociosidade (capítulo 2), a nossa proposta aqui é a de identificar as principais linhas de investigação sobre o ócio articuladas nas línguas inglesa, espanhola e portuguesa. No final procuramos desenhar uma definição atual que esclareça a ideia de ócio na perspectiva da experiência e clarifique a sua relação com o contexto ambiental.

4.1 *Leisure Studies*

No âmbito anglófono de abrangência dos *Leisure Studies*, as abordagens vão desde os conceitos referentes ao lazer, numa lógica de produto para consumo, tais como são o turismo e o entretenimento, até uma noção elaborada pelas vertentes da imaginação, da aprendizagem, da sensação de liberdade e do autotelismo, que são aspectos mais próximos ao conceito de ócio. Assim, todo o desenvolvimento conceitual do lazer e do ócio passam pelos níveis de intensidade de sentido do verbo *to play*⁴⁵. Rojek (1995) explica-nos que os sentidos do *to play*, referentes a uma elaboração da experiência humana através do ócio, incluem necessariamente as ideias de jogo, de imaginação, de liberdade e as atitudes desinteressadas face a determinada atividade. Baptista (2016) também nos ajuda a compreender que

contrariamente ao defendido pelas teorias racionalistas, a cultura provem da atividade do ‘play’, conceito que traduzido para o português como ‘jogo’ restringe muitíssimo o seu alcance. Com efeito, ‘play’ em inglês tanto pode ser utilizado para o jogo, como para representar uma peça teatral ou ainda tocar um instrumento. Compreende-se assim, que no contexto anglo-saxónico o termo ‘to play’ possa recobrir as atividades do *homo ludens*, quer dizer de todo o lazer e mesmo da cultura, vista como uma dimensão do lúdico. (Baptista, 2016, p. 5)

O entendimento do *to play* pode ser percebido pela relação entre *homo ludens* e *homo faber* preconizada por Johan Huizanga na sua obra que teve o papel primordial de desenvolver a ideia do jogo como central para a cultura. A maneira com que Huizanga (2000) desenvolve os seus argumentos em torno da ideia de jogo, exalta a dimensão lúdica no contexto cultural. Depois da

⁴⁵ Seguindo o que consta nos dicionários *Michaelis* e *Cambridge*, *to play* pode ser traduzido para o português como: brincar, jogar, interpretar, agir, movimentar-se, representar, desempenhar, entre outros empregos semânticos.

espécie humana ter recebido a designação de *homo sapiens* pela sua função racional, com o passar do tempo, compreendeu-se que afinal o nível de racionalidade não era assim tão elevado. Pensou-se em mudar a denominação para *homo faber*, mas também não se verificava a função de fabricar objetos como exclusiva dos humanos (Huizanga, 2000, p. 3). Sendo assim, Huizanga argumenta que a função mais adequada à ação dos humanos, e que ainda poderia abranger os animais, seria a capacidade de jogar. Portanto, *homo ludens* era a denominação que colocava a dimensão lúdica na centralidade das práticas culturais, podendo assim resumir muito dos modos de ser, sentir e agir dos humanos. Sobre o que significa jogo, o autor acrescenta:

numa tentativa de resumir as características formais do jogo, poderíamos considerá-lo uma atividade livre, conscientemente tomada como "não-séria" e exterior à vida habitual, mas ao mesmo tempo capaz de absorver o jogador de maneira intensa e total. É uma atividade desligada de todo e qualquer interesse material, com a qual não se pode obter qualquer lucro, praticada dentro de limites espaciais e temporais próprios, segundo uma certa ordem e certas regras. Promove a formação de grupos sociais com tendência a rodearem-se de segredo e a sublinharem sua diferença em relação ao resto do mundo por meio de disfarces ou outros meios semelhantes. A função do jogo, nas formas mais elevadas que aqui nos interessam, pode de maneira geral ser definida pelos dois aspectos fundamentais que nele encontramos: uma luta por alguma coisa ou a representação de alguma coisa. Estas duas funções podem também por vezes confundir-se, de tal modo que o jogo passe a "representar" uma luta, ou, então, se torne uma luta para melhor representação de alguma coisa. (Huizanga, 2000, p. 24)

Através desta noção de que a ação humana pode ser primordialmente relacionada com a capacidade de jogar, o que se entende, conforme Huizanga (2000), ser relativo às experiências lúdicas, imaginativas e mais livres, configura-se uma possibilidade de reflexão sobre o conceito de ócio. Por não haver uma definição suficientemente geral para este conceito, dada a transformação de sentidos ao longo do tempo e a variação de vertentes e contextos culturais em que se pode situar, alguns estudos atuais preocupam-se em delimitar a abrangência conceitual entre lazer e ócio.

Doistua (2006) refere que a evolução dos *Leisure Studies* (em português, estudos do lazer, mas que inclui também estudos sobre ócio e tempo livre) contempla três possibilidades: lazer como problema, como direito e como produto. O lazer como problema foi predominantemente estudado, no final do século XIX e início do século XX, através de investigações sobre as implicações do capitalismo nos momentos importantes da vida social, tais como a reorganização

do tempo social e o processo de urbanização e proletarização. As questões sociais eram vistas como prioritárias e emergentes na sociedade moderna. O lazer, o ócio, o tempo livre e as atividades de entretenimento na vida cotidiana constituíam objetos de análise e reflexão para o desenvolvimento de indicadores sobre os níveis de moralidade, cultura e integração social (Doistua, 2006, pp. 14-19).

O lazer como direito enquadra-se nos estudos que iniciam a partir do final da II Guerra Mundial até à divisão do mundo nos blocos capitalista e socialista. No contexto do pós-Guerra e de progresso econômico, o lazer é potenciado como crescimento exponencial da oferta de serviços, programas e infraestruturas. Fala-se em bem-estar coletivo como um direito maior a ser promovido pelo Estado. Doistua menciona que é um trabalho difícil delimitar as obras⁴⁶ e os autores representativos desta vertente de investigação, contudo as obras situam-se no patamar da expressão subjetiva de necessidades individuais, nos fatores de desenvolvimento pessoal, o que inclui a dimensão de observação das consequências do trabalho e do tempo livre. Há também dissidências sobre os temas da economia do tempo e da produtividade, da visão do lazer como mera mercadoria alienante de consumo e, por último, do lazer como questão de conhecimento profundo sobre fenômenos psicossociais (Doistua, 2006, pp. 19-20), o que poderia abrir caminho para estudos mais voltados ao conceito de ócio no sentido utilizado em português e na vertente humanista desenvolvida no âmbito da cultura espanhola.

A última vertente dos *leisure studies*, segundo Doistua (2006), começa no início dos anos 1970, no contexto da crise econômica mundial que afetou o mundo ocidental. Aqui, o lazer converte-se num setor econômico de primeira ordem como o turismo, a produção audiovisual e as demais indústrias culturais, esportes e os hábitos comuns transformados em padrões de comportamento e consumo. A partir daqui, Doistua (2006) revisita obras específicas que, na sua visão, constituem marcos da história (passado e presente) dos *leisure studies*. De uma forma geral, algumas obras abordam as problemáticas decorrentes da relação entre lazer e trabalho, desenvolvendo-as sob o ponto de vista da filosofia, da sociologia e da psicologia. Outras usam abordagens interdisciplinares através de áreas como a política, a educação, a gestão, a economia, entre outros. Seguindo este caminho, chamam-nos a atenção as abordagens que colocam o sujeito como eixo central de reflexão. Os estudos que mostram o lazer como um produto de consumo podem abrir a possibilidade de observação das motivações, necessidades e

⁴⁶ Novamente, Doistua (2006) procurou reunir autores e obras representativos desse período e vertente de investigação. Ver página 20 do livro *Introducción a la Historia de los Estudios de Ocio en el siglo XX*, Cuadernos de Estudios de Ocio, número 3.

grau de satisfação dos sujeitos envolvidos em atividades de lazer, o que dá margem às abordagens da psicologia do ócio.

Em resumo, estas linhas de investigação, citadas por Doistua (2006), nas três vertentes (problema, direito e produto), referem-se a diferentes níveis dos estudos do lazer, abrindo espaço para os estudos de ócio apenas em instâncias mais elaboradas ou elevadas dos níveis de intensidade do *to play* referidos por Rojek (1995). Nestas instâncias mais elaboradas, Rojek (1995, p. 189) define quatro características da atividade lúdica (o *to play* do *homo ludens*): i) a liberdade (atividade agradável cujo fim é ela própria), ii) a imaginação (que permite desenvolver o sentido da diferença do outro e da identidade); iii) o desinteresse (no sentido em que a prática não é determinada pelos efeitos exteriores à própria atividade); e iv) a tensão (que remete para a experiência de emoções).

Os estudos da psicologia do ócio começam a dar indícios dessas elaborações mais elevadas do *to play* quando abordam as experiências a partir das atividades de lazer que podem inclusive gerar experiências de ócio. Sobre a definição de lazer, Cuenca Amigo (2008) refere que a Associação Mundial de Lazer e Recreação – WLRA apresenta uma definição ampla ao defini-lo como uma área de estudo específica das experiências humanas que são capazes de gerar benefícios como liberdade de escolha, satisfação, criatividade, desfrute, prazer e sensação de felicidade.

Os estudos da psicologia do ócio são representativos no âmbito americano e europeu, e abordam tanto as consequências do lazer para o sujeito, como desenvolvem uma abordagem interessada no fenômeno do ócio, enquanto fator de desenvolvimento humano e promotor de experiências para o sujeito social. A investigadora brasileira Ieda Rhoden considera as bases teóricas da psicologia do ócio e, sobretudo, dos estudos de ócio (na perspectiva humanista desenvolvida pelo Instituto de Estudos de Ócio da Universidade de Deusto/Bilbao). Rhoden destaca principalmente três aspectos teóricos: i) as causas referentes à realização de determinada atividade de ócio; ii) a percepção dos atributos da experiência vivida após a realização da atividade (ideias, sentimentos e sensações percebidos durante a experiência); e também iii) os benefícios associados a esta mesma experiência. No entanto, a autora pontua que, na medida em que cresce o protagonismo do sujeito da experiência, a diferenciação destes três aspectos perde o efeito (Rhoden, 2009). Entendemos a impossibilidade de desenhar com precisão a experiência de ócio, visto que se situa no plano da subjetividade humana e, portanto, da singularidade de cada sujeito. Porém acreditamos que a Psicologia, a Sociologia e também o

campo multidisciplinar dos Estudos Culturais, podem produzir contribuições importantes na caracterização, reflexão, problematização e entendimento da experiência de ócio em diferentes contextos.

O alemão John Neulinger é ainda bastante citado nos estudos de ócio pelo viés da psicologia. Através do autor, entendemos o ócio como um estado mental subjetivo, desenvolvido a partir da realização de atividades que possuem fim em si mesmas, e que são capazes de proporcionar a sensação de liberdade e de desenvolver capacidades humanas gratificantes, podendo levar o sujeito ao encontro do seu mundo interior. Sobre o conceito de experiência de ócio, o autor considera haver duas características condicionantes: liberdade percebida e motivação para a atividade realizada. A sensação de liberdade é percebida pela eleição livre da atividade e sua intensidade é variável e pessoal. A motivação representa a fonte de satisfação do sujeito que pode ser tanto intrínseca (satisfação derivada da simples participação na atividade, caráter autotélico) quanto extrínseca (satisfação ligada a uma recompensa externa à atividade) (Neulinger, 1981). Apesar dessas especificações serem importantes para a construção do conhecimento sobre a experiência de ócio, entendemos através de Rhoden (2009), Neulinger (1981) e Gorbeña Etxebarria e Martínez Rodríguez (2006) que conceituações mais fechadas não expressam a complexidade, a diversidade de ideias, sensações e sentimentos oriundos da construção subjetiva do sujeito que vive uma experiência.

Seppo Iso-Ahola e Mihaly Csikszentmihalyi também definem o ócio enquanto experiência. Iso-Ahola (1980) diz que o ócio é produto das livres escolhas e dos fatores contextuais que compõem a singularidade de cada personalidade humana. Entretanto, isso não significa que não haja uma direção que caracterize o ócio. Neste sentido, o autor refere especialmente duas características essenciais que também foram citadas por Neulinger: liberdade percebida e motivação intrínseca. Csikszentmihalyi é um dos mais reconhecidos investigadores, da área da psicologia, a estudar, o que tem chamado de experiências ótimas ou experiências autotélicas, dentro das quais o autor destaca as experiências de ócio e o estado de fluxo. A argumentação do autor inicia-se com o não estabelecimento de diferença entre tempo de ócio e tempo de trabalho, já que a sensação de desfrute pode ocorrer em qualquer atividade e contexto da vida. Uma outra questão levantada por ele é a de que o ócio pode produzir experiências positivas, como experiências com implicações sociais negativas (que podem não ser aceitas socialmente). A partir daqui, consideramos que a experiência de ócio pode também ter origem em atividades de entretenimento e até criminosas, como podem ser os casos de praticar o vandalismo e

utilizar substâncias químicas ilegais. Ou seja, não se pode restringir a possibilidade de as pessoas se sentirem motivadas e livres em relação a determinado tipo de atividade. Neste caso, há sempre a opção de colocarmos o foco do conceito de ócio nas experiências derivadas de atividades consideradas positivas, que possibilitam a autorrealização e o desenvolvimento humano através de experiências gratificantes e culturalmente aceitas (Csikszentmihalyi, 1997). Nesse sentido, para Csikszentmihalyi (1997), o ócio pressupõe um esforço para alcançar uma sensação de realização e o aumento da autoestima, o que não configura um prazer passivo, mas antes um desfrute ativo e elaborado. Apesar de o autor não enfatizar o sentido autotélico em relação às experiências de ócio, menciona o ócio dentro de um conjunto de experiências fluidas, o que aumenta as possibilidades de vivências das sensações de motivação intrínseca e perda da noção do tempo, por exemplo. Nesse sentido, percebemos que o fato de existirem finalidades e objetivos iniciais, diante de alguma atividade, não impede o viver de experiências autotélicas ou fluidas no contexto da experiência de ócio. Sobre as características das experiências ótimas em relação à experiência de ócio, percebemos que, no caso do estado de fluxo, há uma visão estratégica da experiência voltada ao esforço para atingir um melhor desempenho sobre determinadas atividades. Esta visão estratégica não se verifica na experiência de ócio, já que independente de estar situada na vertente anglo-saxónica ou ibero-americana, possui um carácter mais reflexivo, livre, formativo e que promove o desenvolvimento pessoal e coletivo sem que isso seja um objetivo primário e atribuído.

4.2 Estudos de Ócio

A vertente ibero-americana dos Estudos de Ócio opta por uma distinção mais clara entre lazer e ócio, de forma que se debruça mais sobre o ócio enquanto direito humano, promotor de desenvolvimento especialmente na perspectiva das experiências vividas pelos sujeitos sociais na esfera pessoal e comunitária.

A partir daqui, podemos pensar nas linhas de investigação dos estudos de ócio através da atuação da Associação/Rede Ibero-Americana dos Estudos de Ócio – Otium. Trata-se de “um organismo composto atualmente por treze universidades, de nove países, dedicadas ao desenvolvimento de ações de investigação, inovação, formação e difusão dos estudos de lazer e ócio e temáticas afins como: tempo livre, cultura, turismo, desporto e recreação⁴⁷”. Os membros da associação Otium entendem o ócio como uma experiência humana integral, direito humano

⁴⁷ Informação retirada do *website* Associação Ibero-Americana de Estudos de Ócio, disponível em www.associacionotium.org.

fundamental e fator de desenvolvimento pessoal, social e comunitário. Neste sentido, trabalha em prol da integração do saber, promovendo a convergência de diferentes centros universitários e instituições da Ibero-América numa reflexão crítica e interdisciplinar sobre o fenômeno do ócio. Todos os membros da associação estão comprometidos com a procura de respostas para as necessidades sociais, propondo uma reflexão crítica sobre a realidade com o objetivo de criar melhores condições para o desenvolvimento humano⁴⁸.

Pela vertente ibero-americana, vemos a predominância das linhas de investigação voltadas ao lazer, mas que permitem o desenvolvimento de estudos com base em contextos sociais e culturais e, portanto, de reflexão sobre práticas sociais e experiências pessoais e coletivas. No âmbito da Rede Otium, representantes de Portugal, Espanha e Brasil, nomeadamente a Universidade de Aveiro/PT, a Universidade de Deusto/ES e a Universidade de Fortaleza/BR são responsáveis pelos estudos mais específicos em ócio pela perspectiva da experiência dos sujeitos sociais.

Representando as investigações voltadas para o lazer e temas afins, o centro de investigação da Universidade do Chile preocupa-se com temas orientados ao lazer, turismo, desenvolvimento local e interculturalidade, realizando abordagens que valorizam as dimensões culturais, sociais, econômicas, ambientais, territoriais e pessoais. Tanto a Universidade Católica do Uruguai quanto a Universidade Pedagógica Nacional da Colômbia possuem linhas de investigação voltadas ao turismo e recreação, com especificações em educação para o desenvolvimento humano e a interculturalidade. No Brasil, tanto a Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, quanto a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG focam-se nos estudos do lazer. A primeira procura avaliar as políticas públicas e ações em lazer, ócio e desenvolvimento humano. A segunda trabalha com três áreas de concentração: formação, atuação e políticas do lazer; lazer e sociedade; lazer, história e memória.

Nas linhas de investigação mais orientadas para os estudos sobre o ócio, Portugal destaca-se pelo viés dos Estudos Culturais, situando-se na articulação entre experiências pessoais e comunitárias de ócio e no ponto de vista crítico do sujeito e sua experiência lúdica e laboral. Os Estudos Culturais, e sua forte característica de produção teórica, atuam principalmente nas tensões existentes entre os contextos culturais e sociais (não deixando de considerar outros contextos) que convergem ou divergem a uma construção de tempo e condições de vida favoráveis à vivência do ócio enquanto experiência. Nesse sentido, há como referência o Núcleo

⁴⁸ Informação retirada do *website* da Associação/Rede Ibero-Americana dos Estudos de Ócio, disponível em <http://asociacionotium.org/pt/>

de Estudos em Cultura e Ócio da Universidade de Aveiro (NECO-UA). Este núcleo, fundado em 2013, tem-se dedicado a revisitar obras e autores importantes para a percepção sobre a relação trabalho, lazer e ócio, dando contribuições importantes para a construção de uma visão política, social cultural e filosófica sobre o conceito de ócio, demonstrando assim a multiplicidade de atuação dos Estudos Culturais. Através da participação nas sessões de estudos do NECO, conseguimos verificar a importância do contexto ambiental para a formação conceitual do ócio, pois percebemos que o ambiente, em sua abrangência física e social, além de ser o meio através do qual a vida humana existe e se desenvolve, é uma instância que influencia a possibilidade do indivíduo de se tornar sujeito e, portanto, expressar suas ideias, sensações e sentimentos. Assim, percebemos que esta instância subjetiva é uma condição fulcral para a formação das identidades culturais, pois auxilia na localização do sujeito no meio coletivo em que vive, assim como na reflexão sobre os contextos através dos quais vivemos, percebemos nossa subjetividade, interagimos socialmente, trabalhamos e também como desenvolvemos uma visão sustentável e comunitária. Acreditamos que esta visão sustentável parte da ideia de que o ambiente e os seres humanos possuem uma relação de interdependência, de modo que não se justifica separá-los. Ao mesmo tempo, nem mesmo se entende a existência de atitudes prejudiciais e de desrespeito ao meio em que vivemos. Este meio é responsável pela vida física, social, cultural e, portanto, pelo desenvolvimento integral do sujeito, incluindo aqui as práticas culturais e as experiências vividas.

Podemos afirmar que uma das principais contribuições do NECO é a constatação de uma dimensão política e filosófica da experiência de ócio, conforme refere Maria Manuel Baptista – coordenadora deste núcleo português de investigação. Baptista (2016) diz que esta é uma dimensão dos estudos do lazer e do ócio não contemplada pelos estudos em língua inglesa (*leisure studies*), nem pelos estudos em língua portuguesa e espanhola (estudos de ócio ou *estudios de ocio*). Nesse sentido, Baptista e Latif (2017) apostam num modo de pensar o ócio a partir da tradição filosófica *nietzscheana*, considerando as relações entre trabalho, tempo livre ou tempo de ócio de um modo que desarticula totalmente a representação moderna de trabalho fundada na racionalidade forte do sistema hegeliano. Com Hegel (1941/1992), entendemos que a ideia de racionalidade, de que falam as autoras, é centrada no trabalho como a única possibilidade de subjetivação e desenvolvimento humano, o que podemos perceber pela dialética senhor/escravo mencionada no capítulo 2 desta investigação. Um aspecto relevante na contribuição de Baptista e Latif (2017) é a clarificação sobre o confronto de ideias entre Hegel e

Nietzsche a propósito da questão política envolvida entre trabalho, lazer e tempo. Se por um lado, no contexto moderno, o trabalho é central para Hegel, num contexto pós-moderno, Nietzsche reflete sobre outras possibilidades de subjetivação, principalmente através do ócio, o que na dialética senhor/escravo de Hegel é representado pelo ócio vivido pelo senhor (Baptista & Latif, 2017, pp. 348-349).

Ainda na linha dos estudos ibero-americanos, Zabala Inchaurreaga (2012), investigadora e Doutora pela Universidade de Deusto/Bilbao, constata que repensar a conceitualização de ócio e lazer, na pós-modernidade, pressupõe não restringi-los aos contextos e desdobramentos do sistema econômico predominante, o capitalismo. O que pode distinguir os diferentes tipos de ócio são os estilos de vida das sociedades e seus respectivos projetos políticos estimulados pelo desejo de emancipação, tanto em momentos de crise quanto nos demais contextos. Zabala Inchaurreaga (2012) propõe a distinção entre ócio forte e ócio débil de forma comparativa à classificação de racionalidade forte e racionalidade débil trazida pela hermenêutica de Gianni Vattimo. Aqui, o ócio forte está relacionado ao trabalho e ao consumo, associado a um tipo de ócio violento, ou seja, que não respeita a individualidade, a subjetividade e o desejo de emancipação e liberdade dos seres humanos. Pelo contrário, o ócio débil está ligado a um modo de subversão, ao debilitamento dos valores modernos, tais como verdade, sujeito e trabalho, dando lugar a escolha por viver um estado de paz e contemplação criadora (Zabala Inchaurreaga, 2012, pp. 259-260). A argumentação da autora passa pela proposta de Vattimo de entendimento da crise econômica como uma oportunidade de exercer essa emancipação. No entanto, a autora destaca que pensar no ócio débil é admitir uma nova concepção de ócio que não se restringe ao contexto de crise econômica ou de qualquer outro tipo, mas que valoriza o critério de não-violência. Para efeitos sociais, ócio forte e ócio débil podem existir e conviver, sendo que, apesar do ócio forte sobressair nas sociedades atuais, o ócio débil sugere a possibilidade de contribuir com uma visão filosófica-sociológica do conceito de ócio (Zabala Inchaurreaga, 2012).

Ainda no âmbito espanhol de investigação, especialmente através da perspectiva do ócio humanista, fundada por Manuel Cuenca Cabeza, o ócio é estudado como direito e fator de desenvolvimento humano. Através de Cuenca Cabeza (2000, 2006), fica claro o argumento sobre a necessidade de haver um processo de educação para o ócio que inclui o cultivo de valores, habilidades e aprendizagens. Sobre esse processo educativo, Arruti Gómez (2011) refere que se caracteriza por ser dinâmico, permanente, personalizado e adaptado ao entorno e

contexto nos quais as pessoas se desenvolvem individual e socialmente. Este processo contribui para a construção de um estilo de vida satisfatório que afeta positivamente a qualidade de vida. Argumenta-se que as manifestações do ócio, na grande maioria das vezes, surgem através das práticas cotidianas e do ambiente local em que vivem os sujeitos sociais. Desse modo, o sujeito poderia tanto construir quanto usufruir, a partir de projetos ou iniciativas já existentes, de um processo de educação para o ócio. É então importante refletir, com a ajuda de Arruti Gómez (2011), sobre os conhecimentos, as habilidades e os valores fundamentais na educação para o ócio. O autor apresenta-nos uma concepção humanista de educação para o ócio e recorre a investigadores norte-americanos como Stumbo, Thompson, Mundy, Odum, Peterson, e espanhóis como Cuenca, Puig, Ovira, Mendia. Aqui, nota-se uma intersecção entre os estudos de origem anglo-saxônica e Ibero-Americana no que refere pontualmente a educação para o ócio. Segundo Arruti Gómez (2011), esses investigadores têm contribuído para a construção de um modelo de educação para o ócio desde a década de 70 do século XX. A Tabela 3 refere os aspectos sobre o ócio a ser considerados no âmbito de um processo de aprendizagem.

Conhecimentos	Habilidades	Valores
Conceito e experiência	Psicomotoras (ligadas ao desenvolvimento de atividades de ócio)	Liberdade de eleição e de ação
Estilo de vida para o ócio	Comunicação (verbal e não verbal) e interação social (relação, participação, cooperação e tomada de decisão)	Autonomia, autorrealização e autossuficiência
Benefícios das atividades	Afetivas (ligadas à expressão de sentimentos)	Autotelismo
Imagem de si em relação ao ócio	Cognitivas (ligadas à capacidade de conhecer, compreender, aplicar, analisar, sintetizar e avaliar)	Satisfação de expectativas
Características, necessidades, interesses, limitações, etc.		Felicidade, vivência do extraordinário
Requisitos para a vivência		Diversão, desfrute, sensibilidade, criatividade
Consequências para o uso excessivo de atividades de ócio		Atividade frente à passividade e acessibilidade
Recursos, espaços e equipamentos para o ócio		Cooperação, participação, solidariedade e compromisso, inclusão, responsabilidade e respeito
		Conservação, sustentabilidade de recursos e espaços

Tabela 3: Conhecimentos, habilidades e valores para um processo de educação para um processo de educação para o ócio

Fonte: Tabela criada com base em Gómez (2011)

Através da ideia de educação para o ócio, podemos refletir sobre os conhecimentos, habilidades e valores importantes para que os indivíduos reconheçam atividades excessivamente ligadas ao consumo e atividades que comprometam a noção de solidariedade e tempo relativo à sustentabilidade. Apesar do enfoque no processo de educação para o ócio, conferido por Cuenca Cabeza, a sua visão sobre a experiência de ócio mostra-se aberta e ampla a outros aspectos do desenvolvimento humano e aos efeitos sociais decorrentes dela. Nesse sentido, o autor afirma:

partindo, portanto, do reconhecimento de que se trata de uma realidade dual, eu gostaria de salientar que quando falo sobre ócio não me refiro apenas a mera diversão, ao consumo de material, ao ócio passivo ou à simples utilização do tempo livre. Refiro-me a um conceito de ócio aberto a qualquer perspectiva presente e futura, mas, ao mesmo tempo, entendida no quadro do desenvolvimento humano e dentro de um compromisso social.

Falo da experiência de ócio, gratificante e não utilitária, partindo de qualquer das suas dimensões: lúdica, criativa, festiva, ambiental-ecológica e solidária. Um ócio maduro que se caracteriza por ser próprio de cada idade, pensado e desejado, participativo, social e culturalmente amplo. Um ócio humanizante para todos e, claro, para qualquer pessoa com deficiência. Estou interessado na vivência do ócio enquanto experiência enriquecedora, gratuita e solidária. Experiência necessária da natureza humana, que nos permite restabelecer o equilíbrio físico e psíquico e nos abre as portas da criatividade, da imaginação, da utopia, da contemplação e do altruísmo. Embora existam muitos tipos de ócio, falo aqui de um ócio humanista, ou seja, um ócio em que o desenvolvimento humano está acima da fruição do dinheiro, acima do prazer e para lá da diversão.

Um ócio que realize a pessoa, capaz de integrar as suas vivências num todo unitário, com outras experiências de vida importantes. Por isso, apesar de eu abordar o assunto como uma faceta da vida humana, vejo-o interdependente e em harmonia com outros valores pessoais e sociais. (Cuenca Cabeza, 1999, pp. 19-20)

No Brasil, investigadores do Laboratório Otium de Estudos sobre Ócio, Trabalho e Tempo Livre da Universidade de Fortaleza, partilham de visão semelhante à perspectiva espanhola do ócio humanista. Através de algumas publicações desenvolvidas no Laboratório Otium, percebemos que a experiência de ócio possibilita a autodescoberta através de talentos, habilidades e vivência de experiências, muitas vezes, ainda desconhecidas devido à interferência do contexto cultural contemporâneo preconizador do hiperconsumo e de um ritmo de vida acelerado (Martins, Brito & Souza, 2010). Os seus membros trabalham direcionados para a psicologia e têm realizado investigações focadas nas sensações e nas consequências sentidas por quem vive experiências

de ócio. Para além de perceber o ócio como fator de desenvolvimento pessoal e social (Cuenca Cabeza, 2000), alguns investigadores do Laboratório Otium referem que o ócio pode proporcionar uma experiência pessoal enriquecedora, construída a partir dos recursos subjetivos daqueles que o experimentam, motivada pela sensação de liberdade e pela satisfação do sujeito em transcender seus limites (Aquino & Martins, 2007; Rhoden, 2009).

4.3 Aspectos fundamentais para uma discussão contemporânea sobre ócio

Após o reconhecimento das vertentes em torno do conceito de ócio, consideramos que ainda existem aspectos sobre o ócio, quando pensados sob a perspectiva da experiência, que podem ser evidenciados, sobretudo à luz da experiência de iniciativas sociais comunitárias, a exemplo do Movimento de Transição. Neste sentido, duas ideias parecem-nos importantes: i) a experiência de ócio está intimamente ligada à capacidade do indivíduo de se subjetivar (Baptista, 2016), ou seja, tornar-se sujeito e mais consciente de si (Touraine, 2005) e, por consequência, do outro e do entorno ambiental; ii) a experiência de ócio pode evidenciar a relação do sujeito social com o entorno ambiental por forma a despertar uma visão integradora ou holística. Esta ideia é apoiada pelo ponto de vista de que um sistema que pretende se manter sustentável precisa de ócio (Um sistema sustentável precisa do ócio, 2015) e pela constatação de que uma experiência de ócio está intrinsecamente ligada ao contexto ambiental em que o sujeito vive (Cuenca Cabeza, 2000).

Podemos pensar o processo de subjetivação através do conceito de experiência e da ideia de visão integradora ou holística, esta que, na nossa opinião, pode clarificar a relação entre ócio e ambiente. Começamos por refletir sobre a definição de experiência com foco no conhecimento apreendido a partir dela e sobre o papel da subjetividade e as suas consequências para a formação das identidades culturais, questões fundamentais para pensarmos o processo de subjetivação.

Pelo olhar da filosofia, Jorge Larossa (2002) define experiência como sendo algo que nos acontece e que se diferencia das coisas que simplesmente acontecem no nosso cotidiano. Ou seja, a experiência revela-se pela repercussão de determinado acontecimento em nós e não pelo fato da ocorrência de determinado acontecimento. Para desenvolver melhor este conceito, o autor propõe pensarmos sobre a diferença entre experiência e informação. Argumenta que através da linguagem podemos distinguir o saber que construímos através da experiência e o saber que adquirimos através das coisas, informações e acontecimentos. Neste sentido,

podemos obter informação através de várias situações, como por exemplo viagens, conferências, pesquisa em livros, *websites*, sendo que essas informações não se convertem necessariamente em conhecimento ou nos tocam e nos acessam ao modo da experiência. A ideia de que vivemos numa sociedade de informação, ou de aprendizagem, não significa que as pessoas só possam desenvolver a aprendizagem através do processamento do conhecimento e da aquisição de informações (Larossa, 2002, p. 21). Larossa argumenta ainda que a sociedade contemporânea, refletida sob o signo da informação, contrapõe-se ao processo de construção de experiências, pois não favorece a disponibilidade de tempo e de espaço para a observação das repercussões causadas em nós a partir dos acontecimentos. Podemos entender melhor essa afirmação através de Benjamin (1936/1991) e da ideia de que, depois do reconhecimento da informação, ocorre a formação da opinião. A opinião vem geralmente acompanhada de pares dicotômicos como verdade/mentira, positivo/negativo, concordância/discordância e da ideia de julgamento, o que resulta num posicionamento rígido que não é favorável à flexibilidade, ao tempo de autocrítica, reflexão e ao autoconhecimento requeridos pelo processo da experiência. Deste modo, uma sociedade estimulada por um ritmo acelerado de vida e que se mantém em constante mutação, dificulta o desenvolvimento de conexões de sentidos significativos para um tempo possível à experiência.

A partir de Benjamin (1936/1991) e Larossa (2002), entendemos que a experiência não significa um acumular de informações, mas um processo maleável em que se cultiva um tempo de reflexão que, por consequência, potencializa a aprendizagem e o desenvolvimento humano. Mais uma vez, percebemos sinais de que o tempo é uma dimensão influente na discussão sobre a experiência de ócio e sobre a ideia de que o sujeito que vive a experiência, no âmbito contemporâneo, está imerso em um contexto de tensões entre as estruturas, tendências culturais e o desenvolvimento da sua autonomia e performance enquanto sujeito.

É importante também pensarmos sobre o que entendemos por subjetividade e como podemos visualizá-la a partir do sujeito que vive a experiência. No capítulo 2, na secção em que mencionámos o posicionamento do sujeito perante o contexto cultural contemporâneo, refletimos, principalmente através de Dahlgren (2013), Hall (1997a, 1997b, 2004) e Maheirie (2002), o quanto as transformações culturais derivadas das consequências do capitalismo afetam a abertura à subjetividade por parte do sujeito e, por decorrência, o quanto esta subjetividade afeta a formação das identidades culturais.

A partir de Amattuzzi (2006), percebemos que a subjetividade produz algo que vai além do conhecimento objetivo. No contexto da vida cotidiana, estamos acostumados a designar conceitos para objetos concretos ou materiais. No entanto, o conhecimento a partir de uma experiência requer um nível de complexidade mais elevado, pois trata-se da compreensão do significado que determinado sujeito atribui a uma experiência, ideia, sensação, palavra ou até mesmo a um objeto. Amattuzzi define esta compreensão do significado atribuído por um sujeito como subjetividade. Portanto, a subjetividade é o abstrato do sujeito em relação a alguma coisa, seja ela material ou não. Pelas palavras de Amattuzzi (2006), podemos verificar que

a subjetividade é o âmago mais profundo da experiência e não é possível apenas conhecê-la objetivamente. Tudo que eu consigo saber dela pelo caminho do conhecimento objetivo não é ainda a subjetividade. Para conhecê-la preciso sair da relação sujeito-objeto, preciso aceitar que, nesse caso, o pensamento, o sentimento e a decisão estão indissociavelmente ligados, preciso aceitar também que o caminho em direção a ela é um caminho de envolvimento pessoal. (Amattuzzi, 2006, p. 95)

A diferenciação entre experiência e vivência é uma maneira de comparar a intensidade de conhecimento construído em cada uma e de situar o papel da experiência no processo de subjetivação. Benjamin (1982/2005), na obra *Libro de los Passages*, demonstra as especificidades das vivências e experiências humanas à luz do contexto da cultura de massas e dos modos de produção e consumo do período pós-moderno ou contemporâneo. O autor distingue experiência e vivência pelo caráter sistemático e de continuidade. A experiência é vista como a possibilidade de trabalhar para si mesmo no sentido de adquirir saberes e desenvolver habilidades. Por isso é que podemos inferir que ela se insere em um sistema de desejo por desenvolvimento e trabalho em prol de si mesmo. Para Benjamin (1982/2005), o lazer, a partir desta lógica, pode ser promotor da experiência tanto quanto outras atividades. Já a vivência, não se estabelece através de nenhum sistema, sendo que sua descontinuidade lhe conferem espontaneidade e duração ilimitada. A vivência inclui um potencial imprevisível, enquanto a experiência sinaliza certa estabilidade das relações sociais.

Jaime Cuenca Amigo reflete sobre experiência e vivência através da constatação de que estes dois conceitos estão relacionados por meio de aspectos implícitos. Como se a vivência fosse um produto e a experiência uma operação intelectual. Tanto uma quanto a outra são influenciadas por fontes diversas de aprendizagens e de formulação de sentidos por parte da consciência de quem as vive. Cuenca Amigo (2012) ainda sublinha que se a experiência vai ao encontro do

desenvolvimento de conhecimento e habilidades, a vivência, por sua natureza mais pontual, proveniente das ciências naturais e exatas, é tão imediatista que dificilmente consegue absorver significados que se estabilizem no tempo.

A partir dessa diferenciação, entende-se que o nível da apreensão de conhecimento produzido pela experiência torna-a mais intensa e completa que a vivência, e devido a sua estabilidade no tempo, poderá expandir o conhecimento para o nível coletivo e configurar uma modalidade da subjetividade, caracterizada pela partilha de experiências e aprendizagem coletiva. Assim, a ideia de subjetividade que partilhamos através desta investigação, refere-se à experiência individual do sujeito e também à partilha de experiências, reflexões e aprendizagens. Sobre isto, achamos pertinente invocar as palavras de Mead (citado em Elliot, 2007, p. 25):

os símbolos são uma moeda comum através da qual os indivíduos forjam um sentido de si mesmo e interagem com outras pessoas. Portanto, existem certos aspectos comuns de natureza do *self* que significam que, ao olhar nossos próprios pensamentos, sentimentos e atitudes, podemos interpretar as ações dos outros. De certo modo, entender a atitude do outro é identificar-se com o ponto de vista do outro, posição ou sentimentos.

Elliot complementa esta afirmação ao dizer que o *self* é a agência através da qual os indivíduos se experimentam em relação aos outros. Construimos rotineiramente a nossa experiência de vida diária ao estimular, empreender, sugerir, aconselhar, reprovar, criticar, exaltar e lutar, de modo que criamos um fluxo de para as nossas ações no mundo social (2007, p. 26).

Conforme Burkitt (2008), o conceito de *self* refere-se ao resultado de um processo de construção da identidade elaborado através das relações sociais. Sendo assim, o autor alerta-nos para o fato de que as relações de poder envolvidas no contexto das interações sociais contemporâneas permeiam as opções de consumo, trabalho e outros aspectos que compõem o estilo de vida das pessoas. A partir desta questão, Burkitt (2008) refere que, para não reforçarmos esta tendência limitadora das relações sociais situadas no contexto contemporâneo, é possível que se criem espaços e oportunidades para estilos de vida alternativos e mais condizentes com aquilo que as pessoas acreditam e sentem no seu âmago subjetivo [self]. Dahlgren (2013) menciona a existência de um processo contínuo em que a interface das pessoas, as suas circunstâncias e as suas experiências dão forma ao senso de quem elas são, tanto para si quanto para os outros. O sujeito, nesse sentido, é uma construção analítica que compõe a camada mais fundamental do *self*, a unidade básica do processo de formação da identidade (Dahlgren, 2013).

Apesar de esse processo ser contínuo e tão particular ao sujeito, ainda sim, o *self* pode ser tratado como um produto social no âmbito das culturas contemporâneas. Burkitt (2008) e Dahlgren (2013) referem que a tendência do mundo global e contemporâneo é a de tentar padronizar as práticas culturais e as características sociais. Há uma tendência de classificação das identidades em aspectos que qualificam os sujeitos em categorias tais como gênero, classe, nacionalidade, sexualidade, trabalho e ocupação (Venn, 2006). Isto é, em aspectos que definem as identidades em função de categorias usualmente reconhecidas e reunidas, muitas vezes, em grupos minoritários (ou não) ou em comunidades específicas. Venn (2006) refere que a ideia de subjetividade, ao contrário da identidade, evoca um conjunto de processos pelos quais o sujeito ou o *self* são constituídos, o que pode ser menos limitador. Se para Venn, o *self* é o produto da interiorização de atitudes, valores, expectativas, memórias e características das relações intersubjetivas e atividades de reflexão, compondo a singularidade de cada pessoa, então, ele pode ser considerado também como o cerne da subjetividade.

Para Wetherell (2008), a subjetividade legitima a expressão da identidade, pois a permite ser vivida de forma inteira ou ambivalente e de modo único, enquanto a identidade ajuda a especificar o que há para ser vivido. Deste modo, entendemos que a identidade, se não discutida em diálogo com a subjetividade e com diversificadas práticas culturais, pode constituir a exacerbação da necessidade de qualificar e sintetizar os sujeitos em grupos e categorias sociais. Esta reflexão sobre subjetividade, identidade e *self*, é-nos útil para compreender e reconhecer os modos pelos quais os processos subjetivos compõem as nossas experiências, entre elas aquelas relativas à apreensão de conhecimento e autoconhecimento. Sem dúvida, todos esses modos da expressão subjetiva do sujeito social causam repercussões em suas práticas culturais. É por esta via que entendemos que a consciência, autoconhecimento e visão integradora, potencialmente desenvolvidos pela experiência de ócio, podem constituir um caminho para a reflexividade diante da relação entre as pessoas e o entorno ambiental (no seu sentido físico e social). Talvez a reflexividade seja um caminho possível para a formação da visão integradora que pressupomos ser importante na composição de uma concepção contemporânea do conceito de ócio. A reflexividade, da forma como Dahlgren (2013) explica, não é apenas um caminho para a liberdade, é também, em alguns casos, um caminho bastante difícil de lidar. Ou seja, quando as pessoas repensam as suas vidas cotidianas, o seu entorno imediato e os contextos com os quais se entrelaçam, podem ser desafiadas de maneiras diversificadas, o que nem sempre causa sensações positivas e agradáveis (Dahlgren, 2013, p. 9).

Surge então o desafio de conjugar a liberdade de escolha com um senso de comunidade e coletividade calcado num pensamento sustentável. A liberdade é importante não somente pelo direito de fazer escolhas, mas também pela oportunidade de aprofundar conhecimentos e exercitar o autoconhecimento. Com isto, Dahlgren (2013) abre espaço para a discussão sobre a influência das relações de poder nas nossas reflexões e sentimentos produzidos pelas experiências de vida, quando questiona: será que somos nós mesmos os principais condutores das nossas experiências? As nossas reflexões e sentimentos referentes às nossas experiências são, em grande parte, frutos das construções sociais? Nesse sentido, Giddens (1989) e Sewell Jr. (1992) afirmam que as estruturas podem moldar as práticas das pessoas, na mesma medida que as práticas das pessoas podem moldar as estruturas. As estruturas configuram a formação de agentes humanos experientes e dotados de um conhecimento estruturado. Por isso, as estruturas não devem ser conceitualizadas como barreiras à agência humana, mas como possibilidades de habilitação e formação de conhecimento para o próprio exercício da agência (Giddens, 1989, p. 161).

Posto isso, diante das consequências das experiências, poderíamos seguir, tendencialmente, dois caminhos: a resignação ou a tensão. Pela resignação, podemos não exercitar a reflexão e o autoconhecimento de maneira alargada, pois preferimos o direcionamento das influências sociais e somos rapidamente abarcados pelo ciclo do sistema social e econômico vigente: trabalho, consumo e padronização do estilo de vida. Pela tensão, temos a opção de fazer uma pausa, buscar informações, absorver conhecimentos e questionar diferentes possibilidades de estilo de vida e de iniciativas individuais e coletivas. Deste modo, é possível abrir um caminho para subverter o curso da resignação e linearidade, deixando transcender autoavaliações, reflexões e interpretações, além de dar vazão à criação de projetos ou ações políticas. Não se trata de se ter controle sobre as experiências, o que seria bastante discutível. Mas trata-se, contudo, da oportunidade da pausa acompanhada da tensão natural que antecede o processo criativo e de um tempo que não nos restringe e absorve nas atividades mecânicas ausentes de nós mesmos.

Para entendermos a relação entre a experiência de ócio e o contexto ambiental, podemos apreender através de Cuenca, que a experiência é uma continuação da nossa própria vida e, sendo assim, é consciente e ativa, é altamente subjetiva e está relacionada com sentimentos, percepções ou desejos pessoais difíceis de operacionalizar, ao contrário do que ocorre na atividade (Cuenca Amigo, 2012). A experiência apresenta um caráter processual que preenche

parte das nossas vidas através de um diálogo temporal entre presente, passado e futuro (Cuenca Cabeza, 2010). Entendemos que uma ideia de tempo permeada pelo presente, passado e futuro é regida por uma noção de tempo psicológico, próprio do exercício da imaginação, da possibilidade de criação de si num tempo adaptado à reflexão. Essas características podem ser atribuídas ao que Novaes (2012) define como a capacidade de percepção e visão alargada de quem se permite viver experiências de ócio.

A partir dessa relação entre ócio e tempo, podemos entender o ócio sustentável como um tipo de manifestação que abrange esta noção específica de tempo associada ao senso solidário e de coletividade, o que reflete também na dimensão ambiental do ócio. Neste sentido, a experiência de ócio vivida no âmbito comunitário pode ser importante para ilustrar a diversidade de manifestações de ócio mencionada por Cuenca Cabeza (2000, 2006). O ócio solidário também pode estar integrado na construção do ócio vivido em comunidade.

Segundo Cuenca Cabeza (2000, 2006), a dimensão solidária do ócio constitui uma dimensão natural dos seres humanos ao se ajudarem mutuamente, ao praticarem a generosidade e obterem, assim, uma satisfação pessoal e partilhada. O autor refere também três características presentes na prática da solidariedade: a comunicação, a cooperação e a ajuda. A comunicação pode ser entendida como o desejo de difundir uma ação ou ideia de forma que isso tenha significado positivo para pessoas e grupos. Pode ser também uma maneira de partilhar algo novo e gratificante. A cooperação remete para a ideia de empoderamento coletivo e da partilha dos benefícios ou satisfações alcançadas. Geralmente, a manifestação de um ócio maduro acontece através das pessoas que estão dispostas a desenvolver ações solidárias sem pensar em recompensas financeiras (Cuenca Cabeza, 2000).

Um exemplo da densidade contextual que falamos acima e da diversidade de manifestações do ócio é a dimensão ambiental referida por Cuenca Cabeza (2000, 2006). O autor refere que o ambiente pode ser condição e essência para a experiência de ócio e diz que

é difícil explicar a realização de qualquer experiência de ócio separada do seu meio ambiente. O ambiente físico, social ou psicológico forma parte das nossas atividades lúdicas, culturais, esportivas, festivas ou comunitárias. Há vezes, no entanto, que o contexto deixa de ser um aspecto complementar da experiência e constitui seu núcleo, seu motivo central. Neste último caso, estamos experienciando o ócio a partir da sua dimensão ambiental. Podemos dizer que a dimensão ambiental-ecológica do ócio é a satisfação desinteressada que se produz pelo encontro com o meio ambiente, sem que importe essencialmente a atividade que se produz. (Cuenca Cabeza, 2000, p. 125)

Entendemos que o encontro com o meio ambiente, de que fala Cuenca Cabeza, pode ser entendido pelo exercício da imaginação e contemplação à natureza, mas também e, sobretudo na forma que mais nos interessa, passa pela percepção do sujeito social em relação aos diversos contextos entrelaçados ao ambiente em que vive. Segundo Cuenca Cabeza (2014), a percepção da experiência de ócio pode ou não ocorrer, mas é sobretudo no ócio considerado valioso que esta consciência se faz primordial.

A partir daqui, entendemos que a visão integradora sobre o ambiente proporciona um olhar multirelacional sobre todos os âmbitos da vida humana, o que mantém um fio condutor, uma lógica ou modo de vida sensíveis ao que sentem e pensam os sujeitos sociais integrados em grupos ou comunidades. No caso desta investigação, esta visão integradora pode esclarecer a ligação entre ambiente e a subjetividade no âmbito de iniciativas comunitárias, pois estimula um olhar solidário, sustentável e criativo nas práticas da vida cotidiana. No contexto em que se formam as experiências humanas, a visão integradora pode permitir a reflexão sobre a dimensão ambiental do ócio humanista referida por Cuenca. Por fim, uma discussão contemporânea sobre ócio deve também passar pela perspectiva da experiência e por esta conexão em todos os âmbitos da vida, assim como pelas experiências construídas a partir do entorno ambiental (Cuenca Cabeza, 2000).

4.4 Nota conclusiva

Neste capítulo procurámos revisitar as vertentes predominantes do conceito de ócio, nomeadamente, os *Leisure Studies*, de origem anglo-saxônica, e os Estudos de Ócio, de origem ibero-americana. Pelos *Leisure Studies* só conseguimos elucidar a diferença entre lazer e ócio pela análise da intensidade semântica do verbo *to play* (Rojek, 1995). A intensidade do *play* inicia-se em atividades de lazer (entretenimento, diversão e jogo, por exemplo) e caminha em direção à complexidade das atividades mais elaboradas intelectual e culturalmente, constituindo, por exemplo, as experiências de ócio (Baptista, 2016). Nos *Leisures Studies*, predominam os estudos sobre lazer, sendo que os estudos mais próximos da visão do ócio desenvolvida por autores ibero-americanos, situam-se no âmbito da psicologia social e positiva através de autores como Neuliger (1980) e Csikszentmihalyi (1997).

Os Estudos de Ócio estudam desde o lazer até ao ócio. Em língua espanhola, *ocio* pode ser traduzido por lazer, sendo que o ócio, no sentido conferido em português, refere-se

exclusivamente à perspectiva da experiência (Baptista, 2016). Em português, há uma diferenciação clara entre lazer e ócio. Lazer constitui-se como uma atividade de consumo e entretenimento, podendo gerar experiências gratificantes para os sujeitos, mas que não invalidam a possibilidade de que se torne um produto de mercado situado na lógica do sistema capitalista. Nesta linha, o ócio é considerado um direito humano capaz de proporcionar o desenvolvimento pessoal e comunitário (Cuenca Cabeza, 2000). É também uma possibilidade de desenvolvimento humano adaptado a um tempo de reflexão (Novaes, 2012), em que se podem viver experiências relacionadas a diversos âmbitos da vida (Cuenca Cabeza, 2000). Neste contexto, a forma com que os sujeitos ocupam seu tempo influencia a qualidade de vida, os posicionamentos políticos e suas identidades culturais (Baptista, 2016), podendo, a partir daí, surgir tanto práticas de resistências aos modos de vida vigentes, quanto performances políticas e sociais, no sentido referido por Sewell Jr. (2005). Ainda no âmbito dos Estudos de Ócio, Zabala Inchaurreaga (2012) trouxe o conceito de ócio débil, ligado a um modo de subversão, pois pressupõe o debilitamento dos valores modernos, tais como verdade, sujeito e trabalho, dando lugar a escolha por viver um estado de paz e contemplação criadora.

Por fim, neste capítulo, procurámos apresentar os aspectos teóricos fundamentais para uma concepção contemporânea de ócio, especialmente, através da reflexão sobre a perspectiva da experiência, da subjetivação e da relação entre ócio e ambiente. A reflexão sobre subjetividade, identidade e *self* realizada nesse capítulo foi importante para a compreensão e reconhecimento dos modos pelos quais os processos subjetivos compõem as experiências humanas, entre elas aquelas relativas à apreensão de conhecimento e autoconhecimento. Entende-se que os modos do sujeito expressar sua subjetividade causam repercussões em suas práticas culturais e na formação de suas identidades. É assim que entendemos que a consciência, autoconhecimento e visão integradora, potencialmente desenvolvidos pela experiência de ócio, podem constituir um caminho para a reflexividade diante da relação entre as pessoas e o entorno ambiental.

Capítulo 5 – Por onde começamos e como desenhamos a investigação: metodologia, métodos e bases epistemológicas

As primeiras reflexões sobre os modos de vida predominantes nas sociedades ocidentais capitalistas surgiram através da observação do contexto de crise socioeconômica e das consequências para Portugal. Pelo teor dos discursos de cidadãos portugueses nos média e pelas conversas de senso comum, foi possível perceber uma tensão em relação às perspectivas de vida e ao contexto de instabilidade social, econômica e política. Ao mesmo tempo, observámos nas notícias as atitudes individuais que, de alguma forma, na nossa visão, tentavam gerar ânimo, conforto, esperança e inspiração à vida dos portugueses. Neste sentido, realizámos um estudo exploratório em que se procurou identificar, através das notícias, as características de algumas dessas atitudes. De uma forma geral, surgiram temas referentes ao exercício da solidariedade e da partilha entre pessoas próximas, vizinhos por exemplo; à importância da expressão da criatividade e do brincar com os filhos como forma de atividade lúdica e libertação de tensões do dia-a-dia; e à reflexão de que, em contextos de crise, é necessário que as pessoas sejam mais humanas. Algumas reflexões sobre este estudo foram partilhadas numa comunicação apresentada no “II Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana” realizado em Braga, em abril de 2014. Este trabalho exploratório inicial contribuiu para a identificação de possíveis questões de investigação que envolvem o ócio como uma forma de resistência construtiva à tensão causada por este cenário social. Considerámos por isso, ser pertinente pensar para além de atividades cotidianas pontuais. Procurámos identificar a existência de iniciativas mais organizadas em que pudéssemos pensar sobre as possibilidades de construção de experiências, autoconhecimento, autorrealização e de mudanças mais significativas nos estilos de vida dos participantes.

A partir deste cenário, partimos para a realização de novos exercícios de observação exploratória. Procurámos reconhecer as principais características de iniciativas sociais portuguesas que estivessem ligadas a um processo de reflexão sobre modos de vida mais propensos à solidariedade, criatividade, autonomia e sustentabilidade.

Durante o período exploratório, encontrámos o projeto Re-food – vocacionado a diminuir o desperdício alimentar e a direcionar alimentos às pessoas mais necessitadas. Além da vertente assistencialista, assume, assim como as outras iniciativas, um princípio voltado para a sustentabilidade, a consciência perante recursos existentes e as opções de consumo. Amo

Portugal – um projeto de incentivo ao exercício de limpar, proteger e preservar o meio ambiental comunitário. Amigos das Bicicletas que promove a motivação ao uso da bicicleta e a discussão sobre este meio de transporte como uma alternativa saudável, sustentável e de entretenimento. Hortua – um projeto de cunho socioambiental que nasceu com alunos e professores da Universidade de Aveiro, com o intuito de envolver a comunidade Aveirense na criação de soluções sustentáveis no contexto das práticas cotidianas. O projeto não se conseguiu articular com outras instâncias da comunidade universitária e da cidade de Aveiro, o que acabou por enfraquecê-lo. No entanto, alguns dos seus participantes deram origem à iniciativa Aveiro em Transição, associada ao contexto do movimento internacional de Transição, ambos objetos do estudo principal desta investigação.

Através da observação exploratória na página Amigos das Bicicletas no Facebook⁴⁹, vemos que a iniciativa se apresenta como uma prática democrática de entretenimento, bem-estar e de desenvolvimento pessoal. Reparámos, através dos conteúdos publicados, na crença da vivência do esporte como uma prática reflexiva, mas que pode proporcionar a partilha de ideias sobre questões sociais envolvendo os transportes alternativos como soluções para uma vida mais sustentável e descontraída. Outro aspecto relevante da iniciativa é a sensação de desafio e de desenvoltura perante uma atividade física. O que nos remete para a ideia de desenvolvimento da motivação intrínseca, conceito que segundo Cuenca Cabeza (2006), é determinante para a experiência de ócio. “A motivação intrínseca diz respeito à tendência inerente de buscar a novidade e o desafio, o exercício de ampliar nossas capacidades, explorar e aprender universos que podem implicar em prazer” (Cuenca Cabeza, 2006, p. 133). O esporte, por exemplo, possibilita o rompimento com a lógica do instrumentalismo e padronização de subjetividades, podendo diminuir a constituição de indivíduos vazios de significado (Martins, Sousa & Lira, 2010, p. 120).

Um outro projeto encontrado, a comunidade criativa Casa do Rio, é de caráter experimental. Na época em que soubemos da existência do projeto, tinha pouca adesão na página no Facebook⁵⁰ e, pelos comentários publicados, a sua proposta era a de criar um espaço para o desenvolvimento livre da criatividade. Um espaço também voltado para a solidariedade e a sustentabilidade. Percebemos que havia ali potencial para a observação de aspectos relativos com o conceito de ócio pela perspectiva humanista defendida por Cuenca Cabeza (2000). Apesar de este projeto ter reunido poucos participantes inicialmente, foi um bom exemplo para

⁴⁹ A página do Facebook dos Amigos da Bicicletas pode ser consultada em <https://www.facebook.com/groups/amigosdabicycletas/>

⁵⁰ A página do facebook da Casa do Rio pode ser consultada em <https://www.facebook.com/casadorioagueda/>

entendermos a relação entre as dimensões criativa e solidária do ócio. O perfil do projeto deixa claro o interesse pela partilha de ideias, liberdade de expressão e criação, ações formativas e de aprendizagem coletiva. Destaca-se um sentido de autonomia demonstrado pelo caráter de livre escolha de participação e formas de expressão da criatividade. É possível, por isso, refletir sobre as dimensões criativa, ambiental e solidária do ócio (Cuenca Cabeza, 2000) através de uma perspectiva que inclui o pensamento sustentável e o desenvolvimento pessoal implicado também no âmbito coletivo. Isto pode ser entendido a partir das práticas criativas individuais e coletivas, representadas pelo ato de criar e recriar obras de arte através da reutilização de materiais. Através de Csikszentmihalyi (1997) e de Cuenca Cabeza (2000), entendemos que a criação promove o prazer de se inventar algo ou uma sensação gratificante típica da criatividade, enquanto a recriação propõe um diálogo entre a pessoa e a obra de arte. A possibilidade de experiência de ócio nesse âmbito ocorre num meio reflexivo, de formação e aprendizagem (Cuenca Cabeza, 2000, p. 114).

Os projetos HortUA e Amo Portugal foram particularmente importantes para refletirmos sobre a dimensão ambiental do ócio. São iniciativas voltadas para a motivação individual e coletiva e pua os contextos que se entrelaçam com as causas ambientais. Consequentemente estão ligadas a um pensamento comunitário e solidário, no sentido de pensar nas consequências das ações humanas para o entorno ambiental (físico e social). Verificamos que estes dois projetos trabalham as potencialidades individuais através da obtenção de respostas às necessidades e às expectativas do coletivo. Entendemos que o engajamento em causas que afetam o bem-estar no entorno ambiental pressupõe um tipo de envolvimento embasado e uma visão alargada sobre a relação entre o ambiente e as pessoas, o que já foi referido por Nascimento (2012) e Pinheiro (1997).

Em relação ao projeto Re-food, percebe-se uma vertente solidária associada ao desejo de ajudar as pessoas, uma atitude altruísta que pode se converter na sensação de cooperação e de comunicação de conhecimentos importantes sobre esta causa. Estes aspectos são considerados fundamentais para a manifestação da dimensão solidária do ócio. Segundo Cuenca Cabeza (2000), o desenvolvimento da dimensão solidária pode ser percebido como uma necessidade do ser humano de se envolver com uma experiência madura de ócio. Re-food constitui um bom exemplo para entendermos a experiência do ócio sério ou substancial, considerado por Cuenca Cabeza (2000) como uma prática sistemática a partir de uma atividade voluntária formadora de valores e papéis sociais. Cuenca Cabeza (2000) apresenta-nos ainda a aproximação entre o que

pretendem os movimentos sociais e os princípios da dimensão solidária do ócio, contribuindo para a reflexão sobre os tipos de experiências e processos subjetivos desencadeados nesse sentido.

Enquanto os movimentos sociais, políticos ou culturais focam o desenvolvimento na reivindicação da justiça e no aumento da qualidade de vida em geral, na dimensão solidária do ócio, a atuação realiza-se desde a necessidade de preencher um tempo livre ou de participar de uma experiência altruísta de ócio até a reivindicação de um estilo de vida melhor, em que o ócio tem um lugar adequado. (Cuenca Cabeza, 2000, p. 138)

Não é só o projeto Re-food que está direcionado para a reivindicação da justiça social e o aumento da qualidade de vida ao nível individual e coletivo. De uma forma geral, as iniciativas estudadas neste primeiro exercício exploratório, propõem-se a repensar o ritmo de vida através de noções diversificadas de tempo, tais como: o tempo pessoal, o tempo livre e até um tempo específico que possa ser utilizado para qualquer outra atividade, até mesmo para trabalho. Não conseguimos ter evidências sobre a forma de gestão do tempo dos participantes das iniciativas, até porque o foco da exploração deteve-se nas características das iniciativas e não nos sentidos que poderíamos construir a partir das vozes dos participantes. Esta questão foi ganhando cada vez mais importância e lugar nas discussões pelo aprofundamento do campo de estudo, realizado através da iniciativa local Aveiro em Transição.

Esta breve explicação sobre as reflexões que formámos a partir do mapeamento exploratório confirmam as expectativas sobre a possibilidade de discutir um conceito contemporâneo de ócio, e a sua elaboração enquanto experiência, à luz de iniciativas sociais portuguesas. Tivemos como objetivo explorar a base teórica referente aos estudos de ócio ibero-americanos, especialmente as investigações do Instituto de Estudios de Ocio, da Universidade de Deusto/ES, e de alguns estudos brasileiros do Laboratório Otium de Estudos de Ócio, Trabalho e Tempo Livre, de Fortaleza/Brasil. Optámos por este recorte teórico porque percebemos que os estudos ibero-americanos têm uma abordagem mais clara quanto à diferenciação entre lazer e ócio, ao contrário do que acontece com os *Leisure studies*, de origem anglo-saxónica. Com o avanço da revisão de literatura é que chegámos aos níveis do sentido de *to play*, para os *Leisure Studies*, e a sua correspondência desde o lazer até ao ócio, relativas às atividades mais imaginativas, livres e com finalidades intrínsecas, mais centradas em si mesmas, conforme depreendemos do trabalho de Rojek (1995).

Percebendo que a dimensão ambiental tem uma presença importante nas iniciativas sociais portuguesas observadas, sobretudo pela relação entre sustentabilidade, tempo e subjetividade, faz todo o sentido estudar o Movimento de Transição (MT). Este movimento tem como preocupação central a questão ambiental, especialmente o apoio às reações e soluções das pessoas e das comunidades a respeito da diminuição das fontes de petróleo e das consequências das alterações climáticas. Contudo há diferentes linhas de pensamento envolvidas no movimento, tais como: a localização econômica, a busca pela resiliência frente aos desafios locais e o exercício da solidariedade e da construção de comunidades mais sustentáveis. O movimento propõe-se a refletir e atuar sobre diferentes formas de desenvolvimento e de transformação da vida em relação ao mundo interior e exterior, passando pela sustentabilidade e pela vida comunitária. Índícios de uma dimensão subjetiva no MT levaram-nos a optar por uma abordagem etnográfica numa das iniciativas locais deste movimento internacional. Aveiro em Transição (AeT) foi a iniciativa escolhida por se tratar de uma localidade em que já tínhamos contatos com as pessoas possivelmente envolvidas em projetos de cunho ambiental, além do conhecimento sobre a dinâmica de lugares e instituições. Foi a nossa escolha também por se tratar de uma localidade próxima da região do Porto, zona de residência da principal investigadora deste estudo. A questão da proximidade é um fator primordial visto que o MT foi criado para atuar a nível local, sobretudo a partir das necessidades da comunidade e das suas particularidades em termos de desenvolvimento social, cultural e econômico.

Antes de descrevermos as etapas da abordagem etnográfica realizada para esta investigação, apresentamos as bases epistemológicas e teórico-metodológicas que nos orientaram durante todo o percurso realizado.

5.1 As bases epistemológicas da investigação

Esta investigação é orientada por três bases epistemológicas: os Estudos Culturais, a fenomenologia e o construtivismo social. O primeiro impulso de interesse no tema em estudo surgiu a partir de questões relativas aos Estudos Culturais. Pareceu-nos primordial refletir e questionar as consequências dos modelos sociais e econômicos do sistema capitalista permeados por relações de poder que estimulam um ritmo de vida acelerado, práticas de consumo não conscientes, e modos de vida com raros espaços para a reflexão e livre expressão das subjetividades. Sob o ponto de vista dos Estudos Culturais, pareceu-nos instigante refletir

sobre os modos de articulação dos sujeitos sociais face às tensões sentidas em relação ao contexto cultural contemporâneo, e que podem desencadear na criação dos modos de vida e da performance política e social em iniciativas sociais comunitárias.

5.1.1 Os Estudos Culturais

Os Estudos Culturais (EC) constituem-se como um corpo de teoria construída por investigadores que veem a produção de conhecimento teórico como uma prática política (C. Barker, 2003). Estão geneticamente ligados a um modo de produção de análise cultural que faz convergir princípios e preocupações académicas com uma exigência de intervenção cívica. Ou seja, articula inquietações simultaneamente teóricas e preocupações concretas com a *polis* (Baptista 2009, p. 19).

No campo de atuação dos EC, a articulação é entendida tanto na vertente teórica quanto na vertente metodológica. Percebemos com o trabalho de Slack (1996) que, teoricamente, a articulação tem sido entendida como a forma de caracterizar o que se forma a partir da intervenção/participação social, tendo sempre o devido cuidado para evitar uma abordagem reducionista e essencialista. O que pode ser visto, segundo o autor, como uma transformação sustentada pelos EC, partindo de um modelo geral de comunicação (produção – texto – consumo – codificação e decodificação) em direção a uma teoria voltada para os contextos.

A articulação pode ser pensada também como um método usado para a análise cultural através de uma estrutura metodológica utilizada para o entendimento do que é o estudo cultural (Slack, 1996). Por outro lado, são fornecidas estratégias para empreender o estudo cultural, como forma de contextualizar o objeto das suas análises. A articulação pode atingir outros níveis (epistemológicos, políticos e estratégicos) e, quando isso acontece, Slack (1996) diz que é impossível analisar uma teoria bem fundamentada ou ter um método claramente delineado. Portanto, faz parte da atribuição do investigador descobrir uma forma específica de realizar o seu próprio estudo cultural. Posto isto, entendemos que o investigador, no campo dos EC, tem como função adaptar/personalizar um modelo único e coerente com as suas motivações pessoais e científicas e com o quadro teórico, objeto empírico e métodos de investigação. Falar em modelos não significa sermos reducionistas ou limitados às estruturas. Pelo contrário, significa que estamos abertos a novos formatos, novas perspectivas e, especialmente, a todo tipo de objeto associado a características cruciais para as investigações em EC, tais como: a consolidação de um quadro teórico, o destaque para as tensões entre diferentes contextos, a discussão latente

dos grandes temas, tais como gênero, etnia, identidades, relações de poder, direitos humanos e culturais.

Ao refletir sobre o trabalho teórico de Barker e Galasinski (2001) em relação à forma de compreensão dos EC contemporâneos e dos processos de interação através da linguagem (no nosso caso representada pelas vozes dos sujeitos sociais estudados), percebemos que é o sentido e o meio através do qual nós entendemos o mundo e constituímos nossas práticas culturais. A partir daqui, a ênfase contemporânea entre linguagem e EC reflete-se de duas formas: i) a cultura é explorada através de suas próprias ferramentas e mecanismos sem, contudo, reduzir outros fenômenos como, por exemplo, os modos de produção; ii) a cultura é considerada tão constituinte do mundo social quanto os processos políticos e econômicos. A partir dessa visão, a cultura é vista através de uma ligação entre a linguagem e as identidades, que é uma das categorias mais marcantes para os Estudos Culturais (Barker & Galasinski, 2001).

Segundo Fetterman (1998), a cultura é um dos conceitos etnográficos mais amplos. A interpretação clássica foca-se no comportamento. De acordo com esta visão, a cultura é a soma do padrão de comportamento, dos hábitos e da forma de vida de um grupo social observável (Harris, 1968). Os investigadores de etnografia precisam estudar variáveis relacionadas com o comportamento cultural e com o conhecimento amplo sobre grupos sociais. Sendo assim, no âmbito do trabalho etnográfico, não há uma definição de cultura suficiente, mas sim um arranjo com perspectivas diferentes e complementares (Fetterman, 1998). A interpretação cultural baseia-se em dados etnográficos coletados de forma cuidadosa. Aliando métodos e técnicas etnográficas, interpretação cultural e uma variedade de outros conceitos fundamentais, a etnografia representa uma perspectiva holística de contextualização e visões de realidade, que não podem ser julgadas, mas sim compreendidas e contextualizadas (Feterman, 1998).

Em termos de métodos, especificamente no campo dos EC, é possível observar, através da natureza das investigações, que as abordagens são diversificadas e associadas a métodos de análise que estimulem a análise cultural e a discussão política em diversos contextos. Segundo Baptista (2009), o elemento central que integra os múltiplos aportes metodológicos dos EC é a prática de uma atividade crítica referente a questões da experiência cotidiana. Entendemos, por isso, que o grande desafio metodológico das investigações em EC é a construção de um olhar teórico e empírico extremamente reflexivo e particular, em torno de uma problemática que propõe um diálogo político com a sociedade. Apesar de não haver um padrão sobre métodos e

tipos de abordagens de investigação, C. Barker (2003) afirma que as investigações em EC são de caráter predominantemente qualitativo.

5.1.2 A fenomenologia

Outra das bases fundadoras desta investigação, a fenomenologia, é uma corrente oriunda da filosofia europeia inclinada para o estudo dos sentidos das experiências humanas vividas através de determinados fenômenos (Starks & Trinidad, 2007), o que nos possibilita vislumbrar um caminho teórico-metodológico de observação e de interpretação do fenômeno social em estudo: a articulação cultural e política através do Movimento de Transição. De acordo com Larson e Holmstrom (2007), numa análise de caráter fenomenológico, o interesse primordial está no próprio fenômeno em estudo. Trata-se da relação entre o sujeito e o fenômeno, bem como o pensar intencional do investigador através do seu esforço em interagir com o fenômeno e construir significado. Este conjunto de significados pode ser percebido durante a análise das relações entre as categorias encontradas (Larson & Holmstrom, 2007). Existem duas vertentes de investigação empírica fenomenológica: uma descritiva (Giorgi, 1997) e outra interpretativa (van Manen, 1997). Larson e Holmstrom (2007) referem que a partir das leituras de Husserl (1970) e Merleau-Ponty, pode-se pensar que a explicitação da estrutura geral de um fenômeno não é sinônimo de um ato de interpretação, e que a ligação entre interpretação e descrição de essências pode ser fruto de uma leitura equivocada a partir de Heidegger. Argumentam ainda que uma análise fenomenológica pode ser realizada de várias formas, com base em quatro pilares da fenomenologia existencial: i) espacialidade (vem antes do que é verbal, é fruto do que é sentido através do entorno); ii) corporalidade (o corpo subjetivo que vive a experiência); iii) temporalidade (maneira temporal de estar no mundo); e iv) relacionalidade (relações humanas, a própria existência). A partir destes pilares, a experiência humana é vivida e é através deles que pode ser estudada.

A pesquisa fenomenológica, na forma como foi concebida pelo seu fundador Edmund Husserl, num primeiro momento, tem como objetivo descrever e não explicar (Lester, 1999). Isto acontece para que se evite começar desde logo com interpretações preconceituosas e excessivamente parciais (Husserl, 1970). Num segundo momento procura-se interpretar e a construir sentidos elaborados pelo investigador, sendo este um sujeito social interessado no contexto e nas experiências dos sujeitos em estudo (Lester, 1999).

Lester afirma ainda que a recolha de informações através de uma base fenomenológica ocorre de maneira profunda e através de percepções, métodos qualitativos, indutivos, tais como entrevistas, discussões e observação participante. A fenomenologia centra-se no estudo da experiência através da visão do indivíduo, justamente para que se possa desmistificar ou confirmar certas suposições de senso comum e algumas formas habituais de perceber os fenômenos. Epistemologicamente, as abordagens fenomenológicas baseiam-se num paradigma de conhecimento pessoal e de subjetividade, em que se dá ênfase à importância da perspectiva pessoal e da interpretação do investigador. Resumidamente, é uma abordagem para entender a experiência, as ideias, motivações e ações das pessoas (Lester, 1999).

5.1.3 O construtivismo social

A terceira base epistemológica com que esta investigação se alinha tem a capacidade de unir aspectos teórico-metodológicos referentes à abordagem etnográfica. Desde o aporte teórico envolvido, a forma de condução das técnicas de recolha de dados e a maneira de interpretar, há traços construtivistas que orientam o processo etnográfico, possibilitando a construção de sentidos a partir das práticas e vozes sobre as experiências dos dinamizadores da Aveiro em Transição.

O construtivismo social, como um pressuposto filosófico ou uma epistemologia, é muitas vezes combinado a um processo interpretativo (Mertens, 1998). O objetivo desta combinação será o de auxiliar os investigadores a compreender o mundo em que vivem através do desenvolvimento de significados subjetivos das experiências, significados dirigidos para determinados objetos, processos, eventos ou instituições. Estes significados são múltiplos e variados, levando o investigador a procurar a complexidade dos pontos de vista em vez de restringir significados em algumas categorias ou ideias (Creswell, 2003, pp. 8-9). Os pontos de vista dos sujeitos participantes do estudo são elementos fundamentais neste processo, portanto a abordagem precisa ser ampla para que se possa ter espaço e tempo para a construção de sentidos sobre o fenômeno em estudo. No caso da nossa investigação, e por orientação de um viés construtivista, para que se pudesse compreender o cenário em estudo foram primordiais a escuta cuidadosa, a observação, a participação e a interação com os sujeitos em estudo.

Numa discussão mais geral sobre o construtivismo, observamos que Crotty (1998) menciona quatro pressupostos: i) os significados são construídos pelos seres humanos através da forma com que eles se relacionam com o mundo que interpretam, já que para desenvolver a

interpretação, os investigadores qualitativos tendem a usar perguntas abertas para que os participantes possam expressar suas opiniões; ii) os seres humanos engajam-se no seu mundo e produzem sentidos com base na sua perspectiva histórica e social; iii) os investigadores qualitativos procuram compreender o contexto ou a configuração dos participantes, visitando esse contexto e recolhendo informações pessoalmente e completam a interpretação moldada pelas suas próprias experiências; e iv) a geração básica de significado é sempre cultural, que surge dentro e fora da interação com uma comunidade humana.

Sobre investigações calcadas no construtivismo, Creswell (2003) cita mais dois aspectos importantes, especialmente marcantes se pensarmos no caso específico da nossa investigação: i) o olhar e o reconhecimento dos contextos, quer seja os contextos em que vivem os participantes, quer sejam os contextos através dos quais o investigador constrói o seu repertório cultural, e ii) a intenção do investigador de interpretar os temas do mundo. Desta forma, o repertório cultural do investigador confere dinamismo ao processo de interpretação dos dados.

Gergen (1999) refere que as deliberações do construtivismo sobre a construção da realidade assumiram muitas formas ao longo dos séculos, surgindo depois diálogos contemporâneos preparados para lidar com as diferenças de ênfase. É o caso do construtivismo radical, o construtivismo (de uma forma mais ampla), o construtivismo social e ainda o construcionismo que se divide em social e sociológico. De todas estas denominações, o aspecto que os une e nos parece ser primordial é a relação entre o sujeito social e o mundo em que interage.

Com Gergen (1999) podemos perceber que o construtivismo é uma tradição intelectual que propõe a cada indivíduo a construção mental do mundo de acordo com a sua experiência. Não que a mente seja o espelho (imagem fiel) do mundo, mas funciona através das percepções que criamos, ou que conhecemos desse mundo. Desta forma, o construtivismo tem alguns pontos coincidentes com o construcionismo. No entanto, se para o construtivismo o processo de construção do mundo é psicológico (ocorre na mente de cada indivíduo), já para o construcionismo esse processo é resultado das relações sociais (da interação entre os sujeitos sociais). Como alternativa intermediária entre estas duas vertentes, está o construtivismo social, que não deixa de defender a construção mental que fazemos do mundo, mas que também considera a influência das relações sociais no processo de construção da realidade (Gergen, 1999).

Sobre a relação entre a metodologia qualitativa e o construtivismo, Aguirre Baztán e Martins (2014) referem que as correntes construtivistas e hermenêuticas são duas linhas de orientação

importantes. Estas duas bases epistemológicas sustentam a perspectiva de que o investigador qualitativo atua num campo de interação. Os construtivistas afirmam que a apreensão de sentidos é um ato de criação de conceitos e métodos de codificação de experiências. O processo de investigação guiado pelo construtivismo social resulta numa abordagem constante ao objeto de estudo de forma flexível, holística, indutiva e ideográfica, ou seja, através da representação das ideias por imagens. Além disso, reúne características como:

rejeitar a perspectiva empirista e positivista de que o mundo real é o mundo percebido por categorias prévias; todo conhecimento tem a necessidade de situar-se e contextualizar-se no tempo e espaço; o conhecimento do mundo é o resultado de uma construção coletiva, através de interação humana, a exemplo do que acontece com a linguagem; o conhecimento do mundo e da ação social e cultural são inseparáveis, pois não há conhecimento puro essencialista. (Aguirre Baztán & Martins, 2014, p. 25)

5.2 A etnografia e o caráter social desta investigação qualitativa

A opção pela abordagem etnográfica justificou-se pela necessidade de compreensão do ócio, enquanto prática de resistência aos modos de vida predominantes, através das experiências dos sujeitos sociais que participam de iniciativas comunitárias contemporâneas. De acordo com Minayo (2012), a pesquisa qualitativa não tem como prioridade fazer generalizações, antes pelo contrário, apresenta como interesse maior o aprofundamento e a abrangência da compreensão dos fenômenos subjetivos.

Creemos que o discurso da nossa investigação se reveste de um caráter predominantemente social. Esta dimensão social dialoga com os contextos cultural, político e ambiental também presentes. Trata-se de uma investigação social que remete muito para o viés cultural do investigador, já que foi desenvolvida a partir de uma abordagem etnográfica. Contudo, torna-se necessário ter em atenção alguns aspectos referentes à subjetividade por parte do investigador. Goldenberg (2004) lembra-nos que a objetividade na investigação de cariz social não é algo que se consiga plenamente. Consegue-se uma objetividade possível através de um esforço para conter a subjetividade, o que foi denominado por Pierre Bourdieu como “objetivação”. É preciso manter este foco, para não se correr o risco de trabalhar com um objeto inventado, imaginado. A este propósito, Goldenberg diz que

a simples escolha de um objeto já significa um julgamento de valor na medida em que ele é privilegiado como mais significativo entre tantos outros sujeitos à investigação. O contexto da pesquisa, a orientação teórica, o contexto sócio-histórico, a personalidade do pesquisador e o

ethos do pesquisado influenciam no resultado da pesquisa. Quanto mais o pesquisador tem consciência de suas preferências pessoais mais é capaz de evitar o bias, muito mais do que aquele que trabalha com a ilusão de ser orientado apenas por considerações científicas. (Goldenberg, 2004, pp. 44-45)

Com o objetivo de problematizar as questões ligadas à prática no âmbito das abordagens etnográficas atuais, O'Reilly (2012) realizou análises sobre o tema e propõe uma visão mais alargada, no que concerne à reflexão sobre a atuação da etnografia como um processo de prática comunitária, em que o investigador deve desenvolver ao longo do tempo um olhar profundo. Traz a discussão, por isso, a teoria da estruturação de Giddens que defende que os objetos e os sujeitos não podem ser vistos como entidades distintas e sim como aspectos interdependentes da vida cotidiana. Assim, a vida social é um processo histórico e não pode ser estudada de forma instantânea e isolada (ver por exemplo, Giddens, 1989). Este pressuposto está intrinsecamente ligado com a questão da subjetividade inerente ao investigador no trabalho de campo e constitui um ponto crucial para os etnógrafos. O'Reilly (2012) acrescenta ainda que a prática etnográfica mais não é do que saber (e trabalhar) como atuar em determinadas circunstâncias, quer se trate de redes ou de pessoas, tendo, cada um dos intervenientes, as suas próprias regras, hábitos, normas e diferenças (incluindo o investigador). Da mesma forma, as particularidades de cada um dos sujeitos acabam por se readaptar no espaço coletivo, no cerne da comunidade, onde existe uma aprendizagem permanente entre todas as partes deste processo de interação social.

Goldenberg alerta para a necessidade de ter em atenção o risco de objetos imaginados, ainda mais se pensarmos em quanto o investigador está imerso na realidade investigada. No entanto, ao invés de falarmos em “esforço para conter a subjetividade”, consideramos que a subjetividade na investigação atua como um suporte para a imersão profunda no objeto, para que seja entendido de uma forma holística. Esta visão ampliada só é possível através da capacidade do investigador de interpretar os significados dos contextos, das práticas e dos sujeitos investigados, o que pode ser atribuído ao processo de contínua aprendizagem e adaptação referido por O'Reilly (2012).

Numa investigação qualitativa, a melhor maneira de tentar controlar a interferência da personalidade e dos valores do investigador, é ter consciência de como, e em que medida, a sua presença afeta o grupo estudado, e até que ponto pode ser minimizado, ou ser inclusive analisado como um dado da investigação (Goldenberg, 2004, p. 55).

No caso da abordagem etnográfica realizada nesta investigação, procurámos minimizar a intervenção na realidade estudada, ao evitar gravar áudio e vídeo e fazer fotografias (à exceção de quando houvesse um pedido por parte do grupo, o que aconteceu algumas vezes). Em algumas atividades, como no caso do núcleo de trabalho das Famílias em Transição Aveiro, em que havia várias crianças, as fotografias foram vistas como uma exposição desnecessária e sem interesse para a iniciativa. Procurámos, por isso, ter um posicionamento de participante e de contribuir dentro do possível, procurando opções de registo menos invasivas. Acreditamos que foi possível realizar uma escuta ativa e uma atuação condizente com as nossas motivações face à iniciativa.

Podemos pensar a relação entre a subjetividade do investigador, e o fato de esta investigação tratar do tema da subjetividade, através de uma teoria contemporânea do ócio que destaca a experiência dos sujeitos sociais. Ou seja, o investigador aportou-se ao campo de estudo tendo a sua subjetividade como aliada, na medida em que estudou uma iniciativa comunitária, através do seu caráter subjetivo, e analisou as vozes dos seus dinamizadores sobre as experiências vividas neste âmbito. Para tal, foi importante percebermos que estudar temas subjetivos, conforme nos diz Larossa, é compreender o sentido produzido sobre a experiência do sujeito através da linguagem, da observação e da interpretação. A ciência tem como base a separação entre o racional e o emocional. No entanto, em determinadas situações de investigação, a realização de um estudo aprofundado sobre o sujeito não se explica, ou se satisfaz, por um entendimento apenas meramente racional, mas sim com uma relação mais próxima com as possíveis experiências vividas a partir do contato com o fenómeno em estudo (Larossa, 2002).

Acreditamos que estudar a experiência de ócio por meio de um diálogo contextual e empírico também requer esse pressuposto. Se a proposta desta investigação passa pelo reconhecimento de uma dimensão subjetiva, através do Movimento de Transição e da iniciativa local Aveiro em Transição, então a experiência como interdependente da subjetividade, é uma vertente importante a ser estudada. Sendo assim, aproveitamos a riqueza da produção de sentidos a partir das vozes dos sujeitos da experiência (aqui, representados pelos dinamizadores da AeT) e o conhecimento construído também a partir da subjetividade do investigador.

É importante termos em consideração que estudar fenómenos subjetivos, que são produzidos por, e em diversos contextos, não pode ser realizado de forma direta, por termos a consciência de que dessa forma não conseguimos alcançar a experiência das pessoas. Nem é isso que se pretende. O objetivo mais geral de uma investigação qualitativa é o de promover a reflexão, de

discutir à luz de diferentes perspectivas, enquadramentos, teorias e possibilidades de objetos. A produção de conhecimento, pela via da metodologia qualitativa, pode ser conduzida, por exemplo, pelo campo de estudo, o que retrata uma das características da investigação fenomenológica, com que esta investigação se alinha. Convém, por isso ter em conta, conforme referiram Quivy e Campenhoudt, que o que se pode apreender na investigação em ciências sociais são problemáticas envolvidas com i) a compreensão dos significados sobre acontecimentos ou comportamentos; ii) a construção do ponto da situação ou das lógicas de funcionamento de uma organização social; iii) a reflexão sobre determinadas implicações sociais e políticas; ou ainda iv) a compreensão da forma como algumas pessoas apreendem e representam determinados problemas ou perspectivas (1998, p. 19). Deste modo, é preciso ter em mente as potencialidades e os limites do trabalho de investigação, para que possamos delimitar as suas dimensões e garantir a coerência entre a teoria e a metodologia aplicada. Hymes (2004) acredita que as diferenças nas investigações sociais qualitativas estão concentradas nos tipos de ideias, no carácter das evidências e no tipo de diálogo através do qual o investigador promove o confronto entre eles.

David Fetterman, um antropólogo reconhecido por abordar a etnografia através das aplicações que o conhecimento produzido sobre pessoas ou grupos terá para o mundo real, refere que os investigadores que trabalham com etnografia assumem uma visão holística para alcançarem uma imagem mais compreensível e completa do grupo social que estão a estudar. Para o antropólogo, a etnografia é útil para interpretar as histórias contadas pelos sujeitos. Não é possível capturar toda a cultura e todas as histórias de um grupo, nem mesmo estudar o grupo na sua máxima amplitude portanto, através da visão holística, o investigador de campo pode construir um olhar para além da cena cultural imediata, ou do evento específico de determinado ambiente. Cada cena ou evento desenrola-se num contexto multifacetado e relacionado. A orientação holística requer um grande período de tempo no campo de estudo para que se possam unir os dados a ponto de fazerem sentido de forma integral. Descobrem-se assim inter-relações entre os vários sistemas e subsistemas da comunidade em estudo, geralmente através da contextualização dos dados (Feterman, 1998).

No caso da nossa investigação, o objetivo do trabalho etnográfico foi o de estudar uma pequena parte de uma realidade social, detendo-nos nos aspectos culturais traduzidos pelas práticas desenvolvidas e experiências no âmbito da participação numa iniciativa comunitária. Posto isto,

pretendemos criar um diálogo entre uma teoria contemporânea do ócio e a subjetividade implicada no âmbito de uma iniciativa comunitária como o Movimento de Transição.

O trabalho etnográfico realizado deteve-se no estudo de comunidades urbanas, mais especificamente a iniciativa local AeT. Segundo Vicente Castro (1995), o estudo de comunidades urbanas é um foco de estudo comum tanto para os etnógrafos clássicos, que estudavam comunidades isoladas, quanto para os atuais. Sobre as abordagens atuais da etnografia, percebemos que existem enfoques diversificados. Há estudos com recortes mais específicos, como é o caso daqueles sobre as audiências das telenovelas, bastante difundidos em estudos brasileiros, com alguma representatividade também em Portugal, especialmente através do Observatório Ibero-Americano de Ficção Televisiva. Nas investigações realizadas pelos investigadores do Laboratório de Estudos de Ócio, Trabalho e Tempo Livre, também se costuma optar pela etnografia para estudar, por exemplo, grupos que praticam esportes ou que têm hábitos alimentares saudáveis (movimento *slow food*), comunidades litorâneas e os seus contextos específicos de estilo de vida. Acreditamos que estes exemplos representam algumas das formas atuais de desenvolvimento do trabalho etnográfico que, ao invés de se caracterizarem por descobrir dados relativos à cultura de um grupo isolado, têm como intuito propor novos olhares e promover o encontro entre teoria e práticas sociais e culturais. Entendemos que, em determinadas investigações, a etnografia é um método bastante eficaz para aceder aos discursos, observar os comportamentos, as formas e os contextos em que os sujeitos sociais vivem experiências.

Vicente Castro (1995) refere que o trabalho etnográfico atual se caracteriza por estudar o isolamento psicossociológico demonstrado pela convergência de visão e objetivos da comunidade ou grupo. Para o autor, o estudo das comunidades urbanas, empresas, associações, instituições ou pequenos grupos tem origem no acelerado crescimento da urbanização que provocou a concentração de sujeitos de diversas etnias, culturas, religiões e ideais dentro de um território misto a ser, então, descoberto. Desta forma, percebe-se que o interesse dos etnógrafos e sociólogos passa a ser a análise e compreensão dos grupos sociais e das relações interpessoais dos indivíduos. A ideia de estudar um grupo isolado, com base na sua localização geográfica e no desconhecimento sobre aspectos culturais básicos, pode ser atualizado hoje pela necessidade de perceber, por exemplo, como os participantes das comunidades urbanas se relacionam sob a ótica de diferentes contextos, como são influenciados

pelas novas tecnologias, pela globalização e por diferentes fenômenos sociais, políticos, econômicos, ambientais, entre outros.

Segundo Hymes (2004), a etnografia mais recente é utilizada para produzir conhecimento inovador, mesmo que seja para complementar o conhecimento já existente através de aspectos pontuais ou apresentar uma perspectiva completamente nova. Sobre a validade do conhecimento construído durante a etnografia, direcionada a pequenos grupos ou comunidades, o autor refere que se trata de um conhecimento específico e contextual referente aos sentidos percebidos através das pessoas, grupos, eventos ou instituições (Hymes, 2004). São as ligações entre as especificidades da cultura local, as formas específicas da comunidade estabelecer seu conjunto de sentidos culturais que a etnografia procura perceber. Estas questões não podem ser assumidas antes da investigação, pois só podem ser conhecidas através da participação e observação ao longo do tempo (Hymes, 2004).

Sobre o desenvolvimento do método de observação participante no conjunto da abordagem etnográfica, Anguera Argilaga (1995) refere que há um tipo de inter-relação entre o observador e o observado. A observação participante consiste numa forma consciente e sistemática de apreender sentidos sobre um grupo de pessoas por meio das suas atividades, diferentes ocasiões da vida, e da sua percepção sobre interesses e afetos. O trabalho do investigador decorre através da construção de um retrato da realidade sustentado tanto pelos processos subjetivos, como as experiências vividas pelo investigador, quanto pelos processos de registro condicionados pelas questões técnicas e espaciotemporais, por exemplo (Anguera Argilaga 1995, p. 48).

No que concerne às entrevistas como método de recolha de dados, estas são usadas na investigação em ciências sociais sob variados contextos (Briggs, 1986; Have, 2004). O conhecimento e validade sobre boa parte do que se acredita ser verdadeiro sobre os seres humanos, e as formas pelas quais eles se relacionam é, muitas vezes, resultado da viabilidade da entrevista como estratégia metodológica (Briggs, 1986). O autor alerta para o fato de que geralmente os investigadores não têm uma visão fundamentada sobre a entrevista como evento comunicativo. Mesmo no âmbito da nossa própria comunidade social, dá-se como certo o que é, e qual o resultado que se produz por meio de uma entrevista. No entanto, é preciso ter cuidado para não apoiar a investigação em suposições falsas. É sempre preferível considerar o contexto através do qual as entrevistas são realizadas (Briggs, 1986).

Na visão de Have (2004), as entrevistas direcionadas aos sujeitos sociais com o intuito de compreender suas ideias e experiências, produzem dados de natureza experimental. No caso das entrevistas realizadas durante o processo etnográfico, Briggs (1986) argumenta que, até mesmo os profissionais que encorajam o trabalho de campo na investigação, sugerem que, após a inserção na cultura estudada, faça-se uso de ferramentas diversificadas de investigação – formais e informais – como entrevistas, observações e até conversas mais espontâneas.

5.3 Fases da abordagem etnográfica

A abordagem etnográfica desenvolveu-se entre fevereiro de 2013 a maio de 2016. Foi dividida em três fases: mapeamento exploratório, acesso ao campo e consolidação. Cada fase transcorreu de forma a facilitar a próxima etapa do trabalho de campo, assim como confirmar o enquadramento teórico.

5.3.1 Fase 1 – mapeamento exploratório (fevereiro a julho de 2013)

Esta fase foi composta pela procura de informações sobre movimentos, projetos ou iniciativas sociais portuguesas, através de redes sociais e *sites* relacionados. Identificámos cinco iniciativas portuguesas que nos pareceram interessantes sob o ponto de vista de um contexto de reação construtiva à crise socioeconómica portuguesa, ou das possibilidades de análises em torno da ideia de reflexão e equilíbrio ambiental no âmbito de uma iniciativa social. Como já referimos na secção 5.1 deste capítulo, as cinco iniciativas são: Re-food, Amo Portugal, Amigos das Bicicletas, Casa do Rio e HortUA.

Através da observação exploratória destas iniciativas, realizámos uma análise interpretativa com foco nos sentidos percebidos através das publicações, no Facebook, de jovens portugueses participantes das iniciativas em estudo. Neste estudo exploratório, identificamos características das iniciativas, categorias empíricas e teóricas. O estudo desenvolveu nosso entendimento sobre o conceito de ócio enquanto direito humano e experiência, bem como sobre as cinco dimensões do ócio referidas por Cuenca Cabeza (2000, 2006) em relação às iniciativas portuguesas definidas para o estudo. O trabalho exploratório sobre estas iniciativas pode ser visto na totalidade no artigo “Los jóvenes y las relaciones constructivas frente a la crisis en Portugal: una relación con la experiencia de ocio” (Vargas, Carvalho & Martins, 2014) publicado nas atas do congresso “OcioGune 2013: aportaciones del ocio a lo largo de la vida” e no livro *El papel del ocio en la construcción social del joven*.

Através da observação e análise destas iniciativas, chegámos ao Movimento de Transição. Percebemos que, no âmbito de determinada região ou cidade, há um circuito de informações, pessoas engajadas e de iniciativas sociais voltadas para os contextos social, ambiental, econômico e político, o que torna possível ter conhecimento sobre iniciativas desta natureza, ou até mesmo de acompanhar o seu surgimento. O projeto HortUA, uma das iniciativas estudadas nesta fase exploratória, deu origem à iniciativa local Aveiro em Transição, incrito sob os princípios do MT. Ao explorar a literatura sobre o movimento, tanto através de fontes primárias (livros ou informações na internet publicadas pelo próprio MT ou pelo seu principal fundador Rob Hopkins), quanto através de fontes secundárias (inúmeros estudos científicos que abordam o movimento), percebe-se a complexidade, a multiplicidade de viéses possíveis e a oportunidade de problematizar o MT na perspectiva da construção de um modo de vida com mais reflexão e equilíbrio ambiental. Entre as inúmeras faces do MT e as diferentes possibilidades de análises, a vertente subjetiva, associada à ideia de transição interior (conceito utilizado pelo MT) foi a que mais nos suscitou interpretações e a que faz mais sentido, no âmbito de uma investigação que se propõe a abordar um tema ligado aos Estudos de Ócio e aos Estudos Culturais. Pela abrangência do MT, procurámos, num primeiro momento, concentrar o nosso foco na construção de uma visão global para, posteriormente, entrar em contato com uma iniciativa local – a Aveiro em Transição.

5.3.2 Fase 2 – acesso e abertura ao campo (fevereiro a dezembro de 2014)

Segundo Sanchiz Ochoa e Cantón Delgado (1995), o acesso e adaptação ao campo merecem tanta atenção quanto o restante processo. As possíveis dificuldades nesta etapa apresentam-se através de um paradoxo que pode tanto restringir quanto engrandecer o cientista social: a reflexividade. No momento em que nos propomos a estudar uma realidade com a qual conseguimos e devemos dialogar, então essa realidade não é tão distante do que sentimos ou do que acreditamos. Os primeiros momentos do trabalho de campo promovem uma reflexão antropológica. O acesso ao campo reveste-se de uma vertente prática, no entanto as estratégias utilizadas naturalmente fazem parte do repertório de conduta utilizado nas relações interpessoais. Este momento inicial tem um papel crucial, pois é o único momento em que se permite a ponderação na interpretação do investigador. É preciso iniciar o trabalho etnográfico sem preconceitos, de uma forma desprotegida e excepcionalmente receptiva (Sanchiz Ochoa & Cantón Delgado, 1995, p. 73).

A fase 2 da abordagem etnográfica ficou marcada pelo acesso ao campo e pelo reconhecimento e aceitação da investigadora pela iniciativa AeT. Deu-se início à técnica de observação participante com a elaboração de diários de campo que se caracterizam por descrições mais diretas das atividades (com menos reflexões sobre teorias), dos participantes e de momentos de conversa informal. Apesar de entender que o viés interpretativo permeia uma abordagem etnográfica, sobretudo quando também é combinado com um caráter fenomenológico, procurou-se, neste primeiro momento, acautelar o estabelecimento de relações entre dados e teorias, de modo que os dados fossem compondo uma narrativa própria. De acordo com Lester (1999), um estudo fenomenológico prioriza, em primeiro lugar, a descrição sem preconceitos e, em segundo lugar, a interpretação do investigador. O tempo para a assimilação dos dados foi um aliado para compor o processo de interpretação durante o período da abordagem etnográfica.

Aqui, faremos uma breve descrição sobre o acesso ao campo através de um relato, em primeira pessoa do singular, por se tratar da experiência da investigadora no campo de estudo. Através da observação participante, foi possível conhecer os princípios que norteiam o MT e os diferentes tipos de atividades realizadas pela iniciativa da cidade de Aveiro. Iniciei a participação nos eventos abertos ao público geral e nas reuniões dos diferentes grupos de trabalho. Os participantes foram sempre receptivos à minha presença, sendo que tive a oportunidade de falar algumas vezes sobre o meu interesse na Aveiro em Transição como objeto de estudo. Várias vezes, fui apresentada a outras pessoas/participantes ocasionais como sendo integrante da iniciativa, sem que o fato de estar a investigar AeT merecesse destaque no decorrer da conversa. Acredito que isso tenha sido positivo para a iniciativa e para a investigação, pois podem ser evidências de que a minha presença não foi invasiva e de que o acesso ao campo de estudo ocorreu de forma bem-sucedida.

Mesmo nos momentos em que fui convidada a falar sobre o tema da investigação, senti-me integrada à iniciativa. As conversas informais que mantinha com os dinamizadores e participantes foram bastante esclarecedoras e contavam com a atenção e a disponibilidade para contribuir com a investigação. Após um ano de observação e participação, fui convidada a ser uma das moderadoras da página do grupo Famílias em Transição Aveiro, no Facebook. Senti-me à vontade para aceitar o convite, pois era um grupo de trabalho onde tive grande abertura e pude participar com mais frequência, até porque o primeiro ano de realização da abordagem etnográfica coincidiu com um ano muito ativo deste grupo. Como uma das moderadoras da página do grupo no Facebook, por vezes, colaborei com a criação de resumos sobre o debate

realizado nos piqueniques, auxiliava na moderação de publicações a serem exibidas na linha do tempo da página e, algumas vezes, ajudei na organização dos piqueniques através da sugestão de temas, atividades e data. Neste contexto, pude ampliar as perspectivas sobre questões importantes para o contexto das famílias que prezam por valores e princípios como solidariedade, cooperação comunitária, autonomia, livre expressão da criatividade e das crenças sobre modos de vida com menos consumo e mais proximidade entre as pessoas. Exercer a partilha em comunidade nunca foi uma perspectiva presente em minha vida, por isso, pude reconhecer que através da partilha e da reflexão podem despontar processos de consciência ambiental e até ações como rede de trocas, rede de parentalidade consciente e comunidades de aprendizagem. Acredito que esses processos comunitários valorizam a subjetividade humana, podendo gerar experiências diversas, o empoderamento individual e coletivo, reflexões e ações sobre práticas de resistência aos padrões dominantes de vida.

O acesso ao campo na iniciativa AeT teve também uma função exploratória. Nesse período, fui desenhando o estudo, refletindo sobre as possibilidades de métodos de análise que melhor se aplicassem aos diários de campo, aos conteúdos publicados nas redes sociais da AeT e às entrevistas realizadas com os seus dinamizadores. Realizei leituras que passaram principalmente pela etnometodologia e psicologia discursiva, o que depois se percebeu ter tido um papel de exploração teórica até a definição sobre o método de análise a ser escolhido posteriormente.

Após este primeiro ano, consegui obter dados através dos primeiros diários de campo, de maneira que foi possível realizar um estudo pontual sobre os diferentes grupos de trabalho. O objetivo geral do estudo foi o de perceber de que forma os princípios do MT, e algumas características da AeT, coincidiam com o que se pensava ser um ambiente favorável à construção de experiências de ócio, segundo a teoria do ócio humanista (Cuenca Cabeza, 2000, 2006). Para este estudo, realizou-se uma análise interpretativa à luz do conceito de ócio, partindo de um referencial teórico sobre o processo de educação para o ócio, e da ideia do ócio enquanto experiência. Esta foi uma forma de conhecer e explorar empiricamente a relação da teoria com os dados derivados da AeT, sobretudo porque foi através da perspectiva humanista que se identificou a existência desta vertente de estudos sobre o ócio.

5.3.3 Fase 3 – consolidação (janeiro de 2015 a maio de 2016)

Durante a fase 3, continuou-se a fazer observação participante, com o registro em diários de campo, e realizou-se as entrevistas aos principais dinamizadores da AeT. Esta fase

inicia por ocasião da “9ª edição do Piquenique Ternura - núcleo Famílias em Transição Aveiro” e diz respeito à etapa da etnografia de consolidação e integração no grupo. Neste momento, os diários de campo adquiriram um formato mais reflexivo. À descrição das atividades, dos participantes e dos contextos, juntaram-se as notas reflexivas do investigador, relacionadas com os aspectos teóricos e com as questões de investigação. A interpretação dos dados tornou-se mais fluida devido ao contexto de maturidade e reflexividade da abordagem etnográfica.

Obtivemos também acesso a alguns documentos e informações específicas e começámos a seleccionar algumas *posts* nas redes sociais da AeT para complementar os dados dos diários de campo. Tivemos ainda acesso a alguns documentos partilhados via *e-mail*, Google Drive (ferramenta de armazenamento, gestão e partilha de conteúdos) e textos de divulgação e de avaliação das atividades realizadas. Estes documentos, como atas e planos de trabalho, por exemplo, acabaram por não ser tão relevantes para o nosso estudo, pois continham informações que foram diluídas na análise mais global e representavam mais uma forma de organização interna do grupo do que propriamente um espaço para reflexão sobre as práticas. Sobre esses dados complementares à observação participante, fizemos uma seleção de cartazes, *posts* de divulgação e algumas poucas reflexões publicadas pelos participantes no Facebook. Analisaremos estes conteúdos, junto com os demais dados de campo, no decorrer do capítulo 7. A fase 3 foi finalizada com a realização de entrevistas aos principais dinamizadores da AeT.

Relativamente à relação entre a investigadora e os investigados, havia uma expectativa positiva em relação à oportunidade de partilha ou de expressão das ideias e sentimentos sobre a participação na AeT. Portanto, o momento da entrevista foi uma oportunidade de reflexão, dentro de um espaço de tempo que possivelmente não teria ocorrido se não tivesse sido proposto. Por mais que o MT proponha um modo de vida com mais consciência sobre as questões ambientais, sociais e econômicas, pressupondo a criação de momentos para a reflexão, as rotinas individuais dos entrevistados são, de modo geral, sobrecarregadas de responsabilidades com trabalho, família, atividades cívicas e de colaboração em diferentes grupos. Ou seja, mantêm um ritmo de vida acelerado. Posto isto, percebeu-se que a maioria dos entrevistados estava bastante receptiva para a realização da entrevista. Apenas um entrevistado manifestou desconforto inicial em falar, alegando que não achava ter algo interessante para dizer. No entanto, no decorrer da entrevista, mostrou-se cada vez mais espontâneo e seguro em expressar as suas opiniões e pensamentos. Esta foi uma das entrevistas mais ricas no sentido da diversidade de categorias de análise mencionadas. Um outro entrevistado demonstrou não estar tão concentrado durante a

entrevista, pois estava com pouco tempo disponível. Mesmo assim, manifestou o desejo em colaborar com a investigação na medida em que, por iniciativa própria, voltava em algumas questões da entrevista, procurando uma forma de esclarecer alguns tópicos. De uma forma geral, as entrevistas decorreram num contexto bastante colaborativo, reflexivo e motivador para ambas as partes.

5.4 Métodos de análise

O desenvolvimento da primeira parte do estudo empírico, descrito no capítulo 6, iniciou-se com o acesso a informações e publicações do MT. Dada a diversidade de conteúdos, tanto ao nível da plataforma de comunicação Transition Network, quanto ao nível das publicações realizadas pelo MT, bem como os diversos estudos sobre o MT, o objetivo principal foi o de analisar os dados provenientes do discurso do MT, e discutir três temas principais: o posicionamento político, o processo de transição interior e o processo de transição exterior. Estes temas centrais e os subtemas emergiram da relação entre os conteúdos sobre o MT, o quadro teórico e as questões que orientam esta investigação. Para a definição dos temas ou categorias temáticas, procurámos estar alinhados com as regras de criação de categorias ou fragmentação da comunicação sugeridas por Bardin (2002). São elas: homogêneas, exaustivas, exclusivas, objetivas e pertinentes. Através da visão de Bardin (2002), é possível inferir que essas regras estão ligadas com a capacidade do investigador de definir uma categoria, código ou tema de maneira mais clara e objetiva possível, de explorar ao máximo o escopo de conteúdos selecionados para a análise e de fazer uma análise coerente à natureza do conteúdo e aos objetivos da investigação. Mais detalhes sobre a organização da análise temática realizada podem ser consultados no capítulo 6.

A análise temática é um processo de codificação da informação qualitativa. Pode ser utilizada tanto para uma abordagem qualitativa, quanto para a tradução de informações qualitativas em dados quantitativos (Boyatzis, 1998, p. 3). A codificação exige a criação de um código explícito, que pode ser organizado através de uma lista de temas, ou de um modelo complexo de indicadores e qualificações com uma relação causal. Pode também adaptar-se um modelo que esteja entre estas duas formas. Nesta investigação, optamos pela criação de uma lista de temas e subtemas. O tema é o padrão encontrado na informação que descreve, no mínimo, e que organiza as observações possíveis e, no máximo, interpreta as variáveis do fenómeno em estudo. Pode ser identificado diretamente pela observação e interpretação da informação ou, de maneira

indireta, a partir de análises sobre diferentes aspectos do fenômeno em estudo. Podem ser inicialmente generalizados indutivamente através de uma informação bruta ou, dedutivamente, através de teoria e pesquisa prévia (Boyatzis, 1998, pp. 3-4). No caso da análise ao MT, os temas e subtemas emergiram da conciliação entre informações diretamente observáveis, como são os princípios transição interna e transição externa e características do movimento como celebração e modelo de visão, e análises a partir de informações como ocorreu, por exemplo, com o tema posicionamento político.

Os capítulos 7 e 8 apresentam o trabalho de pesquisa de campo na iniciativa AeT. O capítulo 7 é marcado pelo desenvolvimento de discussão e interpretação dos dados provenientes da abordagem etnográfica. Apresentamos as informações recolhidas através dos conteúdos criados para os diários de campo seguido da interpretação e discussão à luz de teorias que integram o quadro teórico da investigação. Portanto, trata-se de um texto mais fluido que marca a subjetividade do investigador em campo. Já no capítulo 8, optamos por realizar a análise dos dados obtidos em entrevistas com base num método mais estruturado.

Como o processo de entrada no campo contou com boa receptividade, criou-se um contexto favorável, espontâneo e colaborativo para a realização das entrevistas. Ainda assim, houve, da nossa parte, o cuidado de desenvolver o processo de interpretação dos dados durante a fase de afastamento ou ruptura da abordagem etnográfica, com o intuito de alargar o campo de visão crítica sobre o campo em estudo. As entrevistas foram realizadas durante a fase de consolidação da abordagem etnográfica. O grupo geral de trabalho ou núcleo duro, como é denominado pelos próprios dinamizadores, tem cerca de 10 pessoas a trabalhar de forma mais consistente e frequente. A investigadora conduziu as entrevistas com base em um guião semi-estruturado que pode ser consultado no Anexo 2. De forma geral, o guião foi elaborado com base na ideia de possibilitar ao entrevistado um momento de paragem e reflexão sobre a sua participação na AeT, sobre as características do modo de vida almejado, a partir da Transição, e o modo de vida que vive efetivamente. O guião procurou abordar temas que possibilitassem emergir a visão do entrevistado sobre temas presentes no discurso do MT e nas práticas da AeT, tais como ambiente, liberdade, solidariedade. Procurou também abordar temas que expressassem a subjetividade, bem como as experiências do entrevistado, tais como a gestão do tempo, transformação pessoal a partir da participação na AeT, motivações para participar, entre outros aspectos que podem levar à reflexão sobre o conceito de ócio, mas nunca de uma forma direta.

A preparação para a análise dos dados das entrevistas começou a ganhar contornos nesta fase. Houve um tempo de maturação em que foram feitas leituras e reflexões necessárias à criação de um modelo de análise. Para a análise das entrevistas, a nossa orientação mais forte foi a fenomenologia, já que entendemos que poderia possibilitar que o foco da análise estivesse nas experiências das pessoas através do fenômeno vivido. Com base em Lester (1999), Larson e Holmstrom (2007), Starks e Trinidad (2007), procurámos descrever e interpretar as formas com que os dinamizadores da Aveiro em Transição percebem o grupo enquanto iniciativa social e como veem suas próprias participações, sensações e experiências em relação a isso. Os trabalhos de Sanders (1982), Smith (1996), Smith, Jarman e Osborn (1999) e Starks e Trinidad (2007) serviram-nos de auxílio na análise interpretativa fenomenológica. Smith (1996) refere que a *Interpretative Phenomenological Analysis* (IPA) caracteriza-se tanto por explorar a visão do mundo de determinado participante, quanto por adotar, dentro do possível, a perspectiva interna do participante/entrevistado sobre o fenômeno em estudo (ver também Conrad, 1987). Ao mesmo tempo, as orientações da IPA também reconhecem que o exercício de pesquisa é um processo dinâmico. Ao tentar chegar perto do mundo pessoal do participante, não se pode fazer isso diretamente ou completamente. O acesso depende e é influenciado pelas próprias concepções do investigador que dão sentido a esse outro mundo pessoal através de um processo de atividade interpretativa (Smith et al., 1999).

Há quatro passos fundamentais na organização e na análise dos dados das entrevistas que contribuíram com a elaboração da análise desenvolvida. A Tabela 4 apresenta de forma resumida o caminho percorrido com base na análise interpretativa fenomenológica.

Passo	O que foi feito	Reflexões / avaliação sobre o passo
1	Leitura atenta das transcrições das entrevistas	É preciso reler as transcrições algumas vezes, pois, além de novos temas emergirem, os mesmos temas ganham novos sentidos. Das leituras, surgem ideias, <i>insights</i> e novos temas
2	Novas leituras e revisão dos temas (categorias) que emergem do texto	Geralmente, estas primeiras categorias capturam a essência do que o investigador procura no texto. Quanto mais releemos as transcrições, mais aproximamo-nos daquilo que o entrevistado realmente quis dizer. As categorias foram sendo revistas e aperfeiçoadas com base nessa perspectiva.

3	Articulação com outros temas, quadro teórico e com outros dados e aspectos relativos à questão e objetivos da investigação	É fundamental fazermos apontamentos em cada leitura. Este processo permite o amadurecimento das ideias em relação ao quadro teórico. O exercício de escrita faz parte do processo em uma análise fenomenológica interpretativa
4	Procura de padrões, tensões, especificidades e conexões entre os temas e teorias por meio de um olhar integrador/holístico	Aqui, o objetivo é que a verificação de possíveis relações entre estes aspectos possa ajudar no entendimento das experiências dos entrevistados. Trata-se de um processo de interação exaustivo entre o texto e o investigador, mas que não deve descurar um olhar amplo, crítico e sensível

Tabela 4: Quatro passos da análise interpretativa fenomenológica

Durante as entrevistas, os diversos momentos de interação entre a investigadora e os dinamizadores foram fundamentais para que estas se revestissem de um maior grau de naturalidade, ou conforto sobre os temas e a exposição de ideias, bem como ter um certo nível de comprometimento do entrevistado com o momento de reflexão e/ou interação. Este contexto favorável para a realização das entrevistas é um aspecto recomendado por Lester (1999, p. 5) que, quando não é alcançado, pode gerar dificuldades na construção de abordagens fenomenológicas, nomeadamente a análise das vozes sobre as experiências dos sujeitos sociais.

5.5 Questões éticas

Os cuidados éticos no processo etnográfico não dizem respeito apenas a não colocar em risco a vida dos sujeitos estudados. É preciso pensar e planejar o processo por forma a não impor o nosso etnocentrismo, e estar munido de competências profissionais que garantam a fidelidade na descrição e interpretação sobre a comunidade, evitando possíveis colonialismos e a exposição excessiva da vida pessoal dos sujeitos. Procura-se, sobretudo, contribuir de alguma forma com a comunidade estudada (Hymes, 2004).

No caso desta investigação, a introdução no campo ocorreu de forma transparente, pois, desde o início, foi referido o objetivo de realizar a investigação através da iniciativa AeT. A entrada ao campo foi cuidadosa e gradual, no sentido de não utilizar ferramentas de registro de dados mais invasivos como câmeras de áudio, de vídeo e de fotografia. Procurámos participar das atividades e dos diálogos de uma forma fluida. Os registros em diários de campo foram realizados através

de anotações em papel que, em alguns casos, serviram também para construir um relatório do evento, a pedido do próprio grupo, publicado na principal rede social da iniciativa. Com o tempo foi possível realizar fotografias, partilhadas apenas na rede social do grupo (formato com restrição de acesso) e que, no caso do núcleo Famílias em Transição, respeitavam a escolha de cada mãe ou pai sobre a exposição das imagens dos filhos. Somente numa fase mais aprofundada do processo etnográfico é que foram realizadas as entrevistas semiestruturadas. Deste modo, sentimos que a entrada no campo decorreu de forma respeitosa, abrindo espaço para o diálogo natural e ajudando a preparar uma próxima fase mais consistente e com base em relações interpessoais mais sólidas e de confiança.

Estudo empírico

Capítulo 6 – O discurso do Movimento de Transição: posicionamento político, transição interna e transição externa

Neste capítulo procuramos analisar o discurso do Movimento de Transição (MT) a partir da identificação e discussão de suas principais características. Com isso, seria possível formar uma base de apoio para o desenvolvimento dos demais capítulos do estudo empírico que se referem à iniciativa Aveiro em Transição, alvo da nossa abordagem etnográfica. Através de um método indutivo, com base na interpretação de informações sobre o MT, como a plataforma Transition Network e algumas publicações, inferimos que 3 temas são cruciais para a construção de uma visão global. São eles: o posicionamento político, a transição interna e a transição externa. A partir destes temas, realizamos uma análise temática do discurso do MT disponível na sua plataforma de comunicação Transition Network⁵¹ (TN) e de algumas de suas publicações, especialmente *Transition in action – Totnes and disctrict 2030* (Hodgson & Hopkins, 2010), *The transition companion: making your community more resilient in uncertain times* (Hopkins, 2011), *The transition handbook: from oil dependency to local resilience* (Hopkins, 2008), *The power of just doing stuff* (Hopkins, 2013) e *Who we are and what we do* (Hopkins & Lipman, 2009). Existem outras publicações que refletem o discurso do MT como o capítulo *What can communities do?*, escrito por Rob Hopkins, para o livro *The Post Carbon Reader* editado por Heinberg e Lerch (2010). Este capítulo traz conteúdos como o conceito de transição, a identificação de iniciativas locais no mapa mundial, entre outros aspectos que podem ser encontrados também na TN e nas publicações que escolhemos para analisar neste capítulo. O mesmo acontece com *Localisation and resilience at the local level: the case of transition town Totnes*, a tese de Doutorado de Rob Hopkins que traz essencialmente a perspectiva da investigação do autor através da iniciativa local da cidade de Totnes, além de coincidir também com conteúdos das publicações escolhidas no escopo deste capítulo. Sendo assim, optamos por analisar conteúdos da TN e das publicações acima mencionadas porque consideramos que, no conjunto, estas fontes constituem um corpo abrangente e adequado para a análise do discurso do movimento. São conteúdos que passam tanto por questões centrais e gerais como a transição externa, a resiliência, o localismo, quanto pelas características específicas do processo de transição interna e os seus mecanismos de desenvolvimento como a celebração, as questões espirituais, entre outros aspectos. Desse modo, tivemos acesso a uma gama ampla de

⁵¹ Retirado de <https://transitionnetwork.org>

conteúdos, o que nos possibilitou transitar de forma segura durante a análise dos temas, percebendo, por exemplo, possíveis coincidências, de forma a poder evitar redundâncias no discurso durante a análise.

Para a discussão sobre o discurso do MT, convocamos investigações que tem o MT como objeto de estudo, assim como as obras que compõem o nosso quadro teórico geral. A discussão foi enriquecida com o conhecimento adquirido pela abordagem etnográfica realizada para este estudo empírico, através da iniciativa local Aveiro em Transição. No entanto, como a iniciativa Aveiro em Transição será abordada especificamente no capítulo 7, aqui, no capítulo 6, os reflexos da abordagem etnográfica são sentidos, especialmente, através de observações sobre situações onde tive contato com outras iniciativas de Transição portuguesas. Foi o caso dos encontros “Convergência de Permacultura - Portugal em Transição”, em 2014, e da conferência “Porto: uma cidade em Transição”, em 2015.

Através da análise desses temas centrais, foi possível ilustrar como o MT se caracteriza e quais os seus principais modelos de ações. Após a análise de cada tema e subtemas, seguiu-se uma discussão que possibilitou desenvolver questões específicas propulsoras da relação entre a atuação do MT, a subjetividade implicada pela participação e a visão sobre ambiente e sustentabilidade. Este capítulo fornece uma base fundadora para o desenvolvimento dos demais capítulos deste estudo empírico.

6.1 Tema 1: posicionamento político

O primeiro tema, o posicionamento político, está ligado às formas de atuação do MT através de ferramentas ou modelos que sustentam a sua ação em direção aos objetivos a que se propõem. Neste sentido, pelo discurso do MT, entende-se que a ideia de resiliência e o modelo de atuação baseado na localização constituem as duas bases para a sua performance política e social, enquanto movimento social. Esta ideia de performance é referente à produção de cultura⁵² dos agentes ou dos sujeitos sociais (Sewell Jr., 2005) e à oportunidade de desenvolverem a agência, mesmo sob a influência das relações de poder, discursos hegemônicos e estruturas sociais (Giddens, 1989; Sewell Jr., 1992).

O discurso do MT refere que “o modo de ação da Transição é propositadamente moldado para distinguir o movimento do ambientalismo convencional mais conflituoso” (Hopkins, 2008, p. 135). Sendo assim, as ações demonstram a ênfase na construção de visões positivas sobre os

⁵² Poderá ser útil relembrar a definição de cultura em que esta investigação se apoia, que consta na introdução.

cenários futuros, o que é visto pelo movimento como uma estratégia para imaginar e planejar o lugar em que se quer chegar e os resultados que se desejam alcançar (Hopkins, 2011). Os subtemas abaixo (a e b), ajudam a formar uma visão global sobre a forma de atuar do MT.

a) Resiliência

Para Hopkins e Lipman (2009, p. 6), a resiliência é entendida como a capacidade de um sistema de reagir quando sofre alguma perturbação e de reorganizar-se enquanto está a passar por uma mudança, de forma que permaneça com sua mesma função, estrutura, identidade e reações. Quando se refere à Transição, verifica-se que o conceito é aplicado às comunidades e suas capacidades de serem resistentes a conflitos, desafios e problemáticas locais e globais.

Hopkins refere que um dos principais princípios do movimento consiste na construção da resiliência. Este princípio propõe a capacitação de grupos, empresas e comunidades para lidar o melhor possível com a mudança e o conflito. A construção desta resistência atua em setores diversos da sociedade, tais como a economia, alimentação e energia, atuando de forma local e nacional, através de uma perspectiva global e/ou internacional (Hopkins, 2011, pp. 77). A resiliência comunitária é a habilidade para resistir a choques externos e ao estresse, de modo que uma determinada comunidade possa manter uma base de recursos acessíveis, uma gama dinâmica de meios de subsistência viáveis e articulações com instituições já sensibilizadas às causas ambientais, sociais e econômicas defendidas pelo movimento (Hopkins, 2011, p. 44). Para tanto, é necessário que as comunidades e as sociedades consigam trabalhar através da auto-organização, da gestão de recursos, da tomada de decisões promotoras da sustentabilidade e da capacidade de adaptação e aprendizagem (Hopkins, 2011, p. 45). Segundo o autor, o discurso do MT refere também que as habilidades requeridas nesse processo de construção de resiliência comunitária exprimem um senso de flexibilidade e, por isso, possivelmente não sejam ensinadas, de uma forma específica, em escolas mais convencionais. Todo esse processo ocorre através de um projeto e visão sobre o coletivo.

Hopkins refere ainda que, “de um modo ou de outro, todos nós experienciamos a resiliência” (2011, p. 44). Em situações de calamidade e crise, há pessoas que, num primeiro momento, sentem-se bloqueadas, como se o tempo as tivesse paralisado mas, no momento seguinte, conseguem reagir. Há outras pessoas que se adaptam rapidamente às novas circunstâncias e veem o desafio como uma oportunidade (Hopkins, 2011, p. 44). O autor diz ainda que a resiliência não é um conceito novo e abstrato, pois todas as pessoas a podem sentir.

b) Localismo ou localização

Localismo é um termo amplamente utilizado pelo governo do Reino Unido para descrever a transferência de poder político para os governos e as comunidades locais, na medida em que torna mais reduzida a abrangência do governo central (Hopkins, 2011, p. 51). A localização constitui-se como algo diferente: é um reajuste abrangente e de maior alcance do foco econômico, do global para o local, uma reconstrução local da economia que vai ao encontro das necessidades das comunidades (Hopkins, 2011, p. 51). No discurso do MT, é mais recorrente a utilização no sentido da localização.

A localização foi considerada por Colin McInnes uma forma de agir para o interesse pessoal, uma forma de autossuficiência da comunidade (Hopkins, 2011, p. 46). O autor cita Peter North para argumentar que esta não é uma discussão sobre escolhas ao nível da coletividade, mas sim sobre necessidades. A volatilidade dos preços do petróleo e a necessidade urgente de reduzir as emissões de gases significam que estamos a entrar rapidamente num mundo em que o transporte se torna novamente significativo em termos de custos, recursos e emissões. Atualmente, os bens muito baratos, produzidos nas redes globalizadas de produção, ficarão ou permanecerão mais caros (Hopkins, 2011, p. 47). Hopkins reitera dizendo que

a localização não é algo que escolhemos. É uma mudança inevitável de direção a medida que passamos pelo pico do petróleo, pois é necessário tratar a questão climática com a urgência e a resposta prática que ela exige. O Dr. David Fleming colocou isso lindamente quando escreveu: "a localização está, na melhor das hipóteses, nos limites da possibilidade prática, mas tem o argumento decisivo a seu favor de que não haverá alternativa. (2011, p. 47)

A discussão sobre localização pode variar conforme o contexto e as experiências possibilitadas a partir dela (Hopkins, 2011). Portanto, Hopkins sugere uma reflexão sobre as suas qualidades práticas, de modo a que se possa pensar sobre o que a localização significa e o que não significa. Por exemplo: i) a localização não é um fim para o mercado, mas possibilita que as atividades comerciais internacionais decorram em menor escala e de forma justa para com o ambiente, através da utilização dos índices mais baixos de uso de combustíveis fósseis; ii) a localização não rejeita a medicina moderna e os cuidados com a saúde, nem é contrária ao progresso e à ciência, propõe antes à medicina moderna, por exemplo, o desafio de continuar a fazer o que faz, da melhor forma possível, num contexto de redução do uso de energia; iii) a localização não significa a dominação de terras por algumas famílias e proprietários locais, trata-se de uma forma de justiça social e colaboração que procura novos modelos de acesso à terra;

iv) a localização não significa desenvolver comunidades provincianas, significa antes a constituição de uma rede global de comunidades que localizam suas economias, mas compartilham suas experiências e opiniões. Trata-se de um processo global de construção de resiliência através de uma variedade de configurações (Hopkins, 2011, p. 48).

Podemos perceber que o discurso do MT aborda a localização associada tanto a contextos de produção e consumo de produtos e serviços, quanto ao próprio contexto de organização das iniciativas para procurarem soluções locais para as problemáticas ambientais globais. Para o MT, estas duas formas de atuar através da localização, podem ocorrer através da observação das necessidades, oportunidades e desafios locais e pela articulação com empresas, projetos e associações locais, entre outras formas de interação com a realidade local. É possível identificar a abordagem do movimento através da localização pelos exemplos citados por Hopkins (2011, p. 48) (alguns deles mencionados acima) sobre o que significa agir através da localização.

6.1.1 Discussão

Podemos afirmar que o discurso do MT reflete uma forma de posicionamento político ligado a uma forma de atuar para construir modos de vida comunitários e dotados de práticas cotidianas sustentáveis ambientalmente. Vemos que esta forma de atuar se configura como um posicionamento político no momento em que reage às relações de poder exercidas pelas estruturas sociais, discursos hegemônicos e pelos modelos de vida sugeridos pelo sistema capitalista. No caso do MT, os discursos de poder e as estruturas estão ligadas principalmente às ações das instituições políticas (locais, regionais, nacionais) e às grandes empresas e indústrias que definem os meios de produção e consumo de produtos e serviços. Esta investigação entende que o posicionamento político do MT pode ser percebido também através de um exercício de performance social e política individual ou agência que, segundo Sewell Jr. (1992), constitui uma possibilidade para o sujeito apesar da influência exercida pelo poder das estruturas e discursos. Conforme mencionamos na introdução e em outras partes da investigação, essa performance está ligada a uma definição de cultura que considera o processo performativo do agente social. Neste sentido, a performance dos sujeitos sociais atua num domínio de sentido que é constantemente produzido e reproduzido (Sewell Jr., 2005). Acreditamos que através desse processo performativo seja possível o desenvolvimento da consciência ambiental e solidária, tão desejada e percebida pelo discurso do MT. O MT propõe-se a atuar ao nível de uma performance voltada à construção de formas de mudança ao nível

individual e coletivo, o que ocorre através do desenvolvimento comunitário e do estímulo a uma visão integradora/holística entre sujeito social, ambiente e comunidade (Hopkins, 2008). Através de Campos e Zapata (2017), podemos verificar que o MT se enquadra no âmbito de iniciativas sociais lideradas por cidadãos com o intuito de promover a sustentabilidade e a mudança social. Apesar deste tipo de iniciativa propor-se a resolver demandas amplas que, por sua natureza, podem gerar resultados inconsistentes e uma fraca consciência política no quesito das problemáticas ambientais, elas cumprem o papel de desafiar valores dominantes (Campos & Zapata, 2017). Os autores referem ainda que isto não acontece através de um confronto direto dessas iniciativas com instituições políticas, sociais, associações ou empresas locais, por exemplo, mas através da mudança de práticas culturais e econômicas. É possível inferir que, neste sentido, pode haver a construção de discursos e também o diálogo das iniciativas com esse âmbito institucional, como podemos verificar no capítulo 7 desta investigação a propósito, por exemplo, da atuação do grupo Ciclaveiro da iniciativa Aveiro em Transição.

No contexto de posicionamento como movimento social contemporâneo (MSC), o MT reflete algumas características dos movimentos sociais contemporâneos como a subjetividade e a criatividade. Isto pode ser evidenciado pela ideia de que os fatores pessoais constituem fatores políticos, pois exaltam a dimensão cultural da ação humana (Melucci, 1995). Ou seja, as práticas culturais, no sentido das atividades criativas e, portanto reflexivas, orientam os discursos e os modos de ação dos movimentos sociais.

Uma forma de ilustrar essas atividades criativas do MT é pensar sobre a resiliência comunitária como um aspecto que contribui para o desenvolvimento de um novo modelo de governança, questão abordada por Barr e Devine-Wright (2012). Ao propor um caráter flexível e alternativo de visão sobre um projeto coletivo, o MT pode ser explorado como um novo modelo de governança como já referiram Aiken (2015), Bhattacharya (2012) e Connors e MacDonald (2010). Poderá também ser considerado como um novo modelo de governança no momento em que os processos de transição interna se relacionam a uma transformação para uma forma mais resiliente ou flexível de governança e tomada de decisões (Barr & Devine-Wright, 2012). Posto isto, entende-se que o processo de transição interna pode ter o papel de fortalecer ou embasar as ações para atingir a transição externa, pois permitem reflexões tanto ao nível pessoal, quanto ao nível social e coletivo. Barr e Devine-Wright (2012) referem que essa relação entre os processos de transição interna e externa se traduzem em mais espaços abertos para ideias e colaborações dos sujeitos sociais, numa forma de desenvolver a consciência ambiental e buscar

consenso nas ações realizadas pelas comunidades. É neste sentido que surge uma nova abordagem política, com a criação de novas maneiras de governança baseadas na visão dos sujeitos sociais (Della Porta, 2009b). Este tipo de abordagem pode configurar uma oportunidade de performance social e política (Sewell, 1992, 2005) do sujeito social no sentido de incentivar a localização e a resiliência das comunidades. Segundo De Vargas Ortiz, o MT possui um caráter de autenticidade na medida em que propõe um modo de vida alternativo, em que se repensa o estilo de vida estereotipado do mundo ocidental, para que isso não enfraqueça o processo de desenvolvimento social e comunitário. Valorizam-se características contextuais, especialmente socioculturais e ambientais, para criar esses novos modelos de desenvolvimento que priorizam as possibilidades de estilos de vida mais sustentáveis (2011, pp. 1-2). Esta seria uma maneira de expressar uma forma de resistência aos modos de vida predominantes das estruturas sociais e do sistema capitalista.

Esta forma de atuar do MT pode ser também uma oportunidade para diminuir o distanciamento entre o Estado e os cidadãos, ao proporcionar uma reflexão sobre direitos e deveres, indo de encontro a um exercício mais equilibrado da cidadania, tal como nos propõe Tilly (1995). Esta discussão sobre o conceito de cidadania estimula a reflexão sobre um conceito de identidade que se propõe a conectar indivíduos e grupos, não se restringindo, assim, aos possíveis pensamentos mais individualistas ou particulares (Goodwin, Jasper & Polletta, 2009). Emergem aqui novas oportunidades de performance social e política e, conseqüentemente, processos significativos para a formação das identidades culturais. Uma nova proposta de performance ou agência, tanto pode ser uma oportunidade de resistência às estruturas e padrões dominantes, como pode ser, de igual forma, um caminho viável para o desenvolvimento da componente criativa que caracteriza os MSC (Johnston & Klandermans, 1995). Isto porque, a abordagem performativa da cultura permite processos de crescimento e criatividade que são adaptados no contexto dos MSC (Johnston & Klandermans, 1995, p. 13).

Pode ser difícil pensar nesta performance relacionada com a cidadania quando nem todos os cidadãos têm assegurados os seus direitos básicos. Entre esses direitos, destacamos a autonomia perante as condições de vida e escolhas referentes à alimentação, moradia, educação dos filhos, qualidade do meio ambiental, entre outros. Em muitos casos, estes dependem das práticas e das relações de poder referentes às instituições sociais, políticas e econômicas e, no caso do ambiente depende, para além disso, do nível de consciência dos sujeitos sociais e dos seus tipos de práticas culturais. Dentro de sua proposta geral, pode-se

dizer que o MT procura contemplar esses direitos na medida em que defende a prevalência da produção e consumo de alimentos locais, não só como benéfico para a saúde e nutrição humanas, mas também como papel político e de fortalecimento da economia local (Hodgson & Hopkins, 2010). Posto isto, é possível entender que o papel político referido pelo discurso do MT incide na criação de consciência ambiental, bem como no estímulo às práticas sustentáveis, e na participação da comunidade no debate público sobre modos de vida dominantes. Portanto, a proposta central do MT está embasada na construção de comunidades mais sustentáveis ambientalmente e mais solidárias, no que refere a uma visão sobre o bem-estar coletivo.

No entanto, o posicionamento político do MT pode ser interpretado de forma ambígua quando pensamos em cidadania. Por um lado, o posicionamento não diretamente confrontativo do MT em relação às instituições políticas pode ser visto como uma forma de se isentar da reivindicação às soluções que devem ser propostas por essas instituições às questões ambientais. Por outro lado, o posicionamento do MT de criar modelos locais de intervenção em relação às questões ambientais pode ser visto como uma forma de propor uma intervenção conjunta entre Estado e participação dos cidadãos. Isto seria importante já que o distanciamento entre o poder do Estado e a esfera pública (Leher, 2000) pode também enfraquecer a ideia de empoderamento, por assentar numa definição restrita sobre público, em que a participação das pessoas é vista apenas como uma forma de protesto e não como geradora de soluções (Toro & Werneck, 1997). Assim, é possível inferir que se existe uma utilização pública, sustentada por uma interrelação social e ambiental, a busca por soluções e modos de governança pode ser uma função comum e adaptada ao alcance dos sujeitos sociais e das instituições políticas.

Ainda sobre a criatividade como marca dos MSC (Alexander, 1998), identificamos propostas de envolvimento criativo em alguns momentos do discurso do MT. A própria ideia de resiliência, que é central para o movimento (Hopkins, 2011), suscita soluções criativas mais diretamente verificadas na busca pela construção de autonomia face ao uso de combustíveis fósseis, pela consequente criação de fontes alternativas de energia e, de uma forma geral, pelo desenvolvimento de um novo modelo voltado para a sustentabilidade ambiental, a solidariedade e o desenvolvimento comunitário (Hopkins, 2008). O MT refere que este novo modelo está ligado à aprendizagem através da criação de competências, da partilha, da interação em rede conjugada à auto-organização das comunidades e da tentativa de criar processos de decisão adaptados aos grupos e baseados na diversidade, na inclusão e democracia (Hopkins, 2008, 2011). Este processo de aprendizagem é caracterizado como uma oportunidade de aprender

igualmente a partir de falhas e sucessos (Hopkins, 2011). O discurso do MT apresenta um ponto de vista propositivo que confirma esta forma característica de ação dos MSC, uma forma de adaptação dos fatores subjetivos (Alexander, 1998; Melucci, 1989) que estimula a reflexividade e a criatividade dos processos de agência dos sujeitos cívicos (Dalhgren, 2013). Este envolvimento criativo pode ser ilustrado também pela ideia de que “explorar uma abordagem pró-ativa é um poder que está nas mãos das pessoas” (Hopkins, 2013, p. 68-69).

Assim, o MT pode ter o papel de propor práticas alternativas para a vida social, especialmente no âmbito comunitário, no sentido referido por Giddens (1990) e Johnston e Klandermans (1995), em que há uma remodelação de valores, crenças, significados, a criação de rotinas e institucionalizações ligadas aos objetivos do movimento social. No entanto, as novas abordagens propostas pelo MT podem também ser colocadas como ambiciosas ou excessivamente positivas e idealistas, como se pode confirmar nestas declarações: “a ação local pode mudar o mundo” (Hopkins, 2013, p. 11), “resiliência local como desenvolvimento econômico” (Hopkins, 2013, p. 27), “você pode juntar-se com algumas pessoas e enxergar os problemas ambientais como uma oportunidade de mudar o futuro do lugar em que vive” (Hopkins, 2013, p. 45). Sobre a necessidade de agir, Hopkins afirma ainda que

se aguardarmos os governos, será muito pouco, muito tarde. Se agirmos como indivíduos, será muito pouco. Mas, se agirmos como comunidades, talvez seja suficiente, apenas com o tempo. Por si só, as comunidades não podem mudar o mundo - isso exige mudanças globais, nacionais, regionais, comunitárias, de negócios, de vizinhança e de nível pessoal. No entanto, minha experiência é que este terreno intermediário, o pouco entre as pequenas coisas que podemos fazer como indivíduos e o que esperamos que nossos governos e instituições façam, é absolutamente vital – pode ser a parte que falta, se você preferir pensar assim. O envolvimento da comunidade, as novas empresas, as oportunidades internas de investimento, a partilha de habilidades, o potencial das comunidades são bens, recursos que podem criar vantagens e melhorias às causas ambientais. (2013, p. 45)

Percebe-se que, apesar de Hopkins ter consciência da extensão das problemáticas ambientais envolvidas na proposta geral do MT, o discurso proferido mantém-se positivo e não confrontativo, o que pode ter contribuído para fortalecer as críticas feitas ao movimento sobre a sua falta de articulação política. Com base em observações realizadas em alguns eventos ou atividades que tinham o MT como parâmetro para a discussão de temas socioambientais, é possível destacar que a ideia de politização, no sentido de consolidação de parcerias institucionais ou de apoio

político, não é consensual entre os participantes das iniciativas locais. Há quem não considere fundamental o interesse nas articulações com o poder público. Esses participantes caracterizam-se geralmente pela vivência de um processo de transição, considerado pelos participantes como mais evoluído em termos de autonomia. Percebe-se pelas falas de alguns participantes que existe um grau de importância dada às práticas sustentáveis realizadas no cotidiano. Isto parece conferir autonomia e segurança a esses participantes. Pode-se inferir que os participantes menos preocupados com a articulação política, valorizam mais o processo de transição interior e acreditam que a transição externa poderá ocorrer independente do nível de articulação política. Podemos ver exemplos de participantes com esta visão na análise das entrevistas aos dinamizadores da Aveiro em Transição, no capítulo 8 desta investigação.

Numa outra perspectiva, há quem considere a construção de hábitos sustentáveis individuais como parte de uma intervenção política. Este é um ponto indicativo de que a visão sobre o político não é mais fechada e homogênea, uma questão já assinalada no capítulo 1, que aparece em Laclau (1983). Podemos pensar que o *slogan* do movimento feminista, “o fator pessoal é fator político” (citado em Laclau, 1983) se adequa à proposta do MT e dos MSC, já que a dimensão política está presente ao longo de toda a prática social, podendo até constituir-se como um fator ativo na construção da identidade dos sujeitos sociais (Laclau, 1983). Entendemos, por isso, que o MT se encaixa na ideia de que os MSC se diferenciam pela capacidade de construção de novas formas de oposição, construção de identidade pessoal e coletiva e pela visão pragmática sobre a formação e atuação de uma nova sociedade civil não centrada no poder do Estado (Leher, 2000).

Percebe-se que o MT é questionado sobre a sua ação não confrontativa, o seu baixo processo de institucionalização (criação de associações formais) e a sua opção pela localização de gestão e economia muito porque não existem garantias de que, através do movimento, seja construída uma efetiva representação política em termos de resultados sobre as questões ambientais. Sendo assim, o posicionamento político do MT reflete-se no desafio de construir, com um esforço quase de tradução, um discurso que procure comunicar a complexidade que existe entre as questões ambientais, políticas, sociais, culturais e econômicas. A construção desse discurso envolve temas referentes a processos racionais e subjetivos, ilustrados respectivamente pelos processos de transição externa e interna. Há ainda o objetivo de conciliar as necessidades pessoais e comunitárias, o que pode constituir um desafio para o trabalho de posicionamento político das iniciativas de Transição. Segundo Felicetti (2014), ao não gerir um conflito, o MT

trabalha ao nível de uma realocização do potencial de ação, no sentido de que a ação deve ser construída socialmente. A Transição caracteriza-se por traços culturais (modos de vida e performance social e política) e preocupações com o bem-estar de indivíduos e comunidades que são particularmente importantes para os MSC conforme referiu Melucci (1989, 1995).

A marca da subjetividade como característica dos MSC pode ser pensada através do tema posicionamento político na medida em que o MT responsabiliza os indivíduos da comunidade e os convoca a interagirem com as suas comunidades para o desenvolvimento do processo de transição externa. Por consequência, a transição interna é vista pelo MT como um processo que possibilita a transição externa. Ou seja, possibilita as mudanças que se deseja implementar sobre as problemáticas ambientais e os modos de vida. O desenvolvimento da transição interna pressupõe um processo pessoal de consciência, conhecimento, empoderamento e equilíbrio entre pensamento subjetivo e racional através da Transição⁵³. Se por um lado, o MT parece configurar-se como um contexto de abertura aos fatores subjetivos e à discussão de novas formas de performance política da comunidade, por outro lado, no sentido de uma efetiva representação pública na discussão e ação sobre as questões ambientais, o MT pode ser contestado. Alguns estudos argumentam a necessidade da construção de um discurso crítico sobre temas como democracia, poder, inclusão e qualidade ambiental, entre outros (ver por exemplo, Fernandes-Jesus et al., 2017; Alloun & Alexander, 2014).

Connors e MacDonald (2011) afirmam que o MT reúne características do desenvolvimento comunitário e dos movimentos sociais, mas que se diferencia destes pelo seu caráter despolitizado. Sobre isso, Kenis e Mathijs (2014) explicam que as críticas sobre a despolitização não atingem apenas os movimentos com foco em soluções e modelos alternativos de vida em comunidade como o MT. Outros movimentos ambientais, voltados ao ambientalismo tradicional, são criticados por não conseguirem realizar debates consistentes sobre os tipos de transformações necessárias para combater, por exemplo, as alterações climáticas. Ao contrário dos movimentos de abordagem alternativa, os movimentos mais tradicionais fixam-se no desenvolvimento de técnicas como a captura e armazenamento de combustíveis e abordagens individualizadas como o consumo sustentável (Kenis & Mathijs, 2014). De uma forma geral, os discursos dos movimentos ambientais, ou que têm como foco o contexto ambiental, são vistos como projetos despolitizados e que, de acordo com o estudo de Kenis e Mathijs (2014), não são apenas um obstáculo potencial para enfrentar efetivamente os desafios existentes, dificultam

⁵³ Informação retirada do website da Transition Network, disponível em: <https://transitionnetwork.org/about-the-movement/what-is-transition/inner/>

também o tão necessário debate democrático. No sentido desta discussão, é importante esclarecer sobre o que se referem os autores quando abordam o tema da despolitização ou caráter apolítico de alguns movimentos ambientais, incluindo o MT.

A política, em geral, refere-se à esfera social específica composta por instituições como o parlamento e o governo. O político, em contraste, é mais amplo e mais específico ao mesmo tempo: refere-se a uma ordem de representações (ou discursos) através da qual a sociedade produz significados. Esses discursos podem ser manifestações vindas de fora da esfera da própria política. Mais precisamente, o político é aquela ordem de discursos que reconhece a existência de poder, conflito, divisão e contingência na sociedade. (Kenis & Mathijs, 2014, pp. 173-174)

A respeito da despolitização, especialmente em relação ao MT, existe um debate pormenorizado que identifica a ausência do caráter político⁵⁴, ou seja, a falta de consistência no teor crítico dos discursos e das ações, especialmente por parte da sociedade, conforme referido por Kenis e Mathijs (2014). Esse debate envolve, por exemplo, aspectos ligados à opção de alguns movimentos ambientais, como o MT, pelo modelo de localização. Para Kenis e Mathijs (2014), a defesa do MT em relação à produção local de alimentos, alegando a diminuição da poluição, dos custos de energia associados ao transporte global, e o argumento de que os processos de produção da alimentação biológica são mais sustentáveis, podem ser parcialmente refutados. Entre os argumentos sobre a contribuição relativa do modelo de localização estão, por exemplo: na mesma medida em que a localização pode gerar benefícios socioeconômicos, pode também originar perdas econômicas (ver por exemplo Born & Purcell, 2006); os contextos e as condições de produção e de armazenamento dos alimentos podem variar muito conforme o lugar; não há também garantia de que, através da aproximação entre produtores e consumidores locais, seja possível gerar benefícios amplos, para além do bem-estar pontual dos envolvidos. Portanto, estes processos locais, referentes ou não à produção e consumo de alimentos, não garantem a equidade social, a qualidade ambiental, a sustentabilidade (Kenis e Mathijs, 2014), entre outros aspectos importantes para uma discussão aprofundada sobre as questões ambientais.

Assim, é possível constatar que a forma do MT de lidar politicamente com as questões ambientais suscita vários questionamentos no que corresponde ao escopo de estudos específicos sobre questões ambientais urgentes como são as alterações climáticas e o pico do

⁵⁴ O tema da despolitização ou pós-política pode ser aprofundado através do trabalho teórico de Rancière (1999), Mouffe (2005) e, especificamente, sobre a despolitização em relação aos movimentos ambientais ver o estudo de Kenis e Lievens (2014).

petróleo. Algumas das discussões sobre o caráter político de movimentos ambientais referem-se sobre a necessidade da ideia de conflito ser visível e suficientemente representada, sob pena desses movimentos ameaçarem a democracia através de processos ou pequenas ações destinadas a poucos e com pouco potencial para a institucionalização e o debate público (Mouffe, 2005). A tendência desses mesmos movimentos ambientais visarem o consenso pode ser vista, por exemplo, pela perspectiva referida por Rancière (1999), de que os MSC podem ficar restritos a realidades imaginadas dentro de um contexto específico, o que novamente pode não dar origem a ações democráticas.

No que nos propomos com esta investigação, claramente não faz parte dos nossos objetivos o debate aprofundado sobre a contribuição do MT para o fortalecimento do teor político, no sentido da representação social face a estas questões ambientais. Como este capítulo tem o objetivo de analisar as principais características do MT, de modo a fornecer uma base de conhecimento para as posteriores análises sobre Aveiro em Transição, especialmente sobre práticas de resistência a modos de vida predominantes, a questão do posicionamento político foi abordada pela motivação do participante da Transição para exercer a agência ou performance política e social. Esta agência ou performance está ligada à motivação gerada pela participação no movimento e à reflexão e conhecimento sobre as questões ambientais e autoconhecimento para os dinamizadores do movimento. Neste sentido, as possibilidades de exercício equilibrado da cidadania, conforme proposto por Tilly (1995), podem também ser refletidas a partir deste conhecimento e autoconhecimento. Assim, quando identificamos que no discurso do MT, a resiliência e a localização são tratadas como estratégias ou modos para criar um modelo de ação, podemos ser levados a pensar que este exercício criativo e subjetivo envolve os processos de transição interior e transição exterior. A subjetividade, neste contexto, é marcada pelas experiências no entorno comunitário o que, na conjuntura das iniciativas locais, envolve o reconhecimento de necessidades e desafios para os cidadãos em relação à interação e bem-estar no espaço local. A apreciação do contexto local ocorre segundo a visão e interpretação dos próprios cidadãos, numa semelhança com o processo de desenvolvimento sustentável comunitário referido por Fien e Tilbury (2002). A interpretação da comunidade sobre os desafios e as necessidades do seu entorno ambiental pode ser entendida como a busca por um novo modelo de ação e constitui uma forma possível de desenvolvimento da performance política e social, no sentido da possibilidade da agência humana no âmbito da resistência aos modos de vida predominantes na contemporaneidade. Essa atitude propositiva dos sujeitos participantes

da Transição pode não ser confrontativa o suficiente na representação de um discurso de conflito direto com o Estado mas, por outro lado, pode causar mudanças nas práticas culturais e econômicas (Campos & Zapata, 2017) e o efeito de ação colaborativa entre a esfera pública e o Estado, o que é benéfico para o exercício da cidadania da maneira referida por Leher (2000) e Toro e Werneck (1997).

Sobre a proposta de construção de resiliência comunitária, é possível perceber no discurso do movimento, que não está apenas relacionada com a capacidade de se adaptar e de enfrentar as problemáticas ambientais. O MT demonstra estar preocupado em atuar através de diferentes perspectivas, o que está subentendido na sua abordagem às questões ambientais, através da proposta de modelos psicológicos e sociais (Hodgson & Hopkins, 2010). Isto acontece, por exemplo, no modelo de construção de visões positivas sobre cenários futuros. Pode confirmar-se a flexibilização da ideia de resiliência do MT nas próximas secções deste capítulo.

É possível pensar que se a resiliência, na área da psicologia, num primeiro momento foi considerada como uma capacidade de resistir a experiências traumáticas (Anthony & Cohler, 1987), contendo em si um sentido menos ativo diante do problema, com o avanço dos estudos adquiriu um carácter de superação e de crescimento das pessoas a partir dos desafios (ver por exemplo, McCubbin, Thompson & McCubbin, 1996 e Walsh, 1996, 1998). Na perspectiva do MT, como está associada a uma capacidade da comunidade, demonstra contar com uma ação de resistência pela defesa das necessidades básicas de motivação e bem-estar das pessoas, o que é uma preocupação refletida no discurso de Hopkins (2011, p. 69). Ao pensar na resiliência no sentido de um ato de resistência face a questões pessoais e comunitárias, pode-se pensar na configuração de uma micro resistência, conforme foi assinalado por Foucault (2012) sobre as ações de resistência presentes no cotidiano. Portanto, a resistência situa-se num contexto de desenvolvimento de um projeto político do sujeito social, tal como foi referido por Baptista (2016). Assim sendo, o mesmo contexto político que promove a resistência do MT aos modos de vida predominantes, perpassa o conceito de ócio na forma contemporânea proposta pelas reflexões de Zabala Inchaurreaga (2012) e Baptista (2016). As autoras destacam a adaptação do conceito de ócio aos estilos de vida contemporâneos e aos respectivos projetos políticos dos quais os sujeitos sociais se propõem a participar. Como vimos no capítulo 4, o conceito de ócio proposto por Zabala Inchaurreaga (2012), tem um carácter mais contextual, já que faz a distinção entre ócio forte e ócio débil, com base num critério de classificação ética que respeita o contexto e a cultura dos sujeitos que vivem o ócio. Isto quer dizer que, no âmbito das manifestações

políticas vividas pelos sujeitos, é possível considerar um processo emancipatório em relação a um estilo de vida alternativo, o que conduz ao ócio débil, devido sua natureza de não-violência, de liberdade e de menor consumo. Baptista (2016) explica que a ideia de não-violência se refere a uma liberdade que inspira doses de subversão, o que pode ser entendido pela crença na construção de novas perspectivas de modos de vida. Este é o ponto que diferencia o ócio débil do ócio forte. Por sua vez, o ócio forte restringe-se ao consumo e ao racionalismo. Por isso, pode denotar a ideia de violência no sentido de uma falta de sensibilização e respeito à subjetividade humana no que se refere à criação de reflexão e consciência sobre modos de vida. Ambos tipos de ócio passam pelas vertentes da imaginação, vivência lúdica e criativa, liberdade e autotelismo (as práticas não se determinam por fatores externos) (Baptista, 2016, pp. 22-29). Do entendimento desta dimensão política e filosófica do ócio (Baptista, 2016), pode-se aferir que os projetos políticos com os quais as pessoas se envolvem, independente do movimento a que aderem, podem condicionar as características do estilo de vida e os tipos de experiências vividas. No que se percebe sobre os contextos em que se desenvolvem as iniciativas de Transição, o ócio forte tende a ser evitado, especificamente no que leva às práticas não conscientes de consumo. Todavia, há racionalismos menos emancipatórios que podem levar à realização de práticas e de construção de experiências mais limitadas aos modelos econômicos, culturais e sociais sugeridos pelo sistema capitalista. O tema da dualidade ou conflito entre racionalismo e subjetividade será referido no capítulo 8, a propósito da análise das entrevistas aos dinamizadores da Aveiro em Transição.

6.2 Tema 2: transição interna

O segundo tema, a transição interna, refere-se ao modo de consciência e de desenvolvimento, próprio para viver ou fazer a Transição, bem como o modo pelo qual as pessoas iniciam processos pessoais de transição⁵⁵. Este é um conceito que aparece associado à necessidade de equilibrar o coração e a mente, o pensamento subjetivo e o racional. Uma das formas praticadas para atingir esse equilíbrio é cultivar a reflexão e a celebração em todos os processos vividos⁵⁶. A transição que se almeja, traduzida na mudança que se espera acontecer, refere-se a uma ação que tem origem no mundo interior das pessoas. O discurso do movimento defende a

⁵⁵ Informação retirada do *website* da Transition Network, disponível em <https://transitionnetwork.org/about-the-movement/what-is-transition/inner/>

⁵⁶ Informação retirada do *website* da Transition Network, disponível em <https://transitionnetwork.org/about-the-movement/what-is-transition/inner/>

necessidade de uma transição para um mundo mais carinhoso, igualitário, sustentável, resiliente e, nesse sentido, mais feliz e coerente com o que possam desejar e sentir as pessoas⁵⁷.

Na base conceitual de transição interior transmitida pelo MT, percebe-se a sua origem em ferramentas práticas e atividades oriundas das áreas do desenvolvimento pessoal, da psicologia e tradições filosóficas e espirituais (Hopkins, 2011, pp. 141-142). A experiência e o conhecimento do MT sobre a transição interior foi construída a partir de encontros regulares sobre o tema, com a presença de convidados especialistas nas áreas acima citadas, e de *workshops* em que os participantes puderam partilhar dúvidas, opiniões e expor seus sentimentos como medo, angústia e raiva (Hopkins, 2011, p. 141).

Os depoimentos de Hilary Prentice e Sophy Banks, duas das fundadoras e responsáveis pelo setor de transição interior do MT, entre 2006 e 2015, para a plataforma Transition Network, referem sobre como elas assimilam a construção dos processos de transição interior dos grupos dos quais participam e do movimento como um todo. Através desses depoimentos, foi possível perceber que, a nível individual, a percepção humana, em relação ao seu próprio mundo interior, afeta as escolhas em relação ao estilo de vida. A nível de grupo, o grande ganho proporcionado pela transição interior é a descoberta da capacidade de interação e consciência dos papéis que as pessoas são livres para desempenhar. Através da cooperação e do empoderamento coletivo, os grupos podem tornar-se criativos, eficazes e dotados de capacidade para transformar e realimentar as suas próprias práticas. A transição interior caracteriza-se também pelo reconhecimento da relação entre o mundo interior e o exterior, o que se estabelece através da identificação da interdependência das pessoas em relação ao ambiente⁵⁸. Estas contribuições da transição interior refletem-se numa abordagem sistêmica denominada por Sophy Banks como uma cultura humana saudável e apelidada por Looby MacNamara e Jon Young como uma cultura emergencial que reflete a abundância, a gratidão, o cuidado e a conexão como suportes para o processo de mudar e sentir-se mais feliz com menos consumo e bens materiais⁵⁹.

Os temas relacionados com a transição interior são abrangentes e têm uma natureza subjetiva. Os membros da rede Transition Network consideram ser necessário criar recursos para explorar temas como o bem-estar, as necessidades humanas, o apoio, a diferença, a diversidade, o poder e a inclusão, o entendimento sobre as mudanças, a conexão com a natureza, a procura por paz

⁵⁷ Informação retirada do *website* da Transition Network, disponível em <https://transitionnetwork.org/about-the-movement/what-is-transition/inner/>

⁵⁸ Informação retirada do *website* da Transition Network, disponível em <https://transitionnetwork.org/about-the-movement/what-is-transition/inner/>

⁵⁹ Informação retirada do *website* da Transition Network, disponível em <https://transitionnetwork.org/about-the-movement/what-is-transition/inner/>

no meio de um conflito, as questões da espiritualidade, as formas de celebração e de gratidão e o reconhecimento de questões obscuras do inconsciente, entre outros temas.

A partir do entendimento do tema da transição interior, há quatro subtemas que nos ajudam a ilustrar alguns dos seus mecanismos de impulsão e algumas das formas através das quais o MT procura estimular o seu desenvolvimento. São eles: a) celebração, b) dimensão espiritual, c) visão positiva e d) modelo de visão ou projeção do futuro.

a) Celebração

A transição interior pode ser impulsionada por mecanismos tais como a celebração, rede de apoio e reconexão ambiental (Hodgson & Hopkins, 2010). Hopkins (2011) refere que a celebração pode vir acompanhada da avaliação dos resultados e pode fazer uma grande diferença no sucesso das iniciativas locais.

Nós, ativos em transição, e em iniciativas de sustentabilidade da comunidade, temos a tendência de sermos muito pobres ao comemorar o que alcançamos. Muitas vezes sentimos tanta necessidade de agir que raramente fazemos uma pausa para aproveitar tudo. John Croft, um especialista em mudanças lideradas pela comunidade, desenvolveu uma abordagem para o desenvolvimento da comunidade chamada Dragon Dreaming. (Hopkins, 2011, p. 161)

Com base na observação de centenas de projetos, o modelo Dragon Dreaming sinaliza quatro etapas para o projeto de Transição ou outras iniciativas voltadas para a construção de comunidade sustentáveis: i) sonhar ou ter visão sobre futuro, ii) planejar, iii) fazer e iv) celebrar e avaliar (Hopkins, 2011). Sobre a celebração, Hopkins diz que esta

pode ser tão simples como as pessoas da sua iniciativa sair para almoçar juntos ou compartilhar uma refeição durante uma noite. Pode assumir a forma de eventos maiores para celebrar pontos-chave da evolução de sua iniciativa ou um aniversário de seu primeiro evento. Estas coisas podem ser celebradas de maneiras variadas: cantar, dançar, fazer coisas. (...) há uma ampla gama de possibilidades para celebrar de onde você veio, o que você fez e para onde você está indo. Uma das coisas mais fascinantes que vi quando visitei eventos de comemoração de Transição foi o papel que a comida, em particular os bolos, desempenham nas celebrações. (2011, p. 162)

“Costuma-se dizer que a Transição deve ser sentida mais como uma festa do que uma marcha de protesto. É vital que lembremos de comemorar nossos sucessos, honrar e apreciar aqueles que se deram muito de si e de se divertir” (Hodgson & Hopkins, 2010, p. 251).

b) Dimensão espiritual

Quando refere sobre uma determinada dimensão espiritual na Transição, o discurso do MT faz notar que áreas como a física quântica, a teoria de Gaia ou a neurociência já desmistificaram a crença em uma realidade sólida e rígida. Assim, trabalha-se cada vez mais com a evidência da profunda interconexão entre os sistemas de vida na terra (Hodgson & Hopkins, 2010). Sobre a dimensão espiritual no contexto do movimento, Hodgson e Hopkins (2010) referem ainda que

se o ativismo não está fundamentado na espiritualidade, não pode ser sustentado a longo prazo. Há muitos que acreditam que conduzir o tempo de forma intimista, deixando um desenrolar natural ao invés de ficar preso em construções mentais, permite que a sabedoria e o amor floresçam e a cura aconteça. Através deste estado de consciência sustentada, a dor e o entorpecimento de nossa ocupação comum, que alimenta desejos impossíveis de satisfazer, podem ser transformados pela expansão da consciência. Podemos começar a abrir o nosso coração ao sofrimento do mundo à medida que nos comunicamos com ele e permitimos que sejam geradas respostas saudáveis.

Os desafios do pico de petróleo, as mudanças climáticas – a necessidade de decréscimo de consumo energia – poderiam fornecer um catalisador unificador para que possamos abraçar uma nova maneira de ver o futuro – como algo que criamos ao invés de esperarmos. Isso envolverá mudanças na forma como vivemos nossas vidas e as crenças em que nos baseamos. Transformar nossas vidas leva tempo, sentido de propósito, crença, imaginação e coragem e, nesse processo, podemos tornarmo-nos seres humanos mais desenvolvidos, resilientes e mais felizes (Hodgson & Hopkins, 2010, p. 249).

O MT considera a pausa para reflexão como um mecanismo específico, dentro de um conjunto de ferramentas para desenvolver a Transição (Hopkins, 2011). No contexto da dimensão espiritual, este tempo reflexivo pode ir ao encontro do processo de expansão da consciência. Sobre este mecanismo Hopkins diz que

este é apenas um lembrete para você gerenciar seu tempo, não assumir atividades demais e tirar tempo para você, seus amigos e familiares. (...) Pare e reflita sobre como sua vida está indo, se o seu trabalho com a Transição está ajudando você a fazer o que quer fazer. Reflita

em silêncio e depois converse com os mais próximos. Reflita sinceramente sobre como você está equilibrando sua vida pessoal e o seu envolvimento com a Transição.

c) Visão positiva

As iniciativas de Transição estão baseadas na criação de visões claras e práticas de uma comunidade para ajudar na redução ou na perda da dependência face aos combustíveis fósseis. O foco principal está nas possibilidades práticas e oportunidades, em vez de fazer campanha contra os problemas atuais. Criar novas histórias é central para este trabalho de visão (Hopkins, 2011, p. 77). No contexto dos princípios de Transição,

a visão refere-se ao fato de que a abordagem de Transição tem, como um princípio fundamental, a crença de que só podemos avançar em direção a algo se pudermos imaginar o que acontecerá quando chegarmos lá. A visão que temos na nossa mente quando nos propomos a este trabalho irá percorrer um longo caminho para a determinação em direção ao lugar que queremos chegar. Criar uma visão sedutora do resultado desejado é um princípio fundamental do processo de Transição. (Hopkins, 2008, p. 198)

d) Modelo de visão ou projeção do futuro

Sobre o modelo de visão do MT, Hopkins diz que

uma coisa é fazer campanha contra as alterações climáticas e outra é desenhar uma visão convincente e envolvente de um mundo pós-carbono de forma a entusiasmar as outras pessoas a embarcarem em uma viagem a partir disso. Estamos apenas começando a arranhar a superfície do poder de uma visão positiva para um futuro abundante: um futuro com pouco uso de energia, rico em tempo, menos estressante, mais saudável e mais feliz. Ser capaz de associar imagens e ter uma visão clara sobre como seria um futuro sem energia é essencial. (Hopkins, 2008, p. 133)

Hopkins refere que o trabalho de visão funciona no sentido de que, ao criar novos mitos e histórias, começa-se a formular o que seria desejável para um mundo sustentável. Tom Atlee chama isto de “campo de história alternativa”. De forma geral, ele fala do poder gerado a partir da união de ativistas, escritores, criativos e jornalistas no processo de formação de estoques de reflexões ou pensamentos que criam novas histórias para os tempos atuais (Hopkins, 2008, p. 134).

O processo de transição interna está ligado também à criação de visões sobre futuro. Hopkins (2011) afirma que a transição se refere à capacidade de imaginação. É a criação de visões positivas sobre o futuro que diferencia o MT de outros movimentos ambientais. A ferramenta de visão configura uma nova abordagem para ativistas ambientais, pois estimula uma predisposição psicológica para fazer mudanças efetivas e abordar sentimentos de impotência diante de futuros incertos. Planejar cenários e criar uma corrente de difusão entre os cidadãos da comunidade, conforme o discurso do MT, contribui para imaginar futuros positivos e elaborar estratégias para alcançá-los coletivamente, criando valores compartilhados e planos de ação (Hopkins, 2011).

6.2.1 Discussão

A ligação do MT com as vertentes ambiental, social e econômica, de uma forma geral, é mais reconhecida pelo apoio às reações e soluções das comunidades a respeito da diminuição das fontes de combustíveis fósseis e das consequências das alterações climáticas (Hopkins & Lipman, 2009; Mason & Whitehead, 2012). Contudo, esta definição torna-se restrita, já que, pelo discurso do MT, nota-se uma amplitude de possibilidades e de maneiras de atuação, tais como: a busca pela resiliência diante dos desafios ambientais, a procura pela localização da economia, a reflexão perante as tomadas de decisões refletidas no desenvolvimento de práticas sustentáveis e na construção de comunidades mais resilientes e felizes em decorrência destas variáveis e da transformação subjetiva associada ao processo de transição interior (Hopkins & Lipman, 2009). É possível refletir que a forma do MT de apresentar seus objetivos, especialmente quando fala sobre fazer frente ao pico do petróleo e às alterações climáticas, dá a entender que se propõe à articulação política, até mesmo através de um discurso de conflito diretamente orientado para o Estado, empresas ou instituições. Através de uma observação mais detalhada do discurso, torna-se mais clara uma orientação propositiva, inovadora, focada na adaptação às características das localidades e em uma visão positiva e holística. Possivelmente esta visão holística, perceptível no discurso do movimento, deixe transparecer a subjetividade como uma marca que leva os participantes a interpretarem novas possibilidades de atuar para o desenvolvimento comunitário. A visão holística, ao mesmo tempo que pode motivar a participação, pois permite um amplo diálogo contextual, pode ser entendida como uma das responsáveis pelo fato do MT ser identificado como um movimento não político, ou mesmo despolitizado, como mencionamos na seção anterior sobre o posicionamento político. Isso porque ao valorizar a celebração, a dimensão espiritual e a projeção ou visão positiva diante do

futuro pode ser considerado menos contundente em seu discurso crítico e talvez confrontativo diante das questões ambientais. Pelo discurso de Hopkins (2011) e Hodgson e Hopkins (2010), percebe-se que este teor positivo faz parte da proposta do MT para construir um modelo de ação que parte do processo interior e subjetivo para desenvolver um processo de práticas em relação às questões ambientais.

Posto isso, e com o intuito de ilustrar a marca da subjetividade no MT, destacamos dois aspectos em que ela pode ser especialmente identificada: o processo de transição interior e a relação e/ou interação do sujeito com o entorno comunitário.

Antes disso, é fundamental lembrarmos que o conceito de subjetividade, implicado no âmbito desta investigação, coloca-a no cerne da experiência dos sujeitos sociais (Amatuzzi, 2006; Larossa, 2002). Torna-se necessário aqui considerar a ligação da subjetividade a uma produção de conhecimento sempre permeada pelas relações de poder (C. Barker, 2003; Blackman et al., 2008; Henriques et al., 1998). É possível perceber que a subjetividade, no sentido das experiências vividas, é passível de ser percebida como ações de resistências em relação aos discursos hegemônicos. No caso do MT, refere-se ao discurso dominante sobre os modos de vida. Estes discursos produzidos por estruturas como os média e as instituições de educação, por exemplo, são compostos pelos efeitos dos micro poderes (Foucault, 2012) atuantes especialmente nas práticas cotidianas. O conhecimento produzido neste contexto é denominado por Foucault como saber-poder (Foucault, 2002). “Ao analisar o poder não como um obstáculo para a produção do conhecimento, mas ele próprio como o lugar da formação dos saberes, a reflexão *foucaultiana* opera uma abordagem de um poder que almeja produzir verdades” (Damasio Junior & Santos, 2014, p. 6). No entanto, neste sentido, não existem verdades e sim um saber produzido num campo de forças entre poder e micro resistências (Foucault, 2012).

Esta resistência de que falo não é uma substância. Ela não é anterior ao poder que ela enfrenta. Ela é coextensiva a ele e absolutamente contemporânea (...). Para resistir, é preciso que a resistência seja como o poder. Tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele. (Foucault, 2000, p. 241)

É assim possível pensar que a resistência permite a elaboração de reflexões e de saberes potencialmente desenvolvidos através das experiências. No âmbito do MT, o processo de transição interna desenvolve-se através deste contexto de saberes, poderes e resistências.

Pode pensar-se também que, se a subjetividade nasce na dimensão da consciência (Maheirie, 2002), a dimensão espiritual proposta pelo discurso da Transição, parece estar localizada num

nível profundo da consciência, numa construção mais desenvolvida da subjetividade. Esta nova maneira de ver o futuro e as mudanças dos modos de vida implicados neste processo de transição interior dependem também do conhecimento e do autoconhecimento produzidos nas experiências. O processo de transição interior pressupõe um exercício que mistura introspecção, reflexão e visão holística, um termo utilizado pelo discurso do MT para caracterizar o seu tipo de abordagem.

Com Hodgson e Hopkins (2010) percebemos que as questões relacionadas ao mundo interior (ou questões subjetivas) foram especialmente marcantes para a organização inicial da iniciativa de Transição em Totnes (a iniciativa fundadora do MT). O primeiro núcleo de trabalho a formar-se foi o denominado “Coração e Alma”. Os primeiros interessados em participar foram profissionais da área da psicologia, assistentes sociais e terapeutas, seguidos por pessoas não necessariamente especialistas, mas que estavam motivadas a abordar as questões subjetivas por meio do movimento. Esse núcleo de trabalho ficou definido pelos fatores psicológicos, espirituais e de consciência pessoal dos participantes em relação à Transição. A partilha sobre as questões relativas ao mundo interior evidenciam o modelo de Transição, referido por Hopkins (2011), como um meio de construir narrativas sobre as histórias de vida das pessoas e das comunidades.

Num *workshop* sobre transição interior, durante a conferência intitulada “Porto: uma cidade em Transição”, em fevereiro de 2015, foi proposto um exercício de partilha de histórias e de motivações pessoais relativamente à participação no MT. Foi possível perceber que a ideia de transição interior pode ser definida como a transformação pessoal dos níveis de consciência e da visão e responsabilidade perante o mundo. Ao mesmo tempo, é um processo de desenvolvimento pessoal que abre espaço para a exposição de sentimentos e anseios sobre os modos de vida. Através da dinâmica de grupo proposta durante este *workshop*, cada participante podia escrever num papel, de forma anónima, sentimentos ou questões pessoais que lhe pareçam obscuras, problemáticas e também questões que lhe dessem a sensação de esperança e orgulho. No final, fez-se uma leitura dos papéis para que se desse voz à expressão/libertação de aspectos problemáticos e para que se pudesse celebrar os aspectos positivos. Daqui, surgiram questões como: medo de não conseguir passar aos filhos a noção de solidariedade; sensação de inadequação em relação a sua atividade profissional, satisfação em relação a mudanças nos hábitos alimentares, como por exemplo através do menor consumo de produtos industrializados. Consideramos que esta dinâmica contempla duas ferramentas,

referidas pelo MT como exemplos de suporte ao processo de transição interior: a rede de apoio e a celebração (ver por exemplo, Hodgson & Hopkins, 2010, pp. 250-252). A dinâmica em grupo voltada para as questões subjetivas reflete o processo de significação e de regulação de conduta em relação aos outros, que é referido por Hall (1997a). Esta dinâmica pode ser vista também como uma oportunidade de abertura à subjetividade no sentido da formação da consciência do sujeito como referido por Maheirie (2002) no capítulo 2 (secção 2.2). Apesar de Maheirie (2002) considerar que a singularidade do sujeito só é constituída pelo conjunto das suas dimensões objetiva e subjetiva, no entanto, para Giddens (1990), a apreensão do mundo é uma possibilidade gerada pela emoção. Ou seja, a dimensão subjetiva possui um papel importante para a formação da consciência.

A partir do que foi compreendido como conceito de transição interior, é possível pensar na complementaridade da relação entre subjetividade, identidade e entorno comunitário. É interessante perceber que o MT, como objeto de investigação, é potencialmente rico para análises sobre o empoderamento coletivo, o senso de comunidade, o exercício da cidadania, todos esses processos ligados à produção de cultura, no sentido da performance social e política e da pré-disposição criativa relacionada às práticas culturais. Estes processos criam-se com o foco no coletivo, relacionados com a sustentabilidade e a solidariedade. Como já referimos em outros pontos desta investigação, a ideia de solidariedade, no âmbito do MT, está associada à consciência ambiental e sustentável. Neste sentido, o MT, como objeto de investigação, não corre o risco de suscitar análises focadas no individualismo restrito ou em generalizações sobre as identidades dos sujeitos que apostam na dicotomia entre subjetividade e identidade. Evitar este tipo de análise dicotômica é uma recomendação feita por Wetherell (2008) conforme foi referido no capítulo 4 (secção 4.3). Assim, devemos evitar pensar na subjetividade fora de contexto e numa possível classificação excessiva em relação à forma de pensar a formação das identidades culturais, como podem ser tratadas, em alguns casos, as análises que envolvem gênero, classe social, raça e etnia, por exemplo. Portanto, a partir da relação entre o sujeito/subjetividade e a formação da identidade, no âmbito do entorno comunitário, o MT pode ser pensado como um lugar de reconhecimento identitário do sujeito em relação às outras pessoas, e do sujeito em relação ao entorno. Este processo de reconhecimento pode ser considerado fundamental para a ação no MT, já que de acordo com Wetherell (2008), a identidade influencia o acesso do sujeito ao seu entorno comunitário, de modo que alguns aspectos culturais se tornam disparadores e capazes de, a partir da reflexão, gerarem ações.

Esta ação a partir do conhecimento (de si e do entorno ambiental) pode ter origem a partir de experiências de ócio, já que elas pressupõem um contexto reflexivo ou trabalho meditativo (Novaes, 2012), e uma relação intrínseca do sujeito ao contexto ambiental (Cuenca Cabeza, 2000), conforme já foi referido respectivamente nos capítulos 2 (secção 2.3) e 4 (secção 4.3). A partir da reflexão e do conhecimento, o sujeito pode produzir a sua performance social e política (Sewell Jr., 1992, 2005) forjada com base nas resistências ou micro resistências (Foucault, 2000, 2012), e conforme Baptista (2016), na subversão dos modos de vida predominantes nas sociedades contemporâneas.

Outra forma de pensar a identidade, segundo Wetherell, é vê-la como um ato complexo de tomada de significação em que ocorre, ao mesmo tempo, uma formulação do mundo e uma configuração de si mesmo. Este último modelo de identidade envolve uma complexidade reflexiva e exige valências compatíveis, ou com um grau de literacia elevado, ou com um processo autodidata e bastante evoluído de autoconhecimento e capacidade crítica diante do entorno em que se vive. O MT já foi considerado como um movimento composto por pessoas com alta formação (Alexander & Alloun, 2014; Bettini & Karaliotas, 2013; Felicetti, 2014; Kirwan et al., 2013), compatível com a formação deste tipo de identidade, o que não impede que o MT se mostre, de forma geral, pouco conectado às questões fundamentais de discussão como o gênero e os direitos humanos. Comprova-se assim a necessidade de ampliar o caráter democrático do MT e isso pode iniciar pelo desenvolvimento de um discurso mais crítico em todos os níveis da sua atuação.

A relação do MT com o conceito de ócio, na acepção contemporânea adotada por esta investigação, pode ser compreendida através dos aspectos centrais do próprio conceito como a reflexão, o contexto ambiental e o desenvolvimento pessoal e comunitário. O processo de transição interior, conforme vimos acima, permite uma abertura para a subjetividade, sendo esta uma marca do MT, ligando-se com a experiência de ócio no sentido de um espaço para a introspecção, para o desenvolvimento de uma visão integradora que percebe a relação intrínseca entre sujeito e ambiente e as experiências decorrentes dessa relação.

Hopkins (2011) preocupa-se em questionar em que medida um mundo mais resiliente pode responder às necessidades das pessoas como seres humanos.

A nossa forma atual de fazer as coisas está arruinando a comunidade, colocando a biosfera no nível máximo do colapso, levando a uma crescente fragmentação, ao enfraquecimento do empoderamento e ao isolamento. Será que a abordagem da Transição de criar economias locais vibrantes com maior apropriação da comunidade, ao atender às necessidades práticas,

o máximo possível, de forma a viver bem com muito menos consumo de energia, do que atualmente, pode realmente atender melhor às nossas necessidades? (Hopkins, 2011, p. 69).

Hopkins recorre ao psicólogo Tim Kasser para pensar sobre as necessidades básicas para a motivação e o bem-estar dos seres humanos. As problemáticas fundamentais parecem ser a segurança, a proteção e alimento; a competência, eficácia, e autoestima; a conectividade; a autonomia e autenticidade (Hopkins, 2011, p. 69). Ao procurar responder às necessidades práticas das pessoas, como afirmou Hopkins, o MT propõe modelos de ações direcionadas para os objetivos da transição exterior que estão diretamente relacionados com as soluções para as problemáticas ambientais. E faz isso de forma a valorizar a subjetividade ou o mundo interior do sujeito. É possível perceber que a relação entre o sujeito e o ambiente pode ser traduzida, segundo o MT, pela reconexão das pessoas com o ambiente, desmistificando uma possível ideia de separação (Hodgson & Hopkins, 2010), confirmada por Pinheiro (1997), quando refere que os problemas ambientais devem ser considerados também como problemas humanos e sociais. Na secção a seguir, através da análise do terceiro tema, iremos perceber como o discurso do MT se coloca perante as questões ambientais e os seus modelos de ações.

6.3 Tema 3: transição externa

O discurso do MT sobre o processo de transição externa aparece quase sempre relacionado, ou mesmo interdependente, com o processo de transição interna. Em termos globais, o processo de transição externa abarca o conceito geral de Transição e, por isso mesmo, está associado às formas de lidar com as problemáticas ambientais, seja pelo desenvolvimento da resiliência na comunidade, pelo conceito de localismo ou localização, seja pelo modelo de construção de visões diante do futuro ambiental.

Os três temas centrais identificados no discurso do MT (posicionamento político, transição interna e transição externa) estão intimamente ligados. Isto pode ser confirmado na análise dos subtemas abaixo e no decorrer das discussões em relação ao quadro teórico da investigação.

a) Problemáticas ambientais

Hopkins é crítico com os que defendem a ideia de escassez de petróleo barato sem apresentar novas perspectivas para além do colapso social e tecnológico (Brangwyn, 2006, p. 19). As suas críticas contribuíram para a sua motivação em criar um movimento com base na ideia de

transição (Brangwyn, 2006), no sentido da passagem para um novo modelo voltado para a sustentabilidade ambiental, a solidariedade e o desenvolvimento comunitário (Hopkins, 2008). Sobre as grandes problemáticas ambientais mencionadas no discurso do movimento, Hopkins diz:

as alterações climáticas estão acontecendo mais rápidas do que a maioria dos modelos são capazes de acompanhar. (...) os modelos estão sendo constantemente revisados e atualizados na medida em que a escala desse desafio torna-se cada vez mais aparente. Quando você começa a explorar o problema, as alterações climáticas mostram-se extremamente assustadoras. Na verdade, se não é assustador, então você realmente não entendeu. É uma área onde se pode facilmente recorrer a táticas apocalípticas, embora eu tente evitar isso.

A alteração climática é um enorme problema, mas os piores efeitos ainda podem ser evitados se formos coletivamente capazes de nos envolver com o problema. Iniciativas de transição são apenas uma das muitas tecnologias poderosas de redução de carbono que, se abraçadas a tempo (e é claro que é um grande 'se'), pode significar que evitemos os piores extremos.

O clima global está definitivamente aquecendo, agora não há dúvida sobre isso. Eu não preciso de gráficos e artigos científicos para me convencer. Na minha própria vida, notei as alterações climáticas. Lembro-me de quando criança os invernos serem muito mais frios, podia-se cavar a neve ao longo das portas e haviam cortes de energia causados pela neve. O clima parecia inabalável. Agora, o clima está simplesmente inquietante. Os registros estão constantemente a ser ultrapassados. No Reino Unido, o mês de abril de 2007 foi o abril mais quente, o junho de 2007 o junho mais úmido, o outono de 2006 o mais quente, a primavera de 2007 a mais quente. (Hopkins, 2008, p. 45)

Hopkins refere ainda que a severidade dos problemas causados a partir das alterações climáticas são apenas metade da história, entender o pico do petróleo é igualmente importante.

Para mim, aprender sobre o pico do petróleo tem sido profundamente esclarecedor em termos de como vejo o mundo e da maneira como ele funciona: a natureza precária do que temos e como uma sociedade deveria funcionar, bem como elementos que as respostas das comunidades precisarão ter. (...) A maioria das coisas ao seu redor depende de petróleo barato para sua fabricação e transporte. Seu mobiliário, entretenimento, recreação, alimentação, eletrodomésticos, medicamentos e cosméticos são todos dependentes deste material milagroso. (...) Como podemos saber que estamos no ou perto do pico do petróleo? Em primeiro lugar, existe um padrão observável que nos dá uma indicação. A maioria das nações produtoras de petróleo segue o mesmo padrão - o pico da descoberta tende a ocorrer de 30 a 40 anos antes de um pico na produção. Claramente, é preciso descobrir o petróleo antes do

pico que possa produzir, mas tendemos a explorar primeiro as reservas maiores e mais fáceis.
(Hopkins, 2008, p. 28)

O plano de ação para a redução do consumo de energia, no sentido também da diminuição da dependência humana aos combustíveis fósseis, identificado no discurso do MT pela sigla em inglês EDAP (Energy Descent Action Plan), foi criado para ser implementado em Totnes, até 2030, período em que se espera “muitas mudanças associadas à diminuição dos estoques de petróleo e a evidência de alguns impactos das alterações climáticas” (Hodgson & Hopkins, 2010, p. 9). Através do EDAP, propõe-se a construção de uma imagem desse cenário com base em visões de um futuro melhor do que se poderia pensar a princípio. Neste processo de visão positiva, convida-se a comunidade a imaginar como o futuro poderia ser e, em seguida, elaborar os caminhos práticos através dos quais se poderia chegar até lá (Hodgson & Hopkins, 2010, p. 9). Portanto, o modelo de criação de visões para o futuro ambiental é utilizado pelo MT não só como suporte para o processo de transição interna, mas também como forma de lidar, pensar e planejar ações em relação às problemáticas ambientais.

b) Princípios do MT

Um dos conceitos gerais do MT aponta a necessidade de dar "apoio as reações lideradas pela comunidade diante do pico do petróleo e das mudanças climáticas, criando resiliência e felicidade" (Hopkins & Lipman, 2009, p. 7). O fundador do movimento considera que a transição concretiza uma abordagem emergente para promover a evolução da sustentabilidade comunitária, sendo que o conceito de Transição está ligado ao período atual situado entre a falência do modelo socioeconômico e a passagem para um novo modelo voltado à sustentabilidade ambiental, à solidariedade e ao desenvolvimento comunitário (Hopkins, 2008, p. 8).

Ao explicar alguns modelos possíveis de desenvolvimento da Transição, Hopkins refere sobre exemplos de ações práticas que podem ser inseridas no cotidiano das pessoas e desenvolvidas no âmbito da comunidade. Segundo o fundador do movimento, i) a Transição pode transformar o entorno local, exercitar as possibilidades de ações possíveis, estimular o engajamento e fazer com que os participantes vejam oportunidades tangíveis de viver em um ambiente mais sustentável e saudável; ii) a Transição pode deter-se nos aspectos relativos ao lugar e suas circunstâncias específicas, em especial os diversos aspectos culturais; iii) a Transição pode ser

vista também como ferramenta que produz soluções para os problemas, nomeadamente, os problemas ambientais, considerados como oportunidades de crescimento. Em sentido complementar, iv) a Transição pode também atuar como mudança cultural através da aquisição de novos hábitos, conhecimentos, habilidades e, sobretudo, da capacidade de desenvolver resiliência frente aos desafios e necessidades locais da comunidade (Hopkins, 2011, pp. 72-76). Hopkins (2011) refere alguns princípios orientadores do movimento que tanto podem ser uma referência para a criação de uma iniciativa, quanto ser um ponto de partida para a construção de um modelo próprio de viver a transição no seu sentido mais amplo. São aspectos que permeiam as práticas realizadas nos grupos como a inclusão e abertura, visão positiva, criação de redes, criação de espaços para a partilha de conhecimentos, acesso à informação, desenvolvimento da resiliência, transição interna e externa. Reunidos, esses princípios sugerem que se desenvolva uma visão holística preparada para resistir e solucionar desafios ambientais, de forma a visualizar oportunidades para a criação de espaços de partilha, desenvolvimento e aprendizagem.

c) Relação entre transição interna e transição externa

Um dos princípios do MT defende a ideia de que o sistema externo, relativo ao meio ambiente e à forma como se vive, está diretamente relacionado à visão de mundo e sistema de crenças das pessoas (Hopkins, 2011). Sobre os mecanismos psicológicos que estimulam a ação diante de desafios ambientais e dos modos de vida decorrentes, Hopkins diz que:

os desafios contemporâneos não são necessariamente causados pelo desenvolvimento da tecnologia, mas, também resultam das nossas crenças e visões de mundo. O impacto da informação sobre o estado do planeta pode gerar barreiras ao empoderamento devido ao sentimento de medo e preocupação, podendo causar a negação diante desses desafios. Alguns modelos psicológicos podem ajudar a entender o que acontece e evitar um processo inconsciente de sabotagem da mudança. Exemplos desses modelos incluem processos de mudança de comportamento, o que, pelo discurso do MT, reflete-se a partir do fato de que o modelo de transição prospera porque as pessoas agem conforme o que sentem e acreditam (2011, p.78).

Do mesmo modo, o mundo interior também é afetado pelo mundo exterior, o que influencia as experiências e os relacionamentos pessoais. Então, surge como desafio a percepção sobre a necessidade de mudanças nos sistemas externos, tais como a produção de alimentos, as

tecnologias de construção, aquecimento, transporte, entre outros aspectos, de modo que isso tenha ligação com a transição interna (Hodgson & Hopkins, 2010, p. 244).

6.3.1 Discussão

Pelas palavras de Hodgson e Hopkins (2010), entende-se que a transição interna, por vezes, aparece associada à eficácia no cumprimento dos objetivos em relação à transição externa. Ou seja, está ligada tanto às problemáticas ambientais (pico do petróleo e alterações climáticas) quanto ao período atual situado entre a falência do modelo socioeconômico e a passagem para um novo modelo voltado à sustentabilidade ambiental, à solidariedade e ao desenvolvimento comunitário (Hopkins, 2008, p. 8). Esta ideia de que a transição interna potencializa a transição externa pode ser percebida quando no discurso do MT é referida a importância da ligação entre o mundo interior e o mundo exterior para as práticas ou soluções para as questões ambientais. É possível perceber que alguns aspectos sustentam essa ligação através do que disse Hilary Prectice para a publicação *The Transition Companion* (Hopkins, 2011). A transição interna está relacionada com inspiração para atuar no movimento, podendo ser entendida através de três vertentes: i) compreensão sobre as origens da destrutividade e disfunção humanas e sobre a aceitação em relação à cura das marcas de sofrimento da psique humana. Recentemente, esta vertente foi pensada pela ótica da eco psicologia, com base na relação das pessoas com a terra e o que daí pode motivar nos comportamentos psicológicos; ii) a segunda vertente refere-se aos *insights* a partir do que se ensina e do que se aprende sobre o processo de transformação de consciência; iii) a terceira vertente vem dos povos que praticam a sabedoria de considerar a terra como central para uma vida humana sustentável (Hopkins, 2011, pp. 140-141).

A partir do processo de transição interna, a ação dos participantes do MT parece suscitar dois focos complementares: o olhar sobre si mesmo e o olhar sobre o coletivo. O primeiro pode ser identificado pelo processo de transformação da consciência e sobre as marcas de sofrimento e outros aspectos da psique humana. Já o olhar sobre o coletivo pode ser entendido pela visão sobre uma vida ambientalmente sustentável e, por consequência, pela ligação com a solidariedade. Neste sentido, há características dos MSC que estão de acordo com esta forma de atuação do MT. Segundo Melucci (1989), a ação dos MSC tem base nas necessidades de autorrealização e solidariedade. A autonomia, no sentido da autorrealização, e a solidariedade, no sentido do coletivo e do sustentável, são importantes para o conceito de ócio valioso designado por Cuenca Cabeza (2014) como uma experiência formativa e uma oportunidade para

o desenvolvimento das pessoas e da comunidade. A solidariedade vivida nesse sentido, em nosso entendimento, abre espaço para a compreensão do que Varela (2015) referiu como um tempo de ócio dedicado ao tempo partilhado de maneira voluntária, com finalidades intrínsecas, orientado para o desenvolvimento das potencialidades das pessoas ou coletividades, para a conexão mantida entre elas e os efeitos positivos decorrentes da relação entre os sujeitos e os entornos comunitários.

O tipo de abordagem sobre o conceito de ambiente refletida no discurso do MT sugere uma visão alargada sobre ambiente, além de indicar a valorização da relação de interdependência entre ambiente e as pessoas, no sentido referido por Pinheiro (1997). Isto pode ser percebido no reconhecimento da relação das pessoas com a terra e as implicações para os comportamentos psicológicos (Hopkins, 2011) e pela associação entre ambiente, sustentabilidade e solidariedade (Hopkins, 2008). Entende-se o fascínio causado pela ideia de alargamento do conceito de ambiente, visto que essa amplitude permite visões multirrelacionais no contexto das relações sociais (Freitas, 2008). No caso do MT, permite ainda o desenvolvimento de uma abordagem holística diante das problemáticas ambientais e do próprio conceito de transição, conforme pode ser visto em Hopkins (2008). No entanto, a amplitude conceitual sobre o ambiente corre o risco de originar práticas que se desviam das tensões nos contextos socioambientais e sociopolíticos, conforme destaca Krieg-Planque (2010). Segundo Nascimento (2012), a abordagem conceitual de ambiente, seja através da sustentabilidade ou do desenvolvimento sustentável, não deve deixar de considerar questões como a qualidade e a justiça ambiental. Ou seja, é fundamental manter uma noção de ambiente que estabelece ligação entre vários saberes (Jacobi, 2003). Particularmente, a ideia de ambiente suscitada por esta investigação refere-se a um entorno ambiental composto por uma amplitude de relações contextuais e pelo olhar crítico diante das relações de poder envolvidas entre o ambiente e a sociedade. Neste sentido, o contexto cultural nos é importante, especialmente no que referem às relações comunitárias e às experiências dos sujeitos sociais nos ambientes ou entornos ambientais e comunitários em que vivem. Portanto, é neste sentido que se pretende refletir sobre a relação entre ócio e ambiente.

Ao aceitarmos que um sistema sustentável precisa de ócio (Um sistema sustentável precisa de ócio, 2015) e que a experiência de ócio está intrinsecamente ligada ao contexto ambiental (Cuenca Cabeza, 2000, p. 125), a busca por um equilíbrio ambiental pode ser um fator de impulsão para a resistência aos modos de vida predominantes nas culturas contemporâneas. Seja pela resistência desenvolvida na participação de um movimento social, seja pela construção

individual de modos de vida sustentáveis e reflexivos. Segundo Hopkins (2011), a consciência ambiental não implica mudanças rígidas de hábitos, mas uma elaboração ao nível subjetivo que pode levar a mudanças internas e externas. Isso não deve ser considerado como uma distração ao objetivo central de buscar soluções para a crise ambiental. O autor mostra a sua perplexidade perante os cientistas ambientais que demonstram não mudar a sua forma de ver e de estar no mundo, a partir das alterações climáticas e demais questões ambientais. As mudanças têm mais hipótese de perdurarem, se tiverem origem na nossa própria transformação interna. Desse modo, a relação entre subjetividade e ambiente pode ser identificada no discurso do MT.

O processo de transição exterior liga-se também aos fatores de sucesso ou fracasso do movimento, especialmente as preocupações com as questões ambientais (Feola & Nunes, 2013), mas também afetam questões sociais e culturais. Portanto, a transição exterior é construída pelas pessoas com o foco no coletivo, no comunitário, no global e no entorno ambiental. Se os resultados do MT, em termos de transição externa, podem não ser suficientes (Alexander & Alloun, 2014; Feola & Nunes, 2013), em termos de desenvolvimento comunitário, o MT demonstra ter potencial. Isso pode ser percebido pela importância dada à capacidade de adaptação de modelos globais aos contextos locais (Feola & Nunes, 2013) que configura a articulação entre ambiente local e global, um pressuposto fundamental para o desenvolvimento comunitário (Bhattacharyya, 2004). Para o autor, outro ponto importante para o desenvolvimento comunitário é a reflexão sobre os efeitos da participação dos cidadãos em determinado projeto político, social ou ambiental, o que, através do MT, pode ser verificado pela importância dada ao processo de transição interna e de todo um contexto de reflexão para se concretizar a transição externa. No capítulo 7 constam exemplos de práticas relativas ao que propõe o MT, através de práticas específicas da AeT.

No estudo pontual que realizámos em 2016, intitulado “Os riscos de uma sociedade consumista e de tempo acelerado: o Movimento de Transição e a relação entre o ambiente e a experiência de ócio”, percebemos que a transformação estimulada pelo MT está centrada numa mudança muito pessoal do sujeito que vive experiências através da Transição (Vargas, Carvalho & Martins, 2016). Ao mesmo tempo, a partilha de valores e conhecimentos entre os participantes da iniciativa, o desenvolvimento comunitário, o estímulo à cidadania e à sustentabilidade ambiental são marcantes no discurso sobre as suas práticas (Vargas et al., 2016). É fundamental lembrar que cada iniciativa de Transição tem o seu próprio foco, sendo que os participantes podem ter consciência e subjetividades de natureza diversa, de onde pode convergir, ou não, a

possibilidade de fruição de tempo e experiências relativas ao conceito de ócio numa perspectiva contemporânea. No entanto, o desenvolvimento de uma cultura da sustentabilidade, conforme explicado por Freitas (2008), refere sobre uma teia complexa de sentidos relativos ao entendimento da relação entre seres humanos e natureza, que deve ter base no desenvolvimento de saberes e de cultura. Esta visão ampla e comum de uma cultura de sustentabilidade parece ter a capacidade de suportar as diversas formas das ações coletivas no âmbito dos movimentos ou mobilizações sociais contemporâneas. Ainda sim, um movimento social voltado às questões ambientais, como é o MT, pode desenvolver competências para atuar através de uma abordagem do desenvolvimento sustentável comunitário ligado a um conceito flexível e democrático de comunidade (Fien & Tilbury, 2002). Isto significa ter uma visão holística transmitida, por exemplo, através de princípios de educação ambiental.

6.4 Síntese e nota conclusiva

A partir da análise e discussão dos temas e subtemas presentes no discurso do MT, foi possível perceber que o MT projeta o seu discurso, talvez de forma não proposital, através da relação intrínseca entre os temas do posicionamento político, transição interna e transição externa. As formas de atuar do movimento, especialmente através da resiliência comunitária, do modelo de localização e, por consequência, do modelo de visão sobre o futuro, não só refletem o processo de reflexão e consciência ambiental e motivação diante do propósito do MT, mas também propõem um novo modelo de governança, orientado para o consenso na comunidade e para a aproximação entre esfera pública e Estado no que tange as problemáticas ambientais. O posicionamento político, quando visto pela sua capacidade de articular um discurso e ação voltados para o conflito direto com o Estado e/ou outras relações de poder imbricadas neste contexto, podem ser consideradas frágeis (Kenis & Mathijs, 2014). Se visto pela ótica do exercício da cidadania (Tilly, 1995), do desenvolvimento comunitário (Bhattacharyya, 2004) e da criação de mudanças culturais e econômicas (Campos & Zapata, 2017) podem apresentar potencial para a reflexão sobre os efeitos da participação dos cidadãos em movimentos sociais e para a articulação sobre questões relacionadas ao ambiente local e global.

Foi possível perceber também que a transição interna é abordada pelo discurso do movimento como uma forma de estimular a transição externa (Hodgson & Hopkins, 2010). A abertura à subjetividade e a transformação pessoal possibilitadas pelo processo de transição interna são

valorizadas por proporcionar o desenvolvimento pessoal e comunitário através da solidariedade e da sustentabilidade, o que pode ser percebido através de Hopkins (2008).

A relação do MT com o conceito de ócio, numa acepção contemporânea, pode ser compreendida através de aspectos como a reflexão, a interdependência entre as pessoas e o ambiente (Nascimento, 2012), o desenvolvimento pessoal e comunitário, no sentido de um empoderamento que gera compreensão crítica sobre o ambiente (Cornell Empowerment, 1989), controle da direção da própria vida (Rappaport, 1987). Através do processo de transição interior, o MT liga-se com a experiência de ócio no sentido de um espaço para a introspeção, para o desenvolvimento de uma visão integradora que percebe a relação intrínseca entre o sujeito, a comunidade e o ambiente, no âmbito das experiências decorrentes dessa relação. O posicionamento do MT pode ser compreendido também pela possibilidade de construção da performance social e política (Sewell Jr., 1992, 2005) e, portanto, de uma dimensão política e filosófica do ócio (Baptista, 2016), no sentido de uma atitude subversiva aos modos de vida predominantes.

Por fim, como Hopkins (2011) percebe a consciência ambiental como uma elaboração, primeiramente ao nível subjetivo, o equilíbrio ambiental pode constituir a motivação do sujeito ou agente social para uma prática de resistência aos modos de vida predominantes nas culturas contemporâneas.

Capítulo 7 – Aveiro em Transição: relatos de campo

Neste capítulo, apresentamos a iniciativa comunitária Aveiro em Transição (AeT) sob o ponto de vista da experiência da investigadora durante a abordagem etnográfica realizada entre fevereiro de 2013 e maio de 2016. A abordagem decorreu através do reconhecimento do contexto em que os participantes da iniciativa desenvolvem as práticas relativas aos modelos do Movimento de Transição (MT) e da forma como vivem experiências diversas. As experiências da investigadora são consideradas parte do processo, assim como as possibilidades de sentidos construídos a partir da sua participação, observação e interpretação.

Optamos por apresentar a AeT pela mesma forma com que ela se organiza e se apresenta: através dos seus diferentes grupos de trabalho. Os seis grupos possuem características, trajetórias e alcances diferentes. No conjunto, os grupos formam uma rede de cidadãos com o propósito de construir uma comunidade mais resiliente, solidária e feliz, dotada de aptidões para fazer face à dependência do petróleo, às alterações climáticas, à instabilidade econômica, à soberania alimentar e aos desafios locais⁶⁰.

No contexto das comunidades, os participantes mencionam desafios tanto globais quanto locais. Algumas vezes, dizem respeito a questões referentes aos hábitos cotidianos e correspondem à visão dos cidadãos locais que se mostram estimulados por um desejo de mudança. Através do trabalho etnográfico, perceberam-se alguns dos desafios locais sobre os quais o grupo Aveiro em Transição procura refletir e agir. São eles:

- garantir aos cidadãos a possibilidade de usar transportes alternativos e sustentáveis, de forma segura e eficaz, no âmbito da localidade;
- estimular a aprendizagem de agricultura biológica de subsistência, o conhecimento e o envolvimento em relação à alimentação saudável e aos efeitos para a saúde;
- criar uma rede de apoio no sentido de abordar questões familiares e emocionais relacionadas, por exemplo, às experiências com partos, desafios na gestão familiar, deficiências ou discordâncias em relação ao ensino formal proporcionado pelas escolas, e também a influência social na educação dos filhos;
- desenvolver competências e proporcionar formações aos membros integrantes do grupo e a comunidade local, no sentido de a tornar mais autônoma em relação ao uso do petróleo, bem como de a preparar para que seja capaz de manter uma

⁶⁰ Informação retirada da rede social Aveiro em Transição, disponível em <https://www.facebook.com/AveiroEmTransicao/>

alimentação saudável e consciente, com menor consumo de alimentos industrializados;

- criar uma rede de trocas (objetos e serviços) que estimule o consumo consciente e sustentável e estreite a relação entre produtores locais e consumidores.

Estas questões constituem desafios locais para a comunidade de Aveiro e podem fazer parte de um conjunto de preocupações ambientais, sociais e econômicas referidas pelo Movimento de Transição internacional. São também questões que se colocam durante o processo de transformação interior do sujeito, seja pela consciência formada previamente, seja pela consciência estimulada durante a performance social e política através do MT.

Sendo assim, destacamos algumas ações propostas pela Aveiro em Transição sobre as quais fizemos considerações com base nos dados obtidos pela técnica de observação participante. De forma complementar, foram consultadas informações divulgadas nas páginas oficiais da iniciativa no Facebook ou em *blogs* ou mesmo em *websites* específicos.

Uma das primeiras atividades da AeT, que marcou o início da minha imersão no universo do MT, foi a exibição do documentário *Transition 1.0 - da dependência ao petróleo à resiliência local* (2009)⁶¹, em maio de 2014. Esta atividade de cariz formativo teve como objetivo a difusão do conhecimento sobre a origem, as características e as ações já realizadas pelos diversos grupos denominados como de Transição. Após a exibição do filme, realizou-se um círculo de discussão com a presença do Professor José Carlos Mota, investigador do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro, uma referência para os dinamizadores da AeT no que concerne à discussão sobre a mobilidade urbana e até sobre o MT. Esteve presente também nesse evento, uma das integrantes da iniciativa de Transição da cidade de Coimbra, Sara Rocha. As principais reflexões partilhadas entre os presentes, durante o evento, incidiram sobre a ideia de que, em tempos de crise socioeconômica, torna-se fundamental estimular a economia local e preservar e reaproveitar ao máximo os recursos proporcionados pelo meio ambiente. Sugeriu-se que ações educativas eram fundamentais nesse processo e que estas poderiam desenvolver-se a partir das iniciativas de Transição. Foi também mencionado o desejo das pessoas envolvidas no MT de terem uma vida com maior satisfação pessoal e qualidade de vida, podendo ser esta uma das principais motivações de quem escolhe integrar o movimento em suas vidas.

⁶¹ O documentário está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=JrGtCTnO9Kk>

A partir deste evento, intensifiquei a participação em atividades dos grupos de trabalho da AeT. Até à finalização da abordagem etnográfica, as ações da AeT estavam organizadas conforme os seguintes grupos de atividades e seus respectivos objetivos e atividades, conforme a Tabela 5.

Núcleo de trabalho	Objetivos	Exemplos de atividades
1. Famílias em Transição	Reunir famílias através de laços de partilha e amizade num estilo de vida mais simples e mais feliz, com menos consumo e mais proximidade. Construir uma rede de suporte ao equilíbrio, apoio e qualidade de vida das famílias	Piqueniques temáticos sobre: como educar filhos para a solidariedade, como inculcar hábitos alimentares saudáveis nos nossos filhos, como lidamos com as opiniões e interferências externas no âmbito familiar, partilha de experiências sobre partos
2. Partilha de saberes	Realizar oficinas dedicadas à aprendizagem de saberes práticos sobre temas variados como alimentação, agricultura, parentalidade e bem-estar geral. Todos os interessados podem partilhar os seus saberes, assim como usufruir dos saberes repassados nas oficinas	Oficinas sobre tricô, cosméticos naturais, exercícios de respiração, detergentes biológicos, alimentação vegana, manutenção de bicicletas
3. Economia	Refletir sobre diferentes formas de organização que sejam promotoras de relações mais harmoniosas. A reflexão parte de exemplos teóricos e práticos de modo a estimular ações que relacionem as dimensões social, económica e ambiental	Tertúlia sobre: como criar uma rede solidária de troca (com planeamento da criação da rede solidária de troca de Aveiro). A rede promove encontros quinzenais e procura realizar parcerias com instituições e projetos locais
4. Alimentação e ambiente	Contribuir para a conscientização sobre o impacto das práticas da produção alimentar na saúde e no equilíbrio do ecossistema	Realização de tertúlias e espaços de discussão, apoiar projetos locais no que concerne hábitos alimentares saudáveis, Ajudadas de Aveiro, participação nas edições 2015 e 2016 da iniciativa Food Revolution Day ⁶² e projeto Aveiro Soup

⁶² Food Revolution Day é um movimento impulsionado pelo *chef* e ativista Jamie Oliver que tem o objetivo de disseminar conhecimento sobre alimentação saudável. Em 2016, o grupo de Trabalho de Alimentação e Ambiente, do Aveiro em Transição, coordenou o evento, em Aveiro, em parceria com instituições locais portuguesas. Nas duas edições em que participou, a AeT propôs-se a dinamizar oficinas de *showcooking* para a confeção de refeições nutritivas e saudáveis, promovendo, por exemplo, o uso de açúcares naturalmente contidos nos alimentos e estimulando o interesse e a participação das crianças.

5. Mobilidade: Ciclaveiro	Promover consciência e ação para a mobilidade urbana sustentável em Aveiro, especialmente, através do uso de bicicletas	Mapeamento da cidade em relação às condições gerais de uso de bicicletas, participação na revisão do Plano Diretor Municipal de Aveiro através da criação do documento “Para uma mobilidade ciclável e sustentável”, organização de passeios de bicicletas para crianças e adultos, oferta de bicicletas usadas ou recicladas a pessoas ou instituições com baixos recursos para a sua aquisição, promoção de encontros de partilha de conhecimentos sobre manutenção, funcionamento e outras experiências com as bicicletas
---------------------------	---	--

Tabela 5: Núcleo de trabalho, objetivos e exemplos de atividades – Aveiro em Transição

Fonte: Tabela criada com base nos dados etnográficos e conteúdos publicados nas redes sociais oficiais da Aveiro em Transição

No período em que acompanhei a iniciativa, reparei que houve um desenvolvimento crescente em termos de organização interna, criação e aperfeiçoamento das práticas da AeT. O papel de cada dinamizador foi ficando mais definido e a participação na organização das atividades seguia a disponibilidade e as afinidades dos dinamizadores. Durante as reuniões gerais, cada dinamizador podia falar sobre a sua disponibilidade e a sua motivação para as próximas atividades. Geralmente, cada um inclinava-se mais para um ou outro grupo de trabalho no entanto, havia um sentido de cooperação e de interesse pelas questões de cada grupo, era acompanhado pela partilha sobre os pontos fracos e os pontos fortes em relação aos grupos e às atividades.

Ao fazer uma avaliação geral sobre as reuniões em que pude participar, apesar delas constituírem um espaço livre de partilha e de criação de ideias, alguns momentos pareciam não ser muito produtivos. Eram reuniões demoradas que deixavam transparecer o cansaço e uma discussão que retornava aos mesmos pontos. Isto poderá ter decorrido do nível alto dos desafios de articulação do grupo com instituições, empresas locais, e do desafio de promover o engajamento comunitário. Estes desafios pareciam mobilizar soluções consistentes e talvez uma quantidade de tempo razoável para serem ultrapassados ou amenizados. O grupo parecia oscilar entre a motivação e o desânimo perante os desafios ou ainda entre a convicção de que mesmo as atitudes individuais e as ações locais deviam ser consideradas importantes para o contexto

global das problemáticas ambientais. Além deste sentido de cooperação em grupo e da constatação sobre os desafios inerentes ao MT e a AeT, havia uma noção de respeito pela individualidade e pela contribuição possível de cada pessoa presente. O conhecimento adquirido em grupo era valorizado a todos os níveis, seja pela aprendizagem nos processos internos de organização, seja pelo desenvolvimento da criatividade requerida no processo de pensar e de conceber a transição externa. Isto pressupunha pensar no modo como os modelos de transição externa são sugeridos pelo MT, até ao modo possível de ser aplicado no contexto local. Como vimos no capítulo 6, vários são os obstáculos ao desenvolvimento da consciência ambiental e, portanto, da construção deste modo de vida mais equilibrado ambientalmente que poderá permitir um contexto mais propício às experiências de ócio.

A partir de agora, vamos conhecer cada grupo da AeT, por forma a identificar as suas principais práticas e analisar os seus modos de atuação, visando aproximarmo-nos de discussões que nos permitam refletir sobre a relação entre ócio e ambiente.

7.1 Famílias em Transição Aveiro

Numa sinergia entre o movimento de cidadãos Aveiro em Transição e a iniciativa internacional Famílias em Transição, surge o grupo Famílias em Transição Aveiro que procura estreitar e potenciar os muitos pontos em comum entre as famílias e o Movimento de Transição⁶³.

O objetivo inicial do grupo foi o de “unir mães e mulheres em torno de laços de partilha e amizade, num estilo de vida mais simples e mais feliz, com menos consumo e mais proximidade, proporcionando suporte ao equilíbrio, apoio e qualidade de vida às famílias”⁶⁴. Este núcleo de trabalho organiza piqueniques que decorrem, regra geral, todos os meses, onde se reúnem famílias ou pessoas interessadas em discutir temas específicos, partilhar ideias e experiências, realizar trocas de objetos diversificados e, também, criar uma rede de apoio relativa às questões que envolvem a maternidade, a paternidade e as relações de interação com outros grupos sociais. Estes grupos podem ser exemplificados pelas associações e empresas locais. Em 2015, o grupo mudou o nome de Mães em Transição Aveiro para Famílias em Transição Aveiro. A mudança foi sugerida pela principal dinamizadora do grupo, com base em grupos já existentes que seguem o modelo de Transição, principalmente as referências inglesas.

⁶³ Informação retirada da rede social Famílias em Transição Aveiro, disponível em <https://www.facebook.com/groups/259828347501588/>. Em fevereiro de 2018, o grupo tornou-se privado, sendo possível apenas visualizar publicações antigas na *timeline*.

⁶⁴ Informação retirada da rede social Famílias em Transição Aveiro, disponível em <https://www.facebook.com/groups/259828347501588/>. Em fevereiro de 2018, o grupo tornou-se privado, sendo possível apenas visualizar publicações antigas na *timeline*.

Ela considerou que a denominação “família” fazia mais sentido para o grupo, pois os encontros envolviam interesses e a presença das pessoas das famílias em geral, e não só das mães.

Os temas dos piqueniques são construídos com base nas opiniões de todos os participantes dos eventos, e não só dos dinamizadores. Pela relação de temas abordados nos “Piqueniques Ternura”, conforme a Tabela 6, no período de fevereiro de 2014 a janeiro de 2017, pode perceber-se a pertinência de manter uma rede de apoio prático e emocional às famílias da comunidade.

Tema	Data
1º Piquenique convívio – círculo de partilha	janeiro de 2014
Projetos educativos alternativos	fevereiro de 2014
Experiências dos partos: como os vivemos, sentimos e o que aprendemos com eles	março de 2014
O que é ser mãe: o que pensávamos que ia ser e o que é na realidade	maio de 2014
Como educar os nossos filhos para a solidariedade	junho de 2014
Os limites e os filhos	julho de 2014
Os medos que não queremos passar aos nossos filhos	outubro de 2014
Minha mãe e eu	novembro de 2014
Balanço dos Piqueniques Ternura	janeiro de 2015
Como inculcar hábitos alimentares saudáveis aos nossos filhos	fevereiro de 2015
O sono das crianças	março de 2015
A forma com que lidamos com as opiniões e interferências externas no âmbito familiar	abril de 2015
Para onde queremos ir enquanto grupo? O que o grupo trouxe para cada um de nós?	junho de 2015
Mães a tempo inteiro e mães que trabalham fora de casa: histórias e vivências	julho de 2015
Ser mãe: o antes e o depois	setembro de 2015
A espera do grande dia	novembro de 2015
Impressões paternas	dezembro de 2015
Piquenique aniversário 2 anos: as intenções, expectativas e sonhos que projetamos nos filhos	janeiro de 2016
Gestação: expectativas, dúvidas e atitudes	fevereiro de 2016
Os desafios da adolescência	março de 2016

Alimentação consciente	abril de 2016
Educar para a espiritualidade	julho de 2016
Os desafios da entrada/regresso à escola	setembro de 2016
Lanches saudáveis para crianças e amigos do ambiente	outubro de 2016
Redes de apoio consciente para mães e famílias	novembro de 2016
Convívio de Reis, trocas e balanço do grupo	janeiro de 2017

Tabela 6: Temas “Piqueniques Ternura” Famílias em Transição Aveiro

Fonte: Tabela criada com base nos eventos divulgados pelo grupo Famílias em Transição Aveiro

Iniciei a participação no grupo Famílias em Transição na segunda edição dos piqueniques, em que se discutiram as possibilidades de criação de projetos educativos alternativos. Este foi o primeiro piquenique temático, já que o primeiro se concentrou na apresentação dos objetivos do grupo e tinha um carácter mais de convívio. Neste primeiro piquenique, surpreendeu-me o fato de tantas pessoas terem o desejo de discutir, de partilhar ideias e de pensar em soluções alternativas para a educação dos seus filhos. Percebeu-se bem o imenso interesse que o tema suscitava, bem como o desejo dos pais e mães de que os seus filhos pudessem ser educados num ambiente em que se permita a expressão da liberdade, tanto em relação aos seus interesses pessoais, quanto à melhor forma de assimilar o conhecimento. Falou-se na importância de preservar e de respeitar a individualidade de cada criança, em todas as suas formas de expressão, e concluiu-se que esta não é uma prioridade para a escola convencional em Portugal. Tal fato pode ser o reflexo de uma padronização do modelo escolar que se verifica em muitas escolas, em diferentes lugares do mundo. Durante a discussão, notou-se uma certa abertura às modalidades alternativas, como o ensino doméstico, ou mesmo a comunidade de aprendizagem, definida pelo grupo presente neste piquenique, como resultado da associação entre moradores e familiares de uma mesma comunidade para colaborar na educação das crianças. Falou-se também sobre a criação de escolas com perfis diferentes como é o caso da Escola da Ponte⁶⁵, em Portugal. Para ilustrar as diferentes realidades sobre o tema da educação alternativa, estiveram presentes no piquenique não só pessoas vindas da cidade de Aveiro e localidades vizinhas, mas também de outros distritos como Braga e Porto. Estiveram ainda

⁶⁵ Escola pública portuguesa fundada em 1976. Tem vindo a procurar um sentido próprio na qualidade de educação que promove e enquadra-se num paradigma de racionalidade emancipatório e desenvolveu ao longo dos anos, referenciais organizacionais, pedagógicos e metodológicos construídos numa cultura reflexiva, que instituiu internamente e que fundamentou, e fundamenta ainda, a sua autonomia. Informação retirada do *website* da Escola da Ponte disponível em www.escoladaponte.pt

presentes representantes da associação Movimento de Educação Livre – MEL (organização sem fins lucrativos), participantes das iniciativas de Transição das cidades de Coimbra e Braga, além de profissionais das áreas da educação, pedagogia infantil e filosofia, entre outras. Para além da articulação da iniciativa de Aveiro com outras iniciativas e associações, o foco da discussão manteve-se no desejo das famílias locais de partilharem angústias e dúvidas a respeito da educação formal em Portugal, assim como de proporem soluções alternativas ao atual sistema de ensino. Algumas soluções estavam já a ser colocadas em prática, como no caso do movimento MEL, que tem vindo a apoiar as famílias que optam pelo ensino doméstico. Este encontro revestiu-se de um caráter de partilha, com questões sobre experiências e possibilidades de ações, e não apenas de exposição de dúvidas e expectativas quanto ao futuro. A partir deste piquenique iniciou-se uma mobilização para a criação de um projeto de educação alternativa no âmbito da AeT. Esta mobilização deu origem ao projeto ELA – Educação Livre Aveiro que constitui mais um grupo de trabalho da AeT. Falaremos especificamente sobre este grupo na próxima secção deste capítulo.

O tema da educação foi novamente o foco durante o piquenique realizado em setembro de 2016. O encontro tinha como tema os desafios do retorno ou início dos filhos à escola. No resumo do encontro escrito e publicado por uma das dinamizadoras, ficou registado que se comprovou novamente que o tema da educação é um dos que mais mobiliza participantes e estimula discussões, muito pelo descontentamento notório dos pais e mães com o sistema atual de ensino em Portugal. Há uma vontade de mudar e de encontrar soluções. No entanto, as conclusões extraídas do encontro demonstram que ainda não se pode mudar radicalmente o sistema, o que indicia que se deve manter o foco em como lidar com o sistema convencional que prevalece, mesmo diante de tantas insatisfações. Não se abandonou contudo a ideia de pensar em projetos como o ELA, nem os participantes deixaram de pensar na responsabilidade dos pais e mães na concretização de eventuais mudanças, sejam elas pequenas ou não. De acordo com os participantes deste piquenique, tal mudança pressupõe um envolvimento consciente da(s) família(s) na educação, por ser(em) a principal fonte de exemplos e opiniões para os filhos. Neste sentido, a transmissão de valores afetivos e solidários aos filhos parece ser a base mais sólida a ser construída diariamente. É possível por isso identificar na AeT uma prática de reflexão sobre os modos alternativos de educação que tomem como prioridade a liberdade, a autonomia, a criatividade e a solidariedade.

Alguns dos temas dos piqueniques não dizem respeito apenas à relação íntima familiar, representam inclusive a interação da família no meio social, abrindo espaço para a discussão sobre como os modos de estar no mundo criam reflexos no entorno em que se vive. O piquenique que teve como tema “Como educar os nossos filhos para a solidariedade”, trouxe ao de cima a ideia de que num mundo tão competitivo, em que tanto se fala de produtividade e de empreendedorismo, torna o foco na educação, na crença em torno da solidariedade, na inclusão, amor e no respeito entre as pessoas, num verdadeiro desafio. Neste encontro esteve presente uma psicóloga e educadora que partilhou a sua experiência profissional sobre o tema, além de mães, pais e interessados em dialogar sobre a educação dos filhos, com as potencialidades de desenvolvimento humano e social vistas como pertinentes e necessárias, no contexto em que atua a Aveiro em Transição. Uma das ideias que reuniu maior consenso durante a conversa, foi o reconhecimento de que o desenvolvimento de uma educação mais solidária e respeitosa em relação ao meio em que se vive, está ligado ao envolvimento efetivo dos pais no processo de educação dos filhos. Este processo não deve deixar de valorizar a participação da escola, da mesma forma que não deve excluir todos os lugares físicos de interação das crianças com outras pessoas. Incluem-se aqui as redes sociais, tanto no campo mediado pelas tecnologias, quanto pelas redes comunitárias de interação face a face. A Maternura – rede de suporte para a infância e a maternidade, situada em Ílhavo, distrito de Aveiro, é um exemplo de rede em que convivem pais, mães e filhos. Para além do serviço de *babysitting* e infantário (privado), há uma série de atividades gratuitas, como tertúlias, e até os Piqueniques Ternura que geralmente são realizados com o apoio da Maternura, através da cedência do seu espaço e da participação de um ou mais integrantes da sua equipe. É possível perceber que um dos diferenciais da Maternura é a formação de uma rede de apoio às famílias locais, o que justifica a aproximação com a AeT. O apoio não se estende apenas à educação e cuidado com os filhos, é também um suporte emocional, principalmente para as mães, oferecendo ainda a possibilidade de diálogo sobre as formas mais naturais e intuitivas de relacionamento com os filhos e de interação da família em geral.

Foi neste ambiente, com a presença de mães, pais, filhos e educadores que percebi que havia uma possibilidade de confirmação da abertura do campo à investigação. É importante mencionar que o Famílias em Transição Aveiro foi o grupo em que mais rapidamente me consegui sentir integrada. O fato de não ter filhos, na altura em que iniciei a minha participação na iniciativa, e de não ser moradora, nem do distrito nem do concelho de Aveiro, não interferiu

na abertura e receptividade que tive neste grupo. Pela forma e intenção com que os piqueniques são organizados, mesmo os temas mais direcionados para a maternidade, como as experiências com partos e o significado de ser mãe, são colocados de maneira a que todos possam, ou manifestar o desejo de viverem estas experiências, ou contextualizar os temas através da realidade enquanto filhos e interlocutores das experiências das nossas próprias mães e familiares. A perspectiva que envolve temas como estes, na concepção da AeT, é o desenvolvimento da consciência, do autoconhecimento e do senso comunitário através das experiências vividas com a parentalidade.

Durante os piqueniques são propostas reflexões sobre a desconstrução de alguns mitos relacionados com a maternidade, privilegiando a intuição e o conhecimento a partir das experiências. Em contraposição a esta tendência mais livre de sentir e agir, está a tentativa de criar um padrão sobre os comportamentos e as escolhas em relação à maternidade ou à paternidade. Esta é uma tensão perceptível entre o grupo das Famílias em Transição Aveiro e o modelo proposto pelas estruturas sociais contemporâneas. No piquenique sobre “O significado de ser mãe”, foi referida a existência de um reforço da ideia de que as mães precisam ser ensinadas a ser boas mães. Na percepção de algumas mães presentes no piquenique, esta ideia parece artificial e só nasceu depois da revolução industrial, quando as mulheres começaram a deixar os filhos para trabalhar fora de casa. Antes disso, isto não representava uma preocupação, pois as mães não eram, regra geral, julgadas por agirem de forma intuitiva. Para as participantes deste piquenique, o não julgamento representa um pensamento libertador. É possível perceber que o julgamento sentido pelas mães reflete a necessidade da luta pela igualdade de direitos para as mulheres, no sentido do respeito pelas escolhas pessoais e profissionais, uma preocupação presente no movimento feminista.

Esse pensamento libertador referido pelas participantes do piquenique pode ser importante para a expressão da intuição e para a vivência de momentos de reflexão sobre a maternidade. No entanto, este mesmo contexto pré-revolução industrial pode também abarcar um sentido repressivo, pois esta suposta liberdade pelo não julgamento é apenas concedida quando a mulher não tem uma atividade profissional. Este é um cenário ainda se vê nas culturas contemporâneas ocidentais, uma falsa liberdade que, na mesma medida em que concede o direito da mulher de desenvolver uma atividade profissional, julga as suas escolhas como mãe, e induz a que ela se adegue aos comportamentos padrões sugeridos pelas estruturas sociais atuais e pelos discursos hegemônicos. Depreende-se então que, ao trabalhar fora de casa, a

mulher é posta em questão no seu papel de mãe, só porque não está disponível a tempo integral para a criação dos filhos, por exemplo, ao mesmo tempo que mantém uma atividade profissional que absorve parte do seu tempo e dificulta a sua atividade criativa e reflexiva sobre o exercício da maternidade. Neste mesmo piquenique, percebe-se a possibilidade de desenvolvimento de uma prática de reflexão sobre os direitos da mulher na sociedade ocidental, assim como a livre escolha perante os modos de vida. A escolha de um estilo de vida passa pelo desafio de equilibrar os padrões já existentes e disseminados pelos média, pelas interações sociais e pelas diferentes estruturas sociais e econômicas. As influências da formação escolar e da família, como fontes importantes para a educação, não estão livres da influência de um sistema social moldado pelo sistema econômico. Estes sistemas socioeconômicos definem muito dos tipos de transformações culturais vividas pelas pessoas (Hall, 1980) e, conseqüentemente, dos modos de vida.

Ainda sobre escolhas e possibilidades de julgamentos, na 10ª edição do “Piquenique Ternura” deu-se uma discussão sobre a transmissão de hábitos alimentares saudáveis aos filhos, numa realidade que estimula o consumo pela marca ou pelas escolhas da maioria. A reflexão sobre este tema específico demonstrou a preocupação dos participantes em estimular nos seus filhos a consciência ambiental sobre os hábitos de consumo alimentar e, de forma indireta, sobre o processo socioeconômico que envolve a produção de alimentos. No caso concreto das crianças, falou-se sobre maneiras pedagógicas, lúdicas e criativas para estimular a curiosidade sobre os alimentos, proporcionando uma relação mais próxima e intuitiva. Foi necessário então conversar sobre estratégias para o concretizar, entre elas: mostrar como os alimentos são originalmente cultivados e como chegam aos supermercados; demonstrar os benefícios do consumo de alimentos biológicos e convidar as crianças a acompanhar o modo de confecção dos alimentos. Claro está, há vários desafios que se apresentam na hora de manter estas escolhas e de apresentar ferramentas possíveis para a construção de uma consciência ambiental. Neste caso, algumas escolhas dizem respeito à informação e à visão crítica sobre a indústria alimentar e as conseqüências dos seus processos para a saúde humana e para a qualidade ambiental. No caso dos alimentos biológicos, os aspectos econômicos e sociais condicionam a acessibilidade, seja pelo custo alto, seja ainda pela baixa disponibilidade. De uma forma resumida, os desafios sentidos pelos participantes do piquenique tinham que ver com as formas de demonstrar aos filhos a importância de uma alimentação saudável, e com as possíveis dificuldades em manter esse padrão, já que é possível que as crianças sejam confrontadas em lugares, ou em certas

situações, com alternativas em que este tipo de alimentação não é necessariamente vista como prioridade. Neste sentido, é possível questionar o que é que as pessoas consideram como uma verdadeira alimentação saudável, visto que a indústria alimentar pode criar e vender aos consumidores uma imagem conveniente aos ganhos econômicos que lhe são inerentes.

No contexto do piquenique, as discussões sobre esse tema não aprofundaram as questões que envolvem a indústria alimentar. As principais preocupações dos participantes pareciam ser como conseguir desenvolver uma consciência ambiental e de saúde alimentar nas crianças, de forma adequada a cada faixa etária, e também como lidar com as interferências de familiares, escola e demais ambientes frequentados pelos filhos. Quando os temas dos piqueniques envolvem a criação de uma consciência sustentável ou ambiental, as práticas sugeridas são, de forma geral, ações a ser aplicadas no contexto e nas rotinas familiares mas que, pela visão global da iniciativa AeT, devem ser incorporadas mesmo que possam contribuir numa escala micro dentro da dimensão das questões ambientais, tais como as alterações climáticas e o uso excessivo de combustíveis fósseis.

Especificamente sobre a forma como o termo sustentabilidade tem vindo a ser articulado nos discursos e práticas sociais, Fien e Tilbury (2002) alertam para o fato de, muitas vezes, ser uma concepção criada para satisfazer os interesses políticos e econômicos. Da mesma forma, o conceito de desenvolvimento sustentável é um bom exemplo destas práticas (Krieg-Planque, 2010). O reconhecimento de uma abordagem de desenvolvimento sustentável ligado ao entorno comunitário compreende uma adaptação do seu próprio conceito pelas pessoas da comunidade, permitindo pensar em novas formas de cidadania ambiental e em democratizar o entendimento sobre a sustentabilidade através da educação ambiental (Fien & Tilbury, 2002). No caso do grupo das Famílias, as práticas locais de consciência ambiental podem ser pensadas também pela ótica de processo, uma construção contínua que interpreta princípios, considerados por Fien e Tilbury (2002) como fundamentais para o contexto local, tais como participação, direitos humanos, biodiversidade, equidade e interdependência entre as pessoas e o ambiente. Portanto, é possível reconhecer que o grupo procura desenvolver uma prática de consciência ambiental através de escolhas sustentáveis e da tentativa de um processo de educação e de conscientização dos filhos. No entanto, o potencial para comunicar este processo de desenvolvimento de consciência, justamente como forma de fomentar o engajamento comunitário, pode estimular a que outras famílias se venham apoiar no grupo para iniciarem

processos semelhantes com os seus filhos. O conhecimento e as informações partilhadas devem ser tratadas como tema de interesse público.

No piquenique de agosto de 2015 fez-se uma breve reflexão sobre como lidar com as interferências externas na educação dos filhos e outras variáveis relativas às decisões familiares. Este foi um assunto presente também em discussões de outros piqueniques, o que demonstra que as interferências externas são preocupações ou desafios que motivam reflexões por parte dos participantes. Principalmente no que concerne à escolha do modo de vida, aos hábitos e à criação do tipo de consciência socio-ambiental que os participantes do grupo das Famílias procuram criar nos seus filhos. De uma forma geral, a discussão focou-se na ideia de que, nos primeiros anos de vida dos filhos, pais e mães desejam ser a principal referência no que respeita ao comportamento. Talvez por acreditarem que os exemplos dados pela família são mais pertinentes e eficazes nesses primeiros anos. Estão contudo conscientes de que há interferência e influência externa na formação de personalidade e que estas estão presentes em todas as oportunidades de interação social dos seus filhos. O respeito perante as escolhas no âmbito familiar diz respeito tanto às opções de parto e de educação dos filhos, quanto à decisão de ter ou não ter filhos. Este piquenique revestiu-se de um carácter mais de desabafo e partilha de experiências do que de proposta de novas ideias e discussões articuladas com outros temas e busca de soluções. Assim se confirma a prática do grupo Famílias em Transição Aveiro em estimular o respeito pelas escolhas parentais e familiares.

É notória a amplitude de possibilidades de discussão sobre as escolhas no âmbito familiar nestes piqueniques e o que se realizou em julho de 2015, com o tema “Mães a tempo inteiro e mães que trabalham fora de casa” suscitou uma reflexão profunda sobre a maternidade e a paternidade, e as condições sociais oferecidas em Portugal para o desenvolvimento de uma vida familiar equilibrada: com tempo e espaço para as experiências reflexivas, criativas e afetivas. Neste encontro estiveram presentes mães que deixaram uma vida profissional estável para se dedicarem totalmente à criação dos filhos; outras que tentaram equilibrar a vida profissional e a vida familiar, diminuindo, para isso, o número de horas de trabalho, ou optando por atividades que possibilitassem a flexibilidade de horários e a realização de trabalho em casa, por exemplo. No caso deste encontro em particular, não houve nenhuma mãe que mantivesse, à data de realização do piquenique, horários mais rígidos para o desenvolvimento da atividade laboral, com oito horas diárias, em horário comercial convencional. Mas algumas destas mães já tinham vivido esta experiência em algum período das suas vidas e, portanto, relataram os seus pontos

de vista a partir de diferentes perspectivas. Foi dito por estas mães que, por um lado, muitas famílias não têm a opção de diminuir horas de trabalho ou de abdicar da sua atividade profissional, devido ao contexto financeiro pessoal, e às políticas sociais relativas à parentalidade que, na opinião das mães portuguesas presentes no piquenique, são ainda insuficientes. Neste sentido, discutiram-se políticas sociais que pudessem dar suporte econômico e ajudar na adaptação ou na reestruturação familiar após a chegada dos filhos, pelo menos até aos cinco anos de idade, período em que se dão, a nível psicológico, formações e transformações determinantes para a criança, naquela que é apelidada de primeira infância. Por outro lado, as mães que optam por deixar o trabalho fora de casa, em função da dedicação completa aos filhos são, por vezes, criticadas, vistas como improdutivas ou como pessoas sem motivação para trabalhar. A opção destas mães não determina necessariamente que elas não se sintam felizes ou mesmo motivadas com as suas atividades profissionais. Quer dizer, no entanto, que o sistema através do qual o trabalho é estruturado não permite que estas mães criem os seus filhos da forma como pensam ser a mais equilibrada, em termos de tempo e de qualidade. De uma forma geral, a saúde emocional dos filhos é um aspecto bastante valorizado e mencionado durante as discussões dos piqueniques. Pode dizer-se que é uma prioridade para as famílias, e integra um conjunto de objetivos relativos a uma educação formadora para a criatividade, sustentabilidade ambiental e solidariedade. Pelo que se pode perceber do discurso geral do grupo das Famílias em Transição Aveiro, estes aspectos estão diretamente relacionados. Ou seja, no desenvolvimento de uma visão sustentável sobre o ambiente está implicada uma visão solidária de respeito para com o bem-estar coletivo e também um conjunto de esforços para criar e manter hábitos saudáveis e sustentáveis. A criatividade é uma ferramenta que possibilita integrar estes aspectos valorizados na educação.

Relativamente às políticas sociais em Portugal e às possibilidades de auxílio para a adaptação familiar, referiu-se, de uma forma breve e geral, ser necessário um período alargado de licença de maternidade e de paternidade (esta ainda vista como sendo secundária), políticas que permitam a opção pelo empreendedorismo, assim como atividades profissionais mais autónomas, que possibilitem horários flexíveis ao planeamento familiar. É possível dizermos que, nos últimos cinco anos, foram divulgadas algumas medidas positivas em Portugal, sobretudo no que se refere à redução de horas de trabalho para mães com bebês até um ano de idade, à regulamentação da licença parental alargada de seis meses, entre outros benefícios que permitam uma certa conciliação das atividades profissionais por parte de pais e mães. As

licenças parentais cobrem 100% dos salários dos trabalhadores até aos quatro meses de vida da criança. No caso do subsídio parental alargado, o benefício é concedido durante mais três meses, ou seja do quinto ao sétimo mês de vida. Há, contudo, uma redução de 75% dos salários do pai ou da mãe⁶⁶, que nem sempre é viável no contexto financeiro familiar, portanto, são medidas de eficácia relativa. É importante mencionarmos que, de acordo com a socióloga da Universidade do Porto, Isabel Dias, em declarações ao jornal *Público*, os dados da entidade de Segurança Social portuguesa demonstram que os pais aderem mais a este subsídio do que as mães. Segundo a especialista, isto pode ser explicado pelo fato de os salários das mulheres serem ainda mais baixos que os dos homens (Silva, 2015). Portanto, o gênero é também um fator condicionante para as decisões sobre o tempo e a gestão familiar.

Não podemos deixar de ressaltar a importância de existirem discussões públicas sobre este tema. Em maio de 2016, saiu uma série de notícias sobre propostas legislativas relativas à demografia, à natalidade e à família⁶⁷. Entre as propostas de diferentes partidos políticos, estava a discussão sobre a harmonização entre a vida familiar e profissional, de modo a proporcionar mais tempo às famílias, e incluir os avós na gestão do tempo familiar, entre outros aspectos (Rodrigues, 2016). Entre os objetivos destas propostas, estava a equidade de direitos na partilha familiar entre pai e mãe, podendo assim contribuir para que as mulheres sejam menos discriminadas, por exemplo, no mercado de trabalho (Rodrigues, 2016). Este fator discriminatório representa uma discussão em torno da desigualdade de direitos de gênero, tema não tratado em profundidade e de forma articulada, ou mesmo reivindicatória, durante as atividades realizadas pelo grupo das Famílias, mas que aparecem como tema de fundo em algumas discussões dos piqueniques. Esta questão poderia ser mais bem contextualizada nos temas abordados durante os piqueniques e deveria também ser introduzida no contexto dos outros grupos da AeT. Pensar sobre as diferenças de gênero no contexto da parentalidade é importante para promover o incentivo de uma parentalidade consciente e equilibrada, e para o entendimento das consequências sociais e culturais, especialmente sob o viés da subjetividade, das experiências e da construção de modos de vida pertinentes para as decisões familiares.

⁶⁶ Informação retirada do “Guia de Parentalidade Consciente” da Ordem dos Enfermeiros, disponível em http://www.ordemenfermeiros.pt/publicacoes/Documents/GOBP_ParentalidadePositiva_vf.pdf

⁶⁷ Poderá complementar a informação sobre este pacote legislativo e sobre discussões públicas acerca deste tema nos seguintes links: <https://vimeo.com/165418094>; <https://www.publico.pt/politica/noticia/como-o-cds-quer-por-os-portugueses-a-ter-mais-bebes-1730891>; <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/licenca-parental-alargada-para-6-meses-1364951>; <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/ha-cada-vez-mais-pedidos-para-licenca-de-maternidade-de-oito-meses-1706426>; <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/pais-homens-passam-a-ter-mais-cinco-dias-de-licenca-parental-obrigatoria-1706562>; <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/peticao-para-alargar-licenca-de-maternidade-para-seis-meses-vai-ser-debatida-no-parlamento-1721946>

Além da evidência de debate público e político sobre as questões parentais, nota-se também o interesse por parte de investigadores da área da medicina e da psicologia, por exemplo, no desenvolvimento de estudos científicos sobre as consequências físicas, emocionais, sociais e culturais, a partir das condições de concepção, gestação, parto, aleitamento materno e modos de educação e acompanhamento dos filhos, principalmente nos seus primeiros anos de vida (Luzes, 2007). Segundo a autora, a ciência já comprovou que não existe distinção entre os fatores biológicos e psicológicos, e o grupo Famílias em Transição Aveiro, mesmo sem mencionar evidências científicas, está disposto a refletir sobre o desenvolvimento de uma visão ampla e holística que envolva a saúde física/emocional e o bem-estar social dos filhos no ambiente em que interage e no que possa a vir interagir.

A psiquiatra e investigadora brasileira Eleanor Luzes é uma referência em conteúdos na internet, e em artigos científicos, quando se trata da área ciência para o início da vida. Na sua tese de doutorado, defendida em 2007 na Universidade Federal do Rio de Janeiro/Brasil, discute a necessidade de haver contacto com esta área científica, particularmente em instituições de segundo e terceiro ciclos. Esta área tem-se desenvolvido, sobretudo nos últimos 10 anos, e a autora refere a existência de uma nova realidade quando se estimula a consciência, o cuidado e a dedicação de tempo na reflexão sobre os contextos de concepção, gestação e educação dos filhos, pelo menos nos três primeiros anos de vida (Luzes, 2007). Em outras partes do mundo, esta área de investigação é conhecida como ciência cerebral e, de acordo com a autora, dá-se importância à meditação, ao autoconhecimento, à busca pelas histórias e experiências de antecessores familiares, aos cuidados com alimentação, à desmistificação de dogmas científicos no âmbito da medicina, no que se refere ao parto, amamentação e à saúde das crianças (Luzes, 2007). A autora reforça ainda algumas recomendações e aspectos valorizados pela Organização Mundial da Saúde, tais como a formação de grupos de mulheres com o objetivo de partilha e de transferência de conhecimento sobre nascimento e pós-parto; o direito da mulher de escolher o tipo de parto preferido (de acordo com suas condições clínicas), bem como de usufruir de condições psicológicas e físicas confortáveis, acolhedoras e afetivas durante o parto e o pós-parto; as políticas públicas de incentivo ao aleitamento materno, tal como as condições econômicas, sociais e políticas que viabilizem condutas médicas e comunitárias favoráveis a este plano geral de bem-estar e desenvolvimento saudável da vida familiar (Luzes, 2007, pp. 1333-1334). Neste sentido, não só a ciência deverá dar o seu devido apoio técnico a essas questões, mas também devem ser ouvidas as vozes e as experiências dos sujeitos sociais envolvidos,

procurando valorizar o conhecimento do senso comum, que é uma tendência da ciência pós-moderna e do paradigma emergente referido por Sousa Santos (2005), especialmente no sentido de estimular o exercício do autoconhecimento humano. Nota-se que os participantes dos “Piqueniques Ternura” estão interessados em linhas de pensamento, pedagogias ou ideias alternativas que valorizem a intuição, as escolhas livres, as possibilidades de partilha comunitária calcadas nas redes de apoio, na oportunidade de autocrítica enquanto pais e mães, filhos, homens e mulheres. Trata-se de um espaço plural, propício ao exercício do autoconhecimento, mas que não explora completamente todas as suas potencialidades. Deve, por isso, ser um espaço em permanente construção, visto que a incidência do poder através dos discursos hegemônicos (Foucault, 2012), do desenvolvimento do conhecimento e da subjetividade (Blackman et. al., 2008) e da influência das estruturas sociais e padrões sugeridos pelo sistema capitalista (Giddens, 1989; Sewell Jr., 1992) também é constante.

O piquenique intitulado “Balanço, reflexão e crítica sobre o que o grupo trouxe para cada participante, para onde queremos ir enquanto grupo?” proporcionou aos participantes uma oportunidade de reflexão e de exercício do autoconhecimento. Este tema reflete um questionamento presente em conversas informais e também nas reuniões gerais da AeT. Percebe-se uma vontade de autoavaliação e de confirmação do caminho a ser seguido, dos objetivos, do que as pessoas envolvidas realmente desejam e sentem em relação à sua participação na iniciativa. Neste dia de balanço, foi questionado o nível de empoderamento do grupo em relação ao alcance dos resultados e de concretização de objetivos. Concluiu-se que a falta de hierarquia do grupo impede por vezes que as coisas aconteçam e se dinamizem com maior eficácia. Foi possível perceber que há uma dualidade entre a atratividade de ver mais pessoas a aderir ao grupo, ou mesmo a realização de mais e de diferentes atividades ligadas ao núcleo das famílias, e a intenção de priorizar a liberdade e a livre iniciativa de participação, assim como manter o grupo num nível mais intimista. Ou seja, se um grupo restrito de pessoas manifestou interesse em participar, então as atividades serão dedicadas a estas pessoas, independente da quantidade de participantes. A dualidade referida acima é refletida por uma questão já mencionada por um dinamizador em reunião geral da AeT em que participei: não é suposto que o grupo Famílias em Transição Aveiro mantenha-se restrito e íntimo, já que os temas, em sua maioria, concentram-se nas experiências familiares?

Talvez exista uma inclinação mais acentuada para o incentivo à participação, ao surgimento de novas ideias, intervenções e novos fluxos de criatividade. Segundo uma das principais

dinamizadoras deste grupo, ideias novas e criativas poderiam promover o envolvimento de outros participantes, proporcionando dinamismo ao grupo e uma maior autonomia na sua gestão. É possível perceber o desejo da AeT e, que haja um engajamento comunitário. Apesar deste duelo emoção *vs* razão ser perceptível nas práticas da AeT, nota-se uma tendência, no discurso geral do MT, em entender o processo de transição externa, ligado às questões ambientais e econômicas, decorrente do processo de transição interior, considerado como uma abertura do sujeito ao desenvolvimento de uma consciência e de reflexão crítica sobre si e o entorno ambiental. Portanto, a transição interior, através da valorização da subjetividade, pode encontrar nas discussões do grupo Famílias em Transição Aveiro um espaço para o seu desenvolvimento.

Surgiram outras reflexões neste encontro de balanço: talvez a ideia central do grupo não esteja suficientemente clara para quem entra em contato pela primeira vez; pode existir uma influência das questões culturais na adesão às atividades, especialmente porque no caso do grupo das famílias, em determinada altura, havia mais participantes estrangeiros do que portugueses, e algumas pessoas não eram cidadãos locais. Depois da discussão foram colocadas algumas questões pertinentes: a localização dos piqueniques e as formas de comunicação do grupo, que bem poderiam ser mais diversificadas. Os encontros acontecem na cidade de Ílhavo, localizado aproximadamente a cinco quilômetros da zona central da cidade de Aveiro, onde fica a sede do Maternura, uma associação que oferece sua sede como local para a realização dos piqueniques. É um lugar que possibilita conforto e abrigo do frio, vento ou chuva, um ambiente ao ar livre favorável à realização dos piqueniques e das brincadeiras ao ar livre para as crianças. Estes aspectos são fundamentais para que mães, pais e crianças se sintam confortáveis, o que é uma prioridade na visão dos dinamizadores das atividades.

A adesão aos piqueniques costuma ser estável em termos de número de pessoas, já que após um intervalo de tempo de assiduidade das mesmas pessoas, há uma renovação natural dos participantes. Os encontros já são conhecidos como um lugar de partilha, de liberdade de expressão, de abertura aos interessados, de troca de informações, de apoio emocional e de discussão sobre práticas relacionadas com o bem-estar familiar. Há fases em que se nota uma diminuição da participação, o que costuma coincidir com um período para mobilizar a presença de pessoas diferentes e propor novas ideias e novos projetos. Já há conversas informais e trocas de *e-mails* sobre a possibilidade de criar uma rede consciente para pais e mães ou uma rede de parentalidade consciente. O intuito desta rede seria o de manter algumas práticas mais

sistemáticas e de poder contar com o apoio permanente de alguns participantes. Por exemplo, distribuir as responsabilidades de marcar novos piqueniques, propor ou estimular a definição dos temas, desempenhar os papéis dos mediadores durante os piqueniques, através das metáforas de guardião do tempo e o guardião do coração, e também ajudar de uma forma geral na organização desta rede específica de suporte emocional às famílias. Em fevereiro de 2017, algumas pessoas decidiram realizar encontros paralelos aos “Piqueniques Ternura” para tentar colocar em prática esta ideia da rede de parentalidade. A proposta apresentada implicava a formação de um grupo mais restrito de pais e mães, de maneira que todos pudessem falar sobre as suas necessidades emocionais, partilhar dúvidas sobre o tema da parentalidade e trabalhar a ajuda mútua. Este tipo de rede está em consonância com a ideia de desenvolver um processo de transição interna conforme o próprio conceito foi concebido pela iniciativa de Transição Totnes, ou seja, através da partilha como um dos métodos principais de organização do grupo e com a exposição de sentimentos e experiências (Hopkins, 2011).

Para que haja uma fruição da subjetividade fomentado pelo MT e especificamente pela AeT, é possível pensar sobre o papel primordial das emoções para a constituição do sujeito (Giddens, 1989) e para a construção de experiências de cidadania e de ação política (Dahlgren, 2013). Ao não considerarmos as emoções, podemos ter uma visão desequilibrada do sujeito e das suas potencialidades como agente social. Para que se possa exercer a cidadania, a emoção é a chave principal para que a racionalidade se desenvolva (Dahlgren, 2013, pp. 5-7). No grupo Famílias em Transição Aveiro, a dualidade entre a força do racionalismo e das emoções apresenta-se na dificuldade em lidar com a inconstância e a inconsistência de participação em algumas atividades, e na vontade de formalizar uma rede mais estruturada e com efeitos mais concretos, apesar da principal matéria-prima dos eventos ter uma natureza subjetiva e informal, com reflexos sutis e de efeitos gradativos.

Sobre o caráter reflexivo dos piqueniques em geral, e mais especificamente deste piquenique, que propôs a realização de um balanço sobre as contribuições de cada participante para o grupo, e vice-versa, é possível pensar o processo de reflexão, seguindo o que foi proposto por Maheirie (2002), no sentido da absorção ou da compreensão de algo, o que tanto pode gerar emoções ligadas à criatividade (emancipação) quanto à falta de questionamento aos modelos predominantes (cerceamento). Ao contextualizar a vivência desta reflexão no meio de transformações culturais sustentadas pelas estruturas, discursos e modelos do capitalismo contemporâneo, a opção por seguir um padrão ou modelo predominante será menos exigente

em termos de investimento emocional e intelectual. Neste sentido, a reflexão é um processo que não garante o desenvolvimento da consciência sobre a diversidade cultural, os direitos das mulheres, as problemáticas ambientais, o senso de comunidade e a solidariedade, e outros aspectos que o MT e a iniciativa AeT possam discutir ou intervir por meio da criação de práticas específicas. De forma semelhante à reflexão, a subjetividade, como resultado das experiências (Amatuzzi, 2006; Larossa, 2002), é formada pela apreciação de autoconhecimento e de reconhecimento em relação ao outro e, neste caso, também ao entorno comunitário. Assim, a reflexão que se estimula na AeT é atravessada por variáveis contextuais como o social, o ambiental, o cultural e, por decorrência o econômico, e também por variáveis relacionais como as percepções sobre si, as outras pessoas e o entorno comunitário. O conhecimento e o autoconhecimento construídos a partir das práticas e das experiências dos participantes da AeT podem expor as variáveis contextuais e relacionais das reflexões e a subjetividade de cada participante, conforme a natureza das estruturas, discursos e modelos que mais o afetam. Esta produção de conhecimento e autoconhecimento, a partir das práticas e experiências construídas a partir da AeT, reflete aquilo que Sousa Santos (2005) refere como um paradigma emergente que valoriza as criações do senso comum. Redes de interação e apoio comunitário como AeT podem ser consideradas matérias-primas do senso comum que constroem níveis de conhecimento e de especialização, tanto no âmbito científico quanto na construção de modos de vida. Trata-se, portanto, de um conhecimento abrangente que pode ser utilizado e ressignificado, por exemplo, como fonte de produção científica e como um repertório cultural próprio do participante, podendo intensificar a sua capacidade de observação consciente de si e dos meios envolventes locais e globais.

Por outro lado, este conhecimento que origina também o autoconhecimento (Sousa Santos, 2005), pode ter um caráter efêmero (Bauman, 2006), a partir de discursos de moda publicitados pelos média, se for fruto de uma adesão não tão reflexiva perante a influência das estruturas e dos discursos. O discurso sobre sustentabilidade e ambiente, por exemplo, é alvo de distorções e usos de cunho mercadológico, como já referiu Fien e Tilbury (2002) e Krieg-Planque (2010). Assim, é possível inferir que quem participa de um projeto político ou tem uma performance social e política, através da AeT, do MT ou outro movimento social, será provavelmente desafiado a desenvolver habilidades e competências, criar formas de adquirir e produzir saberes específicos, que poderão ser úteis em outros âmbitos da vida, pois são a base para as práticas socioculturais e para as identidades culturais. É possível inferir também que,

quando a adesão a uma iniciativa social ocorre por um impulso, e não propriamente por uma decisão reflexiva e consciente, pode não gerar a estabilidade necessária para as experiências de autoconhecimento, para a capacidade de estabelecer ligações entre os diferentes contextos de atuação e as consequências geradas pelas ações de determinada iniciativa ou movimento social.

7.2 Educação Livre Aveiro

Do piquenique sobre educação alternativa surgiu a iniciativa Educação Livre Aveiro (ELA). Trata-se de um grupo informal de famílias, educadores e interessados no tema que se reúnem periodicamente para discutir e partilhar informação sobre projetos educativos alternativos, com o sonho da criação e dinamização de projetos locais⁶⁸.

Durante alguns dos encontros de planeamento e organização, decorreram atividades lúdicas, criativas, de formação e de convívio. A partilha de ideias desenvolvia-se a partir de um ambiente de cooperação e interação. No início de sua formação, o grupo marcava encontros semanais para partilhar novas informações e ideias, acolher novos colaboradores e conviver através de piqueniques e de atividades que envolvessem toda a família.

Em junho de 2014, realizou-se a tertúlia “Liberdade para aprender: conversa com o educador e Professor José Pacheco”. Este evento pode ser considerado como um impulsionador do projeto ELA. Um número representativo de interessados reuniu-se na Casa da Comunidade Sustentável, em Aveiro, em busca de inspiração sobre projetos alternativos de educação e para partilhar ideias, experiências e questionar as opções existentes de instituições de ensino em Portugal. Na figura abaixo, está o cartaz de divulgação do evento que possui uma chamada para a questão da mudança de paradigma da educação contemporânea, remetendo a formas de educar que envolvam integridade, cooperação e felicidade.

⁶⁸ Informação retirada da página de Facebook da Educação Livre Aveiro, disponível em <https://www.facebook.com/educacaolivaveiro/>



Figura 2: Cartaz do evento organizado e divulgado por Aveiro em Transição

Fonte: <https://www.facebook.com/events/1418610898402202/>

O encontro “Liberdade para Aprender” foi marcado especialmente pelas palavras esperança, liberdade, autonomia, rede e comunidade de aprendizagem. Pude acompanhar o encontro em que as pessoas estavam bastante motivadas e emocionadas pela oportunidade de partilha e pela possibilidade de criar algum tipo de projeto educativo na região de Aveiro. Pela comunicação realizada pelo Professor Pacheco⁶⁹, pode perceber-se que a sua concepção de educação passa pela ideia de que educar é conduzir, deixar vir de dentro para fora, é ser um mediador. O educador referiu que prefere a palavra autonomia à liberdade, pois assim é possível ser mais coerente e condizente com as pessoas ou com as crianças em processo de aprendizagem. No entanto, autonomia não significa autossuficiência, já que as pessoas aprendem a partir das relações criadas com outros objetos, informações e pessoas. É preciso, por isso, acreditar nas pessoas e nas suas capacidades de sentir, fazer e agir. Durante a tertúlia, ponderou-se o uso da expressão “comunidade de aprendizagem” como uma nova via de reflexão para a construção de um processo mais democrático e autônomo de aprendizagem. Através da participação efetiva dos pais, é possível concretizar mudanças na realidade que envolve a educação dos filhos. Outro

⁶⁹ José Francisco de Almeida Pacheco é um educador e pedagogo português, grande dinamizador da gestão democrática na Educação. Informação retirada da página José Pacheco no Facebook, disponível em: <https://www.facebook.com/professorjosepacheco/>

aspecto que contribui para este novo processo de aprendizagem é o trabalho em rede. Através da rede, podem ser mantidos diferentes projetos com o intuito de aprender e adaptar dentro do próprio processo de criação local. Os desafios comuns a estes tipos de projetos educativos alternativos geralmente referem-se à sobreposição da burocracia em detrimento da essência do projeto, assim como manter a coesão entre os responsáveis pela mediação na educação. O mediador desempenha o papel de estar aberto a visões diferentes daquelas preconizadas pelos conceitos da escola tradicional. Desse modo, é fundamental que o processo tenha origem nos questionamentos dos alunos para que, então, proponham-se formas de aprendizagem no exercício de experimentação e interesse pela descoberta.



Figura 3: Evento “Liberdade para Aprender”

Fonte: <https://tinyurl.com/yakp82x2>

Após o evento “Liberdade para Aprender”, o primeiro encontro geral do ELA ocorreu em junho de 2014. A proposta foi de partilhar e discutir ideias e de realizar dinâmicas em grupo que auxiliassem na criação de um modo de trabalho. Após as primeiras atividades e o entusiasmo deixado pela tertúlia, o modo de desenvolvimento do grupo seguiu o caminho da descentralização. Um grupo de pessoas, a partir do ELA, fundou a comunidade de aprendizagem Vagos, município vizinho de Aveiro.



Figura 4: Primeira reunião do grupo comunidade de aprendizagem Vagos

Fonte: <https://tinyurl.com/ybm4ebv6>

A Figura 5 ilustra algumas das ideias e planos de ações do grupo sobre a viabilidade de criação de uma comunidade de aprendizagem.



Figura 5: Ideias sobre criação de uma comunidade de aprendizagem

Fonte: <https://tinyurl.com/y89w5ea9>

Após um período de paragem e, de certo modo, de tempo para questionar caminhos, alguns participantes e dinamizadores da AeT manifestaram interesse em retomar as reflexões sobre comunidades de aprendizagem. Assim como no “Piquenique Ternura” de fevereiro de 2014, o tema da educação suscitou grande interesse por parte dos pais e mães da comunidade aveirense. Numa fase de reativação e com a missão de unir e de partilhar formas de repensar a

educação na(s) comunidade(s) dentro e fora de Aveiro, um grupo numeroso reuniu-se no dia 4 de julho de 2015, para uma conversa em círculo com a parceria da Rede de Educação Viva⁷⁰, uma rede que reúne pessoas, projetos e grupos com interesse na ideia da educação viva: uma proposta de educar voltada para o estímulo da criatividade, liberdade e ação participativa. Esteve presente, como comunicador, o dinamizador de alguns projetos de educação na região do Porto, Filipe Jeremias, com quem se fez uma reflexão sobre citações do educador Professor José Pacheco: “Comunidade de Aprendizagem é a concepção e desenvolvimento de um projeto educativo, é um ato coletivo, tem sentido no quadro de um projeto local de desenvolvimento, consubstanciado numa lógica comunitária e pressupõe ainda uma profunda transformação cultural”⁷¹.

Pode entender-se que a criação de um projeto de educação, inspirado nas ideias de autonomia e de desenvolvimento comunitário, no contexto do grupo ELA, parece acarretar o exercício de empoderamento coletivo e de um processo de transformação ao nível dos costumes e crenças que tradicionalmente circundam um projeto formal de educação no âmbito ocidental. A ideia de autonomia pode ser pensada tanto pela capacidade de observação e de iniciativa do indivíduo em processo de aprendizagem, quanto pelo empoderamento da comunidade em perceber a pertinência de um projeto de educação vocacionado para as necessidades e interesses comuns dos moradores locais. Este empoderamento coletivo gerado pelo interesse da comunidade em um projeto de educação faz-nos pensar nas características do ócio solidário mencionado por Cuenca Cabeza (2000): a comunicação, a cooperação e a ajuda. No caso do grupo ELA, a comunicação traduz-se pelo desejo de expandir as informações sobre projetos educativos alternativos. A cooperação e ajuda estão relacionadas à partilha dos benefícios e à ajuda mútua no desenvolvimento dos objetivos, o que vai ao encontro do conceito de empoderamento coletivo referido por Zimmerman e Perkins (1995).

Sendo assim, entendemos que o desenvolvimento comunitário a partir do grupo ELA se sustenta no equilíbrio entre os interesses individuais (pais e mães que almejam a participação dos filhos em um projeto de educação alternativa) e os interesses coletivos (adequação deste projeto conforme necessidades e características da comunidade de Aveiro). Esses interesses são complementares e influenciam-se mutuamente.

⁷⁰ “A Rede Educação Viva está organizada em núcleos locais autónomos, heterogéneos, apartidários, ligados entre si a nível nacional”, retirado de <http://www.educacaoviva.pt/rede-nacional.html>). Esta rede continua a dinamizar parcerias, inclusive a nível internacional, e está conectada com escolas, comunidades de aprendizagem, projetos em escolas, ensino doméstico e associações. Ver mais informações em www.educacaoviva.pt

⁷¹ Informação apreendida pela investigadora durante o evento.

Entendemos que a transformação cultural mencionada no conceito de comunidade de aprendizagem nos leva à reflexão sobre uma forma de viver que permita o desenvolvimento de tempo e de condições sociais, culturais e econômicas de envolvimento dos pais e mães, na educação dos seus filhos e das demais crianças do entorno comunitário. Em alguns casos, essas condições sociais, culturais e econômicas podem não ser propícias, daí a necessidade de as recriar e adaptar. O enquadramento formado por essas condições liga-se às nossas escolhas de trabalho, às nossas crenças sobre parentalidade e sobre um estilo de vida que permita ouvir as nossas próprias necessidades emocionais e construir formas para atingir os nossos objetivos. As escolhas nesse âmbito envolvem questões sobre o tempo presente e futuro, sobre um pensamento sustentável, solidário e mais livre dos padrões culturais vigentes.

7.3 Oficinas de Partilha de Saberes

As Oficinas de Partilha de Saberes da AeT são planejadas conforme a necessidade e a crença de que é importante o desenvolvimento de determinadas habilidades. A oficina sobre doces *vegans* e cosméticos naturais, por exemplo, foram propostas a partir de conversas informais entre dinamizadores do Aveiro em Transição e participantes ocasionais, e tiveram a contribuição de pessoas que ainda não tinham participado em oficinas anteriores. O convite a pessoas, instituições, associações ou empresas locais parceiras, bem como a presença de pessoas externas ou não habituais ao grupo, são estimuladas no sentido de contribuir com a diversidade dos temas e de aumentar a rede de participação e partilha. As oficinas contam geralmente com um público numeroso e interessado. Assim, as ofertas formativas costumam ser alvo de procura por diferentes participantes, o que nos faz pensar se o público tende a adquirir competências para se sentir mais empoderado perante o contexto cultural ou se existe uma necessidade prática ou econômica.

Pelo que podemos perceber, há um interesse na dimensão saudável ao realizar determinadas práticas e também nas vantagens financeiras de produção caseira de produtos, de conhecimento sobre modos e técnicas de promoção geral do bem-estar ou ainda de motivações afetivas em torno do envolvimento com pequenas práticas cotidianas. Na Tabela 7 pode-se verificar a abrangência dos temas, os usos no contexto da vida prática e as experiências possíveis a partir do conhecimento adquirido nas oficinas.

Tema	Data
Aprender a tricotar	novembro de 2013
Felicidade: um caminho para a resiliência	janeiro de 2014
Parentalidade consciente	fevereiro de 2014
Como fazer pão	março de 2014
Plantas selvagens comestíveis	abril de 2014
Bicicletas: como afinar e andar com segurança	maio de 2014
Como fazer leite vegetal caseiro?	junho de 2014
Patês e cremes caseiros	julho de 2014
Multiplicação de plantas	março de 2015
Vegetais fermentados	abril de 2015
Cosméticos naturais: porque não fazer em casa?	maio de 2015
Compotas caseiras	outubro de 2015
Doces <i>vegans</i>	dezembro de 2015
A descoberta da hidroponia	fevereiro de 2016
Respirar é o ponto de partida	abril de 2016
Sabão artesanal	junho de 2016
Confeccionar presentes e decorações de natal	novembro de 2016

Tabela 7: Oficinas partilha de saberes já realizadas

Para além de serem temas dotados de um sentido de utilidade prática, na maioria dos casos, nas oficinas discutem-se e apresentam-se estratégias de conscientização ambiental e econômica. O caráter dialógico entre as dimensões econômica e ambiental é recorrente nas atividades do AT e, em especial nas oficinas, e isso pode ser facilmente observado. O ato de aprender a produzir, ou confeccionar, a maior parte dos alimentos necessários à nossa própria alimentação, proporciona uma vida mais saudável, com maior autonomia, além de mais tempo de contato e de consciência com o ato de se alimentar. Em ritmos de vida acelerados em que se deseja uma maior produtividade e praticidade, os momentos das refeições tornam-se secundários já que, muitas vezes, passam a ser também momentos para trabalhar, fazer reuniões ou praticar algum esporte. As nossas escolhas em relação ao modo e ao tempo dedicados à alimentação também são influenciadores da nossa economia doméstica, pois os preços dos produtos industrializados ou os preços praticados pelos restaurantes, tendem a ser superiores aos produtos confeccionados e cultivados em casa.

Por via da sustentabilidade do ambiente, as Oficinas de Partilha de Saberes preocupam-se não só com o modo de confecção dos alimentos, mas também com o modo de conservação dos mesmos, com o tipo de matéria-prima utilizada e com a valorização do tempo específico de crescimento e de conservação. Desse modo, evita-se o desperdício, respeita-se a sazonalidade de cultivo e as consequências decorrentes da produção dos alimentos.

A relação com a alimentação pode ser vista ainda como um autoconhecimento sobre o que sentimos e como reagimos a determinados alimentos. Essa observação pode facilmente passar despercebida no cotidiano, mas pode ser também resgatada através de um modo de observação consciente sobre si mesmo. A tentativa de construir um estilo de vida menos adaptado ao sistema capitalista tradicional de consumo pode ser alvo de uma outra padronização do estilo de vida, direcionado pela indústria de produtos provenientes de agricultura biológica, ou de empresas estrategicamente focadas em criar necessidades de consumo. Para que a tomada de decisão seja mais consciente, as estratégias de *marketing* praticadas por essas empresas precisam ser percebidas e analisadas no âmbito das percepções e das condições pessoais.

Da mesma forma que a alimentação pode adquirir uma concepção mais consciente e mais equilibrada em termos ambientais, econômicos e sociais, o exercício da parentalidade e a busca pelo equilíbrio individual são opções para a construção pessoal de tempo e de estilo de vida. Podemos partir do ato de respirar e ir desde a concepção, a gestação e a criação dos filhos e pensar como essas situações podem ser experiências reveladoras de nós mesmos, ainda mais se vividas através de um processo intenso de observação consciente.

A intenção de realizar uma oficina sobre alimentos *vegans* (de origem não animal) vai ao encontro de uma preocupação com as práticas abusivas da indústria de consumo animal e com as consequências ambientais, entre elas a poluição, o alto índice de consumo de água e de outros alimentos, assim como dos gases tóxicos liberados durante o processo de industrialização da carne. Todos estes aspectos são amplamente discutidos atualmente com diferentes abordagens e posicionamentos. Não cabe, no âmbito desta tese, refletir exaustivamente sobre todas as consequências ambientais geradas pelo consumo de carne. As tensões envolvidas nesta discussão não fazem necessariamente parte da pauta do Movimento de Transição a nível internacional. Podem, no entanto, ser abordadas em diferentes níveis, nas iniciativas locais ou até mesmo ao nível pessoal dos participantes de determinada iniciativa. O que é importante destacar aqui, é a amplitude de preocupações e tensões, no que concerne à dimensão ambiental, levantadas durante as atividades promovidas pela AeT. O foco de discussão que se

deseja criar aqui é a consciência das consequências das escolhas de consumo e de estilo de vida. As Oficinas de partilha de saberes funcionam, muitas vezes, como prova de que existem diferentes opções e mesmo ferramentas alternativas para as questões ambientais e econômicas, sendo que algumas dessas questões não são novas, foram apenas perdendo-se no meio do processo das práticas capitalistas.

A aprendizagem sobre técnicas de cultivo de plantas e de apicultura também faz parte dos interesses mais recorrentes dos participantes da AeT. Alguns dinamizadores têm formação na área da engenharia ambiental ou, mesmo não tendo alguma formação específica, têm experiência prática. De uma forma geral, é inequívoco o interesse em refletir sobre os contextos que envolvem o ambiente e a aprendizagem contínua sobre práticas mais equilibradas e sustentáveis. O alcance da discussão não se resume às questões ambientais ligadas à alimentação, passa também pela ética que circunda as práticas cotidianas e pelo entorno físico e social.

Um exemplo de alargamento da discussão e de parceria da AeT com outros projetos foi a realização da oficina sobre multiplicação de plantas em colaboração com o VivaCidade Aveiro – projeto que teve a duração de 18 meses e foi selecionado entre mais de 127 candidaturas, entre 35 países, para integrar o programa “Actors of Urban Change”⁷². Este programa foi encerrado em maio de 2015 e teve como principal objetivo o desenvolvimento urbano sustentável e participado através da cultura⁷³.

O projeto VivaCidade em Aveiro teve como objetivo específico o de capacitar a comunidade através do reforço das competências dos cidadãos na criação de soluções para as questões urbanas. Isso foi impulsionado pelo apoio a projetos e à criação de trabalhos coletivos e de estímulo à participação ativa e positiva dos cidadãos; pela regeneração dos espaços urbanos através de transformações promovidas pela comunidade, tornando os espaços públicos acessíveis, acolhedores, propícios à socialização e à realização de atividades e eventos; pelo envolvimento intergeracional através da aproximação entre a população local e os jovens, já que Aveiro é uma cidade estudantil, onde se pode explorar a troca de experiências, conhecimentos e competências entre as pessoas. Por fim, o projeto VivaCidade procurou reforçar a identidade local, reavivando as memórias e a cultura local de forma a produzir o sentido de pertença e orgulho, especialmente através da identificação com o meio urbano⁷⁴.

⁷² Para saber mais sobre este programa Europeu, consultar <http://www.bosch-stiftung.de/content/language2/html/47964.asp>

⁷³ Informação retirada do webiste da VivaCidade Aveiro, disponível em vivacidadeaveiro.wordpress.com

⁷⁴ Informação retirada do webiste da Vivacidade Aveiro, disponível em vivacidadeaveiro.wordpress.com

Todas estas atividades formativas, tanto pela ótica de quem ensina, quanto pela ótica de quem aprende, causam impacto na construção da visão de mundo dos cidadãos e na formação das suas identidades. Podemos refletir que as experiências vividas neste contexto de partilha das Oficinas de Partilha de Saberes referem-se à produção subjetiva implicada nas experiências conforme já referiram Larossa (2002) e Amatuzzi (2006). Referem também sobre o pensamento de que a partilha de símbolos, sentimentos e conhecimentos da interação social refletem na identidade (Mead citado em Elliot, 2007). No caso da AeT, tanto no sentido de quem observa o outro ou aprende, quanto de quem é observado ou ensina. Este processo identitário resulta na capacidade do sujeito social de olhar para a mesma direção que o restante da comunidade, numa forma de construir uma identidade coletiva (Mead citado em Elliot, 2007). Por fim, pode-se inferir que, a partir da proposta do grupo Oficinas de Partilha de Saberes, as práticas culturais⁷⁵, segundo Stevenson (2011), cumprem um papel importante na composição das identidades dos sujeitos ativos politicamente. No entanto, Stevenson (2011) refere também sobre a necessidade de reconhecer as características dos contextos em que as práticas culturais se desenvolvem. Sendo assim, pode-se questionar em que medida há espaços democráticos promotores de diferentes visões sociais e em que medida certos posicionamentos são marginalizados pelas práticas dominantes e entendimentos do capitalismo neoliberal (Stevenson, 2011, p.66). O autor diz ainda que esta pode ser uma discussão pertinente ao campo dos Estudos Culturais, no sentido em que oportuniza a reflexão sobre as possíveis tensões entre modos de vida e sistema capitalista. Isto remete-nos a pensar sobre a incidência dos discursos hegemônicos, a influência das estruturas sociais e o quão intensas devem se configurar as resistências aos modos de vida que contrariam as práticas sustentáveis e saudáveis ambientalmente, o que inclui as pessoas e o entorno físico.

7.4 Mobilidade: Ciclaveiro

O grupo de trabalho mobilidade da AeT foi um dos primeiros a ser criado. As bicicletas como meio de transporte sustentável e como meio de promoção do bem-estar parecia ser uma potencialidade latente para a cidade de Aveiro que, mesmo sem ter um projeto consolidado de mobilidade pelas bicicletas, já era reconhecida como uma cidade ciclável. No fundo era uma cidade com potencial para desenvolver um projeto de mobilidade para bicicletas. As ações

⁷⁵ Lembrando que esta investigação concebe como práticas culturais, de acordo com Williams (1963), os modos de vida e toda atividade criativa humana.

iniciais deste núcleo de trabalho da AeT incluíram tertúlias e oficinas em que se partilhavam informações, disseminava-se conhecimento entre a comunidade e questionavam-se as normas urbanas de uso das bicicletas. Foram aparecendo cidadãos interessados, ligados a diferentes áreas de conhecimento e que viam, na formação desta rede, uma motivação e oportunidade para a criação de um projeto organizado e de maior alcance. E assim surge o projeto Ciclaveiro, que mais não é do que um grupo de cidadãos que acredita no poder de utilização da bicicleta como meio de deslocação, e no potencial da mesma para melhorar a qualidade de vida das pessoas. O grupo nasceu a partir da iniciativa AeT e, portanto, também deseja contribuir para uma comunidade mais feliz, solidária e sustentável⁷⁶. É caracterizado por uma grande motivação em criar, realizar e comunicar seus projetos e iniciou as suas atividades em 2015, ano que foi especialmente marcado pela realização de eventos envolvendo oficinas de manutenção de bicicletas, passeios de bicicletas com crianças e adultos, assim como tertúlias e reuniões em que procurava mobilizar e concretizar ações de intervenção e de parceria junto ao comércio local, poder público local e instituições de ensino como a Universidade de Aveiro.

Numa visita ao *website* do Ciclaveiro⁷⁷, é possível ter uma visão panorâmica do projeto. Entre as ações realizadas, entre 2015 e 2016, destacam-se o mapeamento da cidade em relação às condições gerais de uso de bicicletas em Aveiro; o projeto Mini Rodas – um passeio de bicicleta destinado a crianças até cerca dos 10 anos; a promoção de encontros com outros grupos portugueses de mobilidade urbana; a participação na revisão do Plano Diretor Municipal de Aveiro através da criação do documento “Para uma mobilidade ciclável e sustentável em Aveiro”; o concurso de montras/vitrinas “Aveiro e a Bicicleta” no âmbito do comércio local, o Pedaladar – projeto que tem por objetivo oferecer bicicletas usadas ou recicladas a pessoas ou instituições com baixos recursos para a sua aquisição. Realizou-se também a tertúlia “A bicicleta e o comércio local” e o evento “Aveiro Bike Experience”, em colaboração com a Associação Comercial do Distrito de Aveiro, inserido no programa do Aveiro Moda 2015. Neste evento procurou-se demonstrar que a utilização da bicicleta, de uma forma regular, é facilmente compatível com as escolhas estéticas do utilizador da bicicleta. Destacam-se ainda as “ciclofincinas”, que são encontros de partilha de conhecimentos a respeito da manutenção, funcionamento e outras experiências com as bicicletas.

A participação do Ciclaveiro no Programa Diretor Municipal de Aveiro, através da criação de um documento com 52 sugestões, subscrito por 213 cidadãos e cinco entidades locais, é uma

⁷⁶ Informação retirada do *website* da Ciclaveiro, disponível em <http://ciclaveiro.pt/ciclaveiro/>

⁷⁷ Disponível em <http://ciclaveiro.pt/ciclaveiro/>

demonstração da vontade em desenvolver ações em benefício do contexto local e de movimentar uma rede comunitária de apoio para a sustentabilidade do território. Uma outra iniciativa foi o envio à Câmara Municipal de uma proposta de mapeamento de locais onde se crê existir uma necessidade de criação de estacionamento para bicicletas em Aveiro. Nas eleições municipais de 2017, a Ciclaveiro realizou um inquérito direcionado aos candidatos com o intuito de perceber as propostas dos diferentes partidos no sentido de “dar conhecer aos cidadãos que estratégias e medidas os programas de governação dos candidatos propõem para o incremento da mobilidade em bicicleta e activa em Aveiro, para a redução da utilização do automóvel, para a redução do perigo rodoviário e, em geral, para a “devolução” do espaço público às pessoas”⁷⁸. Os resultados do inquérito e o resumo dos programas propostos pelas forças políticas candidatas estão disponíveis no *website* do Ciclaveiro⁷⁹.

Não iremos analisar os resultados do inquérito porque não constitui o foco desta investigação, no entanto, é importante refletirmos que o discurso do projeto, referente ao objetivo do inquérito, tem um posicionamento que reflete a importância do bem-estar dos cidadãos locais na utilização pública dos espaços comuns. Através de observação durante conversas informais e comunicações em atividades do grupo, percebemos que esta é uma ideia associada à sustentabilidade do território, um termo utilizado pelos integrantes do próprio grupo. Entendemos que ações voltadas à relação entre cidadão e entorno ambiental podem dinamizar as experiências vividas neste entorno. Independentemente das experiências dos cidadãos serem positivas ou negativas, segundo a apreciação de cada sujeito, vemos que as ações do Ciclaveiro podem promover a reflexão sobre a democratização e adequação dos espaços públicos no sentido da sustentabilidade e do equilíbrio ambiental, tanto em termos físicos, quanto em termos das experiências de bem-estar, lazer e ócio possíveis no âmbito da comunidade.

Neste sentido, a ideia de sustentabilidade, no contexto da AeT, pode referir-se não só ao ambiente e território, mas também à cultura no que se refere aos modos de vida. Como uma prática cultural, o ócio, na perspectiva do tempo e contexto favoráveis, pode compor a experiência humana através de princípios e modos de vida que resistem às estruturas sociais e aos modos de vida predominantes. Ao mesmo tempo que a experiência de ócio pode ser considerada individual, de representação da singularidade e subjetividade humanas, pode também ser vista como um desenvolvimento pessoal que traz implicações sociais, conforme pondera Cuenca Cabeza (2000, 2006). O ócio vivido em contexto comunitário, pode também

⁷⁸ Informação retirada do *website* da Ciclaveiro, disponível em <http://ciclaveiro.pt/ciclaveiro/>

⁷⁹ Disponível em <http://ciclaveiro.pt/ciclaveiro/>

refletir o empoderamento individual e coletivo, principalmente porque, no âmbito do MT, propõe a manutenção de uma rede de interações, apoio e ações em conjunto.

Vemos que as tentativas de diálogo do Ciclaveiro com instituições políticas são positivas para a AeT no sentido da contraposição à tendência de muitas iniciativas do MT de não se articularem politicamente, o que já foi verificado por alguns estudos, referidos no capítulo anterior.

O projeto Ciclaveiro, que atualmente foi transformado numa associação sem fins lucrativos, tem claramente motivações solidárias, no que tange um conceito de solidariedade relacionado à sustentabilidade, e de crença no empoderamento para o desenvolvimento e bem-estar coletivo. Para além deste desígnio coletivo nota-se, nos textos orais e escritos divulgados, uma busca pela satisfação de pedalar em família e pelo sentimento de felicidade dos filhos nos momentos de uso da bicicleta. O objetivo do Ciclaveiro alarga-se, já que a ideia de sustentabilidade dissemina efeitos desde o desenvolvimento comunitário até à qualidade de vida e à felicidade familiar. Pela forma como se expressa o projeto Ciclaveiro, o desenvolvimento comunitário está ligado à acessibilidade dos cidadãos de Aveiro a um meio de transporte e recreação saudável e sustentável. Para tal, espera-se que o senso de comunidade e que o desígnio coletivo sejam motivadores e que impulsionem ações concretas.

O projeto Ciclaveiro nasceu através AeT, mas não tem por norma uma preocupação com os princípios da Transição. Possui não obstante pontos de interseção, tais como: a noção alargada de ambiente, a ideia de sustentabilidade e o incentivo às ações ou atividades que ajudem na promoção do bem-estar e da felicidade da comunidade. A Figura 6 representa as motivações pelas quais o Ciclaveiro estimula o ato de pedalar.



Figura 6: Porque pedalamos?

Fonte: <http://ciclaveiro.pt/porque-pedalamos/>

A agenda Ciclaveiro de atividades é composta por eventos periódicos. A dinâmica do projeto é de intenso ativismo e participação. Vem sendo reconhecido, no âmbito internacional Europeu, como projeto modelo de sustentabilidade e mobilidade. Na figura 7 abaixo, pode-se perceber a intensidade da rotina do Ciclaveiro, bem como a variedade de atividades. Há desde o culto ao modo ciclável de viver por meio de um concurso de fotografias e concurso de montras/vitrines, à oficinas que estimulam o saber lidar com a manutenção das bicicletas aos passeios envolvendo a comunidade Aveirense.

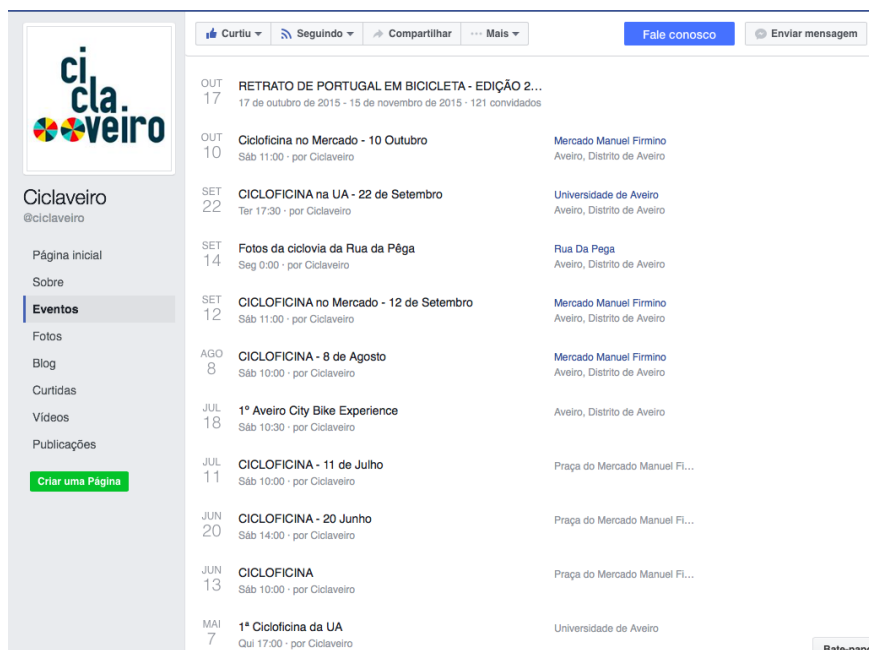


Figura 7: Agenda Ciclaveiro

Fonte: https://www.facebook.com/pg/ciclaveiro/events/?ref=page_internal

No contexto em que o Ciclaveiro se desenvolve, o ato de pedalar proporciona diferentes tipos de gratificações. O bem-estar, o sustentável e o solidário são os efeitos principais e parecem estar na mesma dimensão de prioridades.

7.5 Grupo Economia (AeT – Economia)

Este grupo tem como objetivo refletir sobre diferentes formas de organização que sejam promotoras de relações mais harmoniosas. É um espaço de partilha de exemplos práticos e teóricos de vida em comunidade⁸⁰. Este é um dos últimos grupos de trabalho a formar-se no âmbito da AeT e conta com dinamizadores que acreditam na integração efetiva entre o conceito de políticas econômicas e as ações da Transição. As duas principais jovens dinamizadoras deste grupo têm formações acadêmicas, trabalham na área do empreendedorismo social e da sustentabilidade social e demonstram um enorme interesse em partilhar as suas competências e experiências através da AeT.

A primeira ação do grupo foi uma tertúlia intitulada “Redes solidárias de trocas: como funcionam?” no dia 18 de julho de 2015. A intenção foi a de sinalizar destas redes em Aveiro e

⁸⁰ Informação retirada da página de Facebook do grupo AeT Economia, disponível em <https://www.facebook.com/aet.economia/>

se existem pessoas e/ou organizações interessadas em criar ou dinamizar redes solidárias de trocas.

Estiveram presentes membros do Grupo de Estudos sobre Economia Solidária do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (ECOSOL-CES-UC), onde se têm desenvolvido trabalhos científicos sobre mercados de trocas e moedas sociais em Portugal e membros da Associação pela Manutenção da Economia de Proximidade (AMEP) e integrantes da rede de consumo, distribuição e produção de alimentos, entre outros bens essenciais transacionados em moeda social – ECOSOL, da cidade do Porto.

Durante a tertúlia, os participantes trabalharam a ideia de que as redes solidárias de trocas são redes de produção, distribuição e de consumo de produtos e serviços alicerçadas em princípios de reciprocidade, justiça e responsabilidade. Constituem, por isso, um meio para desenvolver relações de proximidade que permitam compreender e valorizar melhor os saberes, esforços e desafios dos seus participantes, quebrando a lógica competitiva e dando passos para relações mais cooperativas⁸¹.

Através da reflexão e motivação geradas pelo encontro, iniciaram-se, a partir de novembro de 2016, os eventos de trocas de livros lidos e relidos com o objetivo de estimular o consumo consciente através da troca. Em geral, esses eventos decorreram junto ao Mercado Cooletivo Aveiro⁸² e puderam portanto ser um espaço de diálogo com outras iniciativas, associações e cidadãos numa oportunidade para consumo consciente e partilhas culturais de diferentes naturezas. Os eventos de trocas em que o grupo de trabalho AT – Economia participa ou organiza não têm como objetivo único promover o ato da troca, desejam, acima disso, estimular a autoavaliação sobre os modos de consumo, sobretudo em relação aos objetos pouco utilizados pelas pessoas ou que não chegaram mesmo a ser utilizados no dia-a-dia.

O estímulo à produção caseira de produtos, como alimentos ou outros utensílios, é um tema recorrente nas conversas informais durante os encontros das redes de trocas. Pelo depoimento de uma das organizadoras sobre o evento de trocas de novembro de 2016, em publicação na página do grupo no Facebook⁸³, não se pode medir o sucesso do evento pelo número de livros trocados, mas sim pelo processo de conscientização e partilha de ideias que o evento conseguiu suscitar. Pela avaliação dos três primeiros encontros de trocas pode perceber-se, pelas opiniões

⁸¹ Informação retirada da página de Facebook do grupo AeT Economia, disponível em <https://www.facebook.com/aet.economia/>

⁸² “Mais do que uma simples feira, é um local de encontro e confluência de culturas, procurado pelo seu dinamismo e sensibilidade para com o meio artístico. Procuramos a construção de uma rede horizontal e participativa nas relações comerciais, priorizando pequenos produtores e relações de trabalho mais democráticas. Assim, amplia-se o consumo de produtos mais sustentáveis, promove-se a redistribuição da economia e da cultura e a descentralização de poder”, retirado de <https://www.facebook.com/Mercado-Cooletivo-Aveiro-469173289853310/>

⁸³ Retirado de <https://www.facebook.com/aet.economia/posts/1838809506355815>

de alguns participantes, que a abertura à troca é ainda um ato a ser cultivado, pois nem todas as pessoas são tão desprendidas dos bens materiais. Este tipo de evento movimenta a circulação de pessoas e o convívio, tornando oportuna a reflexão e partilha, muito mais do que gerar um número considerável de trocas. A Figura 8 abaixo mostra a publicação de um balanço sobre o evento do dia 12 de novembro de 2016.

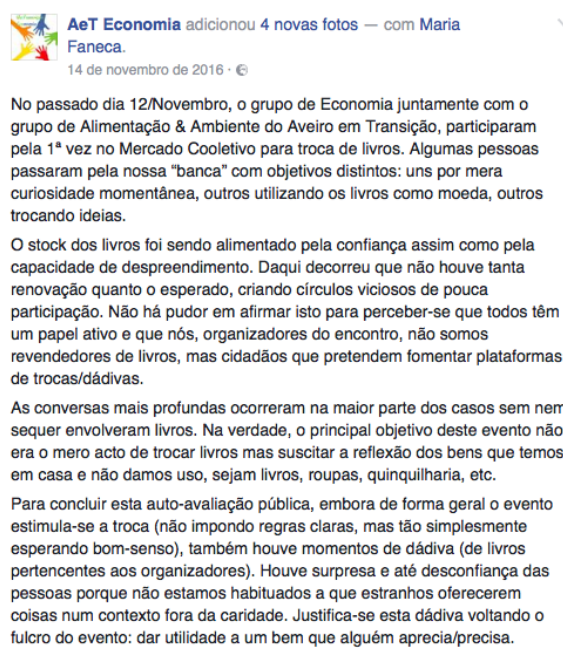


Figura 8: Balanço do evento de 12 de novembro de 2016

Fonte: <https://www.facebook.com/aet.economia/>

O texto deste balanço instigou-nos a pensar sobre três oportunidades facilitadas pela troca de livros da AeT na primeira edição do mercado Cooletivo de Aveiro: os momentos de conversas informais, a reflexão sobre a consciência sustentável e o hábito da troca e a reflexão sobre a ideia de solidariedade.

O fato deste espaço para as trocas ter oportunizado desde a simples troca de ideias até conversas profundas demonstra o potencial de ações aparentemente simples na elaboração de experiências gratificantes para as pessoas. Neste tipo de contexto, a fluidez do tempo, a sensação de motivação intrínseca associada ou não a uma falta de finalidade ou objetivo específico, podem ser relevantes para as experiências de ócio, como já referiram Cuenca Cabeza (2000) e Csikszentmihalyi (1993). Esta falta de finalidade pode ser evidenciada pelo relato da figura 8 em que se refere “as conversas mais profundas ocorreram na maior parte dos casos sem nem envolverem livros”.

A reflexão em torno do hábito da troca está diretamente ligada a ideia de consumo consciente e de sustentabilidade ambiental. Se pensarmos sobre a vida útil de determinados produtos ou objetos, podemos entender que a troca sugere a máxima exploração desses objetos já existentes, de forma a estimular o consumo consciente e sustentável.

O hábito da troca e da sustentabilidade pode ser entendido pela ótica de uma visão solidária. Esta noção de solidariedade é presente tanto no discurso do MT, como vimos no capítulo 6, quanto nas práticas da AeT identificadas neste capítulo, bem como nos relatos sobre as experiências vividas por seus dinamizadores que iremos verificar no próximo capítulo. A partir de AeT, entendemos que a solidariedade reside na cooperação, no pensar sobre o coletivo e numa visão de ambiente relacionado ao meio físico e sua interrelação com as pessoas.

Os membros do grupo de Economia da AeT possuem uma visão integradora sobre o conceito de economia. Quando partilham opiniões e textos fazem questão de citar exemplos teóricos que refletem que a economia se refere a um modelo cultural, de observação da forma de vida das pessoas. Como exemplo deste tipo de publicação estão excertos do livro *A cultura na vida de todos os dias*, de autoria de Jorge Barreto Xavier, presentes na figura abaixo.

AeT Economia
20 de janeiro às 22:23 · 🌐

Excertos do livro "A cultura na vida de todos os dias"

"O que defendo é um modelo onde o lugar da cultura está para lá do mercado e para lá da ideia de tempo livre, operando como parte de um modelo social que já não pode dividir os membros de uma sociedade entre candidatos ao mercado de trabalho, trabalhadores, reformados e desempregados.

O que está hoje em causa é a maneira como olhamos para a organização social, a maneira como representamos a vida em sociedade. Não é possível continuar com um modelo de economia política, esse modelo que nos últimos três séculos colocou no centro da vida das sociedades o sistema económico.

A economia política deve ser substituída pela política cultural, no sentido de concentração de todos os esforços pessoais e sociais na realização plena de todos os membros da comunidade através de um concurso de todos os tópicos disponíveis: políticos, económicos, sociais, religiosos, culturais. Todos eles são bens culturais e todos eles devem concorrer igualmente para a realização humana."

<https://www.youtube.com/watch?v=gC2hAnidXFM>

"A Cultura na vida de todos os dias"
Mais notícias no Portal de Notícias do Porto em www.porto.pt
YOUTUBE.COM

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

Figura 9: Excertos do livro *A Cultura na vida de todos os dias*

Fonte: <https://www.facebook.com/aet.economia/>

Esta reflexão sobre uma maneira atualizada de conceber a vida em sociedade sugere a articulação da vida política não centrada exclusivamente nos princípios económicos e sim contextualizada por outros contextos como o cultural e o social. Cabe às pessoas questionar e formar um novo olhar sobre a organização social. Trata-se então de uma convocatória à participação política provida de consciência. Sendo assim, a vida humana tem potencial para permitir experiências mais complexas, que vão além das vividas por meio da utilização do tempo livre e das atividades de lazer, o que substancialmente, em muitos casos, evoca experiências de consumo. Entre essas experiências complexas, podemos localizar o ócio e a sua habilidade em permitir o direito ao pensar em si, ao elaborar reflexões oriundas do protagonismo do sujeito e das possibilidades de criação e recriação de si mesmo a partir dos contextos em que se vive.

Sobre uma forma sustentável de pensar a economia, foi possível perceber, através de conversa informal com uma das principais dinamizadoras do grupo de Economia, o interesse em estimular a informação e consumo de alimentos a partir de produtores locais. Pensa-se em participar da organização de um grande evento que estimule a comunidade a pensar sobre isso. Este é um princípio relacionado à localização da economia como forma de fazer frente a problemáticas ambientais, que é uma sugestão defendida pelo discurso do MT. Assim como a a ideia de solidariedade está ligada à sustentabilidade, pela visão da AeT, a economia também deve estar integrada ao ambiente. Estes são exemplos da visão integradora ou holística presente nas práticas da AeT e que são evidenciadas pelo grupo de Economia.

O AeT – Economia não organiza eventos tão periódicos quanto os grupos de mobilidade – Ciclaveiro e Famílias em Transição Aveiro –, por exemplo. Nota-se que o grupo se preocupa em observar as possibilidades de intervenções, assim como os exemplos de outras iniciativas comunitárias e, a partir daí, organiza-se em parcerias e ideias. A sua principal função tem sido a de experimentar a rede solidária de trocas na tentativa de conseguir criar a cultura da troca, ou até mesmo observar como os cidadãos Aveirenses reagem a este tipo de ação. Parece um método gradual e ponderado que respeita o tempo para a assimilação de ideias e não se restringe à adesão a um ritmo acelerado de vida.

7.6 Alimentação e Ambiente

O grupo de trabalho Alimentação e Ambiente deseja contribuir para a conscientização sobre o impacto das práticas da produção alimentar na saúde e no equilíbrio do ecossistema⁸⁴ e tem

⁸⁴ Informação retirada da página de Facebook do grupo Alimentação e Ambiente, disponível em <https://www.facebook.com/AlimentacaoAmbiente/>

vindo a organizar eventos de diversos formatos como tertúlias, chamadas para trabalho voluntário ou “ajudadas”, ciclo de documentários, assim como tem colaborado com diferentes projetos locais. Uma das primeiras atividades do grupo foi a de dedicar tempo e espaço para a reflexão e prática sobre a consciência alimentar e contato com a comunidade Aveirense. A tertúlia “Saúde pela alimentação: Transição alimentar”, realizada em outubro de 2015, introduziu este tema de discussão na comunidade local, e propôs-se a estimular a criatividade nas atividades que envolvem a alimentação. Na figura abaixo, apresentamos o cartaz de divulgação da tertúlia.



Figura 10: Cartaz de divulgação da tertúlia Transição Alimentar

Fonte: <https://www.facebook.com/events/1060706910620493/>

A importância dada aos processos de produção e consumo de alimentos, no contexto em que atua o MT, justifica-se porque possibilitam importantes sinergias, já que reconectam as pessoas através da criatividade e mobilização em prol das questões ambientais. A comida local também se pode tornar um meio para construir a solidariedade internacional, através do estímulo à soberania alimentar, e estabelecer uma coalizão global que se opõe à agenda agroalimentar corporativa das biotecnologias, à captação de terras e ao empobrecimento nutricional (Sage, 2014, pp. 1-2).

O grupo Alimentação e Ambiente costuma organizar uma série de encontros que unem os temas da alimentação, ações culturais com a consciência ambiental. São jantares e ciclos de documentários voltados para temas de interesse da Transição. Os jantares são especialmente pensados com os alimentos encontrados na estação atual, com produtos locais e/ou de produtores locais.



Figura 11: Cartaz de divulgação “Ciclo: 4 Estações, 4 Filmes”

Fonte: <https://www.facebook.com/events/1510092322617778/>

Este encontro foi apresentado e o debate mediado por uma especialista, engenheira ambiental, permacultora e uma das dinamizadoras do Aveiro em Transição. Os objetivos do evento foram os de promover o debate de temas atuais importantes para a sustentabilidade do planeta e para a necessária reconexão com a natureza, proporcionar o diálogo aberto entre os cidadãos e apoiar a dinamização e a divulgação de espaços de criatividade e de iniciativas de cariz cultural da cidade⁸⁵.

⁸⁵ Informação retirada da página de Facebook do grupo Alimentação e Ambiente, disponível em <https://www.facebook.com/AlimentacaoeAmbiente/>



Figura 12: Cartaz de divulgação 4 Estações, 4 filmes – Primavera

Fonte: <https://www.facebook.com/events/249617185383642/>

Este grupo teve a preocupação inicial de produzir um embasamento teórico ou de possibilidade de informação/aprendizagem antes de realizar atividades práticas. Num segundo momento, o processo de consciência alimentar foi sendo exercitado por meio de práticas em que procurou envolver pessoas e entidades, organizações ou projetos da comunidade, sempre com o foco no cruzamento com os contextos ambiental, cultural, econômico e social.

Seguindo a linha da dinamização de parcerias com projetos, entidades ou instituições, o grupo Alimentação e Ambiente, em representação ao Aveiro em Transição, esteve na organização da primeira edição do projeto internacional Aveiro Soup⁸⁶. Este projeto mobilizou ativistas e cidadãos de Aveiro para um jantar coletivo em que foram propostos projetos, já selecionados previamente, com o propósito de promover o desenvolvimento local. No evento, os projetos foram votados, sendo que o projeto de maior pertinência, na opinião dos participantes, recebeu um incentivo monetário para utilizar na sua implementação. Os projetos pré-selecionados destinavam-se à promoção do bem-estar, artes e trocas de objetos.

Essa fusão de temas abrangentes é representativo dos interesses com os quais se envolvem os grupos de trabalho da AeT. Podemos pensar que essas diferentes possibilidades de práticas

⁸⁶ Esta iniciativa surgiu há uma década, em Detroit, nos Estados Unidos, e estendeu-se, em larga escala, a outras comunidades e países. Mais informações sobre a iniciativa disponíveis em <http://detroitssoup.com/>

também podem ser contextos diferentes para as experiências de ócio comunitário, já que este, segundo Cuenca Cabeza (2000), é definido pela própria comunidade que o experimenta, podendo ser despertado, por exemplo, pelos laços afetivos, manifestações solidárias e culturais das pessoas em relação ao entorno em que vivem.

Sob esta ótica de entendimento do ócio comunitário, vemos que o grupo de trabalho Alimentação e Ambiente, através da formação do grupo Ajudadas de Aveiro⁸⁷, possibilita reflexões sobre formas de criação de vínculos e ações comunitárias. Este grupo foi criado com a intenção de ser um local de encontro de pessoas que gostam de ter contato com a terra, interessadas em cooperar e colaborar com a manutenção do entorno ambiental comunitário. “Agricultura, floresta e ecologia são as áreas prioritárias. Mais importantes que essas áreas, apenas estão os interesses dos seus participantes”⁸⁸.



Figura 13: Ajudadas de Aveiro

Fonte: <https://www.facebook.com/groups/443847622467132/about/>

A proposta deste grupo é a de estimular a partilha e a entreatajuda. Estes são valores preconizados pela iniciativa de AeT, assumidos como vitais para alcançar a felicidade e o bem-estar de uma comunidade. Por "ajudadas" entendem todos os momentos em que coletivamente seja possível apoiar uma causa, uma necessidade identificada e sugerida por uma pessoa, entidade ou organização. Por exemplo: um terreno que precisa de ser trabalhado para semear, um pomar com árvores de fruto que precisam de ser podadas; frutas para apanhar, eco

⁸⁷ Página do Facebook do grupo está disponível em <https://www.facebook.com/groups/443847622467132/about/>

⁸⁸ Informação retirada do grupo Ajudadas de Aveiro disponível em <https://www.facebook.com/groups/443847622467132/about/>

construção, regeneração e limpeza de espaços. A ideia é a de que os próximos exemplos sejam propostos pelos interessados em participar das atividades. O propósito principal é que as iniciativas sejam autênticas e que emergjam da realidade próxima. Pretende-se a partilha de recursos humanos e materiais, de modo a minimizar as dificuldades individuais e coletivas, capacitando a comunidade em desenvolver valores que remetam à entreatjada e à satisfação. “Se formos 10, podemos em 2 horas completar uma tarefa que levaria semanas a ser executada por apenas uma pessoa”⁸⁹. Sugere-se que estas iniciativas incluam também oportunidades de aprendizagem e de celebração dos momentos vividos, seja por meio de uma refeição partilhada seja por meio de atividades promotoras do convívio⁹⁰. Percebemos a importância da livre proposição de ideias e de sugestões pelos participantes deste grupo, o que estimula que as ajudadas sejam iniciativas que procuram responder às questões a que se propõe de forma prática.

Neste sentido, para comemorar o dia internacional dos solos e do voluntariado, o Ajudadas de Aveiro, em colaboração com o Projeto de Recuperação Ecológica do Cabeço Santo (localizado entre Feridouro e Belazaima-a-Velha, concelho de Águeda), promovido pela Associação Quercus, organizou uma série de visitas guiadas pela região. A intenção era conhecer o património natural existente na região do Cabeço Santo e o trabalho realizado pela equipe e pelos voluntários que têm participado neste projeto de intervenção ambiental. Esta é uma região de transição entre planície e serra que, iguais a muitos povoados/aldeias portuguesas, sofre de desertificação (Ministério da Agricultura e do Mar, 2015, p. 1168). As visitas eram finalizadas com almoços partilhados em formato piquenique.

Um dos objetivos do projeto de recuperação ecológica do Cabeço Santo é o de promover a participação voluntária. Primeiro porque é extremamente caro realizar todo o trabalho necessário com base em mão-de-obra remunerada. Segundo porque a participação voluntária pode ser muito gratificante. “Só faz trabalho voluntário quem o faz por amor e, feito assim, tem um significado e um alcance que não teriam se fosse remunerado”⁹¹.

⁸⁹Informação retirada da rede social Ajudadas de Aveiro disponível em <https://www.facebook.com/groups/443847622467132/about/>

⁹⁰ Informação retirada da rede social Ajudadas de Aveiro disponível em <https://www.facebook.com/groups/443847622467132/about/>

⁹¹ Informação retirada do website Recuperação ecológica do Cabeço Santo disponível em <https://ecosanto.wordpress.com>



Figura 14: Cartaz da visita guiada "Conhecer o Cabeço Santo"

Fonte: <https://ecosanto.wordpress.com/2015/12/02/conhecer-o-cabeço-santo-com-o-aveiro-em-transicao/>



Figura 15: Registro de ação no projeto Cabeço Santo

Fonte: <https://tinyurl.com/ybaqouux>

As Ajudadas de Aveiro podem ser bons exemplos para entendermos a relação entre ócio solidário, ambiental e sustentável. No que toca o cariz solidário, as Ajudadas são representativas das três características do ócio solidário referido por Cuenca Cabeza (2000, 2005). A cooperação, comunicação e ajuda são facilmente perceptíveis neste grupo que se mostra disposto a colaborar em causas comuns e comunitárias, em disseminar a sua forma de pensar e de agir, e a ajudar em questões ambientais e sociais. As Ajudadas também ilustram o quanto a

solidariedade e a sustentabilidade podem ser pontos de intersecção nas experiências relacionadas à dimensão ambiental do ócio.

7.7 Síntese e nota conclusiva

Por forma a sintetizar este olhar etnográfico sobre AeT, identificamos que os grupos Ciclaveiro e Oficinas de Partilha de Saberes são os que mais mobilizam pessoas e desenvolvem práticas com o intuito de sugerir hábitos sustentáveis na vida cotidiana dos participantes. Já os grupos Famílias em Transição Aveiro e Educação Livre Aveiro possuem o maior potencial para a produção de reflexões e autorreflexões, partilhas de experiências referentes, por exemplo, às relações familiares e aos desejos de futuro dos filhos, no sentido de educar para a solidariedade, liberdade, criatividade, consumo consciente, sustentabilidade, relação entre as pessoas e o ambiente. Os grupos Alimentação e Ambiente e Economia são grupos que primam pela conciliação entre exemplos teóricos e práticos aos temas a que se propõem discutir e criar ações. Em nossa compreensão, isso pode ser verificado na medida em que a maioria das atividades focam na aquisição de conhecimento (ciclo de documentários, palestras que mostram exemplos práticos “como criar uma rede de trocas?”) e em publicações nas redes sociais que remetem a conteúdos que estimulam reflexões teóricas.

Na tabela 8 abaixo são identificadas algumas práticas dos grupos de trabalho da AeT, com alguns exemplos de atividades desenvolvidas referentes às práticas.

Grupo de Trabalho	Prática identificada	Exemplos de atividades referentes à prática
Famílias em Transição Aveiro	<ul style="list-style-type: none"> - Suporte emocional e prático às famílias; reflexão sobre os direitos das mulheres, mães e das famílias; - reflexão sobre ações que levam à construção de modos de vida mais sustentáveis, solidários e livres de padronizações de comportamentos; - conscientização dos filhos sobre práticas sustentáveis 	<ul style="list-style-type: none"> - Realização dos “Piqueniques Ternura” com a discussão de temas que relacionem parentalidade, sustentabilidade, solidariedade; - trocas de objetos entre as famílias participantes dos piqueniques
Educação Livre Aveiro	<ul style="list-style-type: none"> - Reflexão sobre modos alternativos de educação 	<ul style="list-style-type: none"> - Encontros de <i>brainstorming</i> e criação de planos de ações sobre comunidades de aprendizagem
Oficinas Partilha de Saberes	<ul style="list-style-type: none"> - Ensinar habilidades, competências e quaisquer saberes que conduzam a autonomia frente a produtos 	<ul style="list-style-type: none"> - Oficinas sobre hortas urbanas, reconhecimento de plantas selvagens comestíveis, alimentos

	industrializados; - aprender habilidades e desenvolver competências que conduzam a autonomia frente a produtos industrializados	fermentados, técnicas de respiração e relaxamento, cosméticos naturais, doces vegans, roupas feitas à mão
Ciclaveiro	- Estimular o convívio e o bem-estar familiar através de momentos de utilização da bicicleta; - promover a consciência ambiental em relação ao uso da bicicleta e transportes mais sustentáveis, promover a interação entre cidadãos, comércio local, associações e instituições públicas através da discussão e uso da bicicleta como meio de transporte	- Concurso de vitrines com o tema bicicletas voltado às empresas de comércio local; - ensinar técnicas de manutenção de bicicletas; - promover eventos com passeios familiares e coletivos pela cidade de Aveiro; - criar propostas de melhorias das ciclovias e condições específicas do espaço público com o objetivo de apresentar à autarquia local
Alimentação e Ambiente	- Realizar encontros de celebração dos alimentos sazonais; - interação com associações e projetos locais; - realizar ciclos de cinema voltados à discussão sobre questões que envolvem as tensões entre a indústria alimentar e as problemáticas ambientais; - promover a ajuda para ações benéficas e possíveis em relação à qualidade ambiental local	- Jantares de celebração dos alimentos sazonais; - ciclo de cinema sobre temas como as tensões entre a indústria alimentar e as problemáticas ambientais; - revitalização de terrenos, no sentido de prepará-los para o cultivo de alimentos ou outra adequação do espaço segundo as necessidades locais
Economia	- Ações voltadas para a localização econômica, como a criação de moeda local e rede de trocas	- Tertúlias sobre como criar moedas locais e como criar redes de trocas, eventos dedicados ao exercício de troca de objetos e serviços

Tabela 8: Práticas da AeT

Para o grupo Famílias em Transição Aveiro, a relação entre alimentação e ambiente é, ao mesmo tempo, um tema primordial para o MT e o processo de transição externa, e uma forma de motivar os filhos a criar interesse e consciência perante uma alimentação saudável e sustentável. A perspectiva defendida por este grupo assume a possibilidade de os filhos terem um contato lúdico e criativo com os alimentos, para que se possa iniciá-los nos processos de consciência ambiental. A ideia é a de que este estímulo inicial possa preparar as crianças para que, na vida adulta, percebam as implicações sociais, econômicas e ambientais envolvidas em todos os seus atos e decisões. Na visão do grupo Famílias em Transição Aveiro, o exercício da parentalidade está ligado ao processo de consciência global, à construção de uma visão

integradora perante os diferentes modos de vida, refletindo sobre os sentimentos e as necessidades individuais, mas respeitando sempre as pessoas e o contexto da coletividade. Acredita-se também na construção de hábitos de observação sobre os modos de vida mais simples, com menor consumo e mais tempo para a proximidade entre as pessoas. Dentro desta linha de pensamento, o grupo Educação Livre Aveiro é resultado de uma das mais fortes inspirações do grupo das Famílias, o tema da educação alternativa.

Para além de eventos voltados à reflexão sobre o tema em que se propõe atuar, o grupo Alimentação e Ambiente desenvolve práticas de envolvimento, principalmente de associações e projetos da comunidade, e demonstra estar receptivo ao diálogo com projetos e iniciativas direcionados à arte, solidariedade e criatividade, por exemplo. Nota-se também que este grupo procura se articular no sentido de perceber quais as ações práticas possíveis de serem realizadas no ambiente local, como acontece com as Ajudadas de Aveiro.

O grupo Oficinas de Partilha de Saberes é o mais orientado para a prática, especialmente no que concerne a ampliar as competências, de uma forma geral, para aumentar a autonomia durante as práticas cotidianas voltadas à sustentabilidade ambiental, à localização econômica e ao bem-estar geral das pessoas da comunidade. O grupo Economia direciona-se mais para processos de viabilização da localização econômica. Para tanto, propõem-se, em primeiro lugar, a produzir conhecimento e reflexão com o intuito de contribuir para a formação da comunidade sobre a relação entre ambiente e economia. Em segundo lugar, apostam em ações para o desenvolvimento de uma rede de trocas.

O grupo Ciclaveiro está bastante focado nas questões da mobilidade urbana e na comunicação intensiva dos seus propósitos, seja através das ações práticas e reflexivas voltadas para a comunidade, seja pela articulação com empresas, associações e instituições políticas locais. O projeto procura manter o diálogo com a Universidade de Aveiro e com projetos nacionais e internacionais.

De uma forma geral, durante o processo etnográfico, foi possível perceber que as decisões sobre a criação de práticas e atividades são definidas com base nos princípios do MT, mas sobretudo, pela reflexão sobre as opiniões e crenças dos dinamizadores a respeito das necessidades e desafios locais.

Sobre as questões direcionadas a ações de consciência e sustentabilidade ambiental, de uma forma geral, AeT promove práticas de reflexão e formação com o objetivo de tornar os cidadãos mais independentes dos produtos industrializados e, conseqüentemente, do uso do petróleo

como matéria-prima. Através da abordagem etnográfica, foi possível perceber que a maneira como a iniciativa trata as questões ambientais, no que refere ao discurso do MT ou à própria percepção dos participantes sobre a finitude dos recursos naturais, passa pela sustentabilidade e pela crença de que ela está conectada com a solidariedade e o senso de coletividade.

A partir desse viés que orienta as práticas da AeT, é possível pensar sobre a relação entre ócio e ambiente. Conforme Cuenca Cabeza (2010), a aplicação da sustentabilidade às atividades ligadas ao ócio apresenta uma nova concepção de tempo. Deste ponto de vista, o ócio contempla não apenas uma vivência do presente, mas também uma projeção do futuro e um resgate do passado. Entende-se que a conjugação desta noção de tempo representa modos de vida mais reflexivos, no sentido referido por Novaes (2012). O desenvolvimento de um pensamento crítico revela-se como um aspecto reflexivo na relação do indivíduo com seu meio (físico e social), o que, de acordo com Cuenca Cabeza (2000) é fundamental para a dimensão ambiental do ócio. Ao pensar no diálogo entre sustentabilidade e um contexto favorável ao ócio, é importante lembrar que o ócio é uma prática contextual que depende de tempo histórico, circunstâncias econômicas e locais e outras características sociais vivenciadas pelos indivíduos e grupos (Trigo, 2001). Sendo assim, os desafios locais das comunidades, incluindo as perspectivas ambientais atuais e futuras, podem influenciar as formas de elaboração e de usufruto do ócio. Para Borja i Sebastià (2001), o espaço público é um desafio global da política urbana e também um desafio cultural enfrentado pelas cidades e pelos seus cidadãos. Dentro deste âmbito cultural, em que ocorre a produção de modos de vida e de atividades criativas e solidárias, AeT procura desenvolver suas práticas através da perspectiva da relação sustentável do indivíduo com seu entorno ambiental e comunitário.

Neste capítulo procurámos demonstrar o direcionamento escolhido pela AeT, assim como a natureza das suas práticas. Através deste exercício de identificação de práticas, foi possível vislumbrar o contexto em que os seus dinamizadores constroem e vivem as suas experiências. O capítulo a seguir complementa o entendimento sobre as práticas, as atividades e os posicionamentos dos grupos de trabalho da AeT, já que incide sobre os relatos das experiências dos seus principais dinamizadores.

Capítulo 8 – Dinamizadores da Aveiro em Transição: experiências e reflexões

Neste último capítulo, finalizamos o estudo empírico através da análise e discussão sobre os sentidos percebidos a partir dos relatos dos dinamizadores sobre suas experiências na iniciativa Aveiro em Transição. Utilizamos um modelo de análise com base na Análise Interpretativa Fenomenológica (Interpretative Phenomenological Analysis – IPA) (Larkin, Watts & Clifton, 2006; Sanders, 1982; Smith & Osborn, 2007; Smith, Jarman & Osborn, 1999; Starks & Trinidad, 2007).

Os 10 dinamizadores da AeT são mencionados neste capítulo pelo gênero masculino e através de uma numeração aleatória que procura preservar o anonimato dos entrevistados, com exceção dos entrevistados⁹² codificados como D1 e D7, que expuseram um marco nos seus discursos em relação às suas experiências com a maternidade e de que forma elas influenciaram os seus processos de Transição e a visão sobre os modos de vida que almejam construir.

8.1 Categorias e conexões

Num primeiro momento identificamos as primeiras categorias gerais, (comuns a todos entrevistados), que foram definidas pelos temas presentes no guião da entrevista. Todas elas estão relacionadas com a Aveiro em Transição (AeT), mas como seria de esperar, estão ligadas com o discurso global do Movimento de Transição. A Tabela 9 apresenta a lista dessas primeiras categorias e os respectivos sentidos em que elas se fizeram presentes durante as entrevistas.

Categoria	Forma como foi abordada na entrevista
1. Motivações pessoais	Refere-se às motivações dos entrevistados em participar da AeT
2. Visão sobre ambiente	Qual a visão do entrevistado sobre a noção de ambiente ou como a percebe através da abordagem da Transição
3. Visão sobre solidariedade	Qual a visão do entrevistado sobre a noção de solidariedade ou como a percebe através da abordagem da Transição
4. Visão sobre liberdade	Qual a visão do entrevistado sobre a noção de liberdade ou como a percebe através da abordagem da Transição
5. Tempo	Como o entrevistado gere seu tempo na AeT e qual sua visão sobre a noção geral de tempo em sua vida
6. Partilha com o outro	O que representa para o entrevistado a partilha de ideias e experiências no âmbito da AeT
7. Empoderamento individual	Como o entrevistado se sente em relação ao empoderamento individual e ao empoderamento coletivo no âmbito da AeT. ⁹³

⁹² Todas as entrevistas foram realizadas em 2015, com exceção de D7 e D8 que ocorreram em 2016.

⁹³ Como referido no capítulo 3, o empoderamento individual, segundo Spreitzer (1995), é uma capacitação psicológica que envolve a autoestima e o protagonismo nas experiências, sendo que é também relacional, visto que há sempre a relação dialógica com o ambiente.

e coletivo	
8. Transformação pessoal a partir da AeT	O que a Transição/AeT trouxe para si e para a sua vida

Tabela 9: Categorias gerais

No decorrer da análise e da discussão das entrevistas, na categoria “motivações pessoais”, no sentido da participação na AeT, cabe a associação com as características pessoais de cada dinamizador, que nos pareceu uma aproximação bastante pertinente. E levou-nos a refletir sobre como as características humanas moldam as práticas sociais e culturais; como as práticas também podem influenciar a nossa forma de ser e sentir, ainda mais quando estamos suscetíveis a descobertas e transformações; e como tal é possível de acontecer no contexto de participação numa iniciativa social que atua em torno da sensibilização, dos processos de consciência e conhecimento sobre determinados contextos. Ou seja, através das marcas de subjetividade.

As categorias “partilha com o outro” e “tempo” foram abordadas sem uma ordem no texto, pois fez mais sentido tê-las misturadas entre as outras categorias, e na altura em considerámos ser mais pertinente mencioná-las no contexto da fala de cada dinamizador. A categoria “visão sobre solidariedade” pode ser vista de uma forma intrínseca a algumas reflexões, especialmente quando foi referida a sustentabilidade, a conexão íntima entre as pessoas e o ambiente e sobre o processo de olhar, escutar e reconhecer sua identidade através do outro.

De uma forma geral, não houve preocupação em seguir uma ordem para desenvolver a análise de cada entrevistado, apesar de eles terem sido codificados como D (dinamizador) e através dos números (1 a 10). Ao explorar as primeiras categorias, não percebemos hierarquia entre elas, no entanto, há conexões entre algumas, o que nos levou a pensar sobretudo nos conceitos de sustentabilidade, ócio e empoderamento.

Após a realização das entrevistas, identificámos questões específicas a cada dinamizador, que foram sentidas como mais marcantes para as experiências de cada um no âmbito da participação na AeT. A Tabela 10 apresenta a lista dessas questões em relação aos dinamizadores.

O empoderamento comunitário ou coletivo é explicado por um processo participativo em que indivíduos e representações coletivas atuam de forma colaborativa e estratégica a fim de atingirem objetivos comumente traçados (Perkins & Zimmerman, 1995).

Dinamizador	Questões específicas de cada dinamizador
Dinamizador 1	Relação entre AeT e maternidade como um divisor de águas para o seu processo de transição
Dinamizador 2	Experiência lúdica com o ambiente
Dinamizador 3	Interesse pela relação economia e Transição
Dinamizador 4	<i>Relação entre Transição e rede de troca</i> : é vista pelo dinamizador como uma oportunidade para desenvolver um suporte emocional e prático no âmbito da comunidade em que se vive. O conforto de poder contar com este suporte nas práticas cotidianas; <i>celebração</i> : no sentido de exaltar conquistas através da participação na Transição e na vida pessoal. Segundo Hodgson e Hopkins (2010, p. 251) “é vital que lembremos de nos divertir, de comemorar nossos sucessos, honrar e apreciar aqueles que se doaram muito à Transição”
Dinamizador 5	Questões culturais podem ser diferenciais no desenvolvimento do processo pessoal de transição
Dinamizador 6	Visão alargada sobre o entorno comunitário; construção de memórias afetivas e construtivas
Dinamizador 7	Conexão entre todas as dimensões da vida: unir todos os interesses; visão ampla e crítica da sustentabilidade
Dinamizador 8	Sinergia entre vida profissional e Transição; visão pragmática sobre a Transição
Dinamizador 9	Visão global e crítica sobre a Transição; papel de exemplo de experiências
Dinamizador 10	Sensitivo e intuitivo em relação ao processo de Transição (tanto pessoal quanto no âmbito da AeT); abertura aos sentimentos e partilha

Tabela 10: Categorias específicas de cada dinamizador

Para além destas questões específicas, há outras que são coincidentes entre alguns dinamizadores, conforme pode ser visto na tabela abaixo:

Dinamizadores	Questões comuns identificadas
Dinamizador 1 e Dinamizador 7	A maternidade como uma experiência que compõe a visão sobre a transição
Dinamizador 7 e Dinamizador 8	Crença nas comunidades colaborativas ou vida cooperativa
Dinamizador 9 e Dinamizador 10	Processo avançado de transição e papel de exemplo de experiências
Dinamizador 3 e Dinamizador 4	Motivação pela relação entre ambiente e economia

Tabela 11: Questões comuns entre os dinamizadores

De seguida serão analisados e discutidos os dados das entrevistas de forma fluida, para que as categorias sejam abordadas através de associações de sentidos e de interpretações. O método de análise foi orientado pela análise fenomenológica interpretativa (Larson & Holmstrom, 2007; Lester, 1999; Starks & Trinidad, 2007), no sentido de procurar descrever e interpretar as formas como os dinamizadores da AeT percebem o grupo enquanto iniciativa social, e como veem as suas próprias participações, sensações e experiências em relação a isso.

8.2 Motivações, liberdade e empoderamento através da AeT: a ligação ao ambiente

D10 tem a visão de que “o MT significa juntar e tem a ver com a abertura do coração”. Acredita que estar mais autônomo em relação ao sistema capitalista faz com que, na crise e na escassez de algum produto ou serviço, o dia e o tempo tenham outros valores.

O importante é entender que estamos aqui graças à natureza. A natureza dá tudo. Eu não estou dependente do sistema, se tudo cair, eu não tenho tanta necessidade. Se não tiver eletricidade, eu vou mais cedo para a cama. O dia fica com outro valor. O tempo fica com outro valor. Eu estou independente até em relação ao espírito. Eu não tenho aquela coisa: ah, o que vai acontecer se não tiver eletricidade. (D10)

As suas motivações em relação à Transição estão ligadas sobretudo à autonomia e às partilhas e sentimentos, denominadas por D10 como provenientes “do coração”. É seguramente o dinamizador que se considera mais avançado no que compreende como o processo de transição. É também o mais sensitivo, no sentido de ser o menos racional. Para além de D10, é possível dizer que D9 é quem mais se aproxima desta visão mais orgânica da Transição. No entanto, não se sente tão avançado em termos de autonomia. Aqui, a autonomia é representada pela própria sensação do dinamizador em relação ao que acredita ser ou estar autónomo em relação aos modos de vida predominantes sugeridos pelo sistema capitalista. Em relação a D10, a autonomia é uma forma de viver e lidar com limitações, um saber vislumbrar possibilidades existentes e uma forma de procurar a autossatisfação. O estar ou não totalmente independente do sistema capitalista não se coloca aqui como algo concreto, nem iremos procurar indícios que comprovem isso. O mais importante, na perspectiva desta investigação, é a capacidade do dinamizador de refletir sobre a própria forma de viver e de intervir sobre ela de modo a construir uma noção pessoal de tempo, de relação com as pessoas, o ambiente e o entorno comunitário. Para além desta visão mais orgânica da Transição, D9 demonstra ter uma visão crítica e bem informada sobre as questões ambientais, ao mesmo tempo que se mostra interessado na riqueza da aproximação entre as pessoas, no que se pode apreender daí e na partilha de ensinar e aprender. D9 considera a Transição como um processo formativo.

As multinacionais estão a destruir o planeta. As pessoas deviam esquecer as coisas menores e concentrar-se nos problemas reais. Estou muito preocupado com a retirada das sementes, com o tratado transatlântico. Há uma proposta que está a ser colocada em vários países, entre eles alguns da Europa, que nos proíbe de comercializar ou semear as nossas sementes. Eu passo a não poder semear as minhas próprias sementes (isso tem a ver com patentes, direitos

ganhos pelas sementes). Isso nos afeta de uma certa maneira que as pessoas deviam estar atentas a isso para fazerem o que fosse preciso. Eu acho que as pessoas estão tão saturadas de tanta informação que já não conseguem gerir (D9).

D9 e D10 demonstram não se preocupar em seguir os princípios da Transição de maneira a estarem atualizados sobre os grupos internacionais, são mais intuitivos, espontâneos e preferem fazer as suas próprias experiências no que se refere às práticas cotidianas. Apesar disso, D9 mostra ser observador e interessado nas questões globais do ambiente, especialmente em relação à atuação das grandes indústrias, dos acordos políticos internacionais. Demonstra também preocupação em relação à falta de percepção das pessoas com este assunto em particular. As suas principais motivações partem da sua preocupação sobre as problemáticas globais, indo em direção à necessidade de agir em relação a isso e de estar em interação com a comunidade para se empoderar e no contexto da coletividade.

D9 considera-se como um dos mais experientes em termos de conhecimento sobre o ambiente e o cultivo de alimentos. Gosta de testar teorias, de experimentar e de partilhar as suas experiências ao grupo. Considera também que a sua participação na AeT vem do seu processo interior, das suas percepções pessoais e que isso pode não ser consensual na visão das outras pessoas:

eu não puxo pelas pessoas. A minha participação vem muito do interior, infelizmente. A maneira com que o mundo pensa sobre aquilo que eu faço pode ser considerado por outros de maneira contrária. As pessoas podem olhar e chegar a conclusões opostas. (D9)

Foi possível perceber, no contexto em que a entrevista se realizou e pelas reflexões produzidas durante a entrevista, que este dinamizador tem um certo receio e mostra desconforto em falar sobre Transição. Interessa-lhe mais a prática do que a teoria, é uma atuação mais interpessoal e menos expositiva (sem levantar bandeiras). Um aspecto primordial para a sua participação é a interação entre as pessoas que dinamizam ou participam ocasionalmente da AeT. É cético em relação à ideia de conseguir deter a escassez do petróleo e os seus preços altos de comercialização. No entanto, assume a sua participação na AeT como algo sério, importante e capaz de gerar resultados. Sobre o contexto geral em que se desenvolvem os processos de Transição das pessoas, acredita que há um excesso de absorção de informações, de espetacularização e demasiada oferta de passatempo. É também um observador das características pessoais e das relações entre os participantes da AeT. Refere que a sua

participação é fundamentada na escuta: “se as pessoas dizem que a minha participação é boa, provavelmente porque concordo com elas. Para isso, basta eu estar calado. As pessoas também precisam de alguém que as ouça” (D9).

A visão de D9 é interessante para pensarmos nos hábitos e nas características culturais contemporâneas de absorver mais informação do que gerar conhecimento. Entende-se que, para o conhecimento, é necessário um tempo para reflexão e assimilação, de acordo com o que referiu Benjamin (1936/1991) sobre o conhecimento ser fruto das experiências cotidianas e as suas exigências em manter um ritmo de vida desacelerado, pelo menos em momentos específicos. A reflexão de D9 é interessante sob o ponto de vista da observação de como as pessoas, atualmente, tendem a absorver informação dentro de um contexto de tempo acelerado. Este contexto não é favorável para a assimilação do conhecimento, especialmente no sentido referido por Amatuzzi (2006), em que o conhecimento é produzido através da reflexão, o que é possibilitado pela subjetividade. Talvez seja através deste contexto de tempo acelerado que as pessoas tendem a focar as suas escolhas mais em ofertas de passatempo e lazer, como referiu D9, do que propriamente em experiências mais reflexivas e produtoras de conhecimento, o que faz diferença no momento de se engajar em uma iniciativa como AeT.

Não estamos a discutir este aspecto no sentido de desvalorizar as ofertas de passatempo. Nem todo o tempo precisa ser ocupado com momentos reflexivos e de produção de conhecimento. Até porque, democraticamente, os passatempos são necessários. O que parece ser o cerne da reflexão de D9 são as formas de envolvimento dos sujeitos sociais em questões de interesse público como as questões ambientais, económicas e sociais expostas pelo MT. Está em questão também, a consciência sobre o consumo e o impacto sobre as escolhas pessoais no contexto comunitário e global. Neste sentido, é possível pensar que a autoavaliação e o autoconhecimento podem ser formados potencialmente pelos sentidos que construímos sobre as experiências comunitárias e pelas relações com os outros.

A ideia de se ter pouco tempo para a reflexão, no contexto da AeT, foi levantada por D3 como um aspecto que faz falta, de forma geral, no cotidiano das pessoas. Apesar de os envolvidos na Transição serem pessoas com capacidade alargada de reflexão, D3 mencionou que a realização das práticas é ainda pautada mais num movimento permanente e menos em pausa e em tempo para pensar sobre o que se está a fazer. “Acho que todos nós da Aveiro em Transição precisávamos parar e refletir: afinal, o que estou a fazer, como estou a contribuir? Isso tudo é muito movimento e pouco paramos para refletir” (D3).

Ao tentar olhar para a percepção dos demais dinamizadores sobre este aspecto, pode dizer-se que há possivelmente uma consciência sobre isso, mas o teor racionalista e de uma produtividade herdada do sistema social, cultural e econômico atual é ainda mais forte.

Pela forma como D4 expõe o seu posicionamento sobre a Transição, uma das questões que mais lhe é cara é o respeito pelo tempo natural das coisas, nomeadamente, pelo tempo dos processos que envolvem o meio ambiente. A agricultura, por exemplo, para além de ter um tempo específico para o cultivo e a colheita, pode agregar uma série de possibilidades positivas como o respeito pelos ciclos do solo e pelo uso mais natural de recursos, como a água. Percebemos, por várias *nuances* da fala de D4, que se sente motivado e interessado pelo papel educativo que o MT, em geral, pode proporcionar: “o produzir local, o produzir devagar, o produzir respeitando a natureza” (D4). A reflexão sobre esses aspectos citados acima é um dos motivos que impulsionam D4 a ser uma presença ativa no Movimento de Transição ao nível nacional e local. Respeitar essa visão sobre os contextos social e ambiental, tendo também uma visão crítica sobre como o contexto econômico, interfere nos processos de produção e consumo, o que conforme D4, é algo ainda a ser trabalhado, já que sente algumas reticências, por parte das pessoas, especialmente num mundo regido pela aceleração e pelo consumismo.

No mundo em que nós vivemos, em que está tudo tão acelerado, em que estamos todos muito pelo consumo, quando alguém faz diferente e se reje por outros valores e outros princípios, não é de fácil aceitação ou compreensão. As pessoas não compreendem tão bem algumas opções.
(D4)

Em termos de motivações para participar da AeT, o dinamizador D5 foi atraído pelo carácter flexível da Transição, pelo tempo de processo pessoal de transição, pelo respeito ao outro e aprender a ouvir. Acredita que a sua vontade de participar em iniciativas é uma herança cultural. O fato do seu repertório cultural ser em grande parte fundado numa outra cultura que não a portuguesa, ajuda a apresentar outras visões e perspectivas à AeT. O primeiro impulso em participar da AeT ocorre como uma reação para sair da saturação que sua atividade de trabalho lhe causava.

Nada me fazia ir ao encontro do que eu acreditava, que era simplesmente ser uma pessoa melhor. Eu e os outros. Eu também sempre tive gosto pelas abelhas mas no lugar onde morava, não poderia sonhar em algum dia ter abelhas. Isso era impossível. Era como se eu pensasse “eu nasci na cidade, não consigo fazer essas coisas”. Então, um dia, eu precisava mesmo de outra atividade, estava saturada, do trabalho e da vida. Aí está, a subjetividade não estava preenchida.

E tudo começou porque andei à procura de um curso de apicultura. Então pensei: faço o curso e depois decido se tenho capacidade para ter abelhas. Por coincidência, encontrei o grupo Paredes em Transição. Foi a primeira vez que convivi com esse conceito...transição... o que é isto? Tudo isso em função das abelhas, elas me ajudaram a reencontrar aquilo que eu sempre fiz, ajudar as pessoas, cuidar das pessoas. (D5)

Pelo relato de D5, podemos refletir sobre o papel do trabalho, as suas consequências positivas e negativas, como propulsor de processos de reconhecimento identitário. O encontro de D5 com a ideia de cuidar das pessoas, apresentada pelo seu contato com a Transição, relaciona-se com o conjunto de princípios da permacultura. A permacultura é uma forma de viver, de pensar e de atuar bastante recorrente nas comunidades em Transição. No caso de D5, a permacultura funcionou como um despertar reflexivo, tendo em conta três princípios básicos: cuidar das pessoas, cuidar da terra e partilhar os excedentes.

Na visão de D5, um dos aspectos mais importantes sobre “o cuidar das pessoas” refere-se ao respeito pelo tempo de cada um. O cuidado com as pessoas inclui também valorizar tudo o que elas podem oferecer, desde a natureza da sua participação até as ações mais específicas que somam ao todo da iniciativa (D5).

E entrei em contato com a permacultura, mas mais uma vez, tive esse preconceito de achar que não tinha capacidade porque vivia na cidade. Mas, não pertencia ao grupo de Paredes e questionava que o grupo fazia poucas atividades. Daí fui percebendo que isso também era um pré-conceito. As atividades são como são, no momento em que são. Isso me tranquiliza, não que haja compromisso, mas as pessoas não dão mais do que aquilo que podem e querem dar. O que mais me chamou atenção no Movimento de Transição foi, sem deixar de ser quem eu era, ter a possibilidade de pertencer a um grupo ou movimento que conseguisse começar a preencher a minha necessidade de fazer algo melhor. Eu sinto que está errada a maneira como estamos a viver como sociedade. E como não consigo, ou seria um peso muito grande querer mudar a sociedade, a Transição dá a sensação de que é possível começar por nós, com pequeninas coisas. Por acaso as abelhas trabalham mesmo assim. Uma abelha sozinha, não consegue viver sozinha. Uma abelha só consegue produzir menos de meia colher de mel e, mesmo assim, sabemos que há milhares de potes e potes de mel. Portanto, fazendo uma comparação com as abelhas, eu, que sou homo sapiens, e todos juntos, é claro que conseguimos mudar alguma coisa. Por exemplo, eu sei que meus pais fizeram o melhor que conseguiram. Às vezes, as juntas de freguesias ou outras instituições não fazem mais porque não podem. Claro que há pessoas que possuem mais poder de decisão, mas eu não posso ir lá

na cabeça deles e fazer por eles (D5). (...) Um dos princípios da permacultura é cuidar das pessoas e eu vi que quando eu me sinto bem, eu consigo até alterar a minha realidade. Eu descobri na Transição que ao estar preocupada com a natureza, eu estou preocupada também comigo e com as pessoas. E se eu me sinto bem num ambiente onde estou, eu consigo melhores resultados. Eu posso mudar em muita coisa, mas eu sei que essa conclusão não vai ter mudanças muito radicais. Se tu estás bem, há essa transferência de amor. É mesmo assim, parece muito etéreo, mas não é. Nós partilhamos a angústia de pensar nos problemas ambientais (D5).

De uma forma geral, o contato com a permacultura, seja através do conhecimento transmitido oral e informalmente, seja através de um projeto específico ou curso mais aprofundado, é uma das formas mais recorrentes com que os participantes do MT costumam iniciar a sua atuação. No caso da AeT, dos 10 dinamizadores entrevistados, quatro (D3, D4, D5 e D8) tiveram o seu primeiro contato com a Transição através da permacultura.

A falta de sentido ou a busca dele no contexto das atividades de trabalho foi também sentida por D8 e impulsionou a sua atitude de propor à comunidade um grupo de Transição em Aveiro.

Conheci o Movimento de Transição e a permacultura, em 2008, e aquilo ficou na minha cabeça porque achava os princípios muito interessantes, mas na altura não tinha disponibilidade para fazer nada disso. Nem sabia como havia de fazer. O que me motivou foi, eu estava a trabalhar em Gaia há 11 anos, então ia de comboio de um lado a outro e não tinha disponibilidade nem mental nem de tempo. Um dos meus colegas de trabalho em Gaia era um dos fundadores da Paredes em Transição. Mas eu não podia fazer isso sozinha. No entanto, quando vim para o curso de permacultura, no projeto HortUA, vi que havia mais pessoas interessadas. Não conhecia essas pessoas, mas vi que elas estavam na mesma linha de pensamento que eu. (D8)

Para D8, a Transição é um modo de viver, fazer as coisas, no sentido ligado a métodos, e também a um modo de trabalhar. É uma possibilidade de organizar uma vida cooperativa e de mobilizar as pessoas para as áreas social e ambiental, que não seja num contexto de empresa. Ou seja, “não é para ser obrigação” (D8). “No caso da Transição, as pessoas usam o seu tempo e seu conhecimento, seu carinho, seu amor, dão parte do que é seu e também recebem em troca” (D8). D8 demonstra que conhecer pessoas e juntar forças é uma oportunidade para construir massa crítica e para a ação através da Transição. Apesar de não ser uma obrigação ligada ao trabalho, D8 defende a ideia de se levar atributos e princípios da Transição para outras áreas da vida, inclusive o trabalho. E até refere que apesar da Transição ser basicamente

voluntariado, é possível encaminhar sinergias e projetos que possam ser rentáveis. Os ganhos não vêm apenas em dinheiro, os ensinamentos da Transição podem ser sentidos também no âmbito da família. Contudo, por questões de subsistência, é preciso encontrarmos formas de remuneração e a Transição pode ser uma ponte para isso.

Acho que é tempo de ir pensando e mudando. Por exemplo, porque não podemos recuperar bicicletas e vender no contexto da Transição? Eu penso, olha, AeT não é uma empresa, mas se quiseres criar uma empresa para fazer isso, podes criar. Para mim, a Transição é quase que como uma ferramenta que vamos adotando aos bocadinhos e depois já faz parte da nossa vida. É uma forma de viver e de trabalhar. Se eu vou fazer uma reunião, vou utilizar formas e metodologias da Transição porque já as conheço e sei que funciona. E isso tudo fica para a vida. E é suposto ser passado dentro da família. Isso sim é muito importante. Se fores às atividades e apenas leares o teu filho, ele estará ouvindo alguma coisa. Eu reparo que o meu filho ouve as coisas sobre Transição. (D8)

Percebe-se que há uma diversidade de motivações entre os dinamizadores da AeT. Há também algumas coincidências. D3 e D4 partilham o interesse e a motivação pela relação entre o ambiente e a economia. Estes dois dinamizadores são os responsáveis por impulsionar o grupo de Economia da AeT. D3 tem vindo a formar uma visão mais pragmática em relação a uma inserção cada vez mais próxima da dimensão econômica nas práticas da Transição. Para este dinamizador, o lado econômico e de gestão das finanças parece estar obscuro nas práticas da Transição. D3 acredita que isso deve ser mais incorporado.

O primeiro contato que tive com a Transição, por acaso, foi pelo pico do petróleo e a questão ambiental. A questão econômica veio 1 ano depois com o Biovilla, um projeto de permacultura que acontece no Parque Natural da Arrábida. Para mim, é uma referência de projeto voltado a economia. O projeto fez-me pensar no dinheiro, nas finanças éticas. Isso não está tão ligado à Transição, mas eu quero incorporar isso. Acho que é aí que posso contribuir.

Já D4 tem uma forma mais holística de pensar a inserção da vertente econômica na Transição. Considera de fundamental importância pensar pela ótica da economia da dádiva e do senso de entreatajuda/solidariedade como forma de movimentar os fluxos econômicos das vidas das pessoas e comunidades, o que demonstra assim seu interesse no tema das moedas de trocas e da rede de trocas comunitárias. Neste sentido, vê também um paralelismo entre a crise socioeconômica global e o MT.

Eu identifiquei esse paralelismo e identifiquei, em um momento muito particular da Transição e crise econômica, que foi meu primeiro contacto consciente com a economia da dívida, que é nós darmos, mas também vemos a capacidade e abertura de recebermos, de aceitarmos receber mesmo que eu não retribuía aquela pessoa em particular. É uma aprendizagem nossa aceitarmos ajuda, mas sentir que isso é uma dívida e que não precisamos tentar retribuir àquela pessoa que me deu abrigo, naquela altura, mas talvez partilhar com outra pessoa de outra maneira. De alguma forma, esta corrente de boas ações gera sinergias entre nós. A Transição ajuda-me a ter uma visão não tão negativa da crise. Ao passar pela experiência de receber ajuda, tu crias uma visão completamente diferente no momento de ajudar os outros, especialmente eu que sou assistente social. Em relação a crise econômica, senti que potenciou uma mudança de hábitos grande. De forma geral, foi-se falando mais de transportes e alimentação. Essa foi uma dimensão que eu senti a nível pessoal, não posso generalizar. Mas, se as vezes é preciso chegarmos a determinados picos, lamento que seja preciso chegar tão ao fundo, para reconhecermos alternativas, mas se isso acontece, então é ver o lado positivo e as coisas boas que elas nos trazem. Mesmo assim, uma das reflexões que fizemos em Julho sobre moedas de troca, comparando com o Brasil, a nossa apreciação era que o Brasil tem muitas iniciativas de empreendedorismo social, moedas de trocas e bancos comunitários. Só que é muito mais incentivado por um empreendedorismo por necessidade, porque as pessoas efetivamente não têm grandes alternativas, enquanto cá, é mais uma tomada de consciência e uma opção. Não significa que seja a mais barata, muitas das vezes não é esse o caso, nem é esse o critério. É mesmo por querer viver mais dessa forma consciente e integrada, considerando as vertentes social, ambiental e também econômica.

(D4)

Se para D5 e D8 havia uma exaustão e falta de sentido nas suas experiências das atividades de trabalho, para D6, pelo contrário, o trabalho potencializou, complementou e inspirou a sua participação na AeT. A sua motivação é inspirada em grande parte no exercício da cidadania, uma característica forte e presente no desempenho do seu papel como assistente social em Aveiro.

A AeT enriquece e complementa o trabalho que faço diariamente como assistente social. O trabalho na AeT é um puxar de uma malha, de alguns fios que eu já tenho trabalhado com as famílias e com a comunidade. AeT dá respostas de como eu posso ajudar as pessoas para as quais eu trabalho. As minhas motivações são participar de um movimento cívico que tem a ver com o ambiente, que busca harmonia e o exercício da cidadania e incluir outros a tomar uma

posição e participar ativamente na melhoria da qualidade de vida da sociedade e planeta onde estão inseridos. (D6)

A sua atuação na AeT é essencialmente vocacionada para pensar a relação entre alimentação e ambiente apesar de, na sua perspectiva holística, haver uma interdependência entre as questões da saúde, alimentação, economia, cultura e ambiente. A sua relação com o ativismo e a participação política tem origens na infância e adolescência. Nota-se claramente uma desenvoltura em fazer conexões entre os diferentes contextos e em pensar no entorno social de uma maneira crítica e, ao mesmo tempo, afetuosa. Ou seja, com um olhar atento às suas necessidades e aos desejos das pessoas e do grupo enquanto iniciativa comunitária. Para tal, D6 acredita em fortes intercâmbios entre projetos, iniciativas e pessoas que partilham dos mesmos pensamentos e anseios, de modo a todos construírem “boas memórias, memórias afetivas e construtivas” (D6).

D1 e D7 têm como uma das suas motivações principais para participar da AeT um aspecto, referido por elas, como transformador para suas vidas. Ambas descrevem o período a partir do nascimento dos filhos como divisor de águas para o desenvolvimento de uma consciência holística importante para a participação na AeT. D1 diz que:

Quando me tornei mãe, a dimensão humana que estava um pouco adormecida em mim, curiosamente despertou o cuidado pelo meio ambiente. As pessoas também fazem parte do meio ambiente e a forma como nos relacionamos. Eu acho que aprendi a relacionar-me melhor com as pessoas através do meu filho e foi mais ou menos na época em que me tornei mãe que conheci o Movimento de Transição. (D1)

D7 refere como despertou a vontade e a disponibilidade para participar de uma iniciativa como a Transição:

a questão da disponibilidade após o nascimento do meu filho, eu acho que todas as mães passam por um momento de reflexão, a mim possibilitou uma reflexão. É claro que se uma pessoa trabalha 8 horas por dia e depois ainda vai às compras, casa, cozinha, não tem tempo para pensar e, portanto, não tem tempo para mudar nada. Tempo e motivação são muito importantes aqui. O que pode acontecer, às vezes, é não ter tempo de descobrir esta motivação. (D7)

Para D7, a dimensão temporal está ligada com as suas motivações na AeT, ao seu posicionamento em relação à forma de viver (trabalhar, vida pessoal, participação em projetos, AeT), o que se reflete também na sua consciência sobre a questão da sustentabilidade. Em relação à gestão do tempo, a resposta de D7 demonstra que está a tentar, cada vez mais, ser fiel a ela mesma. Segundo esta dinamizadora, isso acontece quando consegue juntar o trabalho, a realização do seu doutoramento e a participação na AeT, que são os seus interesses principais.

Tentando juntar a tua área de trabalho com a tua motivação, acho que a vida torna-se cada vez mais fácil. A gestão do tempo é sempre o mais difícil. Eu gostava de ir aos piqueniques das famílias, por exemplo, mas eu gosto de, aos domingos, não ter nada marcado para poder estar com a família, amigos ou simplesmente pintar uma parede ou não fazer nada. Mas, como há muitas coisas que gosto de fazer, quando vejo estou envolvida em vários projetos. (D7)

Apesar de a defesa dos princípios da desaceleração e conciliação de todos os âmbitos da vida, no intuito de proporcionar mais prazer e gratificação na vida individual e coletiva, D7 demonstra que a sua vida segue um ritmo extremamente acelerado e dinâmico, com um excesso de atividades em que se envolve. Por outro lado, tem dificuldade e mostra insatisfação em relação à dimensão temporal, pela forma como é estimulada pela engrenagem do sistema capitalista. Manifesta o desejo de que o tempo seja tratado culturalmente de forma diferente, sem imposições tão rígidas e com condições condizentes à produtividade individual, ao tipo de trabalho a ser realizado e ao contexto de vida específico das pessoas.

A minha experiência com um emprego numa agência de comunicação de grande porte fez-me pensar que todas aquelas pessoas estavam ali a trabalhar sem liberdade de horários. A qualquer momento, poderiam surgir compromissos na agência. Eu já sabia que havia, nessa vida, algo desconfortável que não fazia sentido e que deveria haver uma mudança qualquer. O limite foi o nascimento do meu filho. Comecei a pensar no que eu estava a fazer para o bem da humanidade e para o meu próprio bem. Ainda tentei voltar após o nascimento dele, mas não deu certo. Nessa altura, eu já tinha vontade de fazer algo na área da mobilidade, especificamente as bicicletas. (D7)

Pelo relato de D7, é possível pensar que nem sempre ter a consciência sobre a importância de dedicar um tempo para a reflexão ou para o ócio possibilita usufruir dele e conseguir alternativas ao modo de trabalho excessivo e ritmo acelerado de vida. Até mesmo quando já se tem a

percepção de que o ócio não deve ser tratado como impedimento para a produtividade e para o desenvolvimento social e econômico. Posto isto, por um lado, podemos pensar que o ócio mais propenso a ser desenvolvido num contexto que visualiza a sua possibilidade exclusivamente num tempo de não trabalho, conforme Zabala Inchaurreaga (2012), refere-se ao ócio forte. O ócio forte institui-se pela valorização do trabalho e do consumo, o que pode levar ao entendimento de que as atividades de lazer são as únicas oportunidades a partir deste tempo. Neste sentido, o lazer aparece como um produto a ser consumido. Por outro lado, entende-se que sobre a conciliação entre vários âmbitos da vida e do desejo pela sensação de liberdade referida por D7, mesmo se tratando de um contexto de trabalho poderia-se usufruir do chamado ócio débil (Zabala Inchaurreaga, 2012), aquele que não se restringe a contextos e crises e está diretamente ligado ao processo de subjetivação (Baptista, 2016). Portanto, é possível pensar que o tipo de ócio possível no contexto do modo de vida caracterizado pelo relato de D7 é o ócio débil. Por fim, consideramos importante destacar que o que pode distinguir os diferentes tipos de ócio são os estilos de vida das sociedades e seus respectivos projetos políticos estimulados pelo desejo de resistência (Zabala Inchaurreaga, 2012), tanto em momentos de crise quanto no contexto de direito à escolha de um modo de vida.

Assim, apesar de conseguir conciliar os temas de interesse nas atividades ou funções que desempenha, num estilo de vida mais integrado, D7 ainda se sente interpelada pelo ritmo acelerado e pelo excesso de atividades que resultam do cumprimento de metas e prazos. A sua entrevista ocorreu num contexto em que a dinamizadora parecia estar à vontade para desenvolver argumentos, emitir opiniões e fazer reflexões sobre os modos de vida e as suas relações com o ambiente, a sociedade e o sistema econômico. A sua desenvoltura ao falar desses temas não se justifica apenas pelo seu alto nível de instrução (há outros dinamizadores com este mesmo nível), mas pode também ser entendido pelo fato de D7 ser uma pessoa que está empenhada em fazer conexões entre as muitas áreas possíveis de serem relacionadas no contexto da Transição, das comunidades colaborativas e de uma forma de vida mais sustentável e integrada.

A relação entre o contexto ambiental e a ideia de ócio pela perspectiva da experiência e da subjetivação, conforme nos propomos discutir nesta investigação, pode ser especialmente percebida através dos relatos de D1, D7 e D2. A maneira como D7 relaciona o contexto ambiental com o cultural, e as reflexões que possibilita sobre sustentabilidade, liberdade e fluxos de poder, são importantes nessa discussão.

Ambiente é tudo. Mas eu gosto de trabalhar com o conceito de sustentabilidade ambiental, social, cultural. No fundo, trabalho muito com o conceito de sustentabilidade do território. Se tiveres um ecossistema a funcionar bem, as coisas estão sustentáveis. Eu não sou fundamentalista, por exemplo, com a utilização do carro. Eu uso, por exemplo, uso transportes públicos, avião. Agora, a consciência ambiental a respeito da sustentabilidade é de que forma podes seleccionar aquilo que tu precisas realmente para determinada ação ou para deslocar ou para consumir. Será que precisas mesmo comprar os cereais embalados? Não podes comprar a granel? Será que não podes pedir algo emprestado, reutilizar ou produzir? (D7).

Aqui, podemos perceber a visão integradora das diferentes vertentes possíveis para o conceito de sustentabilidade Almeida (2016) e a integração entre diferentes saberes Jacobi (2003). Os contextos econômico, social e ambiental ligam-se para compor soluções para os problemas humanos, especialmente ao que toca o desenvolvimento social ao nível do presente e futuro (Almeida, 2016). Pela reflexão realizada por Nascimento (2012), é possível pensar sobre a tentativa de encobrir a contradição entre a finitude dos recursos naturais e o caráter desenvolvimentista empregue pelas estratégias industriais. Este pode ser o despertar para a discussão sobre a construção de um conceito alargado de sustentabilidade que considera a existência de uma dimensão política ou de um caráter político, no sentido do reconhecimento do conflito ideológico e do poder na interação entre sociedade, empresas e instituições políticas (Kenis & Mathijs, 2014). Por meio dessa discussão, podem-se questionar as relações de poder engendradas no âmbito da sustentabilidade e a capacidade de coexistirem, ao mesmo nível, a justiça sobre o acesso à qualidade ambiental, no sentido mais amplo possível, e a democracia que possibilita o desenvolvimento social/cultural, tecnológico e econômico.

Além de considerarmos pertinente esta reflexão a respeito da necessidade de se ampliar as dimensões sobre o conceito de sustentabilidade (Nascimento, 2012), pela ótica desta investigação, ainda percebemos como relevante o entendimento de que as dimensões cultural e política estão relacionadas também a modos de vida sustentáveis e mais propícios às experiências de ócio. Os modos de vida sustentáveis precisam dos tempos ociosos e das pessoas que exercitam o autoconhecimento em relação a uma perspectiva holística do ambiente, de modo a integrar as dimensões da sustentabilidade. Isto quer dizer que uma perspectiva holística reconhece a existência de um sistema amplo e perpassado por diversos contextos. Através dessa perspectiva, pode-se reconhecer os pontos de tensão entre o sistema capitalista e formas singulares de ver o mundo em que hábitos, pensamentos e sensações

resultam de uma transformação que se faz primeiramente no interior (sujeito social) e depois no exterior (comunidade e outras instâncias regionais, nacionais e globais). Trata-se de uma mudança cultural que inicia em um nível micro para atingir camadas macro da vida social. Este é um ponto de ligação do Movimento de Transição, e sua visão de interdependência entre o mundo interior e o mundo exterior (Hopkins, 2008), ao conceito de ócio ligado à subjetivação, experiência e prática de resistência.

Esta visão ampla sobre a sustentabilidade inclui o reconhecimento de uma dimensão solidária. A ligação entre sustentabilidade e solidariedade pode ser percebida pelos relatos dos dinamizadores da AeT. A visão dos dinamizadores sobre a solidariedade aplica-se no sentido da tolerância, da entreajuda, do saber funcionar em rede, do oferecer alguma disponibilidade, de oferecer o lugar de escuta, do partilhar experiências e saberes. Neste sentido, a solidariedade é um catalisador da sustentabilidade cultural e, a partir dela, todas as outras sustentabilidades podem ser entendidas.

A sustentabilidade tem a ver com a consciência do impacto que as tuas ações têm no todo, ao global. Que depois impacta a ti e às pessoas a tua volta e o mundo inteiro. Está a fazer aqui e está a prejudicar todas as outras pessoas. E isso não tem a ver só com o ambiente, tem a ver com a cultura também. Tem muito a ver com a forma com que tu falas com o teu vizinho, colega. Se as relações humanas tiverem um equilíbrio, as coisas tornam-se mais fáceis e mais ágeis e mais fluidas. Se tu não tiveres anticorpos com pessoas, instituições, autarquias, esses fluxos, então não consegues estar equilibrado. É isso que faz a diferença nesses territórios sustentáveis. (D7)

Essa visão sobre a solidariedade, de forma geral, aparece relacionada com o fato de que a Transição propõe uma visão de mundo de permanente partilha com o outro. Percebe-se a convicção de que “as pessoas vivem numa sociedade de espelhos” (D5). Os atos humanos nunca serão isolados, sem contextos ou sem intervenção em relação às outras pessoas do entorno ambiental e social. Da mesma forma, estamos em constante processo de reconhecimento de nós mesmos a partir dos outros. Desse modo, a solidariedade situa-se neste contexto e nas possibilidades de partilha de conhecimentos, informações e visões de mundo mais sustentáveis (D4). A partir dessas partilhas, criam-se modos de vida cooperativa, de entreajuda, de consciência ambiental, de empoderamento e processos de emancipação, cidadania e autonomia, principalmente em relação aos modelos políticos vigentes. Essa emancipação liga-se ao conceito alargado de público referido por Leher (2000) e Melucci (1989),

de responsabilização sobre as ações ao dispor-se a aprender, a fazer e a ensinar o outro. Os dinamizadores da AeT, estão em consenso relativamente à ideia de que a solidariedade não é oferecer, é ensinar, apoiar e agir pensando nas consequências para si, os outros e o ambiente.

Para D1 e D7, a maternidade foi uma experiência transformadora que possibilitou a reflexão sobre ambiente e Transição. Para ambas, foi um marco no que se refere às descobertas a partir da participação na AeT. Quando D7 reflete sobre a consciência ambiental e a responsabilidade sobre as escolhas de consumo considera a maternidade parte integrante de um conjunto coeso de dimensões da vida. Todas estas dimensões em conjunto formam, ao seu ver, o processo da Transição:

A partir da Aveiro em Transição mudou a consciência que tenho em relação aquilo que consumo, mas acho que isso tudo está em processo, está mudando. E isso veio junto com a maternidade. Não consigo dissociar porque muda muito a vida, a forma como convive no espaço, as relações. Quando estamos grávidas, as pessoas vêm falar connosco. Costumam dizer que a vida social diminui quando se tem filho, mas a minha aumentou. A quantidade de amigos que fizemos por causa do nosso filho. A maternidade tem mais impacto na minha vida do que a Transição em si. Mas é tudo um ecossistema, não dá para criar ali barreiras, não há separação. A partir da maternidade, fica mais difícil para mim selecionar ou distinguir as coisas. (D7)

Portanto, assim como D1, D7 fala sobre a sua transformação vivida a partir da maternidade e faz uma ligação direta ao desenvolvimento da consciência ambiental. D2 percebe o ambiente e o exercício da parentalidade como dimensões relacionais. Apesar de não ter filhos, acredita que a proposta da Transição é a de trazer maior harmonia entre as pessoas e a natureza, o que acontece através de um caminho possível para uma vida mais feliz. “A Transição prepara um contexto favorável para a vivência da parentalidade” (D2), que é algo que faz parte de seus planos de vida.

D7 e D2 têm uma visão abrangente sobre o ambiente, em que percebe a existência de uma interação circular entre ele e as pessoas. Um dos diferenciais da sua perspectiva sobre o ambiente é a ideia de respeito igualitário e flexibilidade diante do contrassenso. Mostra que o ambiente e as outras pessoas devem estar no mesmo patamar das preocupações e cuidados que cada um tem consigo mesmo. Assim, respeitar o ambiente não deveria ser uma escolha e sim algo intrínseco e que faz sentido num modo de cooperação necessária à sobrevivência de todos, inclusive do ambiente. No entanto, o decorrer deste processo de informação e prática

consciente não é propriamente linear. Na visão de D2, neste caso, o respeito e harmonia podem gerar contrassenso.

Nós todos fazemos parte desse universo, estamos todos ligados da mesma forma e eu vejo o ambiente como parte integrante disso tudo, como parte de nós e ao respeitar isso é estar a cuidar de todo o resto. Se eu estiver a atirar alguma coisa para o mar que é poluente, vai fazer mal a mim, para o outro e para o ambiente, que é o espaço em que nós coabitamos e vivemos. É graças a ele que estamos aqui. Então é respeito e harmonia. Sentir e acreditar nisso e, ao mesmo tempo, conseguir conciliar isso com as práticas é muito difícil. Gera muito contra-senso e é isso que me gera um pouco de instabilidade e sentimentos negativos. É tu acreditares numa coisa e querer compactuar com aquilo, mas tens que trabalhar para o Porto e tens que apanhar um transporte. Se não fores trabalhar, não recibes o ordenado que precisas para te sustentar. No caso de quem tem família, eu compreendo que não vá ter como prioridade máxima a questão ambiental. Eu também não culpabilizo os outros pelas posições que tomam. Consigo entender o fluxo das sociedades, às vezes não é bem uma questão de escolha. Também é uma questão de consciência e informação que ainda falta muito. (D2)

D2 é um dos únicos dinamizadores para quem a motivação para participar na AeT é fruto de um contato lúdico e criativo vivenciado ainda na infância. A fase da adolescência foi marcada por uma ruptura na sua mobilização pelas questões ambientais, mas, na fase adulta, seu interesse por estas questões foi ressignificado através da aquisição de informações, apreensão de conhecimentos e vivência de novas experiências.

Eu sempre senti que é uma coisa muito intrínseca à minha forma de ser que de alguma maneira foi inculcada na minha infância, não propriamente pela família, mas pelo contexto onde eu cresci e pelas atividades que eu me envolvia ao nível dos escuteiros. Eu cresci muito a subir às árvores, a comer frutas do quintal, tinha uma casa em cima da árvore que o meu pai construiu. Isso tudo foi algo que, mais tarde, levou-me ao encontro de alguns princípios, metodologias e práticas que era mais eu. Confesso que andei um tempo na adolescência afastada disso, mas à medida que fui reencontrando isso fui encontrando também a mim, naquilo que eu acredito. Claro que depois com uma visão muito mais consciente da parte ambiental, social, uma visão mais informada e mais crítica. Claro, depois na partilha com as pessoas que se interessam pelos mesmos temas, fui aprimorando no fundo o conhecimento. Mas eu penso que a grande motivação vem de um cunho mais de infância. (D2)

As motivações de D2 para participar na AeT têm origem em aspectos ainda da infância, o que pode formar um posicionamento mais lúdico e talvez menos preocupado em seguir princípios do Movimento de Transição. As práticas pessoais desenvolvidas são acompanhadas de uma sensação de tranquilidade que parece ser absolutamente necessária para a sua forma de ser e agir. Ou seja, faz tanto sentido esse tipo de visão de mundo e a ligação ao tema é tão afetiva que a participação na AeT, assim como a consolidação de práticas ligadas à sustentabilidade independente da Transição, não são vistas como soluções para problemas. Muitas vezes, a prática é anterior à assimilação do princípio ou ao diagnóstico do problema, sendo que, pela opinião de D2, os contextos considerados de crise não são necessariamente causas para os projetos de participação política como o MT.

Talvez essa concepção seja a que mais se aproxima de uma experiência centrada na própria atividade e não propriamente em fins externos (a detecção de problemas ou desafios globais e locais, por exemplo). Percebe-se aqui, pequenos espaços para a criação de um contexto de liberdade para as escolhas. Estes espaços podem estar relacionados à possibilidade de seguir aquilo que acredita, de exercitar a imaginação através de formatos de receber e oferecer, o que se exemplifica pelo interesse e dedicação de D2 ao grupo Oficinas de Partilha de Saberes e pela participação na AeT. Estas características coincidem com o *to play* do conceito de *homo ludens*, referido por Rojek (1995) e Baptista (2016). O *to play* abrange o lazer e toda a cultura (em todos os sentidos e amplitude que o conceito de cultura possa ter), faz parte de uma dimensão lúdica que envolve a liberdade, a imaginação, o autotelismo e a tensão associada ao experimento de desafios e emoções, geralmente reprimidas noutras dimensões da vida (Baptista, 2016, p. 24). Esse entendimento sobre o conceito de *homo ludens*, em contraposição ao conceito de *homo faber* (exaltação do trabalho e do racionalismo), ajudam a entender que o ócio, no contexto dos *Leisure Studies*, posiciona-se num nível mais elaborado (experiências mais complexas) do *to play*. Para os estudos ibero-americanos, o ócio ou resulta de experiências formativas, vividas a partir do *homo ludens* e desenvolvidas pela dimensão lúdica do ócio, ou pode ter origem nas experiências, nos processos de subjetivação a partir das dimensões política e cultural – uma noção que se relaciona ao modo de ver dos Estudos Culturais (Baptista, 2016).

Para D2, o lúdico, o criativo, o político e o cultural são dimensões coexistentes nas suas práticas e no seu modo de ver o mundo. Nos demais dinamizadores, é possível perceber a inserção ou não dessas dimensões em intensidades diferentes e em diferentes categorias da nossa análise.

Outra categoria bastante recorrente nas respostas dos entrevistados foi a ideia de empoderamento individual e coletivo. De uma forma geral, percebe-se que, no contexto da AeT, o desenvolvimento de empoderamento acontece devido a uma possibilidade de aprendizagem e crescimento pessoal que extravasa para o coletivo quando há reconhecimento em relação à perspectiva do grupo e suporte para a realização de práticas.

D3 e D4 possuem um empoderamento individual que se fortaleceu, ao longo dos últimos anos, através de uma demanda por aquisição de conhecimentos e por vivência de experiências com a permacultura e a Transição. Esta construção de repertório intelectual e cultural deve ter sido responsável pela consciência e necessidade individual de viver e atuar em rede e alcançar os efeitos do empoderamento coletivo, que para D3 e D4, são metas de vida e fazem parte dos seus desejos pessoais e profissionais. Para ambos, trabalho e vida pessoal podem e devem estar conectadas de forma a gerar sinergias importantes.

Várias coisas foram acontecendo na minha vida, vários cursos, alimentação, yoga, permacultura. O curso de permacultura dado por uma iniciativa de Transição. Aquilo falava da responsabilidade e consciência de querer um mundo diferente. Então tudo começou por um querer fazer mais, dar um contributo à sociedade. O que não quer dizer que eu já não fosse uma pessoa desperta para a questão ambiental, já comprava produtos biológicos, entre outras coisas. A transição foi um “ah, estou acompanhada!” Há pessoas que pensam como eu”. O meu percurso foi sempre muito solitário e na Transição pude perceber que há pessoas que pensam nas repercussões das suas ações, que há um impacto ambiental, um impacto social e económico. (D3)

Eu tirei a licenciatura em serviço social, embora tenha gostado muito do curso que tirei, eu senti que estava especialista em identificar problemas, problemas sociais...mas não sentia ter muitas ferramentas para soluções criativas, para uma intervenção comunitária que fosse efetiva do ponto de vista de envolver toda a comunidade através de uma visão holística. Sentia muito esta lacuna e quando me cruzei com essas coisas da transição e da permacultura é como se tu mudasses a tua lente para a abundância. Tu olhas para o mundo e é um mundo de oportunidades. Essa lente foi, para mim, uma experiência muito positiva porque depois comecei a explorar as coisas da inovação social e acho que efetivamente a transição dá muitas respostas àquilo que eu procurava. (D4)

Para D5, o empoderamento individual e coletivo vivem de forma íntima e inseparável. Se existe uma consciência individual sobre a cultura, a sociedade, a economia e o ambiente, então, isso se reflete nas consciências das pessoas com as quais estamos em contato ou interagindo em

rede. Há uma ideia de viver entre espelhos e, portanto, de reconhecimento identitário através dos outros. E esse é um ponto que ajuda a desenvolver o empoderamento.

Eu acredito que normalmente nós vivemos em frente a espelhos. Que o outro é o nosso espelho. Se eu como pessoa começo a fazer essas pequenas mudanças...tenho consciência que as mudanças não se fazem assim, mas é uma consciência interior que pode refletir na consciência dos outros. (D5)

D6 está a construir o seu empoderamento individual por meio de um processo de participação em rede e de autoconhecimento e autorreconhecimento das suas próprias características enquanto cidadã ativa na AeT e na comunidade. A sua atuação como profissional da área social contribui para uma maior aproximação entre o trabalho e aquilo que acredita e realiza através da AeT. Nesse sentido, percebemos um processo de autoestima e de confiança em desenvolvimento, e de descoberta de suas competências. Sendo assim, o empoderamento coletivo na AeT está a auxiliar o caminho para o seu empoderamento individual.

Eu senti-me mais empoderada para agir em relação à alimentação e o ambiente porque já vem de uma forma intrínseca. Percebi que, apesar da minha motivação, havia no grupo de trabalho pessoas com mais conhecimentos do que eu. Foi um desafio para mim. Mas, também achei que era necessário que todas as pessoas pudessem dar seu contributo, dar o melhor possível. Que todas as pessoas consigam se rever no grupo (auto conhecer-se) para se sentirem motivadas a trabalhar. Sinto-me com muitas responsabilidades na AeT. Sinto como um espaço de realização pessoal e profissional. Se eu ficasse desempregada, eu tinha muito o que fazer na AeT. Eu sinto que queria um dia por semana para dedicar ao AeT seja para estudar, organizar atividades, falar com parceiros. (D6)

D7 vive num modelo complexo e interligado com várias dimensões do seu empoderamento individual, que já se manifesta fortalecido, mas que só encontra consolidação através do empoderamento coletivo. Para D7, “o viver através de um desígnio coletivo fala muito sobre as nossas individualidades”. Esta dinamizadora reconhece a evolução da sua autoestima no decorrer do envolvimento e trabalho que tem na AeT. A forte crença na ideia de comunidades colaborativas e “na visão de que afetamos e somos afetados constantemente pelas outras pessoas” (D7) a faz atuar em favor da comunicação com pessoas que pensam na mesma linha de visão. “A comunidade, as trocas possíveis entre as pessoas e o território geram uma forma empoderada de viver, que é totalmente viável no âmbito de uma realidade próxima” (D7).

D8 possui uma visão racional sobre o empoderamento coletivo, apesar de enxergar a importância das subjetividades para o processo de Transição e de empoderamento individual. Pode-se dizer que sua visão sobre empoderamento é mais estratégica, quando refere sobre confiar nos resultados que a mobilização pode trazer para as pessoas e para as áreas social e ambiental (D8).

D9 e D10 são os dinamizadores que demonstram um nível de empoderamento individual consolidado. Enquanto D9 acredita e trabalha para alcançar o empoderamento coletivo e os benefícios que, em sua visão, “ele pode trazer para uma transformação ao nível da Transição” (D9), D10 possui uma atitude sensível e tranquilizadora em relação a este processo, quando afirma “que viver em comunidade faz sentido e é um caminho natural para o empoderamento” (D10). Ele também afirma que “se empoderar sozinho dá mais trabalho, sobretudo é necessário percebermos que a natureza nos oferece tudo e, assim, é possível viver em Transição e ter mais resiliência ao nível pessoal e comunitário” (D10).

D1 demonstra acreditar no empoderamento coletivo como uma via possível para o desenvolvimento individual.

Eu não sei porque me vi no papel de quem dava a cara, não sei porque, porque eu sou tímida, eu não gosto muito de assumir esse papel, mas pronto, as circunstâncias empurraram-me para isso. O que me surpreendeu foi que, mal eu assumia esse papel, o grupo ganhava força. E é esse então o empoderamento. Quando uma pessoa assume esse papel, de porta-voz por exemplo, é como se a pessoa criasse a identidade desse grupo sozinha. (D1)

D2 fala sobre as relações humanas partilhadas que promovem o somatório de forças.

Eu olho para o grupo e vejo cada um com suas valências, suas capacidades e suas características. Cada pessoa com seu foco, mas juntos construímos um cenário mais íntegro, mais coeso. Acho que isso também nos traz a sensação de segurança porque há pessoas que são peritas em determinadas áreas. A minha área é a mais a parte mais social e da educação. Cada um dá o seu contributo e no final isso é um puzzle com as peças todas. (D2)

Através das falas dos entrevistados, percebem-se dois focos de ideias ligadas ao empoderamento no contexto da AeT: o empoderamento gerado pela aprendizagem, adquirida tanto individualmente quanto na partilha com a comunidade e o empoderamento derivado do exercício de cooperação entre pessoas da mesma comunidade. O que é consenso nas falas de todos é que o empoderamento, bem como todo o processo de Transição, só ocorre efetivamente

a partir da consciência interior. As adesões à iniciativa por um impulso ou por um estímulo da moda não seguem adiante ou não representam um processo de Transição que faça sentido e repercute em efeitos condizentes ao que propõe a Transição, mesmo que existam diversos caminhos possíveis.

O empoderamento pode também ser um meio para se pensar a relação entre a ideia de liberdade e o MT, através das perspectivas dos dinamizadores da AeT. A questão relacionada com a sensação de liberdade é um fio condutor para o entendimento dos sentidos produzidos pela participação na AeT, em relação ao ócio como prática de resistência. As noções de liberdade são bastante específicas para cada dinamizador entrevistado e trazem-nos reflexões diversificadas, apesar de nos conduzirem a alguns pontos coincidentes. Enquanto D1 vê a liberdade como um meio para cuidar das pessoas e ter conhecimento para saber e poder escolher, D2 vê-a como uma oportunidade para seguir outro caminho, contradizer o modelo atual de sociedade.

A ideia de liberdade, para D7, D1 e D3, destaca-se pela possibilidade de poder escolher e tomar decisões conscientes. A partir disso, e no âmbito das práticas da AeT, pode-se escolher trabalhar no que se acredita e no que faz sentido para cada um. Para D7, a sensação de liberdade é mais intensa quando se consegue conciliar a prática do processo pessoal de Transição com a possibilidade e com o meio de subsistência. Ou seja, poder trabalhar porque se quer e porque se deseja respeitar e contribuir para sustentabilidade do ambiente. Essa parece ser uma das tensões mais sentidas por esta dinamizadora: “a separação entre o fazer o que nos dá prazer e o fazer o que nos dá dinheiro” (D7). Para ela, o fundamental seria “ver uma lógica naquilo que faz e não só um salário no fim do mês. Essa é a maior expressão de liberdade que se pode ter” (D7).

D1 acredita que a liberdade está na relação harmoniosa entre a liberdade pessoal e a liberdade do outro. “Isso pode ser sentido quando cuidamos do ambiente e das relações humanas” (D1). Para D3, a tomada de decisão só é consciente quando embasa a construção da liberdade de cada um, permite a aquisição de conhecimento e, portanto, a capacidade de reflexão e de escolha.

Já D4 tem uma visão sobre a liberdade alinhada com o discurso global da Transição. A sua maneira formal de falar revela uma oratória já consolidada sobre o tema. Quando a reflexão sobre liberdade assume proporções mais locais, através da sua experiência mais imediata na AeT, a primeira ideia manifestada é a da autonomia que sente dentro do grupo. “A liberdade

para partilhar, o ter e dar espaço para a exposição de opiniões e ideias, para a expressão de projetos e tudo aquilo que cada dinamizador tem como principal motivação e principal contribuição” (D4).

D5 questiona se a liberdade na AeT não é excessiva e se proporciona resultados produtivos para a iniciativa, o que nos leva a questionar se D5 vê a Transição como um processo para a construção de tempo, reflexão e desenvolvimento pessoal, ou se tem uma visão mais racionalista, focada nos resultados desse processo, na Transição como um fim. Por outro lado, percebe o seu senso de responsabilidade na AeT como um exercício de liberdade, já que acredita que “se responsabilizar por determinada atividade é condizer ao alto valor subjetivo que aquilo traz para si” (D5).

O sentimento de responsabilização no grupo não é uma obrigação, que se eu não fizer vou ser mal vista. Isso desaparece. As pessoas sentem a responsabilidade de que querem participar, de que é isso que querem fazer, de que resulta e que assim é melhor e, então, contribuem com que sabem fazer. É uma diferença muito sutil, mas que pesa muito na hora de fazer. (D5)

D6 tem uma visão ampla a respeito da ideia de liberdade proporcionada através da experiência na AeT. Destaca a transição de vida que muitas pessoas têm conquistado através da Transição, como algo que vai ao encontro dos desejos e satisfações pessoais e do respeito para com a vida, seja ela na forma humana ou não. Destaca também “a necessidade de se libertar das tramas do contexto político e econômico e questionar os modos de produção e consumo” (D6), o que pode conduzir a escolhas mais precisas. Outro aspecto importante para a ideia de liberdade é fato de que “o MT convida a todos a partilharem o que sabem, tudo o que sabem tem valor (D6).

D8 posiciona-se em relação à ideia de liberdade de maneira a valorizar a expressão livre e pessoal de ideias e aptidões. Acredita que na AeT há liberdade com responsabilidade. “Vamos empoderar as pessoas e elas vão se responsabilizar por fazer” (D8). Aqui também se vê um discurso mais formal, possivelmente, porque é um dinamizador fundador da AeT e com um grande repertório sobre a Transição internacional. Pelos relatos de D8, foi possível perceber que não há um aprofundamento sobre as suas experiências. Talvez porque os princípios da Transição estão já bastante assimilados no seu discurso. Assim como D7, D8 vive a vida num ritmo acelerado e com excesso de atividades. As suas palavras e a forma de atuar na AeT passam, por vezes, a impressão de que é regida muito mais pelo racionalismo do que pela subjetividade. Se pensarmos nos temas ou nos atributos que nos ajudam a explicar o posicionamento dos sujeitos, de acordo com Dahlgren (2013), talvez D8 não consiga ser tão

transparente em relação à sua própria noção de subjetividade e à sua capacidade de percepção. Talvez a contingência seja um atributo muito presente na forma de atuar de D8 como sujeito cívico, visto que, sendo bastante sensível às questões socioambientais, parece adequar-se rapidamente aos contextos e circunstâncias. Isso pode ser um aspecto produtivo, no sentido em que D8 consegue refletir e atuar sobre estas problemáticas de uma maneira eficaz ou pode também refletir a possibilidade de se manter sensibilizado para os modelos pré-concebidos. Ao mesmo tempo, a percepção sentida no momento da entrevista e de outros momentos de convivência com este dinamizador, faz-nos pensar sobre uma subjetividade contida e expressada subtilmente.

Tal como ocorreu com a visão sobre a consciência ambiental e com o processo de Transição mais avançados, D9 e D10 têm posicionamentos que os afastam em relação aos outros dinamizadores entrevistados, no que concerne à sua concepção de liberdade. Para estes dinamizadores está mais voltada para a liberdade que todos têm de pensar e de agir face aos desafios da vida. D9 refere que “as pessoas são livres para encarar os problemas de frente e, com a ajuda da Transição, ter atitudes e manter práticas cotidianas”. D10 parece sentir a liberdade de forma intrínseca ao seu cotidiano, o que por si só, implica ser o mais autônomo possível do consumo, da dependência do petróleo e do condicionamento das práticas sociais. A liberdade, pela maneira como se expressa, está presente na educação dos filhos, na gestão do seu tempo, na condução das suas rotinas, na partilha de experiências e na crença de que é necessário partilhar todos os espaços, inclusive a sua própria casa. Estas questões não foram ditas de forma direta, nem através de palavras específicas. O momento da entrevista com este dinamizador foi muito uma interpretação dos sentidos construídos a partir das respostas, ora diretas, ora indiretas. O seu posicionamento era sempre mais profundo e subjetivo. Em alguns momentos, os relatos anteriores evitavam que se fizessem as próximas perguntas, pois o caráter intuitivo e de conexão com os sentimentos era bastante acentuado nas suas respostas. Sendo assim, tornou-se mais importante valorizar a fluidez do pensamento e verificar o quanto D10 estava mais próximo de viver num contexto propício ao autoconhecimento, ao tempo para a reflexão e para a prática de ações com fim nelas mesmas. Este aspecto em especial leva-nos a concluir que estar num processo avançado de autonomia, que bem pode ser reconhecido como um processo de Transição, não condiz necessariamente com estar a viver a Transição nos seus princípios mais conhecidos. A subjetividade das práticas e a intuição de D10 fazem-nos refletir sobre a transição interior e a manutenção de uma perspectiva pessoal perante a vida cotidiana.

No caso de D10, a sua intuição sobre a Transição é relevante pelo desinteresse ou autotelismo, referido por Rojek (1995) como um dos aspectos importantes para o sentido de *to play* (o lado mais lúdico e imaginativo inerente a uma experiência de ócio), em que as práticas não são determinadas pelos efeitos exteriores à própria atividade. Quando D10 menciona “apenas sentir e abrir o coração” (D10), a sua prática existe por ela mesma e não parece precisar de justificativas.

8.3 Sobre as descobertas pessoais a partir da AeT: implicações para o tempo e a transição interior

Sobre as suas descobertas a partir da participação na AeT, D1 diz que

nós transformamo-nos todos um bocadinho nas pessoas com quem nos vamos cruzando e que vamos conhecendo e que têm um impacto significativo em nós. Lá está, mesmo pessoas com as quais, tem sempre que haver algum tipo de relação não é, mesmo pessoas com as quais não temos uma relação de amizade duradoura, mas aquelas pessoas que temos, naquele momento, aquela ligação, mudam coisas em nós e trazemos um bocadinho delas para nós. É impossível de repetir essa experiência ao ler um livro, é uma coisa quase intraduzível, não é bem a mesma coisa. Eu respeito muito os livros, e essas coisas, não querendo tirar o valor desse tipo de experiências, que são muito importantes e muito formativas. Mas, sim, estou mais criativa, mais livre, mais autónoma, lá está, são muitos mundos diferentes que começam a habitar dentro de nós e para mim é muito bom porque também dão muito mais liberdade de escolha. Porque nós podemos escolher, se nós só estamos habituados àquela forma de estar e de ver as coisas, não há escolha possível, nós só escolhemos aquilo. (D1)

D1 demonstra ter vivido transformações e descobertas profundas e positivas a partir da AeT. Interessada na riqueza das relações humanas, D1 fez uma viagem de descoberta das suas próprias forças, capacidades de liderança e de espírito assertivo, para unir as pessoas através de laços afetivos. Na sua autoavaliação mostrou-se sempre como uma pessoa tímida e pouco ativa, mas a sua participação na AeT demonstrou o contrário, especialmente a partir da sua dinamização e moderação de um dos grupos da iniciativa de Aveiro. Pelas declarações de D1, nota-se que a sua participação na AeT gerou um ganho significativo: um descobrir de forças internas e uma colheita de efeitos duradouros através da partilha com as outras pessoas.

Outros dinamizadores, como é o caso de D2, D7 e D9, afirmaram ter vivido processos conflituosos de descoberta, ou manifestaram um senso crítico diante das limitações existentes no âmbito do processo de Transição em si, e das suas transições pessoais. No caso de D2, a sua visão alargada sobre o sistema capitalista é responsável pela forma crítica com que percebe as muitas limitações em promover mudanças, especialmente no que refere ao ambiente. D7 expressa, de uma forma mais proeminente, a insatisfação perante os desafios de viver de forma sustentável, solidária e satisfatória em termos pessoais, dentro do sistema vigente. D9 demonstra agir de uma forma embasada e consciente e, talvez em função disso, manifeste medo em relação aos desafios futuros e às consequências para o contexto social e ambiental, no sentido das problemáticas ambientais globais. Apesar desses sentimentos mais conflituosos, D2, D7 e D9 assumem ter evoluído em termos de processos pessoais de Transição e de consciência sobre escolhas de consumo e modos mais sustentáveis e satisfatórios de viver.

Enquanto D6 reafirmou as suas crenças e ideias através da participação na AeT, tanto através da sua trajetória pessoal, quanto do crescimento comunitário, em relação ao que sente sobre os diversos contextos que envolvem a Transição, D4 disse ter encontrado um sentido menos pragmático para a vida no momento em que passou a valorizar as subjetividades, desde as experiências até as celebrações de conquistas no âmbito do processo de Transição e da sua vida pessoal. Sobre isso, D4 diz:

houve um exercício que fizemos através do *dragon dreaming* para percebermos quem eram os sonhadores, os planeadores os fazedores e os celebradores dos grupos. É também te conheceres...no que tu achas que te faz mais falta ou o que te faz desenvolver determinadas competências. Eu sempre me considerei uma fazedora, muito prática e contribuía muito para as coisas acontecerem, mas todos esses processos têm-me inspirado de tal maneira que me sinto agora também como uma sonhadora e a desenvolver essa vertente do planeamento.

Eu não tinha muito incutida essa experiência da celebração e agora eu faço sempre. Permitires algo que te enriqueça do ponto de vista das experiências, marcar esses momentos e refletir sobre eles, os ciclos de energia, é algo muito bom. Vamos tendo tantas conquistas ao longo da vida que, às vezes, desvalorizamos. (D4)

Quando questionado sobre o que mudou em si a partir da AeT, D6 refere o despertar das suas capacidades e desejos perante a vida, e a consciência de que todos podemos ensinar e aprender.

A Transição é um movimento de crescimento social, cultural, ambiental, econômico. É uma vida larga, não um atalho. Há um entrosamento natural de todas as temáticas e as práticas. Eu acho que todas as pessoas devem ter acesso a essas informações para tomarem decisões mais conscientes, especialmente para fazer ao poder econômico, político que cria muitos obstáculos entre as pessoas, tornando a vida mais burocrática, atarefada e acelerada. (D6)

D3 e D8 veem as suas transformações pessoais e as decorrências dos seus processos de Transição de uma forma mais racional. Na entrevista realizada para este estudo, D8 não manifestou necessidade de expressar as suas sensações a respeito das descobertas pessoais. O seu foco manteve-se no discurso da Transição e nas transformações que efetivamente acredita serem possíveis de ser implementadas através da Transição. Notou-se também que D8 fala de uma forma já bastante alicerçada pelos princípios da Transição, sobretudo porque acredita e mantém as práticas já enraizadas no seu cotidiano: no contexto familiar, de trabalho e de relações interpessoais. Ao contrário de D8, D3 expressou, desde o primeiro momento, a sua consciência e reflexão diante do seu próprio modo de ser e de agir e direcionou-se depois para o nível das soluções, ou do que pensa ser mais produtivo e eficaz para promover a mudança, principalmente, em termos sociais e ambientais. Sobre isso diz:

quando vim para a Transição, não sabia o que fazer. Encontrei-me. Percebi o que funciona comigo ou não. Tem sido um obrigar-me a mexer, este ímpeto da ação. A Transição permite-me esse exercício. Permite o crescimento porque tem vindo a mudar e a crescer. Continuar algo de base exige muito diálogo. Este contato com grupos informais, fez-me ver a importância de estruturas. (D3)

Em contraste com esta visão mais pragmática sobre a importância das estruturas para o desenvolvimento da AeT, D10 afirma não ter realizado descobertas ou reafirmações através do seu envolvimento com a AeT. Como as suas práticas são bastante intuitivas, seguindo o que ele chama de abertura do coração, as suas reflexões e a sua tomada de consciência são exercícios anteriores à Transição e estão sempre em desenvolvimento.

São muitas coisas que nos tiram de nós próprios, ficar em frente à televisão, por exemplo. Temos que estar sempre a olhar para o interior. Acho que para as pessoas estarem mesmo em Transição, precisam estar internamente. Se a parte interna não acompanhar a parte externa, uma pessoa não consegue fazer/viver a Transição. Eu sempre ouvi a minha intuição. Não foi a AeT que me possibilitou isso. (D10)

O reconhecimento dessas transformações pessoais, bem como as características específicas de cada dinamizador, são aspectos relevantes para a percepção sobre como os processos de transição interior podem derivar de características pessoais e de experiências diversas. Nota-se, com D10, que a gestão do tempo, ou mesmo a noção dele, pode estar relacionada com a escolha do modo de vida, estando esta escolha ligada, ou não, com o processo pessoal na Transição.

O tempo, no contexto das participações dos dinamizadores da AeT, não pode ser entendido necessariamente através de classificações, tal como propõe Munné (1980) na sua classificação dos tempos sociais, dividindo-os entre o tempo psicobiológico, o tempo socioeconômico, o tempo sociocultural e o tempo livre. A forma como os dinamizadores vivem o seu tempo na AeT parece ser impulsionada pelas suas motivações e, desse modo, resultam em recortes de tempo que ligam a sua consciência ambiental, o seu desejo intrínseco de intervenção, ou de seguir simplesmente o que se sente e o que faz mais sentido para a sua vida. Este posicionamento pessoal e subjetivo tem consequências na interação comunitária, no posicionamento individual em relação ao espaço público, instituições e associações locais, e na intervenção através de uma iniciativa comunitária.

D3 e D7 percebem que existe uma relação entre a forma de gestão do tempo e o sistema capitalista. Conforme D3, “a questão financeira ainda é vista como um tabu, tanto na vida quanto no processo de Transição”. “É preciso reconhecer a necessidade de dinheiro para a gestão diária, mas também é preciso compreender que quanto mais se trabalha, mais há consumo”. Os modos tradicionais de gestão do tempo comumente padronizados pelas empresas, ou pelo próprio sistema capitalista, parecem alimentar a tensão sentida por D7. Para esta dinamizadora, a satisfação pessoal, o dinheiro e o benefício para o ambiente são aspectos dificilmente conciliáveis no contexto do tempo do capitalismo, já que “se não tens tempo para pensar, não tens tempo para mudar, e o que pode acontecer ainda é não teres tempo para descobrir tuas motivações pessoais” (D7). Sendo assim, o tempo é um fator que condiciona o contexto de uma vida mais livre, sustentável e, no sentido da visão sobre o coletivo, uma vida mais solidária.

A visão sobre o tempo referida por D10 tem como base as suas condições pessoais. Ele segue um fluxo próprio de rotinas e acontecimentos, respeitando sempre a fluência dos seus sentimentos, mais que os pensamentos. “O tempo é uma questão de sentir e conciliar a vida”. Neste sentido, não há aceleração nem desaceleração.

Tomo conta de três dos meus filhos, não tenho sempre tempo. Eu tento encaixar. Eu sinto, marco as coisas e chega ao dia, eu já sei que tenho isso. Comigo flui, muitas vezes levo os filhos comigo. Estou envolvido em outras coisas, lugares também. (D10)

De uma forma geral, os relatos sobre as descobertas pessoais dos dinamizadores da AeT, estão relacionadas com um momento de pausa, de reflexão ou de um tempo mínimo dedicado ao questionamento sobre o modo pessoal de vida, seja diretamente relacionado com o trabalho, ou com o tempo livre, seja pela instrospecção que se dá nalgum momento marcante da vida, como é, por exemplo, a maternidade. Neste sentido, é possível inferir que houve um momento em que se pode exercitar um processo de autoconhecimento. D10 não especifica o momento em que ocorreu o despertar da sua consciência ou o início do seu processo de Transição. Referiu apenas que o encontro consigo mesmo dá-se através da observação consciente do cotidiano, o que nos remete a pensar que o tempo é uma condição intrinsecamente criada pelas pessoas, no sentido mencionado por Dupuy (2012) “em que nós somos o tempo”. No entanto, o tempo é uma variável afetada por discursos hegemônicos e pelos padrões das estruturas sociais pelo que, viver uma noção livre ou flexível de tempo, configura uma prática de resistência ou ainda um contexto favorável ao fluir das experiências que produzem reflexão e autoconhecimento.

8.4 Síntese e nota conclusiva

No conjunto das entrevistas realizadas com os dinamizadores da AeT, percebemos que as categorias “motivações pessoais”, “tempo” e “transformação pessoal a partir da AeT” estão relacionadas com os processos pessoais de transição interior. A opção de não se questionar diretamente sobre o processo de transição interior durante as entrevistas, justifica-se pelo intuito em estimular que os dinamizadores fizessem reflexões mais condizentes com as suas experiências pessoais e, portanto, menos embasadas no discurso do MT.

Foi possível, desta forma, perceber que os processos de transição interior dos entrevistados são motivados por diferentes variáveis, tais como: a maternidade como divisor de águas para a sua consciência ambiental, referida por D1; a percepção lúdica da relação entre as pessoas e o ambiente, demonstrada por D2; a sensação de pertença a um grupo e identificação ideológica propulsora de empoderamento individual, referido por D3; o respeito pelo tempo natural do ambiente e pela visão holística sobre a Transição, mencionados por D4; a visão sobre o cuidar das pessoas e do ambiente, dito por D5; a oportunidade de aliar princípios sociais e culturais

presentes na atividade de trabalho e na Transição, conforme referido por D6; a oportunidade de conectar todas as suas atividades e aspirações pessoais através da Transição, de acordo com D7; a associação entre trabalho, Transição e comunidade colaborativa, mencionada por D8; a interação entre as pessoas da Transição e a oportunidade de empoderamento coletivo envolvidas no enfrentamento dos desafios ambientais locais e globais, referido por D9; o desenvolvimento da autonomia em relação ao sistema econômico e as partilhas de sentimentos vindos “do coração”, de acordo com D10.

No conjunto global, estas motivações vão de encontro com a definição de transição interior, referida no *workshop* realizado durante a conferência “Porto: uma cidade em Transição”, em 2015, em que a transição interior é vista como o desenvolvimento da transformação pessoal, dos níveis de consciência, e da visão e responsabilidade perante o mundo. É, ao mesmo tempo, um processo de desenvolvimento pessoal que abre espaço para a manifestação de sentimentos e de anseios sobre os modos de vida.

Os processos de transição interior dos dinamizadores e o processo de transição externa, entendida como a busca, por parte das comunidades, pela contribuição com soluções locais para as problemáticas ambientais globais (Hopkins, 2008) podem ser considerados caminhos para o processo de autoconhecimento e de exercício de uma visão integradora perante o ambiente e a sociedade, especificamente no que condiz aos questionamentos sobre os modos de vida predominantes nas sociedades contemporâneas.

No entanto, a forma como os dinamizadores da AeT se situam em relação à noção de tempo, na maioria dos casos, reflete modos de vida condicionados por ritmos acelerados de vida e por uma gestão de tempo que tenta conciliar várias atividades de interesse, os conflitos entre práticas sustentáveis, sistema econômico e práticas satisfatórias, sob o ponto de vista subjetivo de cada pessoa. Se essa gestão do tempo ocorre, por vezes, de forma conflituosa é porque derivam dos próprios fluxos de reflexões dos dinamizadores sobre as tensões percebidas no contexto das culturas contemporâneas.

Considerações finais

As considerações finais estão divididas em duas partes. A primeira parte está organizada em três pontos fundamentais para esta investigação: i) a relação entre sistema capitalista, trabalho, ócio e ambiente a partir do quadro de transformações culturais contemporâneas; ii) a discussão sobre as possíveis relações entre ócio e ambiente a partir das práticas da AeT e dos sentidos percebidos através dos relatos dos seus dinamizadores; e iii) a reflexão teórica sobre aspectos que consideramos fundamentais para uma concepção contemporânea do conceito de ócio. O ponto 1 foi abordado teoricamente ao longo dos capítulos 2 e 3, porém, aqui, sistematizaremos alguns aspectos, trazendo exemplos que podem ser observados no contexto do senso comum e das práticas da AeT. O ponto 2 foi abordado no capítulo 7, através de um exercício de identificação de práticas da AeT e, no capítulo 8, com a análise e a discussão sobre os relatos dos seus dinamizadores. O ponto 3 foi especialmente desenvolvido na secção 4.3 do capítulo 4 e, aqui, possibilita ainda uma discussão final.

A segunda parte destas considerações finais é mais reflexiva porque apontamos alguns dos desafios sentidos durante o processo de investigação. Destacamos momentos marcantes e, por fim, refletimos brevemente sobre um possível estudo futuro a partir desta investigação.

A relação entre sistema capitalista, trabalho, ócio e ambiente a partir do quadro de transformações culturais contemporâneas

Com o sujeito e os direitos culturais compondo o centro do novo paradigma contemporâneo de reflexão e conhecimento, as transformações culturais constituem formas de construção de defesas, críticas e movimentos de libertação (Touraine, 2005). Neste sentido, através do conceito de cultura definido nesta investigação, podemos pensar em práticas culturais democráticas e inclusivas, se conciliarmos o respeito com a construção livre dos modos de vida, bem como as produções de significados dos sujeitos sociais, com a possibilidade de performance política e social. Entende-se que esta performance, ou agência, no sentido mencionado por Sewell Jr. (2005), pressupõe que o sujeito tenha, pelo menos, consciência sobre a intervenção dos média na constituição de modelos para a vida cotidiana (Kellner, 2001), sobre os esquemas cognitivos e comportamentais impostos pela ordem social dominante (Rudiger, 2008) e a presença de discursos que estimulam a seguir um modo de subserviência em relação ao capitalismo (Kellner & Durham, 2006). Esta possibilidade de percepção do sujeito

pode ser compreendida pelo fato de que, conforme Hall (1997), os seres humanos são seres interpretativos e, portanto, atribuem significações e ressignificam as ações humanas. Através deste processo de atribuição de significados, o sujeito pode construir uma visão crítica sobre os modos de vida contemporâneos, visão esta que constitui um caminho para o exercício da sua imaginação e fruição, no sentido de compor um modo de vida mais reflexivo e equilibrado ambientalmente. Como vimos na introdução, o desenvolvimento de equilíbrio ambiental está ligado com a conciliação entre o que Gorz (2013) referiu como atividades remuneradas e não remuneradas. Através de Williams (1965), Barker (2003), Kellner e Durham (2006), é possível entender que estas atividades podem estar inseridas no conjunto de práticas sociais e culturais relativas aos modos de vida, modos de sensibilidades, aos processos de significação e a toda atividade criativa humana. As transformações culturais dependem dessas práticas e da configuração dos modos de vida construídos pelos sujeitos sociais. O conhecimento adquirido a partir da observação sobre os modos de vida contemporâneos é importante para a reflexão sobre o sistema capitalista, o trabalho e o ócio e, no caso específico desta investigação, sobre as relações entre ócio e ambiente.

Posto isto, é importante refletirmos sobre o cenário de transformações culturais do contexto contemporâneo com base na observação sobre modos de vida ilustrados através de exemplos do senso comum, observados em discussões públicas existentes nos mídia e no meio acadêmico. Neste sentido, três pontos são essenciais: a) trabalho; b) tempo; c) lazer e ócio. Propomos pensar estes três pontos mediante duas perspectivas: as práticas de resistência dos sujeitos sociais em relação aos modos de vida predominantes e as formas através das quais o capitalismo pode, ou se apropria dessas práticas.

a) Trabalho

Apesar de não estarmos no contexto da revolução industrial ou no período imediatamente após a sua incidência, trabalhar quase sem descanso, o excesso de relações de poder, a hierarquia e o controle no contexto laboral, são questões que ainda prevalecem. Verificam-se algumas resistências a este contexto, nomeadamente: o questionamento sobre a flexibilidade de horários no trabalho, ou a possibilidade de trabalhar a partir de casa, discussões sobre insalubridade, direitos parentais, entre outros aspectos que demonstram a não-aceitação de algumas condições de trabalho. Atualmente é possível perceber que existem trabalhadores que refletem sobre as suas circunstâncias de trabalho, e agem em favor de mudanças em relação a isso, fazendo com

que algumas empresas repensem as condições que oferecem. É o que acontece com as pessoas que reconfiguram o seu modo de vida com o intuito de não aceitar contextos que lhes possam cercear a liberdade, ou até mesmo restringir as suas crenças. Exemplos dessas resistências podem ser personificados por quem decide trabalhar de forma autônoma, ou de criar a sua própria empresa. Há também quem decida trabalhar o número de horas estritamente necessárias para a sua subsistência, ou ainda quem prefira viver em comunidades onde possa subsistir através de trocas de produtos e serviços. Muitas vezes, a questão da sustentabilidade ambiental é também um fator considerado importante nas decisões em relação a trabalho.

No contexto capitalista de desenvolvimento do trabalho, as condições oferecidas aos trabalhadores não são pensadas pela ótica da liberdade, sustentabilidade ambiental e das condições flexíveis para o desenvolvimento das atividades. O fluxo de tempo das empresas e das indústrias acompanha o modelo econômico de aceleração na produção e no consumo. Portanto, sob a perspectiva da criação de resistências aos modos de vida predominantes, as transformações culturais relativas ao trabalho caracterizam-se por subverter o modelo rígido e acelerado de produção e de consumo e pela mudança de visão dos empregadores sobre o trabalho. Nas iniciativas da Aveiro em Transição, testemunhámos a discussão sobre as formas de equilibrar o desenvolvimento da vida profissional com a sustentabilidade e a vida familiar. No grupo Famílias em Transição Aveiro, observaram-se algumas reflexões sobre a forma como as licenças de maternidade e de paternidade são concedidas, a pouca flexibilidade de horários ou alternativas para mães trabalhadoras que desejam a inserção ou reinserção no mercado de trabalho, sem que isso prejudique o trabalho e o tempo dedicados à criação dos filhos, entre outros aspectos mencionados durante a análise e discussão deste grupo (capítulo 7).

Consideramos importante refletir também sobre a desvalorização das atividades não remuneradas que, na perspectiva adotada nesta investigação, são consideradas também como atividades de trabalho. Mesmo não sendo assumidas como atividades que promovem a movimentação da economia, as funções domésticas e o cuidado com os filhos, por exemplo, têm impacto na saúde do ambiente familiar, e na formação das crianças como cidadãos ativos, no contexto das comunidades e das cidades voltadas à sustentabilidade. Com o pedagogo e pensador italiano Francesco Tonucci, é possível perceber que a criança deve ser o principal parâmetro para o desenvolvimento de cidades sustentáveis. O desenvolvimento saudável e autônomo das crianças depende do estímulo à experiência lúdica e criativa, bem como da relação de solidariedade e participação entre famílias, escola e comunidade (Ribeiro, 2016), o

que demonstra o alto nível de responsabilidade dos pais e das mães na realização das atividades familiares, principalmente nos primeiros anos de vida das crianças.

Para todos os estudiosos da infância e do desenvolvimento infantil, a brincadeira é a experiência mais importante na vida de um homem e de uma mulher. Ao longo da vida, todo o cimento sobre o qual se constroem nossa formação e nossa cultura, foi adquirido nos primeiros anos de vida. (Ribeiro, 2016)

Conforme foi mencionado por Richard Rogers no depoimento ao *The Guardian*, em 1997 (citado por Hall, 1997, p. 21), presente no capítulo 2, as atividades familiares integram o conjunto de “outras ocupações”, desvalorizadas à medida que o tempo foi passando. Sob o ponto de vista da saúde familiar, o cuidado com os filhos deveria ser valorizado ao nível de uma atividade de trabalho, no momento em que ocupa o tempo e tem consequências, como a criação de hábitos ambientalmente saudáveis, e a formação das crianças relativamente à sustentabilidade e à solidariedade. O trabalho doméstico e a criação dos filhos, apesar de não remunerados, exigem criatividade, dedicação física e mental e tomada de decisões constantes e importantes. Valorizar essas ditas “outras ocupações” como uma atividade de trabalho é importante pela manutenção dos direitos das crianças, dos pais e das mães, pela discussão em torno de políticas públicas que percebam a importância de um ambiente familiar saudável, bem como de manter boas condições de desenvolvimento da parentalidade. A valorização dessas atividades reflete-se também nas questões que envolvem as condições de tempo, ou a visão sobre este, no contexto dos modos de vida. O tempo é também um fator que ajuda na percepção sobre as formas como o capitalismo se apropria das resistências criadas em relação às condições de desenvolvimento do trabalho, como veremos de seguida. Poderíamos ainda referir outras atividades importantes que também não são valorizadas, como os cuidados com os idosos e doentes, e o trabalho voluntário. No entanto, as atividades domésticas, e de cuidados com os filhos, foram aqui destacadas porque o grupo Famílias em Transição Aveiro aborda questões relacionadas com essas atividades. Entendemos que existe uma tendência de pensar, valorizar, ou até mesmo formalizar leis e direitos referentes ao trabalho. Porém, com esta investigação, percebemos a necessidade de trazer à luz questões relativas aos modos de vida, seja pela ótica das consequências para as experiências humanas, seja pela ótica das consequências dos modos de vida para o entorno ambiental.

b) Tempo

Se refletirmos sobre a noção de tempo alicerçada na divisão entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, predominante desde o contexto da revolução industrial (Baptista, 2016), pode entender-se que o acesso ao descanso e às ditas outras ocupações, restringe-se a poucas horas do dia. Sobre algumas práticas de resistência no âmbito laboral, vimos exemplos acima que estão relacionados com uma tentativa de contrariar a rigidez do tempo de trabalho, o que poderia expandir os momentos de fruição e reflexão.

No que respeita a uma nova forma de sentido ou de uso do tempo, verifica-se que a meditação tem sido um tema abordado nas discussões de senso comum, aparecendo como uma forma de fruição do tempo, uma técnica de relaxamento, de concentração, ou uma possibilidade de fuga às atividades estressantes ligadas ao trabalho. No âmbito académico, especialmente na área da saúde, encontram-se, por exemplo, estudos científicos direcionados para a técnica de meditação *mindfulness*, como suporte para a redução de estresse, tanto em casos clínicos, como em casos em que não há uma patologia diretamente associada (ver por exemplo, Grossman et al., 2004). Estas podem ser vistas como práticas de resistência que conjugam o senso comum e o meio académico, na reflexão sobre as formas de utilizar o tempo e de atenuar os efeitos de um ritmo acelerado de vida. Pela ótica da AeT, a noção sobre o tempo permeia as práticas de reflexão e de conscientização sobre os modos de vida sustentáveis e solidários. Como foi discutido no capítulo 7, no grupo Famílias em Transição Aveiro propõe-se a reflexão sobre os direitos humanos e culturais, principalmente sobre o exercício parental que equilibre a consciência ambiental e um modo de vida afetivo, mais simples, com menor consumo, maior solidariedade e satisfação pessoal. Assim, foi possível observar que, para os grupos Famílias em Transição Aveiro e Educação Livre Aveiro, a criatividade é uma ferramenta que possibilita a criação permanente de práticas de resistência, seja pela perspectiva de educação dos filhos e pela crença de um caráter colaborativo entre famílias, escola e comunidade, seja pelo suporte emocional e prático dado às famílias. O suporte emocional propiciado pela rede de apoio à Parentalidade Consciente e a visão das famílias sobre os benefícios da colaboração entre escola e comunidade, oferecem a oportunidade de tempo e lugar para observar e partilhar. O suporte prático, a exemplo da troca e/ou empréstimo de objetos e da partilha de informações entre as famílias, ocorre de forma a desenvolver hábitos sustentáveis, ambientalmente falando. Portanto, a relação entre sustentabilidade e tempo, no nosso entendimento, estabelece-se através da desaceleração do ritmo de vida, pela oportunidade de pausa e reflexão e pelo desenvolvimento

do consumo consciente. Desta maneira, é possível criar práticas de resistência ao ciclo obstinado de trabalho, de produção e de consumo ditado pelo sistema capitalista.

Tanto no âmbito das atividades de trabalho aceitas socialmente e culturalmente, quanto das atividades de trabalho desvalorizadas, mencionadas acima, a partilha de saberes é uma prática fundamental para a resistência, pois pode desenvolver a autonomia, a segurança na realização das atividades, podendo ainda estimular a visão crítica sobre a utilização do tempo e as necessidades de consumo e processos de reaproveitamento de produtos e materiais. Neste sentido, o grupo Oficinas de Partilha de Saberes da AeT também vai ao encontro dessa prática, na medida em que propõe ensinar e aprender conhecimentos ligados à produção e à aprendizagem de técnicas sustentáveis e práticas do dia-a-dia.

As apropriações do capitalismo em relação às práticas de resistência sobre tempo aparecem difusas entre tempo de trabalho, tempo de bem-estar, lazer ou ócio. Com a justificativa de tentar romper com a divisão do tempo – entre trabalho e não trabalho – e de associar bem-estar ou momentos de lazer ao trabalho, algumas empresas passaram a criar espaços de relaxamento, ginástica laboral e momentos de convívio. Estes podem ser apenas ações paliativas ou tentativas de criar a sensação de liberdade e de bem-estar momentâneos, quando podem estar apenas a estimular a produtividade e o comprometimento dos trabalhadores. Dentro dos longos períodos de trabalho, alternados ou não por momentos de bem-estar e de isenção crítica associada a este desfrute momentâneo, há consequências ilustradas pelos efeitos psíquicos como a desorientação, a ansiedade e a depressão (Dahlgren, 2013, p. 9).

Adicionalmente, Byung-Chul (2015) refere as sensações associadas à aceleração do tempo e à incapacidade de conseguir atingir objetivos. Estas sensações podem ocorrer também no contexto das atividades domésticas e de criação dos filhos. Tanto para o trabalho remunerado, quanto para o trabalho não remunerado, pode haver consequências como a síndrome do cansaço, em que há uma lógica de poder fazer tudo, numa auto-exploração estimuladora de doenças (Byung-Chul, 2015). Diga-se que as mulheres ainda são vistas, muitas vezes, pela sociedade como protagonistas da vida doméstica e da criação dos filhos, o que contribui para aumentar a carga de auto-exigência de gestão do tempo, principalmente a partir da conciliação entre vida pessoal e profissional.

c) Lazer e ócio

O lazer condicionado pelo tempo de não trabalho, desde a revolução industrial até à contemporaneidade, tem um espaço e uma valorização reduzidos na vida dos sujeitos sociais. Todavia, o reconhecimento do lazer nas sociedades capitalistas acontece, muitas vezes, em contextos em que é mercantilizado. Ou seja, quando é transformado num produto, ou numa atividade ligada a um consumo padronizado, ou à satisfação de um *status* social. Isto foi explicado por Kelnner (2001) – ver o capítulo 2 – quando mencionou a existência de uma “cultura veiculada pelos média cujas imagens, sons e espetáculos ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais”. A partir daqui, as pessoas constroem ou, como o autor prefere dizer, forjam as suas identidades. Sabemos também, através de Lipovetsky (2007), que com a criação do *marketing* da experiência ou do consumo emocional, fomentados pelos novos ciclos da economia e do consumo, o lazer e o ócio podem ser entendidos como sinónimos. Ou ainda, o ócio pode ser visto como preguiça e improdutividade e o lazer como potencializador de emoções geradas a partir da realização de atividades como, por exemplo, viagens, festas, experiências gastronômicas, entre outras. Posto isto, entendemos que o lazer não necessariamente precisa estar ligado ao consumo, mas quando está, o sujeito social distancia-se da possibilidade de experienciar o ócio. Por outro lado, quando uma atividade de lazer é eleita livremente e não está associada ao consumo, pode ser inserida num contexto reflexivo em que residem possibilidades do ócio enquanto experiência, além de poder constituir, no nosso entendimento, uma prática de resistência aos padrões capitalistas que sugerem atividades de consumo. É importante lembrar que o ócio não está condicionado pelo tipo de atividade, tipo de tempo ou condição econômica, já que é fruto da atribuição de sentidos produzida pelas pessoas (Cuenca Cabeza, 2000). Acreditamos que, pela forma como cada pessoa produz significados a partir do lazer, seja possível viver experiências singulares e gratificantes. No entanto, as formas de lazer são perpassadas pela realização de atividades de consumo, constantemente criadas e reinventadas pelo contexto contemporâneo de atuação do capitalismo.

O ócio no sentido do senso comum, no contexto contemporâneo, é ainda associado ao termo ociosidade, e visto como uma oposição à vida ativa (Novaes, 2012). Já no âmbito das construções teóricas contemporâneas, com a reflexão de que o discurso sobre progresso vem enfraquecendo, o ócio converte-se numa condição associada à experiência (Cuenca Amigo, 2008).

É possível notar a incidência de conteúdos específicos e artigos jornalísticos que trazem reflexões sobre a observação de uma nova condição humana “o viver exausto e sempre a correr”: “não há espaço de trabalho e espaço de lazer, não há nem mesmo casa, tudo se confunde, falta-nos contemplação, falta o vazio que impele à criação, falta silêncios (Brum, 2016, s.p.). Brum (2016) complementa ao dizer que sem uma multiplicidade de experiências não há conhecimento. Alguns desses artigos publicados nos média, fazem referências a filósofos contemporâneos que tratam de assuntos que dialogam com o ócio de uma forma indireta. É o caso do filósofo Sul-Coreano Byung-Chul Han que refere a mudança do “dever fazer” para o “poder fazer”, no sentido em que se vive a angústia de não conseguir realizar tudo o que se poderia (Geli, 2018). O artigo do jornalista Carles Geli reflete sobre a ideia de Byung-Chul de que as pessoas cometem uma auto-exploração com o intuito de atingir a realização (Geli, 2018). Entendemos que, neste contexto, tal como preconizado por Byung-Chul Han e lembrado por Brum (2016) e Geli (2018), as possibilidades de experimentar o ócio são criadas através de práticas de resistência. O modo de vida imbricado nesse contexto tende a contrariar as possibilidades para o desenvolvimento da reflexão, da contemplação e da elaboração de saberes, tanto os promotores de auto-reflexões, como os geradores de conhecimento e de desenvolvimento social.

O filósofo francês David Le Breton, em entrevista ao jornal *Diario de Sevilla*, fala sobre a importância do silêncio e das caminhadas para um “desaparecer de si” e para o combate à desumanização da sociedade. “O silêncio proporciona experiências para as quais a linguagem não alcança e isto é um traço decisivo para o conhecimento” (Bujalance, 2017), ou seja, o silêncio e a reflexão podem ser consideradas práticas de resistência aos modos de vida predominantes na contemporaneidade.

Estas discussões públicas em torno das práticas cotidianas que contrariam os modos de vida acelerados e carentes de reflexão e de produção de experiências e conhecimentos, podem ser encaradas como formas atuais de resistência, receptivas às experiências de ócio. Consideramos ainda que o crescimento da área dos Estudos de Ócio, especialmente no âmbito ibero-americano através da Rede Otium, constitui uma forma de resistência à supervalorização do trabalho, em detrimento de outras formas de práticas culturais e de constituição de modos alternativos de vida. Sinalizar o ócio como um elemento central para as produções científicas é também uma forma de contribuir para a diversidade cultural, no sentido da valorização de práticas culturais e da subjetividade. Ou seja, é uma forma de enfatizar práticas que consideram o sujeito e a sua

produção de significados (Hall, 1997a), as suas atividades criativas individuais e coletivas (Williams, 1965) e o acesso a formas de subjetivação diversificadas, o que pode ocorrer através do trabalho (em situações particulares), mas sobretudo pela possibilidade do ócio. Entendemos que a abertura à subjetividade, tal como referido por Larossa (2002) e AmatuZZi (2006), pressupõe a valorização das experiências dos sujeitos sociais e da produção de conhecimento, bem como o autoconhecimento decorrentes dela.

O capitalismo pode tentar apropriar-se das práticas de resistências desenvolvidas a partir da ideia de ócio, o que pode ser constatado no conceito de ócio criativo, referido por De Masi (2000), em que há uma proposta de união entre aprendizagem, trabalho e lazer. Estas três instâncias da vida podem até coincidir no âmbito de uma mesma atividade, mas como o lazer tem uma ligação mais direta com o consumo de produtos culturais, facilmente pode ser transformado em possibilidades de negócios. Sobre o conceito de ócio criativo, percebemos que, ao resumir a ideia de ócio à conjugação dessas três instâncias, pode estar implícita uma proposta de trabalho que mantém um propósito mercadológico, encoberto pela ideia de lazer e de criatividade.

Por fim, consideramos que a discussão sobre trabalho, tempo, lazer e ócio influencia o desenvolvimento das transformações culturais contemporâneas, o que se reflete diretamente no contexto através do qual os sujeitos sociais constroem os seus modos de vida. Portanto, esta discussão está ligada à construção permanente e social das identidades culturais, no sentido referido por Hall (2004). Através de Maheirie (2002) e Dahlgren (2013), é possível perceber o quanto as transformações culturais afetam a abertura à subjetividade⁹⁴ e, por decorrência, à formação das identidades culturais. Ou seja, as emoções ligadas à criatividade são passíveis de gerarem processos emancipatórios (Maheirie, 2002) e, portanto, performances políticas e sociais. A dicotomia entre o lado racional e o lado emocional, objetivo e subjetivo, permeia a vida humana, mas o que se pode perceber pelo senso comum, de uma forma geral, é a valorização da objetividade como potencializadora do desenvolvimento e do progresso. No entanto, a racionalidade e a emoção não se opõem ao exercício da performance social e política, já que “para que se possa exercer a cidadania e a participação política, a emoção é chave principal para que a racionalidade se desenvolva” (Dahlgren, 2013, pp. 5-7).

⁹⁴ A partir desta investigação, entende-se que a subjetividade é o cerne da experiência e da produção de conhecimento e autoconhecimento (AmatuZZi, 2006; Larossa, 2002). Segundo Hall (1997b), Henriques et al. (1998), Foucault (2002) e Blackman et al. (2008), a subjetividade pode resultar da relação entre o conhecimento e o poder, produzida a partir dos discursos sociais, sendo que as formações discursivas, assim como as identidades culturais, são também resultantes das construções sociais (Barker, 2003; Hall, 1980, 1997a, 1997b, 2000).

Deste modo, as transformações culturais contemporâneas podem orientar a construção dos modos de vida sugeridos por estruturas sociais e discursos moldados pelo sistema capitalista, da mesma forma que podem constituir as próprias práticas de resistência a estes modos de vida predominantes. A construção de um modo de vida com maior reflexão e equilíbrio ambiental, de acordo com a visão defendida nesta investigação, decorre das transformações culturais e da performance do sujeito, no que toca às práticas de resistência. Práticas que podem nascer ao nível da vida individual e também da vida comunitária ou coletiva, e são sustentadas por uma visão integradora que une pessoas, ambiente, instituições, nos mais diversos contextos.

Relações entre ócio e ambiente pela perspectiva da Aveiro em Transição

Nesta investigação está presente o entendimento das relações entre ócio e ambiente, facilitado pela constatação de que quer o ambiente, quer as pessoas, fazem parte de uma mesma dimensão. Pela abordagem do conceito de ambiente aqui proposto, entendemos que não há divisão entre o bem-estar proporcionado às pessoas e ao ambiente, já que a qualidade de vida pessoal é também a qualidade ambiental e vice-versa. Assim, consideramos fundamental conciliar a visão de interdependência entre as pessoas e o ambiente (Fien & Tilbury, 2002) com a qualidade e justiça ambiental (Nascimento, 2012), o que nos parece fundamental para o desenvolvimento da sustentabilidade e de processos de educação ambiental. Devemos esclarecer que a vigilância crítica em relação à reprodução de discursos institucionais e políticos, que têm o desenvolvimento econômico como principal objetivo, é sempre uma constante, seja no contexto ambiental seja no contexto cultural de construção dos modos de vida.

Sob a ótica do MT, especificamente no que foi possível apreender a partir da abordagem etnográfica na AeT, há uma forma de pensar a sustentabilidade que evidencia um caráter solidário e uma visão integradora das necessidades individuais e coletivas. De uma forma geral, pode ser identificado nos relatos dos dinamizadores da AeT, quando falam sobre a visão que têm sobre a solidariedade. Quando questionados sobre esta, os dinamizadores usaram expressões como: tolerância, entreaajuda, saber funcionar em rede, oferecer disponibilidade ao outro, oferecer a escuta, partilhar experiências e saberes no âmbito da comunidade e entorno ambiental. Entre os dinamizadores da AeT nota-se um consenso de que a solidariedade não é oferecer, mas sim ensinar, apoiar e agir pensando nas consequências para si, para os outros e para o ambiente. Entendemos que esta maneira da AeT de conceber a relação entre sustentabilidade e solidariedade vai ao encontro da abordagem ao desenvolvimento sustentável

comunitário referido por Fien e Tilbury (2002). Segundos os autores, esta abordagem contemplaria um conceito flexível de comunidade moldado conforme a interpretação das pessoas sobre princípios como, por exemplo, participação, direitos humanos, biodiversidade, equidade e interdependência entre as pessoas e o ambiente. Argumentam também que há uma base democrática, proveniente da pedagogia crítica, aplicada na educação para a sustentabilidade que fornece parâmetros éticos para o ensino e responsabilidade em relação às pessoas, sociedades e à natureza.

A partir deste entendimento integrador da relação entre ambiente, sustentabilidade e sociedade, é possível perceber que o ambiente, no sentido abordado nesta investigação, constitui-se também como um contexto através do qual os sujeitos sociais produzem sentidos, interpretam o mundo e constroem seu modo de vida. Neste sentido, a ideia de equilíbrio ambiental, na perspectiva de Gorz (2013), ou seja, a harmonia entre atividades remuneradas e atividades não remuneradas, possibilita uma vida mais completa, convivial e livre, e pode ser uma forma do sujeito de posicionar-se em relação aos padrões capitalistas dominantes. Posicionamento esse que é preponderante para o ócio enquanto experiência de desenvolvimento humano e prática de resistência aos modos de vida com excesso de trabalho e de consumo, e um ritmo acelerado de vida. Assim, é possível confirmar que a experiência de ócio está intrinsecamente ligada ao contexto ambiental em que o sujeito vive (Cuenca Cabeza, 2000) e que um sistema sustentável, no que toca aos contextos econômico, social e ambiental, precisa de ócio (Um sistema sustentável precisa de ócio, 2015). Ou seja, a produção de sentidos dos sujeitos sociais na construção dos seus modos de vida reflete as experiências vividas no entorno ambiental, seja pela interação com as pessoas da comunidade, seja pelas condições e características do espaço físico e social em que se vive. Entendemos que um sistema sustentável precisa de ócio, pela reflexão proporcionada em torno da importância de se ter uma visão conectada a múltiplos contextos. Desta maneira, pode perceber-se as relações e consequências entre modos de vida, sistema econômico e contexto socioambiental.

É possível inferir que um dos passos na direção do equilíbrio ambiental mencionado por Gorz (2013) pode ser a crença na integração dos vários âmbitos da vida ou “dimensões da vida”, como referiu D7 no capítulo 8. Para além de D7, esta visão integradora aparece em alguns relatos dos dinamizadores, principalmente D1, D2, D3, D4 e D6. Esta visão integradora ou holística, também presente no discurso do Movimento de Transição (Hopkins, 2008), possibilita a reflexão sobre as diferentes formas através das quais a Transição pode ser pensada e colocada

em prática. Pelos relatos dos dinamizadores, percebemos que uma visão integradora não pretende sobrecarregar as pessoas com a ideia de que se deve conciliar todas essas dimensões da vida. Trata-se sim de uma reflexão sobre as formas mais satisfatórias, livres, solidárias e sustentáveis de viver. Ou seja, sobre os modos de vida em que os sujeitos não se limitam a seguir os padrões dominantes sem ponderar sobre as suas subjetividades, e sobre o entorno ambiental comunitário e global.

Indo ao encontro desta visão integradora, há algumas práticas da AeT ligadas diretamente à reflexão sobre assuntos como os direitos das mulheres, das mães e das famílias; ações que levam à construção de modos de vida mais sustentáveis, solidários e livres de padronizações de comportamentos; modos alternativos de educação – ver tabela 6 “Práticas da AeT”, no capítulo 7. Há outras práticas que têm a reflexão como um exercício ou um pré-requisito como i) a promoção da consciência ambiental comunitária em relação ao uso da bicicleta e de transportes mais sustentáveis, e ii) a promoção da conscientização dos filhos sobre as práticas sustentáveis. Estas práticas podem encontrar no contexto da AeT, um lugar propício ao seu desenvolvimento. Acreditamos que, ao adotar uma noção de tempo propícia à reflexão, os dinamizadores da AeT poderão formar uma visão sobre o que já foi feito até ao momento, e o que pode ainda ser feito no âmbito das suas práticas cotidianas e das práticas a serem realizadas em prol da comunidade de Aveiro. Esta noção de tempo associada a esta visão do passado e o futuro poderá contribuir para a criação de práticas sustentáveis mais eficazes e pertinentes para as questões ambientais a que AeT pretende fazer frente. Esta noção reflexiva do tempo assemelha-se à perspectiva referida por Dupuy (2012), especialmente ao argumento de que a espessura humana do tempo só é conferida pela capacidade de visualizar o passado que se distancia e o futuro que se projeta. Neste sentido, o tempo não é uma condição acelerada ou desacelerada, reveste-se antes de um carácter reflexivo, já que não se prende unicamente ao presente. Esta noção sobre o tempo condiz também com o que Cuenca Cabeza (1999, 2000) chamou de diálogo temporal entre presente e futuro, contexto através do qual se pode entender uma perspectiva de desenvolvimento humano e de compromisso social ligada ao conceito de ócio. A interiorização desta noção de tempo pelo sujeito social pode ser comparada ao que Novaes (2012) define como a capacidade de percepção de quem se permite viver experiências de ócio, o que não significa a existência de um período específico ou um tipo de classificação temporal. Ao invés, trata-se de uma noção temporal e multidimensional percebida como intrínseca às situações e aos contextos de vida.

É possível inferir que os exercícios reflexivos comuns nas práticas da AeT, e que foram percebidos como práticas pessoais pelos relatos dos seus principais dinamizadores, desenvolvem-se num campo em que agem forças contrárias. Olhando o tempo por um viés mercadológico, relacionado com a separação entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, pode pensar-se que esta capacidade de percepção, mencionada por Novaes (2012), pode não ser encarada como uma escolha mas, por vezes, como uma impossibilidade. Esta inviabilidade estaria relacionada com as condições financeiras e principalmente com o tempo para pensar naquilo que pode trazer satisfação, bem-estar, ou que faria sentido para cada pessoa em relação ao seu modo de vida e às práticas comunitárias. Porém, na perspectiva do ócio, a livre escolha e a motivação intrínseca – duas das suas características, segundo Cuenca Cabeza (2000) – podem sensibilizar qualquer pessoa, em qualquer contexto de vida (Csikszentmihalyi, 1998; Cuenca Cabeza, 2000, 2006), visto que dependem dos significados atribuídos por cada sujeito. O ócio como experiência não depende do tipo de atividade realizada, de um espaço exclusivo de tempo, nem de condições financeiras (Cuenca Cabeza, 2000). Acreditamos que as práticas da AeT identificadas no nosso estudo empírico, como contextualizadas por essa noção ampla do tempo e caracterizadas por um teor reflexivo, são importantes para a discussão sobre o ócio, enquanto prática de resistência que questiona os modos de vida predominantes nas culturas ocidentais contemporâneas.

Não obstante, é fundamental pensarmos sobre as contradições, restrições ou desafios que podem contestar esta visão sobre o tempo, e o teor de reflexão e de desenvolvimento de consciência ambiental. É possível identificar essas forças contrárias a vários níveis. Existem questões ligadas à atuação das instituições políticas, relativas às condições econômicas, legais, fiscais e às ações que, ao mesmo tempo que exercem uma função político-administrativa, dificultam que se possa agir com consciência ambiental, mesmo após exercícios de reflexão. A produção e consumo de alimentação biológica e local, roupas e produtos que não utilizam combustíveis fósseis como matéria-prima, por exemplo, são ainda condicionados por altos custos e impostos ou até mesmo pelos custos associados à certificação como produtor biológico e à mão-de-obra. Entendemos também que a reflexão não garante necessariamente a promoção de uma consciência ambiental comunitária em relação ao uso da bicicleta ou a promoção da conscientização dos filhos sobre práticas sustentáveis, para citar alguns exemplos de práticas da AeT. A forma como o sistema económico orienta as políticas de produção e de consumo de produtos e de serviços, e o *marketing* aplicado pelas indústrias de uma forma geral, não invalida

a performance social e política ou a agência, mas dificulta o desenvolvimento de ações pela busca de modos de vida ambientalmente equilibrados. Num sentido complementar, há outras práticas de reflexões da AeT, não relacionadas com o consumo sustentável, mas que também dependem das instituições políticas para a criação de leis, ou garantia dos direitos já existentes. É o caso das questões sobre os direitos das mulheres, mães e famílias. Entende-se que há uma necessidade de reflexão e de discussão sobre temas fundamentais para a sociedade e, por consequência, para o respeito pela diversidade cultural e pela livre realização das práticas culturais. Não é por acaso que estes temas são fundamentais para os Estudos Culturais, base epistemológica em que fundamentamos esta investigação.

As práticas propostas pela AeT podem ser contrariadas também pelo exercício de poder dos discursos hegemônicos e pelas estruturas sociais propostas pelo sistema capitalista, já que se pode constatar uma tendência opressiva nos modos de produção, no trabalho e noutras práticas culturais e sociais (Henriques et al., 1998). Através de Giddens (1989) e Sewell Jr. (1992) percebemos que esta força contrária não invalida a performance ou agência, pois os discursos e as estruturas sociais passam por constantes mudanças. No entanto, a performance deve promover um nível mais intenso de resistência, ou de micro resistência conforme denomina Foucault (2012). A partir de um cenário de necessidade de reflexão e de questionamento, o ócio pode constituir-se como a própria prática de resistência, fundando-se no protagonismo do sujeito no que toca ao seu processo de reflexão e de autoconhecimento, e à sua consciência em relação ao entorno ambiental. Neste sentido, conforme especificou Baptista (2016), o ócio está diretamente ligado à subjetivação, ou seja, ao processo de consciência do sujeito em relação a si, ao outro e ao seu entorno. Portanto, podemos inferir que o ócio tem origem em contextos que não visam a renda ou o lucro, já que a sua importância está centrada na manutenção ou na reivindicação de um direito humano tão fundamental para a democracia e a inclusão quanto o trabalho.

Encontramos evidências destas forças contrárias sobre as práticas de reflexão e consciência ambiental nos relatos dos dinamizadores da AeT. D3 acredita que a iniciativa se volta primordialmente para a transformação das práticas em ação, dedicando-se menos às pausas e às reflexões sobre a direção das ações e da iniciativa em geral. Percebemos que entre os grupos da AeT há um maior ou menor grau de concretização destes espaços autorreflexivos. No grupo Famílias em Transição Aveiro, por exemplo, existe a prática de fazer balanços sobre as próprias atividades, os objetivos, e o papel das pessoas no âmbito dos Piqueniques Ternura e da Rede de

Parentalidade Consciente. Em outros grupos, os exercícios de autorreflexão parecem acontecer ao mesmo tempo em que as ações vão sendo planejadas e organizadas, ou durante as reuniões gerais da AeT, normalmente com pautas longas a cumprir para o tempo disponível.

De uma forma geral, pelos relatos dos dinamizadores, foi possível perceber a dificuldade em conciliar a vida financeira, os interesses pessoais e as crenças no que possam constituir práticas sustentáveis e solidárias. A ideia da divisão objetiva do tempo – entre trabalho e não trabalho – parece ser um contrassenso para o tipo de visão que alguns dinamizadores têm sobre o modo de vida ambicionado. Ainda assim, alguns deles optaram por adaptar a ideia da Transição a um projeto de trabalho, com a expectativa de poder fazer mais e ter resultados concretos em termos do processo local ou global de transição (relacionado com os desafios ambientais). Estreitar a relação entre a participação na Transição e o desenvolvimento de atividades remuneradas pode ser considerada também como uma possibilidade de agir e de concretizar, mesmo em condições não totalmente ideais nas suas concepções, em prol daquilo que acreditam ser o melhor para o ambiente, para si e para o entorno comunitário. Outros dinamizadores procuram mudar ou adaptar o seu modo de vida em função das suas crenças sobre trabalho, tempo, ambiente e práticas sociais/culturais. As dificuldades de gestão do tempo mencionadas por D7, tanto em relação às atividades que envolvem a Transição, quanto às demais atividades com as quais se envolve, são indicativos das tensões de se viver seguindo modos de vida que possibilitem a reflexão e o equilíbrio ambiental. Pelo relato de D7, é possível assinalar a sua dificuldade em equilibrar as atividades que quer fazer e o tempo disponível, o que resulta no envolvimento com um excesso de atividades. A dinamizadora questiona, por exemplo, a pouca flexibilidade sobre as horas diárias de trabalho e o número de dias úteis usufruídos pelas pessoas com total liberdade, argumentando que, no total de 365 dias do ano, só é possível ter 30 dias de férias, ou seja, 22 dias úteis (mais fins de semana) em que as pessoas podem decidir livremente o que querem fazer e em que momento o fazer. Percebe-se que os questionamentos de D7 dizem respeito, de uma forma ampla, à ainda existente falta de liberdade, no sentido da escuta por parte das empresas e das pessoas situadas nas escalas mais altas de hierarquia, entre elas as instituições políticas, sobre as necessidades humanas e ambientais. Apesar de notarmos que há transformações culturais que caminham na direção dessa flexibilização (como vimos no ponto 1 destas considerações finais), a realidade geral mostra um predomínio de rigidez temporal, por parte das empresas, associada à ideia de que assim se poderá garantir maior lucro e produtividade.

Infere-se ainda, pelas declarações prestadas pelos dinamizadores, que há uma crença de que as mudanças em relação ao trabalho, produção e consumo de alimentos na vida cotidiana, perspectiva de educação dos filhos, opções de lazer e de não atividades, no sentido da fruição e do ócio, decorrem não só nas práticas individuais dos sujeitos, mas também na performance social e política. Ou seja, os dinamizadores consideram que essas práticas contribuem, numa escala micro, para uma construção macro referente à busca pelo equilíbrio ambiental a partir dos modos de vida. Todas as práticas de resistência percebidas nos relatos dos dinamizadores da AeT são criadas neste meio de incidência das contrariedades mencionadas acima.

As práticas propostas pela AeT promovem a reflexão também sobre os tipos específicos de resultados a partir de um movimento social. Se pensarmos sobre o objetivo geral do Movimento de Transição – criar soluções locais para desafios ambientais globais – perceberemos a necessidade, a urgência e o desafio de construir discursos críticos e ações ao nível do posicionamento político, tal como foi mencionado no capítulo 6. Por outro lado, no sentido da propagação da visão sobre a interdependência entre as pessoas e o ambiente (Nascimento, 2012), percebemos que os relatos dos dinamizadores da AeT evidenciam essa visão na ideia de construção de modos de vida sustentáveis, reflexivos, solidários, com menor consumo e maior proximidade entre as pessoas da comunidade.

Por fim, os motivos pelos quais o MT, na sua atuação geral, cumpre um papel importante culturalmente podem ser entendidos, por exemplo, por questões subjetivas, criativas e de valorização dos fatores pessoais e comunitários, e não propriamente por um discurso e um posicionamento político incisivos sobre as problemáticas ambientais. Podem ser entendidos também como um processo de educação tendo em vista a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, conceitos que carecem de uma visão crítica, como já foi discutido por autores como Jacobi (2003), Krieg-Planque (2010) e Nascimento (2012). Acreditamos, por isso mesmo, que a forma como o MT articula a sua visão sobre o ambiente está orientada para uma abordagem diante da sustentabilidade e da criação de práticas sustentáveis no cotidiano que ecoem no entorno das comunidades onde as iniciativas atuam.

A forma de atuar do MT focaliza-se num modo de comunicar entre as instâncias locais e globais, principalmente através da localização econômica e da consequente criação de sinergias comunitárias, tais como parcerias entre projetos, envolvimento de comércio e associações locais. No nosso entendimento, estas sinergias valorizam uma abordagem de desenvolvimento sustentável voltado à comunidade, no sentido referido por Fien e Tilbury (2002). Além disso, pela

forma como a AeT concebe a relação entre sustentabilidade e solidariedade e a faz presente nas suas práticas, pode também fortalecer o senso de comunidade principalmente no que se refere à coesão entre as pessoas. Isto reflete-se com clareza nas necessidades mútuas a serem satisfeitas e nos laços emocionais partilhados no meio local, características mencionadas por McMillan e Chavis (1986) sobre o senso de comunidade. No contexto da AeT, percebemos que o senso de comunidade pode ser uma via de valorização da subjetividade. Ou seja, das experiências pessoais, visões de mundo e crenças partilhadas em comunidade.

Outro aspecto importante é que o senso de comunidade, conforme Chavis e Wandersman (1990), instiga à habilidade da comunidade em questionar a realidade e colocar ações em prática, especialmente através de três componentes: percepção do ambiente, a natureza das relações sociais, e a ideia de controle e empoderamento. Por se tratar de uma abordagem holística, preocupada com o equilíbrio ambiental, em termos de manutenção de recursos naturais, e com o equilíbrio das experiências humanas vividas nos processos comunitários (Chavis & Wandersman, 1990), percebemos que essas componentes se refletem diretamente na forma dos participantes construir os seus modos de vida e as suas identidades.

Como exemplos de práticas que podem estimular o senso de comunidade, a partir do que foi observado sobre AeT, citamos: i) os fluxos de ensino e aprendizagem de conhecimentos através das “Oficinas de Partilha de Saberes”; ii) as práticas de reflexão e suporte prático e emocional através do “Famílias em Transição Aveiro”; iii) a valorização da produção local e sazonal de alimentos possibilitados pela celebração dos jantares sazonais e pela rede de trocas locais promovidos pelos grupos “Alimentação e Ambiente” e “Economia”; iv) o projeto de mobilidade sustentável “Ciclaveiro” que procura promover a consciência do uso da bicicleta através do senso de comunidade e solidariedade; e v) as reflexões em torno de formas mais afetivas, criativas e solidárias de educação a partir de projetos comunitários como a comunidade de aprendizagem de Vagos, fruto do grupo “Educação Livre Aveiro”.

Uma discussão contemporânea sobre ócio

Nesta investigação trabalhamos com o argumento de que há dois pontos da discussão contemporânea sobre o conceito de ócio que merecem ser evidenciados. Primeiro, a ligação do ócio ao processo de subjetivação, conforme referiu Baptista (2016). Entende-se por subjetivação, a consciência do sujeito em relação a si e ao outro (Touraine, 2005) e também ao entorno ambiental, o que pressupõe um exercício de reflexão por parte do sujeito. Segundo, o ócio

enquanto experiência pode evidenciar a relação do sujeito social com o entorno ambiental, em que se desperta uma visão integradora ou holística.

O exercício de reflexão associado ao processo de subjetivação pode ser pensado sob o viés da ideia de reflexividade trazida por Dalhgren (2013), em que o sujeito vive um processo contínuo de conexão entre as suas circunstâncias de vida e experiências, o que compõe a base para a formação das identidades culturais. Esta conexão, no nosso entendimento, soma-se à relação do sujeito com o entorno ambiental em que vive e interage (desde o meio físico ao meio social/cultural). Assim, a reflexividade pode ter uma função mediadora perante a tensão entre o modo de vida ambicionado pelo sujeito e o contexto cultural e socioambiental atual. No caso da AeT, o modo de vida pretendido pelos dinamizadores parece estar relacionado com o desenvolvimento de uma consciência ambiental e de práticas sustentáveis que conjuguem liberdade, solidariedade e, por conseguinte, proporcionem a sensação de felicidade. O contexto cultural e socioambiental, na perspectiva do MT e da AeT, é composto por desafios ambientais, como as alterações climáticas e o pico do petróleo, que têm implicações nas questões econômicas e sociais de produção e de consumo de produtos. É composto também por modos de vida que implementam um consumo excessivo e desprovido de consciência em relação à sustentabilidade dos recursos naturais e ao desenvolvimento social, cultural e econômico da comunidade.

Portanto, o exercício de reflexão desenvolvido a partir da tensão entre o modo de vida pretendido e o contexto atual pode ser um exemplo de como o processo de subjetivação situa o sujeito num lugar de desenvolvimento de saberes e de experiências voltadas à autonomia e a uma noção mais livre sobre o tempo. É neste ponto que se acredita que o sujeito possa viver as suas experiências com o ócio. O processo de subjetivação, e os saberes e significados produzidos a partir dele, podem formar uma visão integradora ou holística, que acreditamos ser fundamental para o ócio como prática de resistência. Esta visão pode culminar na consciência da interdependência entre o ambiente e as pessoas, na constatação de que o ócio é uma prática cultural catalisadora do equilíbrio ambiental. Num sentido complementar, a visão integradora pode resultar também na abertura às experiências estéticas, contemplativas, lúdicas e criativas decorrentes da relação entre sujeito e ambiente. Ou seja, tanto a consciência ambiental, quanto as experiências ao nível estético/criativo, podem culminar em possibilidades para a ocorrência das experiências de ócio.

Reflexões e autoreflexões

Neste espaço final e reflexivo, sinto a necessidade de falar em primeira pessoa do singular. Acredito que as limitações desta investigação recaem sobretudo na abordagem etnográfica e no estudo da subjetividade de um movimento social, principalmente na produção de sentidos sobre as experiências dos dinamizadores da AeT. A abordagem etnográfica é predominantemente embasada na observação da fala, texto, ações dos sujeitos e na interpretação do investigador a partir do que é observado e inferido. Portanto, tanto a linguagem, quanto a interpretação dependem de contexto e da significação atribuída por parte dos investigados e do investigador.

A subjetividade pode ser estudada através de diversas abordagens, tais como a Psicologia, a Sociologia, a Educação, a Filosofia. Sendo assim, o conceito de subjetividade e o método para a estudar depende da natureza das bases de conhecimento, dos métodos e das técnicas de recolha de dados, o que pressupõe um entendimento baseado nas experiências culturais e na base formativa. A abordagem escolhida para esta investigação e para estudar a subjetividade refere-se especificamente ao ócio enquanto experiência e prática de resistência, relacionado com os significados atribuídos pelos sujeitos sociais perante as suas crenças, os seus modos de vida e a sua performance social e política.

Perante isto, entendo que a subjetividade não é um lugar possível de aceder e, ao tentar perceber como se manifesta no outro, é possível apenas realizar um exercício de interpretação mediante do que é expressado pela linguagem, e percebido pelo contexto. Neste sentido, as técnicas de recolhas de dados tornam-se também limitadas. Os diários de campo são marcados pela descrição do que ocorreu em determinado momento e por uma construção interpretativa. As entrevistas tornam-se dependentes da colaboração e da disponibilidade de cada entrevistado, bem como do contexto específico do momento de realização da entrevista e dos sentidos atribuídos pelo entrevistado, nesse mesmo momento, às questões colocadas.

Entendemos que as limitações devem ser reconhecidas em todo o processo da investigação, até porque compõem o posicionamento teórico-metodológico e epistemológico. Contudo, consideramos que algumas medidas são importantes para manter claro e coerente esse posicionamento. Posto isto, dois aspectos foram fundamentais para esta investigação: a consistência e ética na abordagem etnográfica, e a coerência epistemológica.

Sobre a consistência e ética, a minha opção foi a de procurar ao máximo propiciar situações em que a interação se mantivesse informal e descontraída para os entrevistados, mas rigorosa no que toca à minha capacidade de escuta e de percepção das situações observadas, assim como

da escuta, percepção e condução das entrevistas. A clareza sobre os meus objetivos ao participar da iniciativa AeT e a utilização de ferramentas audiovisuais apenas para as entrevistas, permitiu que a observação participante se realizasse de forma respeitosa e menos invasiva. Isto foi comprovado nas conversas informais com os dinamizadores, no momento em que alguns manifestaram a opinião de que quase não lembravam que a minha presença estava associada ao desenvolvimento de uma investigação.

Sobre a coerência epistemológica, acredito que a conjugação entre os Estudos Culturais, a fenomenologia e o construtivismo social foi determinante para a valorização do caráter interpretativo da investigação, assim como do reconhecimento da singularidade e da especificidade do objeto de estudo. Ou seja, esta investigação representa um olhar interpretativo e muito específico de uma determinada realidade e, por isso, a subjetividade foi um aspecto valioso e pertinente para as análises e discussões realizadas.

Perante os desafios sentidos na investigação, algumas das dificuldades estão diretamente ligadas com a natureza multidisciplinar do campo dos Estudos Culturais, com o caminho de preconceitos trilhado pelos Estudos de Ócio e com o desenvolvimento de uma abordagem voltada para a valorização da transição interior e dos modos de vida sustentáveis e solidários, quando muitos dos estudos sobre o Movimento de Transição destacam a sua atuação enquanto movimento social voltado para as questões ambientais e para o seu posicionamento político. Neste sentido, no período em que realizámos a revisão de literatura, não encontramos estudos que enfatizassem a transição interior e a subjetividade no contexto do movimento.

No caso dos Estudos Culturais, há uma certa expectativa e também uma responsabilidade em manter uma visão de defesa ou “preocupação com a *polis*”, como refere Baptista (2009), na observação sobre os lugares de tensão entre os sujeitos sociais e a incidência das relações de poder no âmbito das sociedades contemporâneas. Posto isto, foi determinante para esta investigação reconhecer e identificar um conceito de cultura e de práticas culturais que estivesse alinhado com o que propõem os Estudos Culturais e, ao mesmo tempo, com as demais bases teóricas, epistemológicas, com a questão orientadora e com os objetivos de investigação. Como referimos na introdução, o conceito de cultura pode ser compreendido em ligação ao capitalismo e aos conceitos de estrutura e subjetividade, o que constituiu a nossa opção, mas também através do conceito de discurso e de ideologia. Percebe-se a existência de uma teia complexa que relaciona esses conceitos, o que foi um desafio para o processo de delimitação do escopo da investigação. Trabalhar a compreensão e a delimitação desses conceitos foi desafiador,

especialmente se pensarmos na afirmação de Raymond Williams de que a palavra cultura é uma das mais complexas da língua inglesa. O que também pode ser percebido pela própria forma como Williams desenvolve e apresenta diferentes concepções para a cultura (ver por exemplo, Williams, 1958, 1963). Assim, entendemos que falar de cultura implica necessariamente um exercício de tradução de linguagem e de definição de contexto. Por isso é que se torna primordial que cada investigação proponha um recorte teórico do conceito de cultura aplicado às características do que se pretende estudar. Foi o que nos propusemos fazer quando definimos a cultura como a conjunção entre um modo de vida, onde coexistem diferentes produtos da criatividade humana, valores, práticas, modos de sensibilidades e práticas de significação (Barker, 2003; Kellner & Durham, 2006; Williams, 1963, 2012) e um processo performativo do agente social (Sewell Jr., 2005).

Os desafios de estudar o MT são relativos à forma como o movimento se apresenta globalmente através dos discursos e das suas propostas e modelos de atuação. O MT, enquanto movimento social voltado para as questões socioambientais, permite que se possa questionar o posicionamento político face às problemáticas ambientais, principalmente as alterações climáticas e o pico do petróleo. De uma forma geral, os seus resultados são questionados em termos do modelo de localização, aplicado na descentralização das iniciativas e nas estratégias que propõem a valorização da economia local como uma das soluções para os desafios ambientais globais. É compreensível que os estudos sobre o MT envolvam a discussão sobre esses aspectos. Entendemos ainda ser pertinente que se questione até que ponto o MT não propõe uma maneira de padronização de comportamentos e de estilo de vida e se, com isso, não há a possibilidade de transformar uma visão de mundo num produto a ser consumido. Talvez isto possa ser atenuado, caso venha a acontecer, pela convicção do movimento em diminuir o consumo, bem como em desenvolver a prática de reflexão e consumo consciente e sustentável. O ócio corre esse mesmo risco, quando este se aproxima do lazer e é transformado numa oportunidade de negócio ou de consumo. Portanto, entendemos que a vigilância crítica do MT sobre os seus próprios discursos e práticas e sobre a incidência das relações de poder em todos os contextos, deve ser uma prática constante para que o movimento possa se desenvolver e consolidar resultados democráticos.

Posto isto, com esta investigação foi possível perceber que o MT tem um posicionamento político que se enquadra na flexibilidade proposta pelos movimentos sociais contemporâneos. Os traços culturais, especialmente os modos de vida e as preocupações com o bem-estar de indivíduos e

de comunidades, são marcas desses mesmos movimentos (Melucci, 1983, 1995). Notam-se essas características no MT sobretudo na abertura à subjetividade, por exemplo o processo de transição interna, e à criatividade, por exemplo a criação de novos modelos de governança, criação de modelos de resiliência comunitária, ou até mesmo a criação de práticas, atividades e colaborações com projetos e instituições ao nível das iniciativas locais.

Sobre as experiências vividas pelos dinamizadores na AeT, percebemos que alguns participantes podem não viver um processo de transição, considerado por eles próprios como avançado, focado na independência do uso de combustíveis fósseis. Há participantes que têm conflitos ideológicos em relação à sua própria atuação no movimento. Outros consideram muito difícil uma transição avançada e admitem uma certa impossibilidade de a viverem em plenitude. Neste caso, alguns dinamizadores parecem concentrar-se num posicionamento voltado para as escolhas conscientes de consumo e práticas cotidianas que, na visão de cada um, seja satisfatório, de acordo com as suas crenças e visões de mundo. A procura por resultados mais concretos ou quantitativos, o desejo pelo reconhecimento mediático e um maior engajamento comunitário, podem promover tensões ao nível da conciliação entre a racionalidade e a subjetividade no âmbito da AeT. De uma forma geral, percebemos que o MT carrega um paradoxo nesse sentido, justamente pela distância que separa as convicções sobre práticas sustentáveis e o nível dos desafios ambientais e sociais a serem enfrentados. Sendo assim, acreditamos que o MT, ao invés de ser um movimento de consolidação de soluções globais, pode ser identificado como uma representação de um conjunto de iniciativas que estimula um processo de reflexão sobre a forma humana de se relacionar com o entorno ambiental, com pessoas e instituições dentro do contexto comunitário. Contudo, segundo Matos (2012), o MT pode ser considerado um movimento reativo, pró-ativo e catalisador. Reativo porque quer responder à sociedade civil sobre a urgência nas questões ambientais, nomeadamente o início do fim dos combustíveis fósseis baratos e o impacto humano nas alterações climáticas. Pró-ativo porque propõe um novo paradigma e uma nova visão de prosperidade (Matos, 2012, p. 7). Para nós, estas características podem funcionar como catalisadores para o desenvolvimento comunitário e para o empoderamento individual, seguindo daí a construção de discursos sobre práticas sustentáveis no quotidiano.

Acreditamos que o MT contribui para as questões ambientais através do estímulo da educação ambiental e da sugestão de modos de vida sustentáveis e solidários, e de uma visão expandida sobre o conceito de ambiente que considera a relação da sustentabilidade a outros contextos

como o social, o solidário, o criativo, o econômico e o cultural. Pelas entrevistas realizadas, foi possível inferir que a visão dos dinamizadores da AeT sobre o ambiente é abrangente e concentrada na ideia de sustentabilidade. Esta visão sobre o ambiente não reflete aquilo que Krieg-Planque (2010) explica como uma visão neutra sobre o conceito de ambiente, especialmente o desenvolvimento sustentável, que é passível de se constituir como reducionista quando se detém em aspectos quantitativos em detrimento de aspectos qualitativos como são, por exemplo, a justiça e a qualidade ambiental. As práticas propostas pelo grupo Ciclaveiro, por exemplo, procuram demonstrar a justiça ambiental no sentido de reivindicar um espaço comunitário saudável ambientalmente e solidário no que toca o acesso democrático a este espaço.

Estudar o ócio constituiu um desafio tanto pelo teor pejorativo associado à ideia de ociosidade, quanto pela subversão do seu sentido, quando é visto como um sinônimo de lazer. O teor negativo da palavra ociosidade – conforme referimos na secção 2.3 do capítulo 2 –, tem origem na cultura judaico-cristã e nos contextos de incidência da revolução industrial. Ócio e ociosidade parecem, ainda hoje, soar como uma ameaça ao progresso e ao desenvolvimento, como se não pudessem coexistir no mesmo plano que o trabalho. A concepção contemporânea de ócio, tal como foi discutida nesta investigação, reveste-se de várias *nuances* e possibilidades. Desde o ócio como experiência estética, solidária, ambiental, festiva, lúdica e criativa (Cuenca Cabeza, 2000), até ao ócio nas suas dimensões política e filosófica (Baptista, 2016; Baptista & Latif, 2017) e o ócio como prática de resistência ou subversão (Baptista, 2016) e performance política e social, esta que é uma perspectiva pertinente ao campo dos Estudos Culturais. Assim, percebe-se que a complexidade e a amplitude dos Estudos de Ócio podem promover uma sensação de estranhamento nos primeiros contatos com o tema. Foi possível entender isso, quer nas conversas informais de senso comum, quer nas discussões observadas no meio acadêmico. Por fim, é importante mencionar que, a abordagem dos efeitos do capitalismo nos modos de vida e no desenvolvimento da subjetividade e identidades culturais, é um tema que carrega um alto teor subjetivo e permite diversas aplicações. Nesta investigação, entendemos que subverter os modelos implantados pelo sistema capitalista significa desenvolver uma consciência sobre modos de vida alternativos, conjugar aspirações pessoais e coletivas, por forma a enfraquecer a padronização de escolhas de consumo e de estilos de vida. Isso não significa viver fora do sistema capitalista. O que se propõe é a possibilidade de reflexão sobre escolhas livres e conscientes em relação àquilo que se acredita e se sente como o melhor e mais justo para o

âmbito coletivo. Entendemos que o ócio pode ser uma via para esta reflexão, para este tempo pausado e flexível às experiências, pois refere-se ao tempo condicionado pelas pessoas, de acordo com o contexto em que vivem.

No âmbito desta investigação, consideramos relevante trazer à discussão a ideia de que não nos devemos limitar ao que nos é oferecido pelo contexto social do tempo presente, sem antes refletir sobre as relações com o passado e com o futuro. Com o passado podemos perceber as construções culturais que dizem muito sobre a forma como vivemos hoje. Através de uma incursão pontual ao futuro, podemos tentar visualizar as condições de conservação e desenvolvimento do ambiente no sentido mais democrático e inclusivo possível.

O desenvolvimento da abordagem etnográfica foi, sem dúvida, dos aspectos mais marcantes durante o processo de investigação. A princípio, havia o receio de interferir demasiado no grupo em estudo. Depois, veio a convicção de que a subjetividade inerente ao investigador poderia ser produtiva no aprofundamento da observação sobre as experiências possíveis no contexto da AeT. Realizar uma abordagem etnográfica, especialmente num tempo prolongado como se realizou nesta investigação, possibilitou um contexto reflexivo que, além de viabilizar a autocrítica, ainda permitiu um exercício de projeção de um possível tema a ser estudado no futuro, como iremos referir brevemente neste espaço final.

O contato com AeT instigou a curiosidade sobre se existem contextos e características específicas, através das quais as mulheres possam exercer o ócio como prática de resistência. No caso da AeT, as mulheres representam a maioria dos participantes e são notoriamente engajadas no sentido de fomentar a conciliação das diversas dimensões da vida, tais como atividades profissionais, interesses pessoais, atividades domésticas, maternidade, vida familiar e participação na Transição. O ócio estudado por esta perspectiva seria uma prática relacionada com a subjetivação e a introspecção, o que poderia ser uma maneira de contrariar as tensões dos múltiplos papéis que as mulheres costumam desempenhar, ou também uma forma de as mulheres exercerem um papel mediador na difusão desta visão integradora relativa aos modos de vida contemporâneos.

Referências bibliográficas

- Aguirre Baztán, Á. & Martins, J. C. (2014). *A pesquisa qualitativa de enfoque etnográfico*. Coimbra: Grácio Editor.
- Aiken, G. (2015). (Local -) community for global challenges: carbon conversations, transition towns and governmental elisions. *Local Environment: The International Journal of Justice and Sustainability*, 20(7), 764-781. doi: 10.1080/13549839.2013.870142
- Alexander, J. (1998). Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13(37), 1-27. doi: 10.1590/S0102-69091998000200001
- Alexander, S. & Alloun, E. (2014, 18 de agosto). The Transition Movement: Questions of diversity, power and affluence – part 1. *Blogue Resilience*. Retirado de <https://tinyurl.com/yc26bkwx>
- Almeida, H. N. (2016). Sustentabilidade da mediação social. Debates e desafios atuais. In A. M. C. Silva, M. L. Carvalho & L. R. Oliveira (Eds.), *Sustentabilidade da mediação social: processos e práticas* (pp. 13-33). Braga: CECS.
- Althusser, L. (1985). *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal.
- Amatuzzi, M. (2006). A subjetividade e sua pesquisa. *Memorandum*, 10, 93-97. Retirado de <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a10/amatuzzi03.pdf>
- Anguera Argilaga, M. T. (1995). La observación participante. In A. Aguirre Baztán (Ed.), *Etnografía - metodología cualitativa en la investigación sociocultural* (pp. 73-84). Barcelona: Boixarieu Universitaria.
- Anthony, E. J. & Cohler, B. J. (1987). *The invulnerable child*. Londres: Guilford.
- Aquino, C. A. B. & Martins, J. C. O. (2007). Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 7(2), 479-500. Retirado de <http://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/1595>
- Arruti Gómez, M. A. (2011). Educación del ocio y espacio natural protegido: una combinación ideal en la que los valores ocupan un lugar primordial. In A. Ortuzar & J. Amigo (Eds.), *Los valores del ocio: cambio, choque e innovación* (pp. 217-239). Bilbao: Instituto de Estudios de Ocio.
- Badiou, A. (1988). *L'Être et l'événement*. Paris: Editions du Seuil.

- Baptista, M. M. (2009). O quê e o como da investigação em Estudos Culturais. In M. M. Baptista (Ed.), *Cultura: Metodologias e Investigação* (pp. 15-28). Lisboa: Ver o Verso.
- Baptista, M. M. (2016). Estudos de ócio e *leisure studies* – o atual debate filosófico, político e cultural”. *RBEL – Revista Brasileira de Estudos do Lazer – Dossiê Lazer e Cultura*, 3(1), 20-29. Retirado de <https://seer.ufmg.br/index.php/rbel/issue/view/303>
- Baptista, M. M. & Latif, L. (2017). Unproductive Leisure and Resented Work: A Brief Incursion in Hegel (and in Nietzsche). In K. Spracklen, B. Lashua, E. Sharpe & S. Swain (Eds.), *The Palgrave Handbook of Leisure Theory* (pp. 339-354). Londres: Palgrave Macmillan UK.
- Barker, C. (2003). *Cultural Studies: theory and practice*. Londres: Sage.
- Barker, C. & Galasinski, D. (2001). *Cultural Studies and discourse analysis - a dialogue on language and identity*. Londres: Sage Publications.
- Barker, R. G. (1968). *Ecological psychology*. Stanford: Stanford University Press.
- Barker, R. G. & Wright, H. F. (1954). *Midwest and its children: the psychology ecology of an American town*. Nova Iorque: Row, Peterson & Company.
- Barr, S. & Devine-Wright, P. (2012). Resilient communities: sustainabilities in transitio. *Local Environment*, 17(5), 525-532. doi: 10.1080/13549839.2012.676637
- Bathacharya, M. (2012). An investigation the Transition Movement as a model for sustainable development: Haddenham in Transition. The Sustainable Built Environment Research Paper. Retirado de <https://tinyurl.com/y9kms5fx>
- Baudrillard, J. (2017). *The consumer society: myths and structures*. Londres: Sage Publications.
- Bauman, Z. (2006). *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z. (2007). *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Benjamin, W. (1982/2005). *Libro de los pasages*. Madrid: Akal.
- Benjamin, W. (1936/1991). *El narrador*. Madrid: Taurus.
- Bettini, G. & Karaliotas, L. (2013). Exploring the limits of peak oil: naturalising the political, de-politicising energy. *The Geographical Journal*, 179(4), 331-341. doi: 10.1111/geoj.12024
- Bhattacharyya, J. (2004). Theorizing community development. *Journal of Community Development Society*, 34(2), 5-34. doi: 10.1080/15575330409490110
- Blackman, L., Crombi, J., Hook, D., Papadopoulos, D. & Walkerdine, V. (2008). Editorial creating subjectivities. *Subjectivity*, 22, 1-27. doi: 10.1057/sub.2008.8

- Bonnes, M. & Nenci, A. (2002). Ecological Psychology. In *Encyclopedia of Life Support Systems* (Vol. III pp. 1-7). Paris: Unesco.
- Borja i Sebastià, J. (2001). Hacer ciudad en la ciudad atual. El espacio público como oportunidad cultural y de ocio. In M. Csikszentmihalyi, M. Cuenca, C. Buarque & V. Trigo (Eds.), *Ocio e desarrollo: potencialidades del ocio para el desarrollo humano* (pp. 235-252). Bilbao: Universidad de Deusto /Instituto de Estudios de Ocio. Retirado de <https://tinyurl.com/yb4kqt2r>
- Born, B. & Purcell, M. (2006). Avoiding the local trap: scale and food systems in planning research. *Journal of planning education and research*, 26(2), 195-207. doi: 10.1177/0739456X06291389
- Bourdieu, P. (2003). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2005). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva
- Boyatzis, R. (1998). *Transforming qualitative information: thematic analysis and code development*. Londres: Sage Publications.
- Bramley, G., Dempsey, N., Power, S., Brown, C. & Watkins, D. (2009). Social sustainability and urban form: evidence from five British cities. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 41(9), 2125-2142. doi: 10.1068/a4184
- Brangwyn, B. (2006). *Transition towns: ecotopia emerging? The role of civil society in escaping carbon lock-in*. Dissertação de Mestrado, The London School of Economics & Political Science Geography, Londres, Inglaterra. Retirado de <https://tinyurl.com/y7vrk8j7>
- Briggs, C. (1986). *Learning how to ask: a sociolinguistic appraisal of the role of the interview in social science research*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Brown, G., Krafti, P., Pickerill, J. & Upton, C. (2012). Holding the future together: towards a theorisation of the spaces and times of transition. *Environment and Planning*, 44(7), 1607-1623. doi: 10.1068/a44608
- Brum, E. (2016, 4 de julho). Exaustos-e-correndo-e-dopados. *El País*. Retirado de https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/04/politica/1467642464_246482.html
- Bujalance, P. (2017, 19 de outubro). "Guardar silencio y caminar son hoy día dos formas de resistencia política" [entrevista a David Le Breton]. *Diario de Sevilla*. Retirado de http://www.diariodesevilla.es/ocio/Guardar-silencio-caminar-resistencia-politica_0_1183081790.html

- Burkitt, I. (2008). Subjectivity, self and everyday life in the contemporary capitalism. *Subjectivity*, 23(1), 236-245. doi: 10.1057/sub.2008.13
- Byung-Chu, H. (2015). *The burnout society*. Stanford: Stanford University Press
- Campos, M. J. Z. & Zapata, P. (2017). Infiltrating citizen-driven initiatives for sustainability. *Environmental Politics*, 26(6), 1055-1078. doi:10.1080/09644016.2017.1352592
- Carneiro, C. & Bindé, P. J. (1997). A psicologia ecológica e o estudo dos acontecimentos da vida diária. *Estudos de Psicologia*, 2(2), 363-376. doi: 10.1590/S1413-294X1997000200010
- Carvalho, J. M. (1996). Cidadania: tipos e percursos. *Revista Estudos Históricos*, 9(18), 337-360, Retirado de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2029/1168>
- Castells, M. (2001). *The internet galaxy: reflections for the internet, business, and society*. Oxford: Oxford Press.
- Castells, M. (2010). *End of Millenium: the information age: economy, society and culture*, Vol. III. Oxford: Blackwell Publishers.
- Cerqueira, M. (2017, 5 de janeiro). O grupo exige a revogação dos contratos para a exploração de petróleo no Algarve. *Jornal i*. Retirado de <https://ionline.sapo.pt/541495>
- Chavis, D. & Wandersman, A. (1990). Sense of community in the urban environment: a catalyst for participation and community development. *American Journal Community Psychology*, 18(1), 55-81. doi: 00914/562/90/02004)055506.00/0
- Coenen, L.; Benneworth, P. & Truffer, B. (2012). Toward a spatial perspective on sustainability transitions. *Research Policy*, 41(6), 968-979. doi: 10.1016/j.respol.2012.02.014
- Cohen, D. (2010). *Reaching out for resilience: exploring approaches to inclusion and diversity in the transition movement*. Dissertação de Mestrado, University of Strathclyde, Glasgow, Escócia. Retirado de <https://tinyurl.com/y7dsq6rc>
- Connors, P. & MacDonald, M. (2010). Transitioning communities: community, participation and the Transition Town movement. *Community Development Journal*, 46(4), 558-572. doi: 10.1093/cdj/bsq014
- Conrad, P. (1987). The experience of illness: recent and new directions. *Research in the Sociology of Health Care*, 6, 1-31.
- Cornell Empowerment Group (1989). Empowerment and family support. *Networking Bulletin*, 2, 1-23.

- Creswell, J. (2003). *Research design: qualitative, quantitative and mixed methods approaches*. Londres: Sage Publications.
- Crotty, M. (1998). *The foundations of social research: meaning and perspective in the research process*. Londres: Sage.
- Csikszentmihalyi, M. (1997). *Creativity: flow and psychology of discovery and invention*. Nueva York: Harper Collins.
- Csikszentmihalyi, M. & Csikszentmihalyi, S. (1998). *Experiencia óptima: estudios psicológicos del flujo en la conciencia*. Bilbao: Desclee de Brower.
- Cuenca Amigo, J. (2008). El ocio líquido. Un nuevo paradigma de experiencia. In M. J. Monteagudo Sánchez (Ed.), *La experiencia de ocio: una mirada científica desde los Estudios de Ocio* (pp. 17-41). Bilbao: Instituto de Estudios de Ocio. Retirado de <http://www.deusto-publicaciones.es/deusto/pdfs/ocio/ocio35.pdf>
- Cuenca Amigo, J. (2012). *El valor de la experiencia de ocio en la modernidad tardía Génesis y condiciones de posibilidad*. Bilbao: Universidad de Deusto.
- Cuenca Cabeza, M. (1999). *Ocio y formación - hacia la equiparación de oportunidades mediante la educación de ocio*. Bilbao: Universidad de Deusto.
- Cuenca Cabeza, M. (2000). *Ocio humanista dimensiones y manifestaciones actuales del ocio*. Bilbao: Instituto de estudios de ocio.
- Cuenca Cabeza, M. (Ed.) (2006). *Aproximación multidisciplinar a los estudios de ocio*. Bilbao: Universidad de Deusto. Retirado de <https://tinyurl.com/ycl33wb5>
- Cuenca Cabeza, M. (2010). La apropiación espacial del ocio, una mirada desde el siglo XXI. In I. Lazcano & J. Doistua (Eds.), *Espacio y experiencia de ocio: consolidación, transformación y virtualidad* (pp. 15-52). Bilbao: Instituto de Estudios de Ocio.
- Cuenca Cabeza, M. (2014). *Ocio valioso*. Bilbao: Instituto de Estudios de Ocio.
- Cuenca Cabeza, M. & Gutiérrez, E. (2009). *El tiempo del ocio: transformaciones y riesgos en la sociedad apresurada*. Bilbao: Instituto de Estudios de Ocio.
- Creswell, J. (2003). *Research design: qualitative, quantitative, and mixed method approaches*. Londres: Sage Publications.
- Dahlgren, P. (2013). The civic subject and Media-based Agency. In P. Dahlgren (Ed.), *The political web: media, participation alternative democracy* (pp. 133-151). Basingstoke: Palgrave Macmillan.

- Damasio Junior, V. & Santos, L. (2014). Genealogia e resistência: a relação saber-poder em Michel Foucault e a história da verdade nas ciências. *Revista Internacional de Ciencia e Sociedad*, 1(1). Retirado de <https://tinyurl.com/y8f8h3em>
- De Masi, D. (2000). *O ócio criativo - Livro criado a partir da entrevista dada a Maria Serena Palieri*. Rio de Janeiro: Sexante.
- De Vargas Ortiz, M. C. (2011). *Environmental agency by everyday politics in transition towns voices from Canadian agents*. Dissertação de Mestrado, Graduate School of Development Studies, Institute of Social Study, The Hague, Holanda. Retirado de <https://thesis.eur.nl/pub/13444>
- Della Porta, D. (2009a). Consensus in movements. In D. Della Porta, D. (Ed.), *Democracy in social movements* (pp. 73-99). Londres: Palgrave Macmillian.
- Della Porta, D. (2009b). Social movements and multilevel governance: the external dimension of democracy. In D. Della Porta (Ed.), *Democracy in social movements* (pp. 100-126). Londres: Palgrave Macmillian.
- Denise, P. & Harris, I. (1990). *Experiential education for community development*. Nova Iorque: Greenwood Press.
- Deutsch, K. (1961). Social mobilization and political development. *American Political Science Review*, 55(3), 493-514. doi: 10.1017/S0003055400125134
- Doistua, R. (2006). *Introducción a la Historia de los Estudios de Ocio en el siglo XX. Cuadernos de Estudios de Ocio*. Bilbao: Universidade de Deusto.
- Dunn, H. S. (2011). Communication and citizenship: rethinking crisis and change – reflections on the theme of IAMCR's 2010 conference. In M. Pinto & H. Sousa (Eds.), *Communication and citizenship: rethinking crisis and change* (pp. 23-32). Coimbra: Grácio Editor.
- Dupuy, J.-P. (2012). O tempo que nos resta. In A. Novaes (Ed.), *Elogio à preguiça* (pp. 295-316). São Paulo: Edições SESCSP.
- Elliot, A. (2007). *Concepts of self*. Cambridge: Polity Press.
- Escosteguy, A. C. D. (2001). *Cartografias dos estudos culturais. Uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica Editora Ltda. Retirado de <https://identidadesculturas.files.wordpress.com/2011/05/cartografias-dos-estudos-culturais-uma-versc3a3o-latino-americana.pdf>

- Felicetti, (2014). Radicals without rebellion? A case study on four Transition experiments. Comunicação apresentada na conferência "The Political Studies Association 64th Annual International Conference". Manchester, Reino Unido, 14-16 de abril. (pp.1-15).Retirado de <https://tinyurl.com/yar9rgka>
- Feltham, O. & Clemens, J. (2003). An introduction to Alain Badiou's philosophy. In O. Feltham & J. Clemens (Eds.), *Infinite thought truth and the return to philosophy* (pp. 1-28). Londres: Continuum.
- Feola, G. & Nunes, R. (2013). Success and failure of grassroots innovations for addressing climate change: the case of the transition movement. *Global Environment Change*, 24, 232-250. doi: 10.1016/j.gloenvcha.2013.11.011
- Fernandes-Jesus, M., Carvalho, A., Fernandes, L. & Bento, S. (2017). Community engagement in the transition movement: views and practices in Portuguese initiatives. *Local Environment, The International Journal of Justice and Sustainability*, 22(12), 1546-1562. doi: 10.1080/13549839.2017.1379477
- Fetterman, D. (1998). *Ethnography: step by step. Applied social research methods*. Londres: Sage.
- Fien, J. & Tilbury, D. (2002). The global challenge for sustainability. In D. Tilbury, R. Stevenson, J. Fien & D. Schreuder (Eds.), *Education and sustainability: responding to the global challenge* (pp. 1-12). Cambridge: Comissão on Education and Communication.
- Foucault, M. (2000). Nietzsche, a genealogia e a história. In R. Machado (Ed.), *Microfísica do poder* (pp. 12-22). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (2002b). *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora.
- Foucault, M. (2002a). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense.
- Foucault, M. (2012). Verdade e poder. In R. Machado (Ed.), *Microfísica do poder* (pp. 1-14). São Paulo: Paz e Terra.
- Freitas, M. (2008). Natureza, cultura, ambiente e desenvolvimento: um ensaio sobre a viabilidade de uma cultura (comum) da sustentabilidade. In T. Parente & H. Magalhães (Eds.), *Linguagens plurais: cultura e meio ambiente* (pp. 13-40). Bauru: Edusc.
- Fronteiras do Pensamento (2011). Diálogos com Zigmunt Bauman. Retirado de <http://youtu.be/in4u3zWwxOM>
- Gallo, S. (1998). Subjetividade, ideologia e educação. *Perspectiva*, 16(29), 133-152. doi: 10.5007/%25x

- Ganesh, S. & Zoller, H. (2014). Organizing Transition: principles and tensions in eco-localism. In M. Parker, G. Cheney, V. Fournier & C. Land (Eds.), *The routledge companion to alternative organization* (pp. 39-59). Nova Iorque: Routledge.
- Geli, C. (2018, 7 de fevereiro). Byung-Chul Han: “Hoje o indivíduo se explora e acredita que isso é realização. *El País*. Retirado de <https://tinyurl.com/yb4k2kfb>
- Gergen, K. (1999). *An invitation to social construction*. Londres: Sage Publications.
- Giddens, A. (1989). *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Giddens, A. (1990). *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP.
- Giddens, A. (1991). *Modernity and self-identity. Self and society in the late modern age*. Standford: Standford University Press.
- Giorgi, A. (1997). The theory, practice and evaluation of the phenomenological method as a qualitative research approach. *Journal of Phenomenological Psychology, 28*(2), 235-260. doi: 10.1163/156916297X00103
- Goldenberg, M. (2004). *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa científica em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record.
- Goodwin, J., Jasper, J. & Polletta, F. (Eds.) (2009). Introduction: why emotions matter. In J. Goodwin; J. M. Jasper & F. Polletta (Eds.), *Passionate politics: emotions and social movements* (pp. 1-24). Londres: University of Chicago Press.
- Goebel, S. & Martínez Rodríguez, S. (2006). Psicología del ocio. In M. Cuenca Cabeza (Ed.), *Aproximación multidisciplinar a los estudios de ocio* (pp. 123-142). Bilbao: Universidad de Deusto. Retirado de <https://tinyurl.com/ycl33wb5>
- Gorz, A. (2011). *Ecológica*. Madrid: Clave Intelectual.
- Gorz, A. (2013). *Bâtir la civilisation du temps libéré*. Paris: Le Monde diplomatique.
- Grossman, P., Niemann, L., Schmidt, S. & Walsh, H. (2004). Mindfulness-based stress reduction and health benefits. *Journal of Psychomatic Research, 57*(1), 35-43. doi: 10.1016/S0022-3999(03)00573-7
- Gunther, H. & Rozestraten, R. (2005). *Psicologia ambiental: algumas considerações sobre sua área de pesquisa e ensino*. Brasília: Instituto de Psicologia.
- Hall, S. (1980). Cultural Studies: two paradigms. *Media, Culture and Society, 2*(1), 57-72. doi: 10.1177/016344378000200106
- Hall, S. (1997a). Centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Revista Educação e Realidade, 22*(2), 15-46. Retirado de <https://tinyurl.com/y8dgq3qr>

- Hall, S. (1997b). *Representation: cultural representations and signifying practices*. Londres: Sage Publications.
- Hall, S. (2004). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Harris, M. (1968). *The rise of anthropological theory: the history of theories of culture*. Oxford: Altamira Press.
- Have, P. t. (2004). *Understanding qualitative research and ethnomethodology*. Londres: Sage Publications.
- Haxeltine, A. & Seyfang, G. (2009). Transitions for the people: theory and practice of “transition” and “resilience” in the UK’s Transition Movement. Working Paper 134. Reino Unido: Tyndall Centre for Climate Change Research. Retirado de <https://tinyurl.com/yaykgzca>
- Hegel, G. (1941/1992). *A fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes.
- Heinberg, R. (2008). Prefácio. In R. Hopkins (Ed.), *The transition handbook: from oil dependency to local resilience* (pp. 8-10). Totnes, Reino Unido: Green Books.
- Heller, K. & Monahan, J. (1977). *Psychology and community change*. Homewood, Illinois: Dorsey, Press.
- Henriques, J., Hollway, W., Urwin, C., Venn, C. & Walkerdine, V. (1998). *Changing the subject: psychology, social regulation and subjectivity*. Londres: Routledge.
- Hill, S. (2011). Prefácio. In D. Holmgren (Ed.), *Permaculture: principles and pathways beyond sustainability* (pp.v-vii). Hampshire: Permanent Publications.
- Hodgson, J. & Hopkins, R. (Eds.) (2010). *Transition in action – totnes and disctrict 2030. An energy descent action plan*. Totnes: Transition Town Totnes.
- Hoggard, R. (1957). *Uses of literacy*. Londres: Penguin Books.
- Holmgren, D. (Ed.) (2011). *Permaculture: principles and pathways beyond sustainability*. Hampshire: Permanent Publications.
- Hopkins, R. (Ed.) (2008). *The transition handbook: from oil dependency to local resilience*. Totnes, Reino Unido: Green books.
- Hopkins, R. (2011). *The transition companion: making your community more resilient in uncertain times*. Totnes, Reino Unido: Green Books.
- Hopkins, R. (Ed.) (2013). *The power of just doing stuff*. Cambridge: Green Books.
- Hopkins, R. & Lipman, P. (2009). *Who we are and what we do*. Totnes, Reino Unido: Transition Network. Retirado de <https://tinyurl.com/y8l39vzt>

- Horochovski, R. R. & Meirelles, G. (2007). Problematizando o conceito de empoderamento. In *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia* (pp. 485-506). Florianópolis: UFSC.
- Huizanga, J. (2000). *Homo ludens*. São Paulo: Perspectiva.
- Husserl, E. (1970). *The crisis of European sciences and transcendental phenomenology*. Evanston: Northwestern University Press.
- Hymes, D. (2004). *Ethnography, linguistics, narrative inequality: toward an understanding of voice*. Londres: Taylor & Francis.
- Iso-Ahola, S. E. (1980). *Social psychological perspectives on leisure and recreation*. Springfield: Charles C. Thomas.
- Jacobi, P. (2003). Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, 118, 189-205. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834>
- Johnston, H. & Klandermans, B. (1995). The cultural analysis of social movements. In H. Johnston & B. Klandermans (Eds.), *Social movements and culture* (pp. 3-24). Minneapolis: Minnesota Press.
- Júnior, O. G. (2012). Sim ao ócio ou “viva a preguiça”. In A. Novaes (Ed.), *Elogio à preguiça* (pp. 143-160). São Paulo: Edições SESCSP.
- Kates, R. W., Clark, W. C., Corell, R., Hall, J. M., Jaeger, C. C., Lowe, I., McCarthy, J. J., Schellnhuber, H. J., Bolin, B., Dickson, N. M., Faucheux, D., Gallopin, G. C., Grüble, A., Huntley, B., Jäger, J., Jodha, N. S., Kasperson, R. E., Mabogunje, A., Matson, P., Mooney, H., Moore III, B., O'Riordan, T. & Svedin, U. (2001). Sustainability science. *Science*, 292(5517), 641-642. doi: 10.1126/science.1059386
- Kellner, D. (2001). *A cultura da mídia - Estudos Culturais: identidade e política entre moderno e pós-moderno*. Bauru, Brasil: EDUSC.
- Kellner, D. & Durham, M. (2006). *Media and cultural studies: keywords*. Victoria, Austrália: Blackwell Publishing.
- Kelly, J. G. (1966). The mental health agent in the urban community. *American Psychologist*, 21, 535-539.
- Kenis, A. & Lievens, M. (2014). Searching for “the political” in environmental politics. *Environmental Politics*, 23(4), 531-548. doi: 10.1080/09644016.2013.870067

- Kenis, A. & Mathijs, E. (2014). (De) politicising the local: the case of the transitions movements in Flanders (Belgium). *Journal of Rural Studies*, 34, 172–183. doi: 10.1016/j.jrurstud.2014.01.013
- Kirwan, J., Ilbery, B., Maye, D. & Carey, J. (2013). Grassroots social innovations and food localisation: an investigation of the Local Food programme in England. *Global environment change*, 23, 830-837. doi: 10.1016/j.gloenvcha.2012.12.004
- Krieg-Planque, A. (2010). La formule “développement durable”: un opérateur de neutralisation de la conflictualité. *Langage & Société*, 4(134), 5-29. doi: 10.3917/lis.134.0005
- Kruger, E. L. (2001). Uma abordagem sistêmica da atual crise ambiental. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 4, 37-43. doi: 10.5380/dma.v4i0.3038
- Krzyzanowski, M. (2011). Ethnography and critical discourse analysis: towards a problem-oriented research dialogue. *Critical Discourse Studies*, 8(4), 231-238. doi: 10.1080/17405904.2011.601630
- Kuhlman, T. & Farrington, J. (2010). What is sustainability? *Sustainability*, 2(11), 3436-3448. doi: 10.3390/su2113436
- Laclau, E. (1983). Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. Retirado de http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_04
- Lafargue, P. (1880/2011). *O direito à preguiça*. Alfragide, Portugal: Teorema.
- Larkin, M., Watts, S. & Clifton, E. (2006). Giving voice and making sense in interpretative phenomenological analysis. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 102-120 doi: 10.1191/1478088706qp062oa
- Larossa, J. (2002). Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*, 19, 20-28. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf>
- Larson, J. & Holmstrom I. (2007). Phenomenographic or phenomenological analysis: does it matter? Examples from a study on anaesthesiologists' work. *International Journal of Qualitative Studies on Health and Well-being*, 2, 55-64. doi: 10.1080/17482620601068105
- Leher, R. (2000). Tempo, autonomia, sociedade civil e esfera pública: uma introdução ao debate a propósito dos novos movimentos sociais na educação. In P. Gentili & G. Frigotto (Eds.), *La ciudadanía negada. Políticas de exclusión en la educación y el trabajo* (pp. 145-176). Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Retirado de <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101010022921/8leher.pdf>

- Lester, S. (1999). An introduction to phenomenology research. Taunton, Reino Unido: Stan Lester Developments. Retirado de <https://tinyurl.com/j9den2d>
- Lévy, P. (1999). Cibercultura. São Paulo: Ed. 34.
- Lipovetsky, G. (2007). *Felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lusa (2017, 27 de abril). Festival Sustent'Algarve mostra que há alternativas à exploração de petróleo. *Diário de Notícias*. Retirado de <https://www.dn.pt/lusa/interior/movimento-algarve-livre-de-petroleo-repudia-prolongamento-da-autorizacao-de-exploracao-9064947.html>
- Luzes, E. (2007). *A necessidade do ensino da ciência do início da vida*. Tese de Doutoramento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Retirado de <http://cienciadoiniciodavida.org/download-tese>
- Macy, J. & Brown, M. (1998). *Practices to reconnect our lives, our world*. Gabriola Island: New Society Publishers.
- Maheirie, K. (2002). Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. *Interações*, VIII(13), 31-44. Retirado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/inter/v7n13/v7n13a03.pdf>
- Martins, C., Brito, C. & Sousa, Z. (2010). Ocio: un valor a ser retomado por la sociedad contemporánea. In A. Amaia & L. Yolanda (Eds.), *OcioGune 2010 - Ocio y valores: un horizonte de cambio, choque e innovación* (pp. 93-100). Bilbao: Instituto de Estudios de Ocio.
- Martins, J. C. O., Sousa, Z. A. & Lira, F. F. M. (2010). Ocio autotélico: más valor para la práctica deportiva. In A. Amaia & L. Yolanda (Eds.), *OcioGune 2010 - Ocio y valores: un horizonte de cambio, choque e innovación* (pp. 113-121). Bilbao: Instituto de Estudios de Ocio.
- Mason, K. & Whitehead, M. (2012). Transition urbanism and the contested politics of ethical place making. *Antipode*, 44(2), 493-516. doi: 10.1111/j.1467-8330.2010.00868.x
- Matos, F. (2012). Movimentos sociais pela sustentabilidade das cidades. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, 47(94), 81-102. doi: 10.18055/Finis2682
- McCubbin, H., Thompson, A. & McCubbin, M. (1996). *Family assessment: resiliency, coping and adaptation inventories for research and practice*. Madison: University of Wisconsin Publishers.

- McMillan, D. W. & Chavis, D. M. (1986). Sense of community: a definition and theory. *Journal of Community Psychology*, 14(1), 6-23. doi: 10.1002/1520-6629(198601)14:1<6::AID-JCOP2290140103>3.0.CO;2-I
- Melucci, A. (1989). Um objetivo para os movimentos sociais. *Lua Nova Revista de Cultura e Política*, 17. doi: 10.1590/S0102-64451989000200004
- Melucci, A. (1995). The process of identity collective. In H. Johnston & B. Klandermans (Eds.), *Social movement and culture* (vol. 4, pp. 41-63). Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Mertens, D. (1998). *Research methods in education and psychology: integrating diversity with quantitative & qualitative approaches*. Londres: Sage Publications.
- Minayo, M. C. S. (2012). Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência e saúde coletiva*, 17(3), 621-626. doi: 10.1590/S1413-81232012000300007
- Ministério da Agricultura e do Mar (2015). Portaria n.º 50/2015. Retirado de https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Legislacao/RegEsp2020/Portaria50_2015.pdf
- Moldan, B., Janousková, S. & Hák, T. (2012). How to understand and measure environmental sustainability: indicators and targets. *Ecological Indicators*, 17, 4-13. doi: 10.1016/j.ecolind.2011.04.033
- Mouffe, C., (2005). *On the political: thinking the action*. Londres: Routledge.
- Munné, F. (1980). *Psicosociologia del tiempo libre: um enfoque crítico*. México: Trilhas.
- Nascimento, E. (2012). Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos avançados*, 26(74), 51-64. doi: 10.1590/S0103-40142012000100005
- Nascimento, E. & Costa, H. (2010). Sustainability as a new political field. *Cahiers do IIRPC* [número especial], 51-58.
- Neulinger, J. (1981). *The psychology of leisure*. Springfield: Charles C. Thomas.
- Novaes, A. (2012). As aventuras de uma palavra maldita. In A. Novaes (Ed.), *Elogio à preguiça* (pp. 11-27). São Paulo: Edições Edições SESCSP.
- O'Reilly, K. (2012). *Ethnographic methods*. Londres: Routledge.
- Orford, J. (1992). *Community psychology: theory and practice*. Londres: John Wiley & Sons, Ltd.
- Ornelas, J. (1997). Psicologia comunitária: origem, fundamentos e áreas de intervenção. *Análise Psicológica*, 15(3), 375-388. Retirado de <https://tinyurl.com/yblrcp3k>

- Owen, H. (1993). *Open space technology: a users guide*. San Francisco: Berrett-Koehler.
- Perkins, D. & Zimmerman, M. (1995). Empowerment theory, research, and application. *American Journal Community Psychology*, 23(5), 569-579. doi: 10.1007/BF02506982
- Pinheiro, J. Q. (1997). Psicologia ambiental: a busca de um ambiente melhor. *Estudos de Psicologia*, 2(2), 377-398. doi: 10.1590/S1413-294X1997000200011
- Quiuy, R. & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rancière, J. (1999). *Disagreement: politics and philosophy*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Rappaport, J. (1987). Terms of empowerment/exemplars of prevention: toward a theory for community psychology. *American Journal of Community Psychology*, 15(2), 121-148. Retirado de <https://tinyurl.com/ydyt4zpt>
- Revez, I. (2017, 10 de novembro). Pesquisa de petróleo no Algarve avança em 2018. *Público*. Retirado de <https://tinyurl.com/y9mqvomh>
- Rhoden, I. (2009). O ócio como experiência subjetiva: contribuições da psicologia do ócio. *Mal-Estar e Subjetividade*, 9(4), 1233-1250.
- Ribeiro, N. (2016, 21 de setembro). Francisco Tonucci: a criança como paradigma de uma cidade para todos. *Cidades Educadoras*. Retirado de <https://tinyurl.com/ydb3movb>
- Rodrigues, S. (2016, 12 de abril). CDS propõe pacote para promover natalidade e família. *Público*. Retirado de <https://www.publico.pt/2016/04/12/politica/noticia/cds-propoe-pacote-para-promover-natalidade-e-familia-1728791>
- Rojek, C. (1995). *Decentring leisure: rethinking leisure theory*. Londres: Sage Publications.
- Rouanet, S. (2012). Ociosidade e ócio no pensamento da ilustração. In A. Novaes (Ed.), *Elogio à preguiça* (pp. 161-174). São Paulo: Edições SESCSP.
- Rudiger, F. (2008). *Cibercultura e pós-humanismo: exercícios de arqueologia e criticismo*. Porto Alegre: ediPUCRS.
- Rudiger, F. (2012). *Elementos para a crítica da cibercultura: sujeito, objeto e interação na era das novas tecnologias de comunicação*. São Paulo: Hackers Editores.
- Russel, B. (1932). *Praise of idleness and others essays*. Londres: Routledge.
- Sage, C. (2014). The transition movement and food sovereignty: From local resilience to global engagement in food system transformation. *Journal of Consumer Culture*, 14(2), 254-275. Di: 10.1177/1469540514526281

- Sanchiz Ochoa, P. & Cantón Delgado. M. (1995). Acceso y adaptación al campo. In A. Aguirre Baztán (Ed.), *Etnografía - metodología cualitativa en la investigación sociocultural* (pp. 128-134). Barcelona: Boixarieu Universitaria.
- Sanders, P. (1982). A new way of viewing organizational research. *The Academy of Management Review*, 7(3), 353-360. doi: 10.2307/257327
- Schoggen, P. (1989). *Behavior settings - a revision and extension of Roger G. Barker's Ecological Psychology*. Stanford: Stanford University Press.
- Scott-Cato, M. & Hillier, J. (2010). How could we study climate-related social innovation? Applying Deleuzean philosophy to transition towns. *Environmental Politics*, 19(6), 869-887. doi: 10.1080/09644016.2010.518677
- Sewell Jr., W. (1992). A theory of structure: duality, agency, and transformation. *American Journal of Sociology*, 98(1), 1-29. Retirado de <http://www.jstor.org/stable/2781191>
- Sewell Jr., W. (2005). The concept of culture. In G. M. Spiegel (Ed.), *Practicing History: New directions in historical writing after the linguistic turn* (pp. 76-93). Nova Iorque e Londres: Routledge Publications.
- Silva, S. (2015, 31 de agosto). Há cada vez mais pedidos para licença de maternidade de oito meses. *Público*. Retirado de <https://tinyurl.com/ycg3nzm>
- Slack, J. (1996). Stuart Hall: The theory and method of articulation in cultural studies. In D. Morley & K.-H.Chen (Eds.), *Critical dialogues in cultural studies* (pp. 113-130). Londres: Routledge.
- Smith, A. (2011). The Transition Town network: a review of current evolutions and renaissance. *Social Movement Studies*, 10(1), 99-105. doi: 10.1080/14742837.2011.545229
- Smith, J. & Osborn, M (2007). Pain as an assault on the self: An interpretative phenomenological analysis of the psychological impact of chronic benign low back pain. *Psychology and Health*, 22(5), 517-534. doi: 10.1080/14768320600941756
- Smith, J. A. (1996). Beyond the divide between cognition and discourse: using interpretative phenomenological analysis in health psychology. *Psychology & Health*, 11(2), 261-271. doi: 10.1080/08870449608400256
- Smith, J. A., Jarman, M. & Osborn, M. (1999). Doing interpretative phenomenological analysis. In M. Murray & K. Chamberlain (Eds.), *Qualitative health psychology: theories and methods* (pp. 218-240). Londres: Sage. doi: 10.4135/9781446217870.n14

- Soares, B., Navarro, M. & Ferreira, A., (2004). Desenvolvimento sustentado e consciência ambiental: natureza, sociedade e racionalidade. *Ciências & Cognição*, 2, 42-49. Retirado de <http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/29>
- Sousa Santos, B. (2005). *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições Afrontamento.
- Speer, P. & Hughey, J. (1995). Community organizing: an ecological route to empowerment and power. *American Journal Community Psychology*, 23(5), 729-748. doi: 0091-0627/95/1000-0729\$07.50/
- Spreitzer, G. (1995). Psychological Empowerment in the workplace: dimensions, measurement, and validation. *Academy of Management Journal*, 38(5), 442-1465. doi: 10.2307/256865
- Sreberny, A. (2011). Opening words: communication and citizenship – rethinking crisis and change. In M. Pinto & H. Sousa (Eds.), *Communication and citizenship: rethinking crisis and change* (pp. 15-18). Coimbra: Grácio Editor.
- Starks, H. & Trinidad, S. B. (2007). Choose your method: a comparison of phenomenology, discourse analysis, and grounded theory. *Qualitative Health Research*, 17(10), 1372-1380. doi: 10.1177/1049732307307031
- Stevenson, N. (2011). Localization as subpolitics: the transition movement and cultural citizenship. *International Journal of Cultural Studies*, 15(1), 65-79. doi: 10.1177/1367877911411793
- Thompson, E. P. (1963). *Making of the English working class*. Nova Iorque: Vintage Books.
- Thompson, J. B. (1993). The theory of the public sphere. *Theory, Culture and Society*, 10(3), 173-189. doi: 10.1177/026327693010003008
- Tilly, C. (1995). Citizenship, identity and social history. *International Review of social history*, 40(3), pp. 1-17. doi: 10.1017/S0020859000113586
- Toro, J. & Werneck, N. (1997). *Mobilização social: um modo de construir democracia e participação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.
- Touraine, A. (2005). *Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Touraine, A. (2006). Na fronteira dos movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, 21(1), 17-28. Retirado de <https://tinyurl.com/yan3gbg8>
- Transition 1.0 - Da dependência do petróleo à resiliência local (2009). [Documentário] Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=JrGtCTnO9Kk>

- Trigo, V. (2001). Contextos de ocio e desarrollo humano. In M Csikszentmihalyi; M. Cuenca, C. Buarque & V. Trigo (Eds.), *Ocio e desarrollo: potencialidades del ocio para el desarrollo humano* (pp.207-222). Bilbao: Universidad de Deusto /Instituto de Estudios de Ocio. Retirado de <https://tinyurl.com/yb4kqt2r>
- Tucker, K. (2014). Participation and subjectification in global governance: NGOs, acceptable subjectivities and the WTO. *Millennium: Journal of International Studies*, 42(2), 376-396. doi: 10.1177/0305829813518257
- Turner, B. (1990). Outline of a theory of citizenship. *Sociology*, 24(2), 189-217. doi: 10.1177/0038038590024002002
- Um sistema sustentável precisa do ócio (2015, 28 de setembro). *Revista Visão* [entrevista a Maria Manuel Baptista]. Retirado de <http://visao.sapo.pt/um-sistema-sustentavel-precisa-do-ocio=f831559>
- van Manen, M. (1997). *Researching lived experience. Human science for an action sensitive pedagogy*. Londres: The Althouse Press.
- Varela, L. (2015). El ocio solidario como motor de aprendizaje ético-cívico de la juventud y desarrollo social en los contextos urbanos. In A. Makua Biurrun & I. Rubio Florido (Eds.), *El legado de la crisis: respuestas desde lo ámbito de ocio* (pp. 41-54). Bilbao: Universidad de Deusto/ Instituto de Estudios de Ocio.
- Vargas, T., Carvalho, A. & Martins (2014). Los jóvenes y las relaciones constructivas frente a la crisis en Portugal: una relación con la experiencia de ocio. In C. Ortega Nuere & F. Bayón (Eds.), *El papel del ocio en la construcción social del joven* (pp. 287-302). Bilbao: Instituto de Estudios de Ocio.
- Vargas, T., Carvalho, A. & Martins, J. (2016). Los riesgos de una sociedad de consumo y de un ritmo acelerado de vida: el Movimiento de Transición y la relación entre la experiencia de ocio y el ambiente. Comunicação apresentada na "Conferência Ociogune 2016 - Los riesgos del ocio: respuestas y desafíos contemporâneos". Bilbao: Instituto de Estudios de Ocio.
- Venn, C. (2006). *The postcolonial challenge: towards alternative worlds*. Londres: Sage.
- Vicente Castro, F. (1995). Tipos de etnografías etnográficas. In A. Aguirre Baztán (Ed.), *Etnografía - metodología cualitativa en la investigación sociocultural* (pp. 227-236). Barcelona: Boixarieu Universitaria.

- Walsh, F. (1996). The concept of family resilience: crisis and challenge. *Family Process, 35*(3), 261-281. doi: 10.1111/j.1545-5300.1996.00261.x
- Walsh, F. (1998). *Strengthening family resilience*. Londres: The Guilford Press.
- Weir, L. (1993). Limitations of new social movement analysis. *Studies in Political Economy, 40*, 73-102. Retirado de <https://tinyurl.com/yaghnctc>
- Wetherell, M. (2008). Subjectivity or psycho-discursive practices? Investigating complex intersectional identities. *Subjectivity, 22*(1), 73-81. doi: 10.1057/sub.2008.7
- Williams, R. (1958). *Culture and society*. Nova Iorque: Doubleday Anchor.
- Williams, R. (1963). *The long revolution*. Londres: Chatto & Windus Ltd.
- Williams, R. (1998). The analysis of culture. In J. Storey (Ed.), *Cultural theory and popular culture: a reader* (pp. 48-56). Athens, EUA: The University of Georgia Press.
- Zabala Inchaurreaga, Z. (2012). Por un ocio posmoderno [no] violento. Interpretado desde la crisis y la hermenéutica de Gianni Vattimo. In J. C. Amigo & J. D. N. (Eds.), *OcioGune 2012: El Ocio Trans-formado[r]*. *Resignificaciones y Tendencias del Ocio en Tiempos de Crisis* (pp. 257-270). Bilbao: Universidad de Deusto.
- Zimmerman, M. (1990). Taking aim on empowerment research: on the distinction between individual and psychological conceptions. *American Journal of Community Psychology, 18*(1), 169-177. doi: 10.1007/BF00922695
- Zimmerman, M. A., Israel, B. A., Schulz, A. & Checkoway, B. (1992). Further explorations in empowerment theory: an empirical analysis of psychological empowerment. *American Journal of Community Psychology, 20*(6), 707-727. doi: 10.1007/BF01312604

Anexo 1 – Diário de Campo

Diário de campo: 24 de Junho 2014.

Piquenique Ternura Educar para a Solidariedade:

O evento seguiu sua ordem tradicional de acontecimentos: acolhida, almoço, partilha de ideias, feirinha de trocas. O tempo chuvoso não diminuiu a motivação dos participantes e as conversas seguiram por mais de 2h30 minutos. O tema possibilitou a discussão de temas tangentes ou complementares como a responsabilidade dos educadores, o ensino domiciliar e as escolas alternativas como ferramentas de ensino a serem ainda mais desenvolvidas. Uma questão fundamental discutida foi a importância da relação dos filhos com as outras pessoas e os tipos de interações criadas pelas escolas atualmente. O processo de aceitação da diversidade e exercício da solidariedade no âmbito de uma sociedade tão individualista.

Falou-se de como organizamos a nossa vida atualmente em termos de tempo e prioridades de valores. A aceleração da vida cotidiana que faz com que façamos escolhas precipitadas e pouco pensadas, o que, muitas vezes, resultam em escolhas pouco significativas, gratificantes e de total livre escolha. Houve um momento de relatos pessoais, dos participantes do piquenique, sobre as suas próprias escolhas na vida, o que priorizamos ou não em determinado momento, o que nos faz falta ou não até hoje, o que descobrimos sobre nós mesmos quando nos permitimos viver experiências diferentes. Falou-se também especificamente sobre como o movimento de transição, de forma geral, permite aflorar habilidades pessoais e sentimentos.

Tive a oportunidade de relatar algumas histórias de vida e de fazer relações com o meu tema de investigação. A importância do ócio como descoberta de nós mesmos e daquilo que realmente gostamos de fazer e sentir.

Em seguida, sugeriu-se temas para o próximo piquenique: algo em torno dos limites que colocamos aos filhos.

O piquenique terminou de forma muito emotiva e carinhosa entre os participantes.

Balanço do Piquenique realizado pela principal moderadora do piquenique. Texto publicado na página do Mães em Transição Aveiro no Facebook, em 24 de Junho de 2014:

Num piquenique Ternura marcado pelo sol forte e pela chuva de verão, o que não deixou de ter o seu encanto, debateu-se como educar para a solidariedade e muitas outras coisas pelo meio.

Falou-se da importância de reforçar os valores da família, da tríade comunidade-escola-família, assim como do esforço de um desenvolvimento pessoal dos educadores para melhorar o seu trabalho e relacionamento com os outros.

Aproveito também para deixar um texto ao qual fiz referência no piquenique e que, para mim, faz a síntese perfeita da importância da educação e de educar pessoas sensíveis, criativas e com espírito de iniciativa para uma solidariedade futura.

Vemo-nos no próximo piquenique!

“A fonte principal da riqueza não está mais na propriedade das máquinas e dos bens tangíveis, mas sim na propriedade de conhecimento e na produção de bens intangíveis. Em um mundo complexo, contraditório, com tantas exclusões e violência, é necessário ajudar as pessoas a encontrarem um sentido fundamental para as suas vidas, um sentido que as humanize. Não dá para educar para a solidariedade se não formar uma pessoa competente para a criatividade, a iniciativa e a sensibilidade, isso afirma o pensador Jung Mo Sung.

Somos seres interdependentes e a solidariedade é parte inerente ao ser humano. Ninguém, por melhor que seja, tem possibilidades de sobrevivência sozinho. Somos seres de relações. A educação precisa assumir compromisso com a construção de possibilidades.

Enquanto educadores temos o compromisso de romper com ideias engavetadas e assumir o compromisso compartilhado pela humanidade. Educar para a solidariedade requer rompimento com preconceitos, paradigmas, exige abertura e capacidade de duvidar das certezas morais e científicas. Quem tem certeza não repensa os seus preconceitos, geralmente não procura entender, mas sim julgar. É preciso ousadia para reconhecer o outro em sua plena dignidade, apesar das diferenças de crenças, gêneros e opções de vida”.

Anexo 2 – Guião da entrevista

Tópico 1 – Motivações e participação no movimento

1.1 Já tinhas participado de algum movimento social anteriormente? Qual?

1.2 Inicialmente, o que te motivou a participar do movimento de transição?

1.3. Consegues lembrar se o contexto de instabilidade econômica e social, vivida por alguns países da Europa e também por Portugal, influenciou a tua motivação para participar de uma iniciativa como o AT?

1.4. As tuas motivações para permanecer no movimento, hoje, são as mesmas?

1.5. Fale um pouco sobre em que aspectos a tua participação no AT mudou a tua vida?

O que representa para ti a consciência ambiental?

Tópico 2 – Desenvolvimento pessoal e comunitário

Senso de comunidade, construção da identidade e empoderamento:

2.2 Como avalias o exercício de partilha de ideias, práticas e experiências entre os participantes do movimento?

2.3 Achas que a partilha e comunicação com os outros participantes se refletem na tua forma de ser?

2.4 Como te sentes em termos de empoderamento individual e comunitário através do AT?

2.5 Achas que consegues exercer a solidariedade através da tua participação no movimento? De que forma?

O que representa a solidariedade no AT?

Tópico 3 – Experiência do participante no movimento

3.1 De que forma achas que podes contribuir com o movimento?

3.2 Como geres a intensidade do teu envolvimento no movimento?

3.3 Tens alguma preocupação em relação a isso?

3.4 Há aspectos não tão positivos ou que tragam sentimentos como ansiedade ou preocupação no âmbito do movimento? Se sim, fale sobre eles.

3.5 Fale um pouco dos aspectos gratificantes de participar do AT?

Tópico 4 – Experiência de ócio

4.1 Liberdade:

4.1.1 Na tua opinião, a participação no AT tem relação com a ideia de liberdade? Em que sentido?

4.1.2 E qual a tua sensação em termos de autonomia dentro do grupo de dinamizadores do AT?

4.2 Questão temporal:

4.2.1 Quais são as tuas sensações em relação ao tempo em que estás envolvida em atividades do AT?

4.2.2 Achas que a tua participação no AT está mais ligada à ocupação do tempo livre?

4.3 Autotelismo:

4.3.1 As vezes sentes que o teu envolvimento no AT é mais pessoal do que propriamente tem uma finalidade cívica, ecológica, social?

4.4. Encontro consigo mesmo e auto-reconhecimento:

4.4.1 O que descobriste ou reafirmaste sobre ti através do envolvimento na AT?